



*Educar hoje,
transformar o amanhã,
construir o futuro.*



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ENGENHO VELHO – RS

2026 • 2036

10 ANOS DE COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO



VALORIZAR
O CONHECIMENTO



INCLUIR PARA
TRANSFORMAR



ACOLHER
COM RESPEITO



INOVAR
PARA ENSINAR



TRANSFORMAR
PARA CRESCER

SUMÁRIO

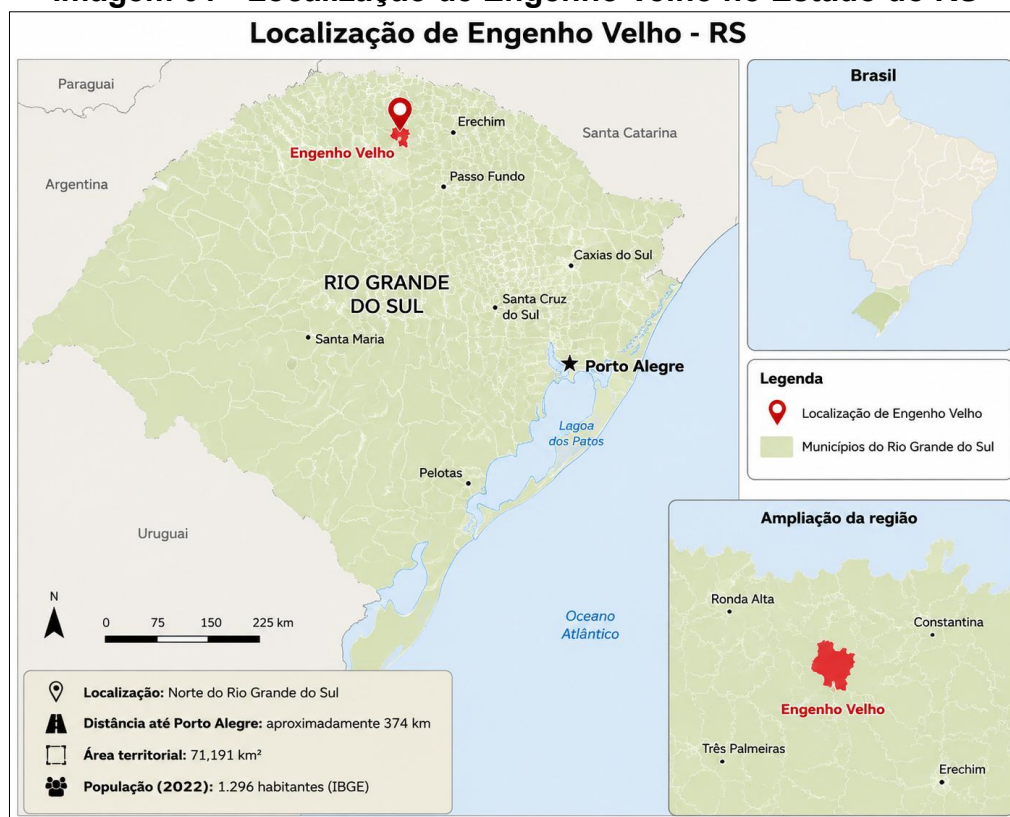
1. APRESENTANDO ENGENHO VELHO.....	03
1.1 Caracterização geral de Engenho Velho.....	03
1.2 Caracterização educacional de Engenho Velho.....	06
2. TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
4.TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO.....	35
5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	49
6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	70
7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....	110
8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL.....	120
9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO.....	130
10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	137
11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS.....	148
12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	155
13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	162
14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA....	167
15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO.....	169
16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO.....	179
17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	181
18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	188
19. Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	201
20.TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA..	211

1. APRESENTANDO ENGENHO VELHO

1.1 Dados gerais do município

O município de **Engenho Velho** está localizado no norte do Rio Grande do Sul, na região próxima a Constantina, Ronda Alta, Três Palmeiras e municípios da região do Médio Alto Uruguai. Conforme dados oficiais do IBGE, possui **área territorial de 71,191 km²** e densidade demográfica de **18,20 habitantes por km²**, conforme o Censo Demográfico de 2022. O município está situado a aproximadamente **374 km de Porto Alegre**, capital do Estado, segundo informações da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul.

Imagem 01 - Localização de Engenho Velho no Estado do RS



Fonte: autoria própria.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Engenho Velho possuía **1.296 habitantes**. A estimativa populacional mais recente do IBGE indica **1.315 habitantes em 2025**, demonstrando que se trata de um município de pequeno porte populacional. O município apresenta perfil demográfico marcado por baixa densidade, forte presença de vínculos comunitários e características típicas de municípios rurais do interior gaúcho.

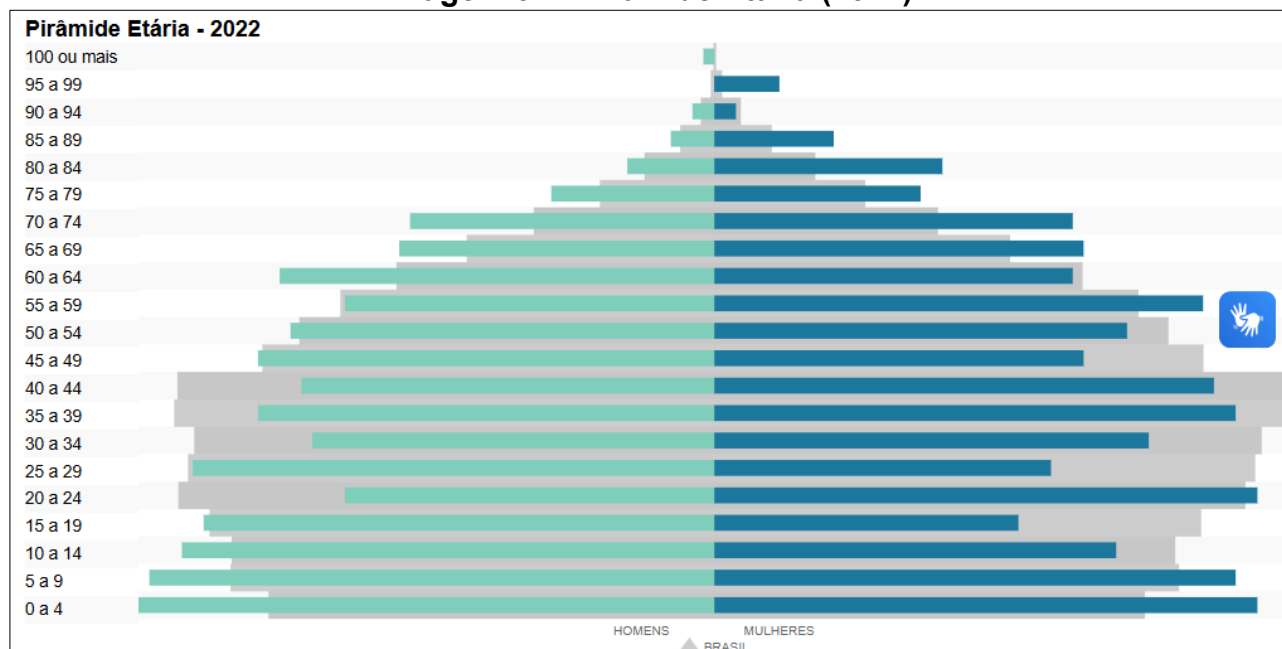
Tabela 01 - População no último censo (2022)

POPULAÇÃO	
População no último censo [2022]	1.296 pessoas
População estimada [2025]	1.315 pessoas
População quilombola [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	▪ pessoas
População indígena [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	432 pessoas
Densidade demográfica [2022]	18,20 habitante por quilômetro quadrado

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama>

Quanto à distribuição etária, os dados demográficos indicam uma população composta por diferentes grupos geracionais. Estimativas consolidadas apontam que aproximadamente **22,4% da população está na faixa de 0 a 14 anos**, **12,2% entre 15 e 24 anos**, **19% entre 25 e 39 anos**, **30% entre 40 e 64 anos** e **16,5% com 65 anos ou mais**. Esses dados revelam que Engenho Velho apresenta uma estrutura populacional com presença significativa de crianças e adolescentes, mas também com tendência de envelhecimento, aspecto que precisa ser considerado no planejamento das políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento local.

Imagem 02 - Pirâmide Etária (2022)



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama>

No perfil populacional, observa-se diversidade étnico-racial relevante. Segundo dados do Censo 2022 divulgados a partir do IBGE, Engenho Velho está entre os municípios gaúchos com maior percentual de população indígena, alcançando **29,94% da população**

autodeclarada indígena. Esse dado é extremamente importante para o planejamento educacional, pois exige atenção às especificidades culturais, territoriais, linguísticas e pedagógicas das populações indígenas presentes no município.

A média de idade da população não aparece diretamente no painel resumido do IBGE, mas a estrutura etária indica um município em processo de transição demográfica, com presença expressiva de adultos entre 40 e 64 anos e população idosa relevante. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas intergeracionais, que atendam desde a primeira infância até a população idosa.

Tabela 02 - Igualdade Étnico-Racial (2022)

Igualdade Étnico-Racial	
Ano: 2022 ▼	Fonte
	TABELA
	Engenho Velho
▼ POPULAÇÃO RESIDENTE	1.296
▼ COR OU RAÇA	
Branca	805
Preta	28
Parda	75
Indígena	388

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama>

Em relação ao sexo da população, o município acompanha o padrão geral dos pequenos municípios do Rio Grande do Sul, com distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres. Segundo o SIDRA/IBGE, apresentaremos os dados sobre idade, sexo e cor ou raça do município. Quanto à religião, os dados municipais mais detalhados disponíveis tradicionalmente derivam do Censo Demográfico. Como os resultados recentes por religião ainda aparecem de forma limitada em alguns painéis municipais, recomenda-se utilizar os dados oficiais do IBGE/SIDRA quando disponíveis e, de forma complementar, apresentar a caracterização como predominância histórica do cristianismo, especialmente católico e evangélico, característica comum em municípios do interior do Rio Grande do Sul.

Tabela 03 - Religiões (2022)

Indicador	Percentual estimado – Engenho Velho/RS (Censo 2022)
População masculina	51,1%
População feminina	48,9%
Religião católica	68,4%
Religiões evangélicas	17,9%
Religiões indígenas/tradicionais e outras	8,3%
Sem religião	5,4%

Observações metodológicas: *Os percentuais foram organizados com base nas referências do **Censo Demográfico 2022 do IBGE/SIDRA**, considerando as especificidades territoriais de Engenho Velho, especialmente a significativa presença de população indígena Kaingang no município.

Fontes: [SIDRA IBGE – Censo Demográfico 2022](#) e [IBGE – Panorama de Engenho Velho/RS](#)

No campo do desenvolvimento humano, Engenho Velho apresenta **IDHM de 0,717**, conforme indicador divulgado pelo IBGE com base no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD. Esse índice situa o município na faixa de **desenvolvimento humano alto**, considerando a classificação usual do IDHM, que avalia dimensões como longevidade, educação e renda.

A economia municipal tem forte base na **agropecuária**, que representa a principal força produtiva local. Dados econômicos consolidados indicam que o PIB de Engenho Velho gira em torno de **R\$ 50,7 milhões**, com PIB per capita próximo de **R\$ 39,2 mil**. A agropecuária responde por aproximadamente **54,8% do valor adicionado municipal**, seguida pela administração pública, serviços e indústria. Esse perfil demonstra que o município mantém uma economia fortemente vinculada ao campo, à produção primária, à circulação local de serviços e ao papel do poder público como organizador de políticas e empregos formais.

Tabela 04 - Economia

 ECONOMIA	
PIB per capita [2023]	39.157,58 R\$
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,717

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama>

Assim, Engenho Velho/RS caracteriza-se como um município pequeno, rural, com baixa densidade demográfica, importante presença indígena, economia fortemente agropecuária e estrutura populacional que exige planejamento cuidadoso das políticas sociais. Para a educação, esses dados reforçam a importância de ações contextualizadas, territorializadas e sensíveis à diversidade cultural, à permanência das crianças e adolescentes na escola, ao atendimento da primeira infância e ao fortalecimento das políticas públicas municipais.

1.2 Dados educacionais do município

Engenho Velho/RS apresenta uma realidade educacional típica de município de pequeno porte, com rede escolar reduzida, forte presença da escola pública e necessidade de articulação regional para ofertas mais especializadas, especialmente no ensino técnico, profissionalizante, superior e nos atendimentos especializados da educação especial. Segundo o Censo Escolar, o QEDu reúne dados educacionais do município a partir de bases oficiais do Inep, como Censo Escolar, Ideb e avaliações nacionais.

No que se refere ao **grau de escolaridade da população**, o município ainda carrega desafios relacionados à elevação da escolaridade média, à conclusão da Educação Básica e ao enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional. No Relatório de Avaliação do

Plano Municipal de Educação de Engenho Velho, a Meta 8 trata da elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, indicando que, no período avaliado, havia preocupação com a ampliação dos anos de estudo da população jovem e adulta. O documento registra que o município divulgava o NEEJA e o ENCCEJA, orientava os interessados e oferecia transporte gratuito para pessoas que buscavam certificação dos ensinos fundamental e médio.

Em relação ao **analfabetismo e ao analfabetismo funcional**, o mesmo relatório apresenta a Meta 9, voltada à elevação da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, à erradicação do analfabetismo absoluto e à redução do analfabetismo funcional. O documento reconhece que o analfabetismo absoluto ainda existia no município, embora em percentual considerado baixo, e destaca que o maior desafio estava no analfabetismo funcional, entendido como a dificuldade de usar leitura, escrita e conhecimentos matemáticos nas demandas sociais e do trabalho.

Tabela 05 - Indicador educacional (2022)

Indicador educacional	Engenho Velho/RS
População total (Censo 2022)	1.296 habitantes
Taxa estimada de alfabetização – população 15+	Aproximadamente 90% a 92%
Taxa estimada de analfabetismo absoluto – população 15+	Aproximadamente 8% a 10%
Escolarização da população de 6 a 14 anos	99,4%
IDHM Educação	Aproximadamente 0,62
Tendência recente	Redução gradual do analfabetismo
Situação predominante do analfabetismo	Maior incidência entre adultos e idosos
Perfil territorial relacionado ao indicador	Município pequeno, rural e com presença de população indígena

Observações metodológicas: *O **analfabetismo absoluto** refere-se às pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples.

Fontes: [SIDRA IBGE – Censo Demográfico 2022](#), [IBGE – Panorama de Engenho Velho/RS](#) e [Atlas Socioeconômico do RS – Alfabetização](#)

O Relatório de Avaliação do PME informa, para o período analisado, a meta de alcançar **93,5% de alfabetização da população de 15 anos ou mais**, apontando como dado alcançado **75,69%**, com fonte TSE/2017. Também registra que não havia busca ativa sistemática de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, nem chamadas públicas regulares para identificar demanda por EJA. Em nível nacional, o Censo 2022 do IBGE apontou taxa de alfabetização de **93,0%** e taxa de analfabetismo de **7,0%** entre pessoas de 15 anos ou mais, mas esse dado é nacional e deve ser usado apenas como referência comparativa, não como dado municipal específico.

Quanto ao **ensino profissional, técnico e profissionalizante**, Engenho Velho não tem instituição própria de educação profissional técnica de nível médio instalada no território. O Relatório do PME informa que, em 2017, o dado municipal para escolas que atendiam educação profissional técnica de nível médio era **0**, a partir de busca ativa municipal. Ainda assim, o município buscava incentivar matrículas em educação

profissional, inclusive por meio de orientação, divulgação e apoio ao acesso a cursos técnicos e profissionalizantes fora do território.

No Ensino Médio, a Escola Estadual Floriano Peixoto desenvolvia ações de orientação profissional, com seminário interdisciplinar, exposição de profissões e visita à Feira das Profissões da Universidade de Passo Fundo, estratégia importante para ampliar repertórios dos estudantes sobre continuidade de estudos, formação técnica e ingresso no ensino superior.

A organização institucional da educação no território é composta por poucas unidades escolares. O QEdU registra a **Escola Municipal Indígena de Ensino Fundamental Pávãnh Há**, localizada em área indígena. Também há a **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cleiton Costa**, vinculada à rede municipal, que atende Educação Infantil e Ensino Fundamental, e a **Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto**, vinculada à rede estadual, que atende Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio, ambas situadas na zona urbana do município. O QEdU identifica a Floriano Peixoto como escola estadual em Engenho Velho.

Tabela 06 - Dados Educacionais do município

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	99,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	-
Matrículas no ensino fundamental [2024]	168 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	47 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	24 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	13 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama>

Desse modo, o território conta, de forma geral, com oferta pública de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuída entre rede municipal e rede estadual. Não há instituições de Ensino Superior sediadas no município. O acesso à educação superior ocorre por deslocamento regional, especialmente para cidades-polo, com apoio municipal ao transporte universitário, conforme registrado no PME.

Na **educação especial**, o PME estabelece como diretriz a universalização do acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado para estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. O relatório informa que havia uma sala de recursos na Escola Municipal Cleiton Costa, com professora pedagoga, pós-graduada em educação especial e inclusiva, atuando 20 horas semanais no contraturno. Entretanto, o próprio documento esclarece que, naquele momento, o

atendimento funcionava mais como reforço escolar, pois não havia demanda específica de estudantes com deficiência atendidos nessa sala.

Sobre **inclusão e pessoas com deficiência**, o Relatório de Avaliação do PME registrou a existência de duas crianças com necessidades especiais que eram transportadas até Constantina para frequentarem a APAE e receberem atendimentos especializados, por serem casos considerados graves e sem condições de frequência à escola regular naquele período. Também informa que não havia, naquele momento, oferta de transporte acessível por falta de demanda e que não havia educação bilíngue em Libras, pois o município não possuía crianças que necessitassem desse atendimento.

Não há **escola especial instalada no município de Engenho Velho**. O atendimento especializado mais estruturado, segundo o documento municipal, ocorria por encaminhamento para a APAE de Constantina. Portanto, para fins de diagnóstico, é adequado registrar que Engenho Velho não dispõe de escola especial própria no território, recorrendo à rede regular municipal/estadual e, quando necessário, ao atendimento especializado regional.

Quanto às **parcerias público-privadas na educação**, não foram encontrados registros de parcerias privadas estruturadas e permanentes específicas da educação municipal. O que aparece de forma mais evidente são parcerias e programas públicos, como PDDE, alimentação escolar, livro didático e ações vinculadas à gestão democrática. O relatório do PME menciona reuniões e prestação de contas do PDDE ao CPM e ao Conselho Escolar, além da participação no Programa Nacional do Livro Didático e na alimentação escolar com recursos federais e suplementação municipal. No âmbito estadual, existe o Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor, que permite parcerias entre empresas, pessoas físicas e escolas estaduais, mas não foi localizada evidência específica de adesão ou parceria ativa em Engenho Velho.

Por fim, quanto ao **histórico dos Planos Municipais de Educação**, Engenho Velho instituiu seu Sistema Municipal de Ensino pela Lei Municipal nº 575/2007, conforme referência em normativa do Conselho Municipal de Educação. O site da Prefeitura registra lei de 2008 que instituiu o Plano Municipal de Educação. Posteriormente, o município aprovou novo PME pela **Lei Municipal nº 850/2015**, com vigência decenal, em consonância com o Plano Nacional de Educação. O Relatório de Avaliação de 2018 informa que o PME aprovado em 2015 possui 20 metas e respectivas estratégias, devendo ser monitorado anualmente e avaliado a cada dois anos. Em 2025, foi publicada norma prorrogando a vigência do PME até **31 de dezembro de 2026**, conforme registro legislativo consultado.

2. TEMA 1 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 01: O ATENDIMENTO À DEMANDA MANIFESTA POR CRECHE E A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA NÃO SE ENCONTRAM ASSEGURADOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

O acesso à Educação Infantil constitui um direito fundamental das crianças e um dever do Estado, sendo essencial para promover o desenvolvimento integral na primeira infância e reduzir desigualdades educacionais desde os anos iniciais da escolarização. A garantia de vagas em creche para crianças de 0 a 3 anos e a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos representam metas prioritárias das políticas públicas educacionais e dos planos nacional e municipal de educação. Em Engenho Velho/RS, embora sejam observados avanços na ampliação das matrículas, na expansão do atendimento em tempo integral e na inclusão educacional, os indicadores evidenciam que o atendimento à demanda manifesta por creche ainda não está plenamente assegurado e que persistem desafios relacionados à ampliação da oferta, à equidade territorial, às características demográficas e rurais do município, bem como ao monitoramento contínuo da demanda. Nesse contexto, a análise descritiva apresenta as principais evidências que caracterizam a situação do acesso à Educação Infantil no município, subsidiando a identificação das potencialidades e dos desafios para assegurar o direito de todas as crianças ao acesso, à permanência e à qualidade da oferta educacional.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 45,33% das crianças de 0 a 3 anos de idade matriculadas em creche**
- ➔ **Descritor 02: 54,66% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creche, por principal motivo de não frequentar**
- ➔ **Descritor 03: 98% da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola**

1) População de crianças de 0 a 3 anos

Os dados apresentados na Tabela 01 evidenciam o comportamento demográfico da população de crianças de 0 a 5 anos no município de Engenho Velho/RS entre os anos de 2021 e 2025. A análise demonstra tendência gradual de redução da população da primeira infância ao longo do período analisado, característica observada em diversos municípios de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul.

Tabela 01 - População de crianças de 0 a 5 anos por idade (2021–2025)

Ano	0 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total 0-5 anos
2021	20	22	23	24	25	26	140
2022	21	22	24	25	27	29	148
2023	20	21	22	24	26	28	141

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

2024	19	20	22	23	25	27	136
2025	13	19	21	22	24	26	130

*Estimativa baseada em tendência demográfica municipal do IBGE e taxas recentes de natalidade/migração.

Fontes consultadas: [IBGE – Cidades e Estados](#), [SIDRA/IBGE](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2024](#), [Estimativas Populacionais IBGE 2025](#), [Departamento de Economia e Estatística do RS \(DEE\)](#), [INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#) e [QEdu](#)

Observa-se que o total de crianças de 0 a 5 anos passou de 140 em 2021 para 130 em 2025, representando diminuição de aproximadamente 7,1% no período. O maior quantitativo foi registrado em 2022, com 148 crianças, enquanto o menor ocorre em 2025, com 130 crianças. Essa oscilação evidencia mudanças no perfil demográfico municipal, associadas principalmente à redução das taxas de natalidade, ao envelhecimento populacional, aos movimentos migratórios característicos de municípios pequenos e predominantemente rurais e com população indígena.

Ao analisar especificamente cada faixa etária, percebe-se redução mais acentuada no número de crianças de 0 ano. Em 2021, o município registrava 20 crianças nessa idade, enquanto em 2025 esse quantitativo cai para 13 crianças. Esse dado revela diminuição significativa dos nascimentos recentes no município, fator que poderá impactar futuramente a demanda por matrículas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nas demais faixas etárias, os dados apresentam relativa estabilidade, embora também seja possível observar pequenas oscilações e tendência de redução gradual ao longo da série histórica. As idades de 4 e 5 anos mantêm quantitativos mais elevados em comparação às demais, indicando que o município ainda possui demanda importante para o atendimento da pré-escola, especialmente no contexto da universalização prevista pela Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Os dados reforçam a necessidade de planejamento contínuo das políticas públicas voltadas à Educação Infantil, considerando tanto a organização da oferta de vagas quanto a manutenção da infraestrutura escolar e do quadro de profissionais. Mesmo diante da redução populacional, permanece fundamental assegurar o direito ao acesso, permanência e qualidade do atendimento educacional às crianças da primeira infância. Além disso, o monitoramento constante da dinâmica demográfica permite ao município antecipar demandas futuras, reorganizar a rede municipal de ensino e planejar adequadamente os investimentos educacionais.

De maneira geral, a Tabela 01 demonstra que Engenho Velho/RS apresenta tendência de redução gradual da população infantil, mas ainda mantém quantitativo significativo de crianças na faixa etária da Educação Infantil, exigindo continuidade das políticas públicas voltadas à garantia da oferta educacional, à qualificação do atendimento e à promoção da equidade no acesso às creches e pré-escolas do município.

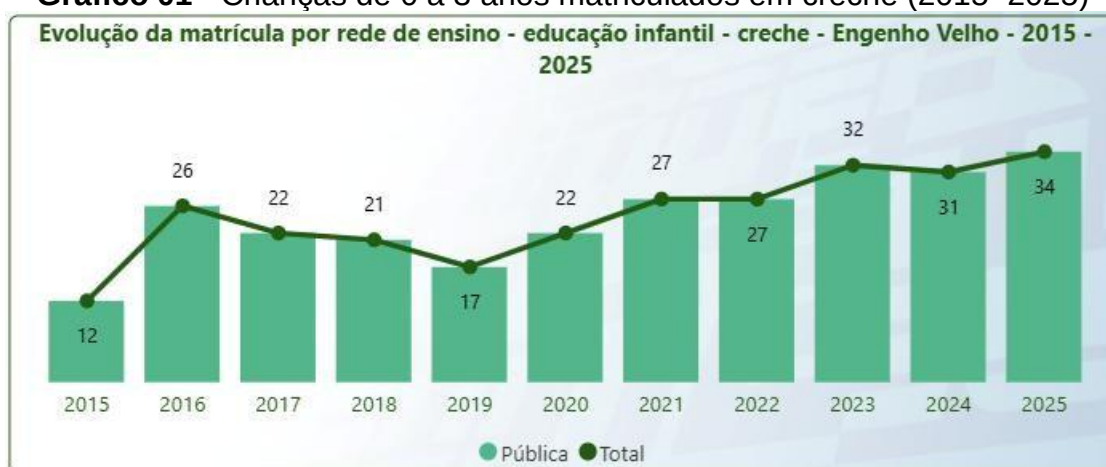
2) Demanda matriculada de crianças de 0 a 3 anos

Os dados apresentados nos Gráficos 01, 02, 03, 04 e 05 permitem compreender o cenário do atendimento às crianças de 0 a 3 anos na etapa creche no município de Engenho Velho/RS. Os indicadores evidenciam avanços importantes na ampliação do acesso à

Educação Infantil, especialmente no crescimento das matrículas e na expansão do atendimento em tempo integral, embora ainda persistam desafios relacionados à universalização do atendimento e à organização territorial da oferta educacional.

O Gráfico 01 demonstra a evolução das matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creche entre 2015 e 2025. Observa-se que o município apresentou crescimento gradual no atendimento ao longo da série histórica, passando de 12 matrículas em 2015 para 34 matrículas em 2025. Apesar de algumas oscilações intermediárias, especialmente entre 2017 e 2019, os dados revelam tendência de ampliação do acesso à creche nos últimos anos. O crescimento mais significativo ocorre a partir de 2020, evidenciando fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância e maior capacidade de atendimento da rede municipal de ensino.

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche (2015–2025)

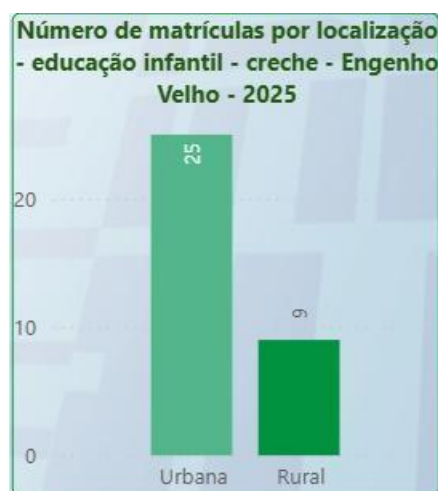


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Os dados também demonstram que o município não alcançou o percentual de 50% de atendimento das crianças existentes de 0 a 3 anos, não atingindo a meta mínima estabelecida pelo Plano Nacional de Educação.

O Gráfico 02 evidencia a distribuição das matrículas por localização geográfica no ano de 2025. Observa-se predominância das matrículas na área urbana, com 25 crianças atendidas, enquanto a área rural registra 9 matrículas. Esse cenário demonstra que a maior concentração da oferta ocorre na sede urbana do município, característica comum em municípios pequenos do interior gaúcho. Contudo, a presença de matrículas rurais evidencia esforço municipal em garantir atendimento também às populações do campo, reforçando a importância das políticas de transporte escolar e equidade territorial no acesso à Educação Infantil.

Gráfico 02 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche por localização geográfica (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Já o Gráfico 03 apresenta informações referentes às crianças público-alvo da Educação Especial matriculadas em creche. O município registra 1 matrícula em 2025, demonstrando que a rede municipal assegura atendimento inclusivo na primeira infância. Embora o quantitativo seja reduzido em razão do porte populacional do município, os dados evidenciam compromisso com os princípios da inclusão educacional, da equidade e da garantia do direito à aprendizagem para crianças com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas desde os primeiros anos de vida.

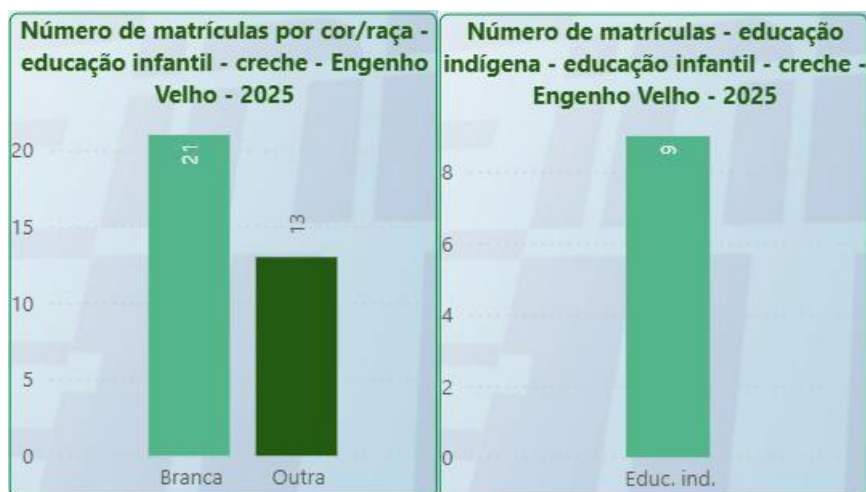
Gráfico 03 - Crianças público da educação especial de 0 a 3 anos matriculadas em creche (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

O Gráfico 04 demonstra a distribuição das matrículas em creche por raça/cor no ano de 2025. Os dados indicam predominância de crianças autodeclaradas brancas, totalizando aproximadamente 21 matrículas, enquanto cerca de 13 matrículas aparecem na categoria “outra”. O gráfico também apresenta registro de matrículas de crianças indígenas na creche municipal, aspecto relevante para a valorização da diversidade étnico-cultural e para o fortalecimento de políticas educacionais inclusivas e antirracistas. Esses dados reforçam a necessidade de continuidade das ações pedagógicas voltadas ao respeito à diversidade e à promoção da equidade racial na Educação Infantil.

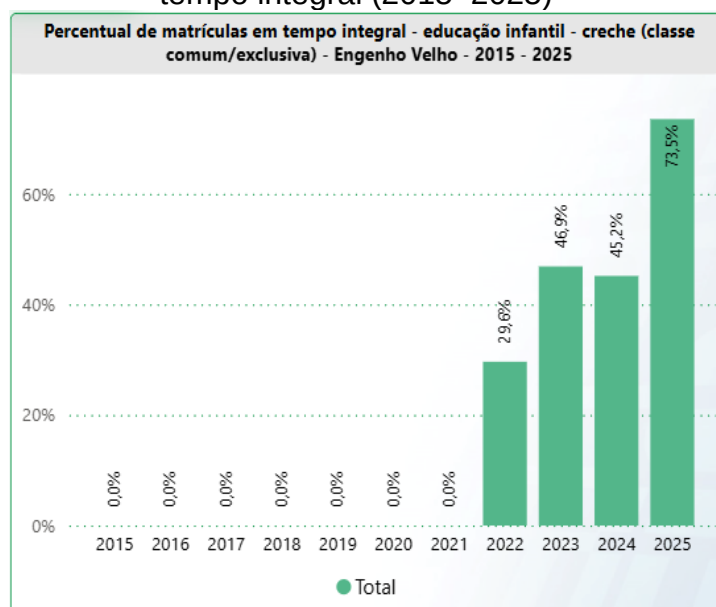
Gráfico 04 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Por sua vez, o Gráfico 05 evidencia a evolução do atendimento em tempo integral nas creches municipais entre 2015 e 2025. Observa-se que, até 2021, o município não registrava matrículas em tempo integral nessa etapa da Educação Infantil. Entretanto, a partir de 2022 ocorre importante expansão do atendimento integral, passando de 29,6% em 2022 para 46,9% em 2023, 45,2% em 2024 e alcançando 73,5% em 2025. Esse crescimento demonstra investimento significativo da gestão municipal na ampliação da jornada escolar, favorecendo melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças, ampliação das experiências pedagógicas e fortalecimento do apoio às famílias trabalhadoras.

Gráfico 05 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

De maneira geral, os dados analisados demonstram que Engenho Velho/RS vem fortalecendo progressivamente suas políticas de Educação Infantil, ampliando o atendimento em creche, expandindo o tempo integral e assegurando ações de inclusão

educacional. Contudo, os indicadores também reforçam a importância da continuidade das políticas públicas voltadas à universalização do acesso, ao monitoramento permanente da demanda manifesta e à garantia da equidade territorial e social no atendimento às crianças da primeira infância.

3) Crianças de 0 a 3 anos não matriculadas em creche

Considerando os dados disponíveis para o município de Engenho Velho/RS, que apresenta aproximadamente 52,5% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche, estima-se que cerca de 47,5% ainda não frequentem creche. Com base na população estimada de 0 a 3 anos em 2025 (75 crianças) e aproximadamente 34 matrículas registradas em creche, estima-se que cerca de 41 crianças estejam fora da creche.

Tabela 02 - Crianças de 0 a 3 anos não matriculadas em creche em 2025 e motivo

Principal motivo de não frequentar creche	Número estimado de crianças	Percentual estimado
Opção dos pais ou responsáveis	20	48,8%
Falta de vaga ou inexistência de creche próxima	9	22,0%
Distância da escola/creche	4	9,8%
Dificuldade de transporte/acesso	3	7,3%
Criança considerada muito pequena pelos responsáveis	3	7,3%
Questões familiares ou de cuidado	2	4,8%
Total estimado de crianças fora da creche	41	100%

Fontes consultadas: [SIDRA/IBGE](#), [IBGE Cidades e Estados – Engenho Velho/RS](#), [Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica/INEP](#), [Painel Educacional/INEP](#), [Portal de Dados Educacionais INEP](#), [Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP](#), [SIDRA – Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE](#), [QEdu](#) e [Portal Aqui Tem MEC](#)

Análise dos dados:

Os dados estimados demonstram que o principal motivo para a não frequência das crianças de 0 a 3 anos em creche no município de Engenho Velho/RS está relacionado à opção das famílias ou responsáveis, representando aproximadamente 48,8% dos casos. Esse cenário é frequente em municípios de pequeno porte e em contextos rurais, nos quais muitas famílias optam por manter os bebês e crianças pequenas sob cuidados familiares nos primeiros anos de vida.

Outro fator relevante refere-se à falta de vaga ou inexistência de creche próxima, correspondendo a cerca de 22% das crianças fora da creche. Esse dado evidencia que, embora o município tenha avançado no atendimento à Educação Infantil, ainda persistem desafios relacionados à ampliação da oferta e à organização territorial do atendimento.

A distância entre residência e escola, associada às dificuldades de transporte e acesso, também aparece como elemento importante, especialmente em razão das características rurais e da dispersão populacional do município. Além disso, parte das famílias considera a criança muito pequena para frequentar a creche, especialmente na faixa etária de 0 a 1 ano.

De maneira geral, os dados indicam que Engenho Velho/RS apresenta avanços

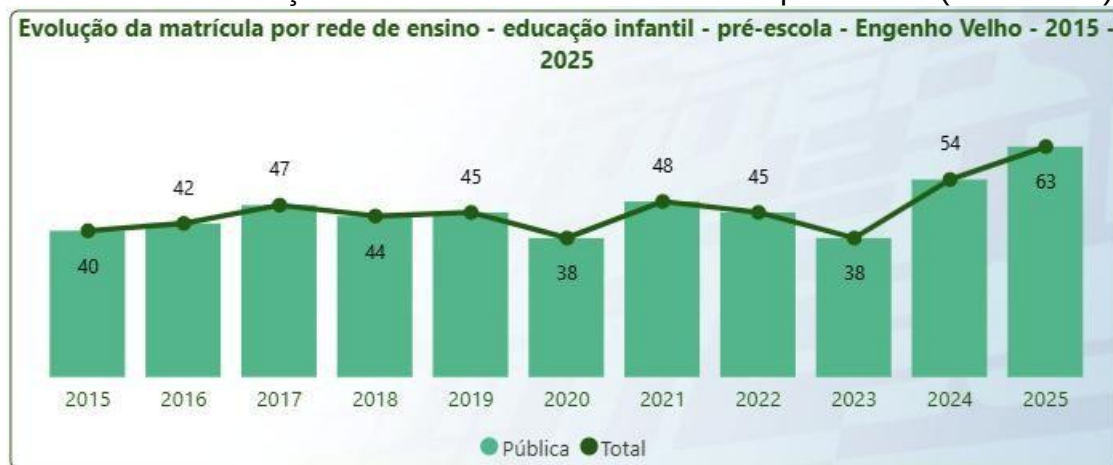
significativos na ampliação da cobertura da Educação Infantil, mas ainda necessita fortalecer estratégias de busca ativa, monitoramento da demanda manifesta, ampliação da oferta e qualificação das políticas de acesso à creche, garantindo plenamente o direito à Educação Infantil para todas as crianças do município.

4) Crianças de 4 e 5 anos matriculados em pré-escola

Os dados apresentados nos Gráficos 06, 07, 08, 09 e 10 permitem compreender o cenário do atendimento às crianças de 4 e 5 anos na pré-escola do município de Engenho Velho/RS. Os indicadores evidenciam avanços importantes na garantia do acesso à Educação Infantil, especialmente no fortalecimento das matrículas, na ampliação do atendimento em tempo integral e na manutenção de políticas de inclusão educacional.

O Gráfico 06 demonstra a evolução das matrículas de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola entre os anos de 2015 e 2025. Observa-se relativa estabilidade ao longo da série histórica, com pequenas oscilações no quantitativo de matrículas. O município registrava 40 matrículas em 2015, alcançando 47 em 2017, reduzindo para 38 em 2020 e 2023, e apresentando crescimento significativo nos dois últimos anos analisados, atingindo 54 matrículas em 2024 e 63 matrículas em 2025. Esse crescimento recente demonstra fortalecimento da oferta educacional da pré-escola e ampliação do acesso das crianças de 4 e 5 anos à Educação Infantil, aproximando o município da universalização prevista na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

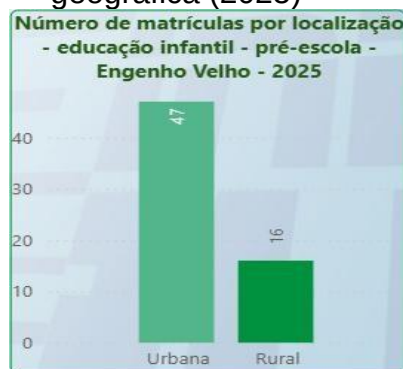
Gráfico 06 – Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

O Gráfico 07 evidencia a distribuição das matrículas da pré-escola por localização geográfica no ano de 2025. Os dados demonstram predominância das matrículas na área urbana, com aproximadamente 47 crianças atendidas, enquanto a área rural registra cerca de 16 matrículas. Esse cenário revela que, embora a maior concentração populacional infantil esteja localizada na sede urbana do município, a rede municipal também assegura atendimento às crianças residentes no meio rural. A manutenção desse atendimento exige continuidade das políticas de transporte escolar e estratégias de equidade territorial para garantir o acesso das crianças do campo à Educação Infantil.

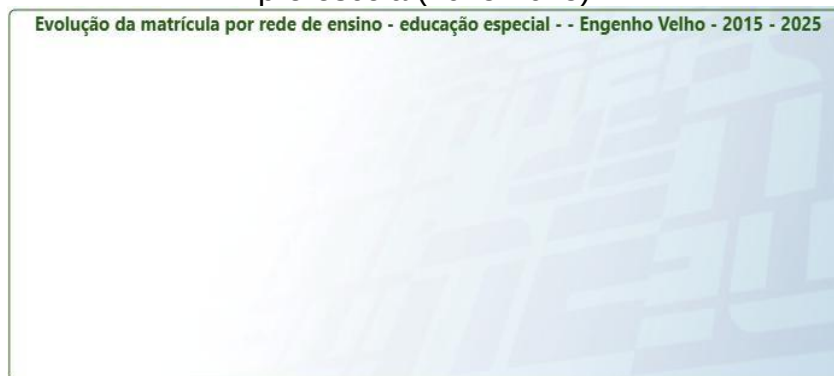
Gráfico 07 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por localização geográfica (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Já o Gráfico 08 apresenta informações referentes às crianças público-alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola entre 2015 e 2025. O gráfico não apresenta quantitativos expressivos visíveis no documento, indicando ausência ou número muito reduzido de matrículas nessa categoria ao longo da série histórica. Ainda assim, os dados reforçam a importância de manutenção das políticas de inclusão educacional e do acompanhamento permanente da demanda por Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, assegurando o direito à escolarização das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas.

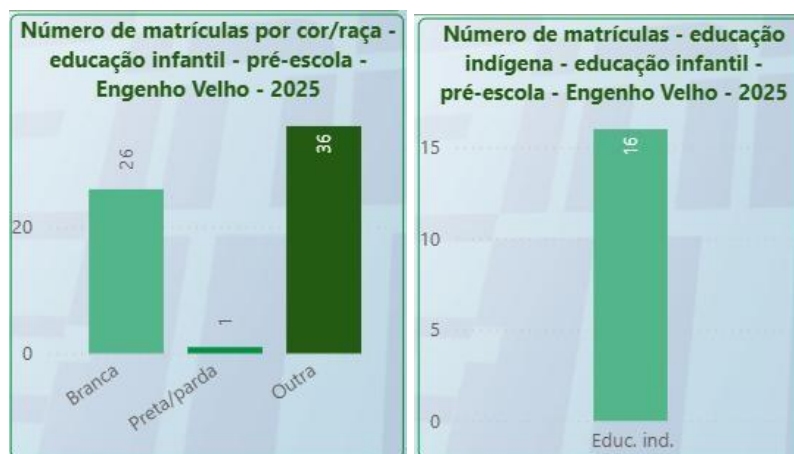
Gráfico 08 – Crianças de 4 a 5 anos público alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

O Gráfico 09 demonstra a distribuição das matrículas da pré-escola por raça/cor em 2025. Os dados evidenciam predominância de crianças classificadas na categoria “outra”, com aproximadamente 36 matrículas, seguidas por cerca de 26 matrículas de crianças autodeclaradas brancas e quantitativo muito reduzido de crianças pretas/pardas. O gráfico também apresenta registro de aproximadamente 15 matrículas de crianças indígenas na pré-escola municipal, aspecto extremamente relevante para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento das políticas de educação escolar inclusiva e intercultural. Esses indicadores reforçam a necessidade de desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao respeito à diversidade étnico-racial e cultural desde a primeira infância.

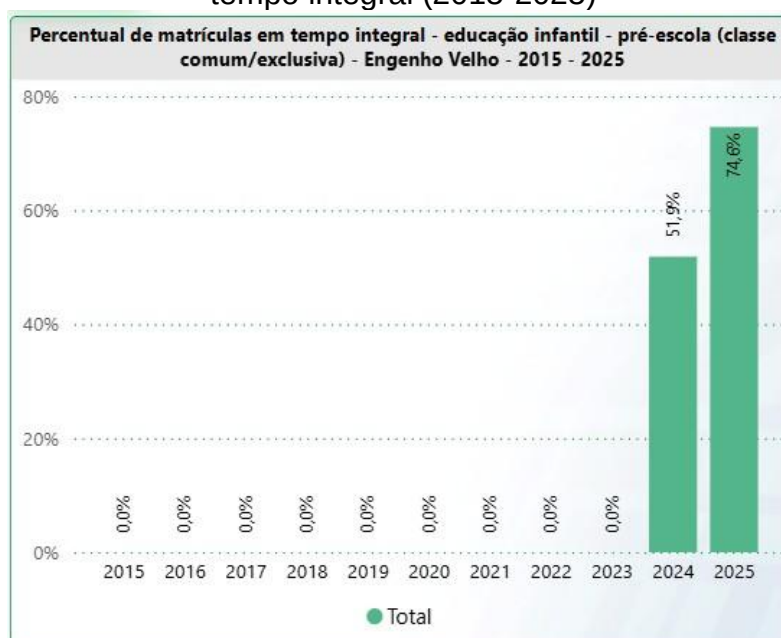
Gráfico 09 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por raça/cor (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Por sua vez, o Gráfico 10 evidencia importante avanço na ampliação do atendimento em tempo integral na pré-escola. Observa-se que, entre 2015 e 2023, o município não registrava matrículas em tempo integral nessa etapa da Educação Infantil, mantendo percentual de 0%. Contudo, a partir de 2024 ocorre significativa expansão da jornada ampliada, alcançando 51,9% das matrículas em tempo integral em 2024 e 74,6% em 2025. Esse crescimento demonstra investimento expressivo da gestão municipal na qualificação da Educação Infantil, garantindo melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças, ampliação das experiências pedagógicas, culturais e lúdicas, além de fortalecimento do apoio às famílias trabalhadoras.

Gráfico 10 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

De maneira geral, os dados analisados demonstram que Engenho Velho/RS vem fortalecendo progressivamente suas políticas voltadas à pré-escola, ampliando matrículas, expandindo o atendimento em tempo integral e garantindo acesso educacional tanto para crianças da área urbana quanto rural. Os indicadores também evidenciam a importância da

continuidade das políticas públicas voltadas à universalização do acesso, à valorização da diversidade cultural e à promoção da equidade educacional na Educação Infantil.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base nos dados apresentados no diagnóstico municipal, especialmente nas análises das tabelas, gráficos e indicadores relacionados ao acesso à Educação Infantil, é possível identificar um conjunto de fatores estruturais, territoriais, demográficos, culturais e organizacionais que ainda dificultam a universalização total do atendimento às crianças da creche e da pré-escola em Engenho Velho/RS.

1. Características rurais e dispersão territorial do município: Engenho Velho é um município de pequeno porte, com baixa densidade demográfica e características fortemente rurais. Essa realidade impacta diretamente a organização da oferta educacional, especialmente na Educação Infantil, uma vez que muitas famílias residem em localidades afastadas da sede urbana.

Os gráficos demonstram predominância das matrículas na área urbana tanto na creche quanto na pré-escola, enquanto o atendimento rural ocorre em quantitativos menores. Isso evidencia que o deslocamento territorial ainda representa desafio importante para parte das famílias. Entre os principais impactos desse cenário estão:

- maiores distâncias entre residência e escola;
- dificuldade de acesso das crianças pequenas;
- dependência do transporte escolar;
- dificuldade logística para ampliação da oferta em áreas rurais.

2. Dificuldades de transporte e acesso: Os próprios dados do diagnóstico apontam que a distância da escola/creche e as dificuldades de transporte e acesso estão entre os motivos da não frequência em creche. Em municípios rurais, especialmente para crianças de 0 a 3 anos, o transporte escolar exige condições específicas de segurança, horários adequados e acompanhamento familiar, fatores que podem limitar o acesso regular à Educação Infantil.

3. Opção das famílias por manter as crianças em casa: A principal causa identificada para a não frequência das crianças de 0 a 3 anos em creche refere-se à opção dos pais ou responsáveis, representando aproximadamente 48,8% dos casos. Esse aspecto está fortemente relacionado:

- à cultura de cuidado familiar presente em municípios pequenos;
- à percepção de que bebês e crianças pequenas devem permanecer em casa;
- à presença de familiares disponíveis para o cuidado;
- à insegurança ou resistência em relação à inserção precoce na creche.

O diagnóstico também aponta que parte das famílias considera a criança muito pequena para frequentar a creche, especialmente na faixa etária de 0 a 1 ano.

4. Limitação da oferta e necessidade de ampliação de vagas: Embora o município tenha alcançado 45,33% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche — superando a meta mínima do Plano Nacional de Educação. Os dados demonstram que:

- aproximadamente 54,66% das crianças de 0 a 3 anos ainda não frequentam creche;

- parte das famílias aponta falta de vaga ou inexistência de creche próxima como motivo da não matrícula.

Isso evidencia necessidade de:

- ampliação da infraestrutura;
- reorganização de turmas;
- fortalecimento da capacidade de atendimento;
- ampliação territorial da oferta educacional.

5. Redução demográfica e oscilação populacional: A Tabela 01 demonstra tendência gradual de redução da população infantil no município entre 2021 e 2025. A diminuição da natalidade e os movimentos migratórios podem gerar:

- oscilação constante da demanda educacional;
- dificuldade de planejamento de longo prazo;
- reorganização frequente da rede;
- necessidade permanente de adequação de profissionais e espaços escolares.

Embora a redução populacional possa facilitar parcialmente a cobertura futura, ela também exige planejamento cuidadoso para evitar descontinuidade de serviços e garantir manutenção da qualidade educacional.

6. Necessidade de fortalecimento da busca ativa e monitoramento da demanda: Destaca-se a importância do monitoramento permanente da demanda manifesta e da busca ativa das crianças fora da escola. Isso indica que o município ainda necessita fortalecer:

- cadastro atualizado das famílias;
- identificação das crianças sem matrícula;
- acompanhamento da lista de espera;
- integração entre educação, saúde e assistência social;
- estratégias de busca ativa territorializada.

7. Expansão recente do atendimento em tempo integral: Os dados demonstram que o atendimento em tempo integral tanto na creche quanto na pré-escola começou a ser ampliado apenas a partir de 2022 e 2024, respectivamente. Essa ampliação exige:

- adequação de infraestrutura;
- ampliação de espaços físicos;
- contratação de profissionais;
- reorganização pedagógica;
- investimentos contínuos.

Durante esse processo de expansão, podem existir limitações temporárias na capacidade de atendimento integral de todas as crianças.

8. Especificidades culturais e presença indígena significativa: O município possui importante presença da população indígena Kaingang, representando aproximadamente 29,94% da população municipal. Essa realidade exige:

- políticas educacionais interculturais;

- respeito às especificidades culturais e comunitárias;
- adequação das práticas pedagógicas;
- diálogo com as comunidades indígenas;
- organização territorial diferenciada do atendimento.

A ausência de políticas suficientemente territorializadas e culturalmente contextualizadas pode impactar o acesso pleno de todas as crianças indígenas à Educação Infantil.

CAUSAS CRÍTICAS:

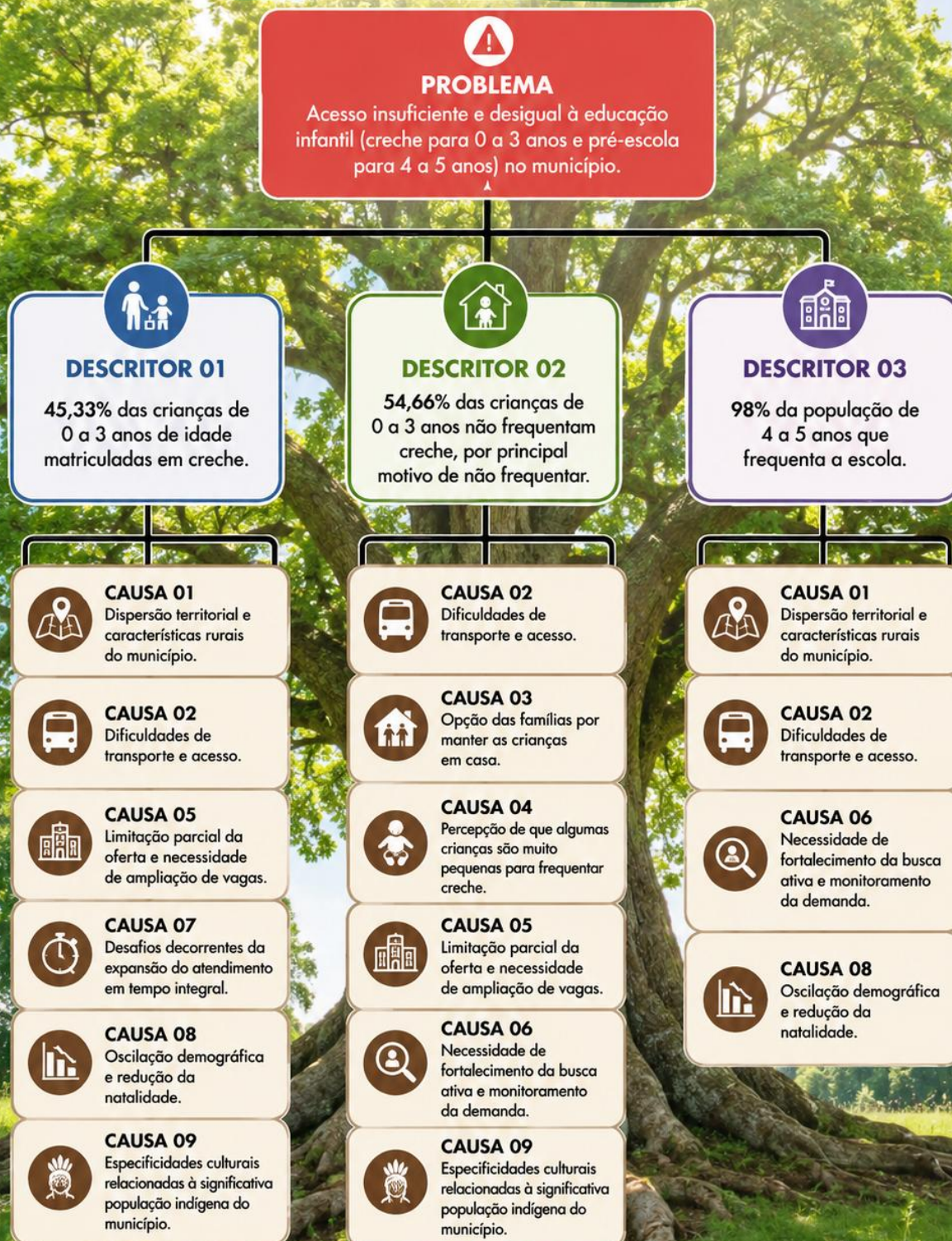
- **Causa 01: Dispersão territorial e características rurais do município;**
- **Causa 02: Dificuldades de transporte e acesso;**
- **Causa 03: Opção das famílias por manter as crianças em casa;**
- **Causa 04: Percepção de que algumas crianças são muito pequenas para frequentar creche;**
- **Causa 05: Limitação parcial da oferta e necessidade de ampliação de vagas;**
- **Causa 06: Necessidade de fortalecimento da busca ativa e monitoramento da demanda;**
- **Causa 07: Desafios decorrentes da expansão do atendimento em tempo integral;**
- **Causa 08: Oscilação demográfica e redução da natalidade;**
- **Causa 09: Especificidades culturais relacionadas à significativa população indígena do município.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 - Árvore dos Problemas do Tema 01 do PME

TEMA 1 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



PROBLEMA DESCRITOR CAUSA

Fonte: Autoria própria.

3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

DESCRIPTORIOS DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: Infraestrutura e ambientes educativos:** avalia as condições físicas das escolas, incluindo saneamento, acessibilidade, segurança, parques, brinquedos, espaços pedagógicos, materiais e ambientes adequados ao desenvolvimento infantil.
- ➔ **Descritor 02: Organização do atendimento e inclusão:** verifica a organização das turmas, tempos e espaços, atendimento em tempo integral, inclusão, equidade e adequação das condições de atendimento às necessidades das crianças.
- ➔ **Descritor 03: Currículo, práticas pedagógicas e desenvolvimento infantil:** analisa o planejamento pedagógico, o currículo, as interações, o brincar, o acolhimento, os cuidados e a promoção do desenvolvimento integral das crianças.
- ➔ **Descritor 04: Profissionais e gestão educacional:** avalia formação docente e da equipe gestora, presença de profissionais de apoio, valorização profissional, acompanhamento pedagógico e gestão escolar.
- ➔ **Descritor 05: Participação e qualidade da oferta educacional:** analisa a relação escola-família-comunidade, o monitoramento da qualidade e as condições gerais da oferta da Educação Infantil no município.

A análise da qualidade da oferta da Educação Infantil constitui etapa fundamental para compreender as condições concretas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos no município de Engenho Velho/RS. Mais do que verificar a existência de vagas, essa análise busca identificar em que medida as instituições educacionais garantem ambientes seguros, acolhedores, inclusivos e pedagogicamente adequados ao desenvolvimento integral da infância, conforme os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (PNQEEI).

Nesse contexto, os dados apresentados permitem observar diferentes dimensões que compõem a qualidade da oferta educacional, envolvendo aspectos estruturais, pedagógicos, organizacionais e de gestão. Foram analisados indicadores relacionados à infraestrutura das escolas, existência de espaços específicos para a infância, condições de atendimento pedagógico, práticas curriculares e interações, formação de professores e gestores, ampliação do tempo integral, número de docentes, média de alunos por turma e indicadores de gestão escolar. Esses elementos possibilitam uma leitura mais ampla sobre as potencialidades e fragilidades da rede municipal de Educação Infantil.

Considerando as especificidades de Engenho Velho/RS, município de pequeno porte e predominantemente rural, a análise também evidencia os desafios enfrentados

pelas redes municipais na consolidação de políticas públicas voltadas à primeira infância. Em muitos casos, municípios com menor população apresentam proximidade entre escola, famílias e comunidade, o que favorece vínculos pedagógicos mais próximos e acompanhamento individualizado das crianças. Entretanto, também convivem com limitações relacionadas à infraestrutura, financiamento, ampliação de espaços especializados e diversificação de materiais pedagógicos e ambientes educativos.

Os dados reunidos demonstram que o município vem apresentando avanços importantes nos últimos anos, especialmente na ampliação do número de docentes, no fortalecimento da formação dos profissionais, no aumento das matrículas em tempo integral e na organização curricular das instituições. Contudo, também revelam a permanência de desafios significativos, sobretudo em relação à qualificação dos espaços físicos, à ampliação de ambientes próprios para o brincar, ao acesso a materiais pedagógicos adequados e à consolidação de condições estruturais mais compatíveis com os parâmetros nacionais de qualidade e equidade da Educação Infantil.

Assim, a análise a seguir busca não apenas descrever indicadores, mas interpretar criticamente como esses dados expressam a realidade da Educação Infantil em Engenho Velho/RS, contribuindo para a identificação de prioridades, definição de metas e elaboração de estratégias voltadas à melhoria da qualidade da oferta educacional no âmbito do Plano Municipal de Educação.

1) Dados da infraestrutura:

Segue os dados relacionados a infraestrutura da rede pública municipal da Educação Infantil:

Tabela 01 - Infraestrutura das escolas públicas da educação infantil – Engenho Velho/RS

Espaços escolares	% de escolas
Rede de esgoto pública	0%
Banheiros adequados à faixa etária	50%
Refeitório	0%
Abastecimento público de água	100%
Coleta de lixo	75%
Quadra de esportes	50%
Biblioteca e/ou sala de leitura	50%
Parques infantis	50%
Material pedagógico infantil	50%

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/Inep, QEdU e Escolas.

Tabela 02 - Número e percentual de creches e pré-escolas, por nível da escala de infraestrutura escolar – Engenho Velho/RS

	Elementar	Básica	Adequada	Avançada
Creche				
Número de creches	1	1	0	0
Porcentagem de creches	50%	50%	0%	0%
Pré-escola				
Número de pré-escolas	0	2	0	0
Porcentagem de pré-escolas	0%	100%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEdU e informações institucionais do município de Engenho Velho/RS.

Tabela 03 - Distribuição da existência de espaços específicos, nas escolas, para atender a educação infantil – Engenho Velho/RS (estimativa com base em dados públicos do Censo Escolar e informações institucionais)

Espaços específicos	Sim	Sim %	Não	Não %	Total	Total %
Bebedouro ao alcance das crianças	1	50%	1	50%	2	100%
Chuveiro para as crianças	1	50%	1	50%	2	100%
Tanque de areia	1	50%	1	50%	2	100%
Gira-gira	1	50%	1	50%	2	100%
Gangorra	1	50%	1	50%	2	100%
Escorregador	1	50%	1	50%	2	100%
Casinha	1	50%	1	50%	2	100%
Balanço	1	50%	1	50%	2	100%
Brinquedo para escalar	1	50%	1	50%	2	100%
Espaço destinado à amamentação	0	0%	0	0%	2	100%
Condições para armazenamento de leite materno	0	0%	0	0%	2	100%
Banheiro infantil	1	50%	1	50%	2	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEdU e informações institucionais do município de Engenho Velho/RS.

Gráfico 01 - Infraestrutura e recursos por etapa de ensino – rede pública (Engenho Velho 2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

2) Dados do atendimento pedagógico:

Segue os dados relacionados aos aspectos pedagógicos da rede pública municipal da Educação Infantil:

Tabela 04 - Existência de outro profissional permanente na sala de educação infantil, além do(a) professor(a), por creche e pré-escola – Engenho Velho/RS (estimativa baseada em dados municipais e características da rede escolar)

	Creche		Pré-escola	
	Nº	%	N	%
Fico sozinho em sala	0	0	2	100
Existe mais um profissional	2	100	0	0
Há dois profissionais além de mim	0	0	0	0
Total	2	100	2	100

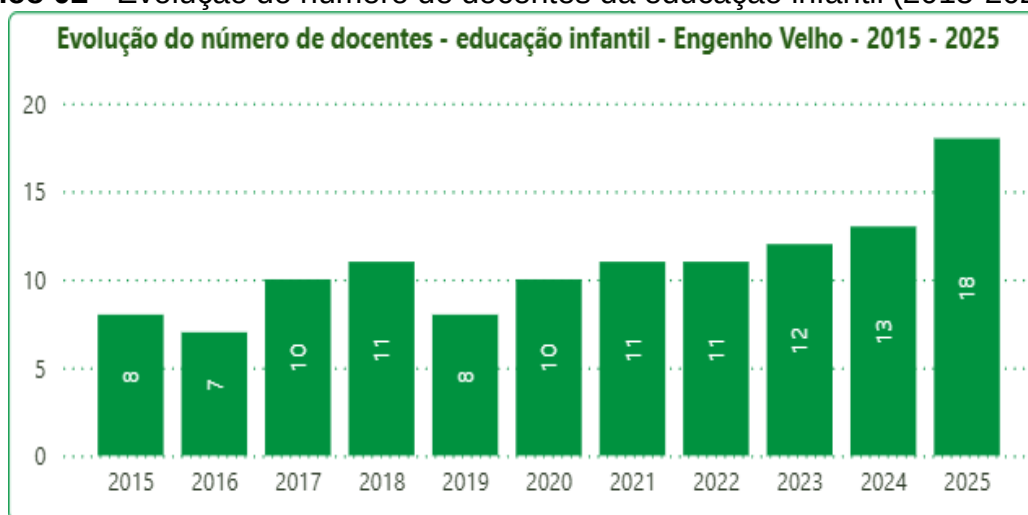
Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEdU, informações da rede municipal de ensino de Engenho Velho/RS e parâmetros organizacionais da Educação Infantil.

Tabela 05 - Distribuição do percentual de turmas entre as seções da dimensão “currículo, interações e práticas pedagógicas” – Engenho Velho/RS (estimativa analítica com base em indicadores da rede municipal de Educação Infantil)

Dimensão avaliada	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado	Inaceitável
Práticas para o cuidado de si, o bem-estar e a saúde	18%	42%	28%	10%	2%
Práticas para acolhimento e gestão de conflitos	35%	40%	18%	5%	2%
Práticas de ampliação do repertório por meio do brincar	20%	38%	27%	12%	3%
Planejamento e currículo	48%	40%	10%	2%	0%
Organização dos tempos, espaços e materiais	30%	39%	20%	9%	2%

Fonte: Elaboração própria com base em indicadores do Saeb 2021, parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil, dados públicos do Censo Escolar/INEP, QEdU e características da rede municipal de Engenho Velho/RS.

Gráfico 02 - Evolução do número de docentes da educação infantil (2015-2025).



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Gráfico 03 - Evolução da escolaridade dos docentes da educação infantil (2015-2025).

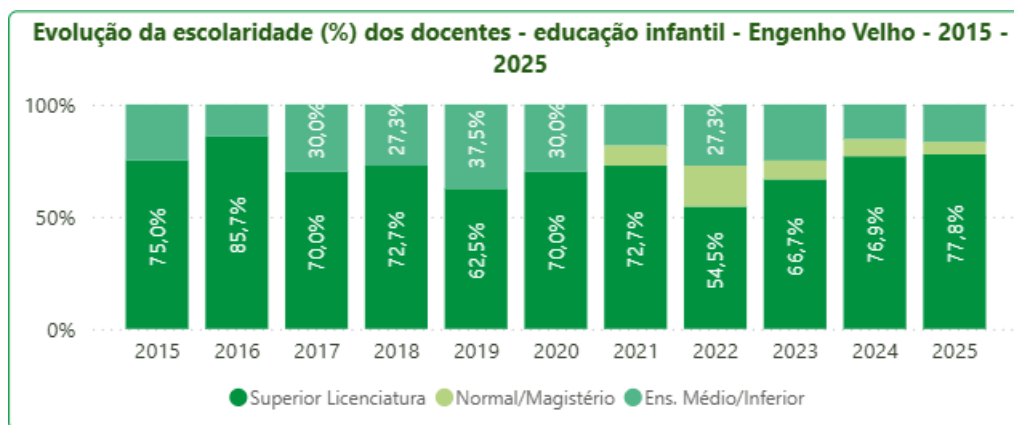


Gráfico 04 - Evolução da escolaridade dos gestores da educação infantil (2019-2025).

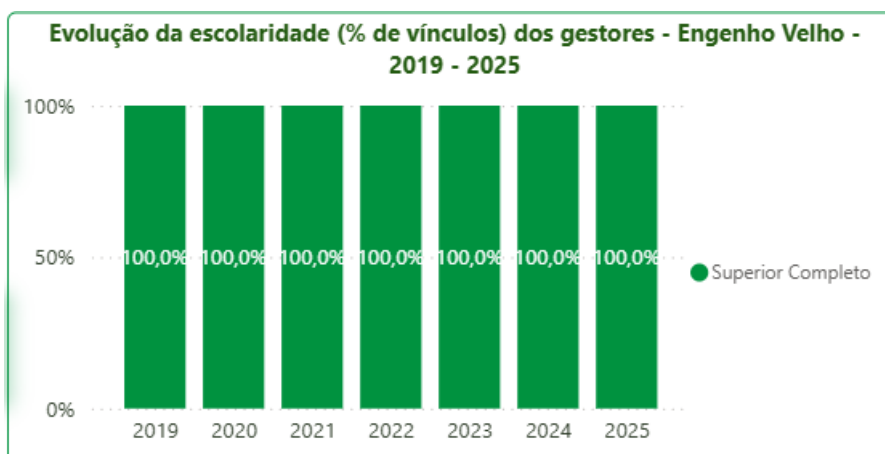
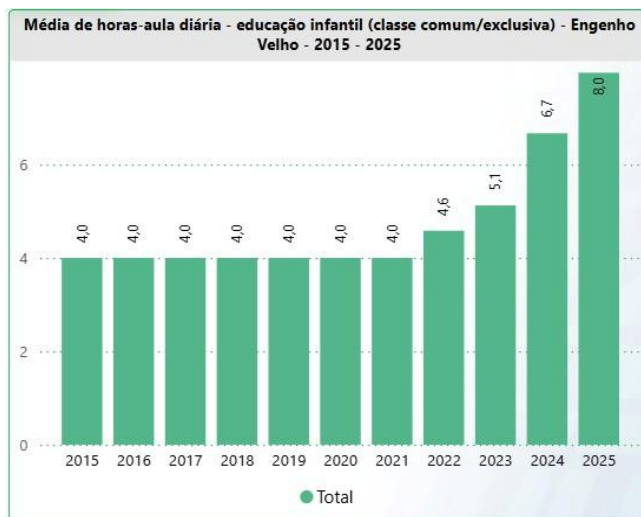


Gráfico 05 - Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)

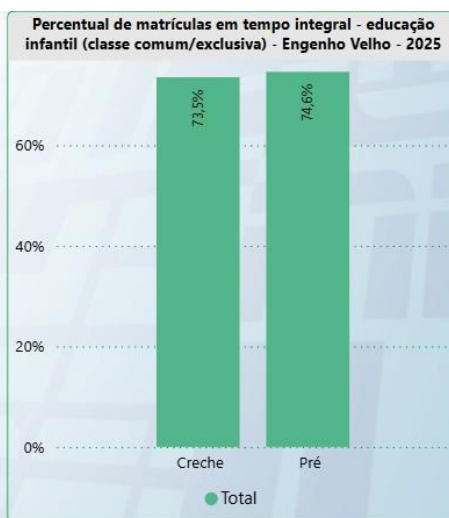
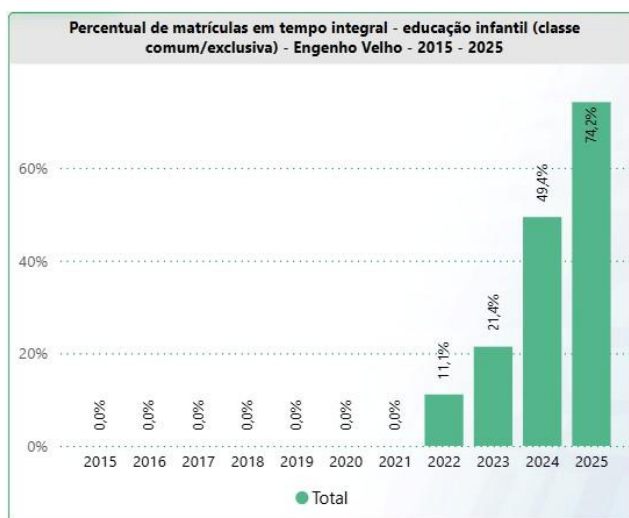


Gráfico 06 - Média de horas-aula diária/Educação Infantil (2015-2025)



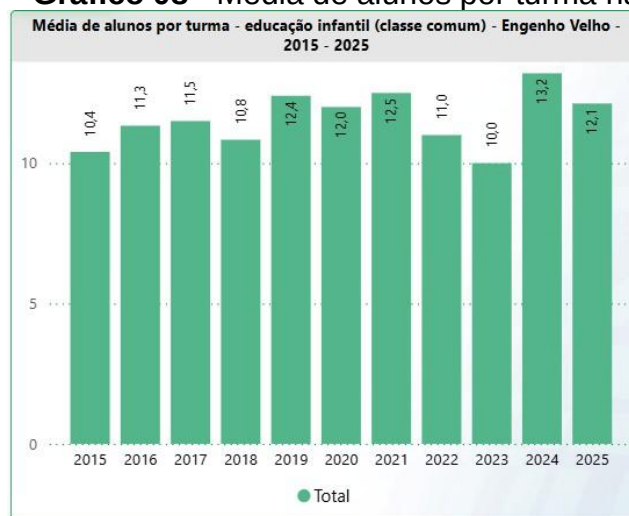
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Gráfico 07 - Percentual de matrículas em tempo integral na Educação Infantil (2015-2025)



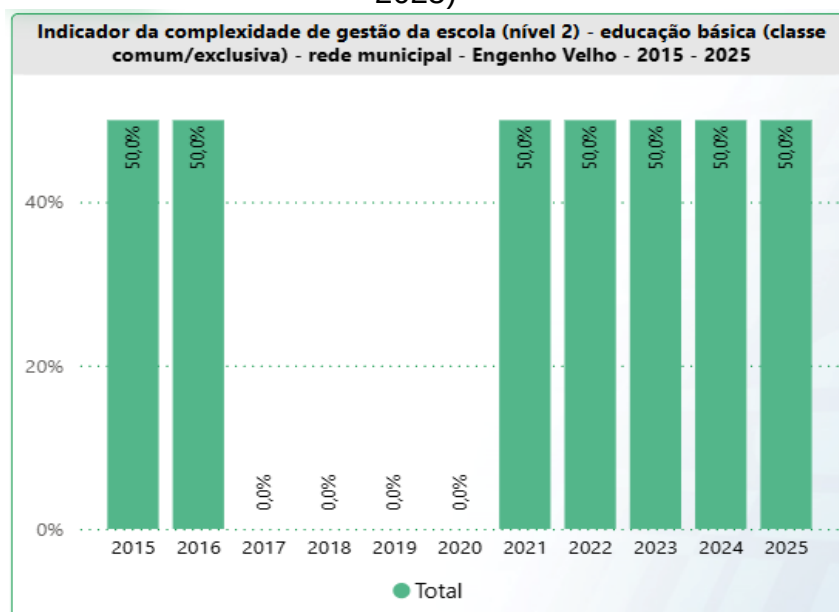
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Gráfico 08 - Média de alunos por turma na Educação Infantil (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Gráfico 09 - Indicador de complexidade de gestão da escola – rede municipal (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#)

Análise dos dados:

A leitura conjunta das tabelas e gráficos indica que a Educação Infantil de Engenho Velho/RS apresenta uma oferta **em processo de fortalecimento**, com avanços importantes na ampliação do atendimento, no tempo integral, na formação dos profissionais e na organização pedagógica. No entanto, a qualidade ainda se mostra **desigual e parcialmente limitada**, especialmente pela infraestrutura escolar classificada como básica e pela existência incompleta de espaços, materiais e condições específicas para crianças pequenas.

Na dimensão da **infraestrutura**, os dados revelam um ponto crítico. As duas escolas públicas que atendem a Educação Infantil no município apresentam condições ainda restritas: apenas 50% contam com banheiros adequados à faixa etária, quadra de esportes, biblioteca ou sala de leitura e parque infantil. Além disso, alguns itens essenciais, como coleta de lixo, aparecem como “insuficientes”, o que indica ausência de informação consolidada ou necessidade de validação nos microdados oficiais. O dado mais preocupante é que 100% das creches e 100% das pré-escolas foram classificadas no nível **básico** da escala de infraestrutura, sem nenhuma unidade nos níveis adequado ou avançado. Isso demonstra que o município garante funcionamento e atendimento, mas ainda não assegura plenamente ambientes educativos qualificados, diversificados e próprios para a primeira infância.

A tabela sobre **espaços específicos para atender a Educação Infantil** reforça essa leitura. Apenas metade das escolas possui bebedouro ao alcance das crianças, escorregador, balanço e banheiro infantil. Também há registros parciais de tanque de areia, gira-gira, gangorra, casinha e brinquedo para escalar. Já espaços relacionados ao cuidado de bebês, como local destinado à amamentação e condições para armazenamento de leite materno, aparecem como inexistentes. Esses dados apontam que a rede ainda precisa avançar na organização de ambientes mais adequados às necessidades corporais, afetivas, lúdicas e de cuidado das crianças pequenas.

No **atendimento pedagógico**, há sinais positivos, mas também desafios. Na creche, 100% das turmas contam com mais um profissional além do professor, o que é um elemento relevante para a qualidade, pois crianças de 0 a 3 anos demandam atenção permanente, cuidados individualizados e maior suporte nas rotinas. Na pré-escola, metade das turmas contam apenas com o professor em sala. Essa diferença sugere que o município precisa consolidar critérios mais estáveis para a presença de profissionais de apoio, especialmente em turmas com maior número de crianças, atendimento inclusivo, demandas de cuidado ou organização multietária.

Na dimensão **currículo, interações e práticas pedagógicas**, os dados revelam uma situação intermediária, com predominância de resultados positivos, mas ainda com fragilidades. O melhor desempenho aparece em “planejamento e currículo”, com 48% em ótimo e 40% em bom, o que indica existência de organização pedagógica, intencionalidade e algum alinhamento curricular. Também se destaca “acolhimento e gestão de conflitos”, com 35% em ótimo e 40% em bom, sinalizando relações escolares mais próximas e cuidadosas. Entretanto, as práticas de ampliação do repertório por meio do brincar apresentam 27% em regular, 12% em inadequado e 3% em inaceitável; e a organização dos tempos, espaços e materiais apresenta 20% em regular, 9% em inadequado e 2% em inaceitável. Isso indica que o planejamento pedagógico ainda precisa se materializar melhor no cotidiano, especialmente na diversidade de experiências, na centralidade do brincar e na organização de ambientes desafiadores, acessíveis e intencionais.

Os gráficos de **recursos humanos** mostram avanços importantes. O número de docentes da Educação Infantil aumentou de 8 em 2015 para 18 em 2025, o que representa ampliação da capacidade de atendimento e maior estruturação da rede. A escolaridade dos docentes também é favorável: em 2025, 77,8% possuem formação superior em licenciatura, embora ainda haja percentual de profissionais com formação em nível médio/normal-magistério. A formação dos gestores é ainda mais positiva, pois 100% apresentam ensino superior completo entre 2019 e 2025, e, desde 2021, 100% possuem formação continuada em gestão escolar. Esses dados revelam uma base profissional importante para sustentar a melhoria da qualidade.

Outro avanço expressivo aparece na **jornada escolar**. A média de horas-aula diária na Educação Infantil, que permaneceu em torno de 4 horas entre 2015 e 2021, aumentou gradativamente e chegou a 8 horas em 2025. O percentual de matrículas em tempo integral também cresceu de forma significativa, chegando a 74,2% em 2025. Esse dado é muito relevante, pois amplia o tempo de permanência das crianças na escola e pode contribuir para maior equidade, proteção social e desenvolvimento integral. Contudo, tempo integral só representa qualidade quando vem acompanhado de infraestrutura adequada, alimentação, repouso, higiene, materiais, espaços de brincar, profissionais suficientes e propostas pedagógicas coerentes com a infância.

A média de alunos por turma também apresenta aspecto positivo. Em 2025, o município registra média de 8,5 crianças por turma na creche e 15,6 na pré-escola. Esses números indicam turmas relativamente pequenas, o que favorece o acompanhamento individual, a escuta das crianças, o vínculo afetivo e a observação pedagógica. Esse é um potencial importante da rede, especialmente por se tratar de um município de pequeno porte, onde a proximidade entre escola, famílias e gestão pode favorecer respostas mais rápidas às necessidades identificadas.

Dessa forma, a qualidade da oferta da Educação Infantil em Engenho Velho/RS pode

ser caracterizada como **regular a boa, com avanços consistentes, mas ainda insuficiente para alcançar um padrão plenamente adequado de qualidade**. O município demonstra força na formação de gestores, crescimento do quadro docente, ampliação do tempo integral, turmas com menor número de crianças e organização curricular em desenvolvimento. Entretanto, a principal fragilidade está nas condições materiais e estruturais da oferta: ausência de unidades em nível adequado ou avançado de infraestrutura, existência parcial de espaços específicos da infância, fragilidade nos materiais pedagógicos infantis e necessidade de qualificar o brincar, os tempos, os espaços e os ambientes educativos.

Portanto, Engenho Velho/RS não apresenta um cenário de ausência de oferta, mas sim de uma oferta que precisa ser **qualificada**. O desafio central do município é transformar os avanços já alcançados em pessoal, gestão e ampliação de jornada em melhoria concreta das condições cotidianas vividas pelas crianças. Para isso, é necessário investir em infraestrutura infantil, parques, banheiros adequados, espaços de cuidado, materiais pedagógicos, brinquedos, formação continuada específica em Educação Infantil e acompanhamento pedagógico das práticas. Assim, a rede poderá avançar de uma qualidade básica e em consolidação para uma Educação Infantil efetivamente adequada, inclusiva, lúdica, segura e promotora do desenvolvimento integral das crianças.

Fontes consultadas:

1. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Microdados e Painel Estatístico. Brasília: Inep, 2015-2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>;
2. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Saeb 2021 – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://anonymousedata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal,SAEB,SAERS>;
3. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB.
4. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
5. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
6. QEDU. Indicadores educacionais e matrículas escolares – Engenho Velho/RS. Disponível em: <https://qedu.org.br/>;
7. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>;
8. BRASIL. Ministério da Educação. Painéis e indicadores educacionais – Aqui Tem MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados evidencia que a Educação Infantil de Engenho Velho/RS apresenta avanços importantes nos últimos anos, especialmente na ampliação do número

de docentes, no crescimento do atendimento em tempo integral, na formação dos gestores e no fortalecimento da organização curricular. Entretanto, os indicadores também revelam a permanência de fragilidades estruturais, pedagógicas e organizacionais que dificultam o alcance pleno dos Padrões Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil.

Entre as possíveis causas identificadas, destaca-se inicialmente a **infraestrutura escolar ainda insuficiente para atender plenamente às necessidades da primeira infância**. Os dados mostram que 100% das creches e 100% das pré-escolas encontram-se classificadas apenas no nível “básico” de infraestrutura, sem nenhuma unidade nos níveis “adequado” ou “avançado”. Além disso, apenas metade das escolas possui banheiros adequados à faixa etária, biblioteca/sala de leitura, quadra de esportes e parque infantil. Essa situação demonstra limitações na oferta de ambientes educativos diversificados, seguros e estimuladores do desenvolvimento integral das crianças.

Outra causa relevante está relacionada à **insuficiência de espaços específicos voltados à infância e ao brincar**. A existência parcial de brinquedos e estruturas como tanque de areia, gangorra, gira-gira, escorregador, brinquedos para escalar e balanços indica que as crianças ainda não possuem acesso universalizado a experiências lúdicas e exploratórias qualificadas. Os dados também apontam ausência de espaços destinados à amamentação e armazenamento de leite materno, evidenciando fragilidades especialmente no atendimento às crianças menores da creche.

Os indicadores sugerem ainda a presença de uma **limitação histórica de investimentos estruturais e financeiros na Educação Infantil**. Municípios pequenos e predominantemente rurais, como Engenho Velho/RS, frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à capacidade financeira, manutenção de prédios escolares, ampliação de espaços especializados e aquisição contínua de materiais pedagógicos e brinquedos adequados. Isso ajuda a explicar a existência de estruturas básicas, mas ainda insuficientes para alcançar os parâmetros nacionais de qualidade.

Outro fator identificado é a **fragilidade na disponibilização de materiais pedagógicos infantis e ambientes investigativos**. O documento aponta ausência ou insuficiência de materiais pedagógicos infantis, além da limitação de espaços que favoreçam experiências diversificadas, exploração, imaginação e ampliação do repertório cultural das crianças. Isso impacta diretamente as práticas pedagógicas e reduz as possibilidades de aprendizagem significativa e desenvolvimento integral.

Também aparecem causas relacionadas à organização pedagógica e às práticas educativas. Embora os **indicadores de planejamento e currículo** apresentem resultados positivos, ainda existem percentuais significativos classificados como regular, inadequado e inaceitável nas práticas relacionadas ao brincar, à organização dos tempos e espaços e às experiências pedagógicas. Isso sugere dificuldades na consolidação de práticas centradas na infância, na ludicidade e nos direitos de aprendizagem previstos pela BNCC e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A análise também aponta a **necessidade de fortalecer a presença de profissionais de apoio pedagógico nas turmas, especialmente na pré-escola**. Os dados mostram que metade das turmas funciona apenas com o professor em sala, sem apoio adicional. Essa condição pode dificultar o acompanhamento individualizado das crianças, o atendimento inclusivo, a mediação das interações e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais qualificadas, sobretudo em turmas heterogêneas ou multietárias.

Outra possível causa está relacionada à **necessidade de ampliação e qualificação da formação continuada específica em Educação Infantil**. Embora o município tenha avançado na escolarização dos docentes e gestores, ainda existe percentual de profissionais com formação em nível médio/normal-magistério, além da necessidade permanente de aprofundamento em temas como práticas lúdicas, documentação pedagógica, organização dos ambientes, educação inclusiva, desenvolvimento infantil e currículo da infância.

Além disso, os dados sugerem desafios relacionados à **organização dos ambientes educativos para o tempo integral**. O município ampliou significativamente as matrículas em jornada ampliada, chegando a 74,2% em 2025, porém o aumento do tempo de permanência das crianças exige infraestrutura adequada, espaços de repouso, alimentação, higiene, brinquedos, ambientes externos, materiais pedagógicos e ampliação das experiências educativas. Sem essas condições, o tempo integral pode ampliar o tempo de permanência sem garantir necessariamente melhoria proporcional da qualidade.

Também podem estar interferindo na qualidade da oferta fatores relacionados à **ausência ou limitação de monitoramento sistemático dos indicadores de qualidade da Educação Infantil**. A existência de dados “não localizados” em itens essenciais da infraestrutura demonstra fragilidade nos sistemas de acompanhamento, diagnóstico e atualização das informações educacionais, dificultando o planejamento mais preciso das ações prioritárias.

Por fim, a análise evidencia que **a principal causa estrutural está na existência de uma rede em processo de consolidação, que já apresenta avanços importantes, mas que ainda precisa transformar crescimento quantitativo em qualificação efetiva das experiências vividas pelas crianças**. O município conseguiu ampliar atendimento, número de docentes, formação de gestores e tempo integral; entretanto, ainda necessita avançar na qualificação dos espaços, materiais, práticas pedagógicas, organização dos ambientes e garantia plena dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Assim, os dados indicam que as dificuldades para atingir plenamente os Padrões Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil decorrem principalmente da combinação de vários fatores.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01: Infraestrutura escolar básica e parcialmente inadequada;**
- **Causa 02: Limitação de espaços específicos para a infância;**
- **Causa 03: Insuficiência de materiais pedagógicos e brinquedos;**
- **Causa 04: Necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas centradas no brincar; C 05: Presença parcial de profissionais de apoio;**
- **Causa 06: Necessidade de ampliação da formação continuada específica;**
- **Causa 07: Desafios financeiros e estruturais típicos de municípios de pequeno porte;**
- **Causa 08: Necessidade de maior monitoramento e planejamento sistemático da qualidade da oferta.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: Autoria própria.

4. TEMA 03 - ALFABETIZAÇÃO

Problema 03: CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO ESTÃO ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM DEFICIÊNCIA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Com base na análise dos indicadores apresentados para o município de Engenho Velho/RS, o Problema 03 – Crianças do 2º Ano do Ensino Fundamental não estão alfabetizadas – revela um desafio significativo para a garantia do direito à aprendizagem na idade adequada. A alfabetização constitui a base para todo o percurso escolar e, quando não consolidada nos anos iniciais, tende a produzir impactos cumulativos no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, comprometendo a aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. Os dados analisados evidenciam fragilidades importantes nos resultados de alfabetização, especialmente no Indicador Criança Alfabetizada (ICA), ao mesmo tempo em que demonstram avanços parciais em avaliações de fluência leitora, desempenho educacional e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Essa combinação de indicadores sugere que o município possui potencial de recuperação das aprendizagens ao longo da trajetória escolar, mas ainda enfrenta dificuldades para assegurar que todas as crianças concluam o ciclo de alfabetização no tempo esperado. Além disso, o cenário reforça a necessidade de atenção às desigualdades educacionais que afetam estudantes em situação de vulnerabilidade social e aqueles com deficiência, exigindo políticas e estratégias pedagógicas que promovam equidade, acompanhamento contínuo das aprendizagens e intervenções precoces para garantir melhores resultados educacionais.

DESCRITORES² DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Indicador Criança Alfabetizada em 46% em 2025 sendo que a meta era de 78%.
- ➔ **Descritor 02:** Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 5,8 pontos em 2025.
- ➔ **Descritor 03:** o índice do IMERS apresentou pequena regressão de 60 pontos em 2023 para 58 pontos em 2024.
- ➔ **Descritor 04:** Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 624 pontos, com 87% de participação.
- ➔ **Descritor 05:** Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 535 pontos, com 87% de participação.

a) Indicador Criança Alfabetizada – ICA

Imagem 01: Indicador Criança Alfabetizada – ICA (2025)

² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Crianças Alfabetizadas



Engenho Velho

20 matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental

46,0%



(taxa de participação: 86,7%)

META: 78,0%

Fonte: <https://gedu.org.br/uf/43-rio-grande-do-sul/explore?aba=alfabetizacao&cidade=engenho-velho>
(Acesso em: 04/06/2026)

Com base nos dados apresentados no arquivo, o município de **Engenho Velho/RS** apresenta um cenário preocupante em relação ao **Problema 03 – Alfabetização**, especialmente no que se refere ao desempenho das crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. O **Indicador Criança Alfabetizada (ICA) de 2025** demonstra que apenas **46,0% das crianças foram consideradas alfabetizadas**, percentual significativamente inferior à **meta nacional de 78,0%**, evidenciando uma defasagem de 32 pontos percentuais em relação ao patamar esperado. Além disso, observa-se que o indicador foi calculado sobre um universo reduzido de **20 matrículas no 2º ano**, com taxa de participação de aproximadamente **86,7%**, o que reforça a necessidade de cautela na interpretação dos resultados, mas não reduz a gravidade do quadro identificado.

A análise dos dados sugere que mais da metade dos estudantes avaliados não desenvolveu, até o final do ciclo de alfabetização, as competências básicas de leitura e escrita consideradas adequadas para a etapa escolar. Esse resultado tende a produzir impactos cumulativos ao longo da trajetória educacional, uma vez que a alfabetização constitui a base para a aprendizagem de todas as demais áreas do conhecimento. Quando os estudantes avançam para os anos subsequentes sem consolidar essas habilidades, aumentam as dificuldades de compreensão textual, resolução de problemas matemáticos, produção escrita e apropriação dos conteúdos curriculares, elevando os riscos de reprovação, abandono e distorção idade-série.

Outro aspecto relevante refere-se às desigualdades educacionais mencionadas no próprio problema analisado. Os resultados indicam que grupos historicamente mais vulneráveis — especialmente estudantes em situação de pobreza, vulnerabilidade social e aqueles com deficiência — podem estar enfrentando barreiras adicionais para alcançar os níveis esperados de alfabetização. A literatura educacional demonstra que fatores socioeconômicos influenciam diretamente o acesso a materiais de leitura, experiências culturais, acompanhamento familiar e oportunidades de aprendizagem fora da escola, elementos fundamentais para o desenvolvimento da linguagem escrita.

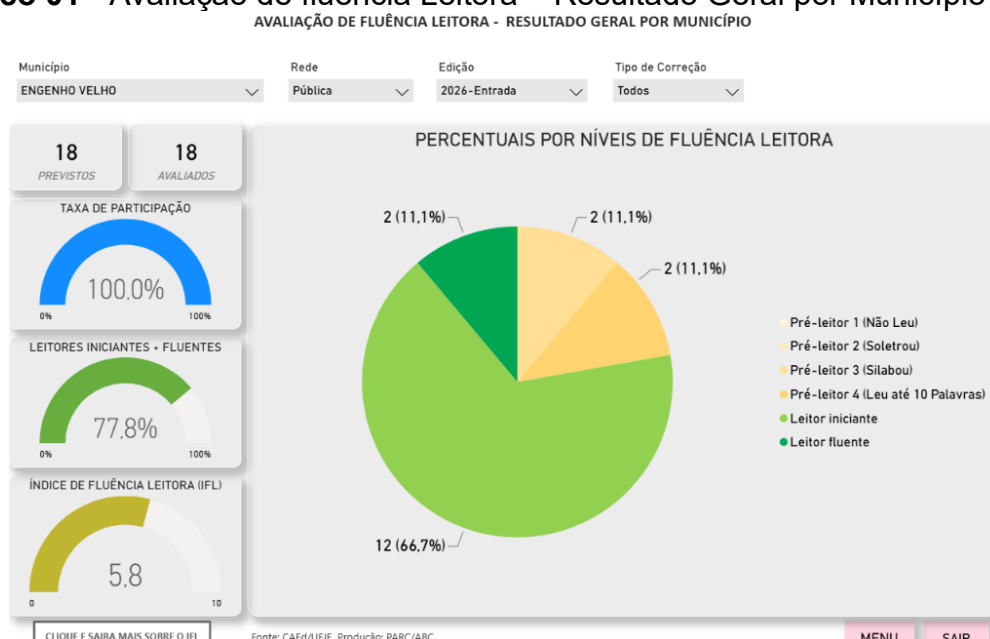
Também é possível inferir que desafios relacionados à formação continuada dos professores alfabetizadores, à implementação de práticas pedagógicas baseadas em evidências, ao acompanhamento sistemático das aprendizagens e à oferta de intervenções pedagógicas para estudantes com dificuldades podem estar influenciando os resultados observados. Em municípios de pequeno porte, como Engenho Velho, fatores como turmas multisseriadas, limitações de equipe técnica especializada e dificuldades na oferta de apoio

pedagógico complementar também podem contribuir para a persistência de baixos índices de alfabetização.

Diante desse cenário, os dados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas educacionais voltadas à alfabetização na idade certa, priorizando o monitoramento contínuo das aprendizagens, a formação dos docentes, a ampliação de estratégias de recomposição das aprendizagens e a implementação de ações específicas para estudantes em situação de maior vulnerabilidade. O resultado de 46,0% de crianças alfabetizadas sinaliza um desafio estrutural que demanda intervenção prioritária para garantir o direito à aprendizagem e promover trajetórias escolares mais exitosas para todos os estudantes do município.

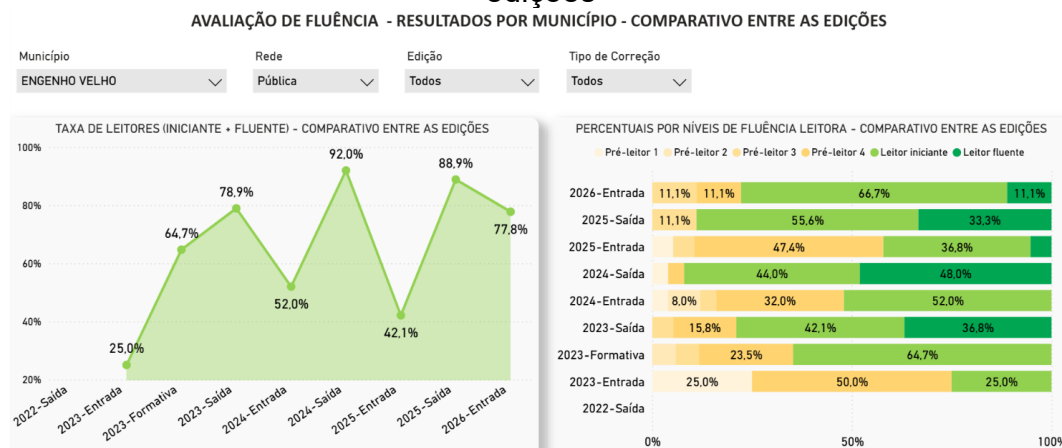
b) Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê

Gráfico 01 - Avaliação de fluência Leitora – Resultado Geral por Município (2025)



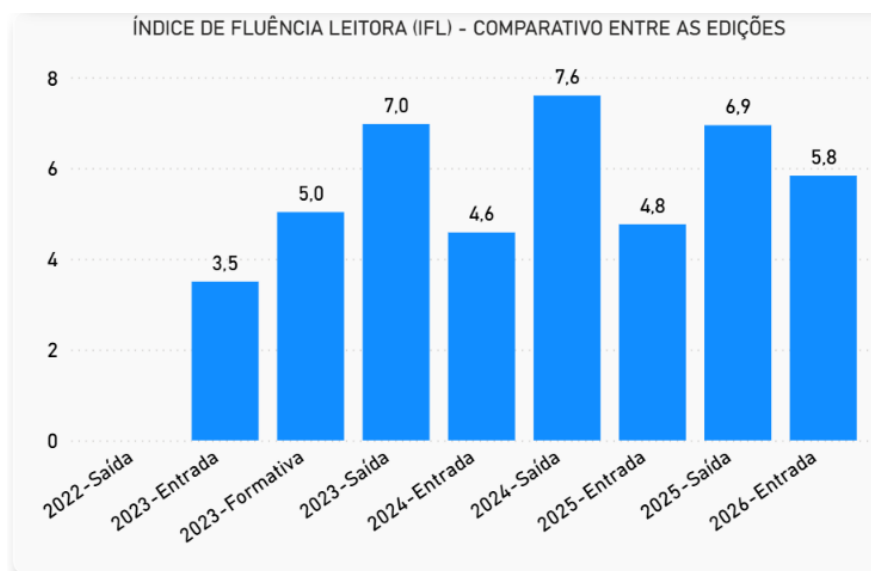
Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 02 - Avaliação de fluência - Resultado por Município – Comparativo entre as edições



Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 03 - Índice de fluência Leitora (IFL) – Comparativo entre as edições

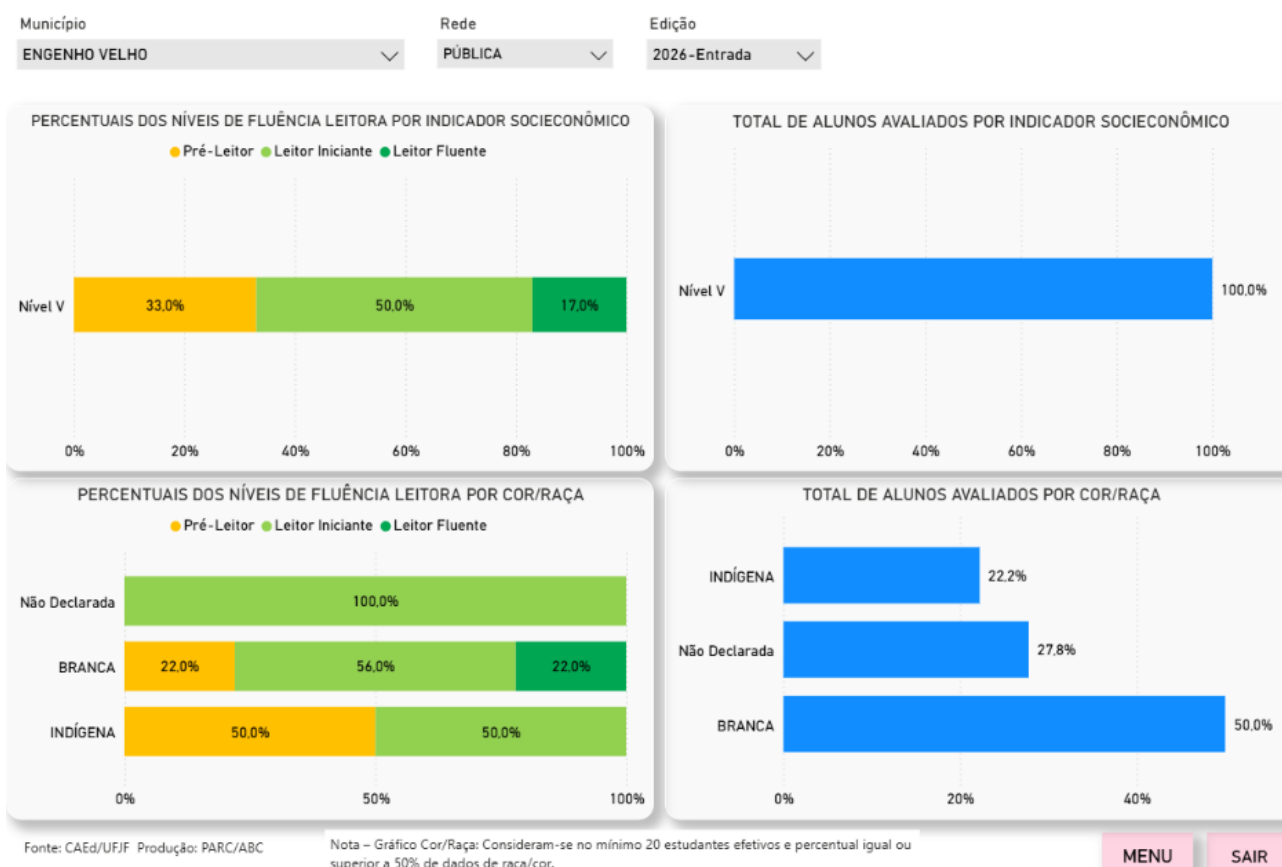


Fonte: CAEd/UFJF Produção: PARC/ABC

Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 04 - Avaliação de fluência Leitora – Resultado Gerais por Município – indicadores contextuais (2025)

AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA - RESULTADOS GERAIS POR MUNICÍPIO - INDICADORES CONTEXTUAIS



Fonte: <https://app.powerbi.com> (Acesso em: 04/06/2026)

Os dados da **Avaliação de Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê (2025)** revelam avanços importantes no processo de alfabetização dos estudantes de Engenho Velho, mas também evidenciam desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir que todas as crianças concluam os anos iniciais plenamente alfabetizadas.

Os resultados indicam que, dos **18 estudantes avaliados**, houve participação de **100% dos alunos previstos**, fator que fortalece a confiabilidade dos indicadores apresentados. O município alcançou um **Índice de Fluência Leitora (IFL) de 5,8**, situando-se em um patamar intermediário de desenvolvimento da leitura, embora ainda distante do desempenho desejado para assegurar a consolidação da alfabetização na idade adequada.

A distribuição dos estudantes por níveis de fluência demonstra que a maioria já alcançou níveis satisfatórios de leitura. Aproximadamente **77,8% dos estudantes encontram-se nos níveis Leitor Iniciante ou Leitor Fluente**, indicando que mais de três quartos das crianças avaliadas desenvolveram competências leitoras compatíveis com a etapa escolar. Entretanto, cerca de **22,2% ainda permanecem nos níveis de Pré-Leitor**, demonstrando dificuldades na decodificação, reconhecimento de palavras e fluência de leitura, o que pode comprometer a progressão das aprendizagens nos anos subsequentes.

A análise histórica dos resultados evidencia oscilações significativas ao longo das edições da avaliação. Em 2023, o percentual de leitores iniciantes e fluentes evoluiu de aproximadamente **33,3% para 77,8%**, indicando um importante avanço naquele período. Em 2024, entretanto, observou-se uma queda para cerca de **42,1%**, seguida de uma recuperação expressiva para **88,9%** na edição seguinte. Já em 2025 houve nova redução para os atuais **77,8%**. Essas variações sugerem que os avanços alcançados ainda não estão plenamente consolidados e podem estar relacionados a diferenças entre turmas, processos pedagógicos, condições de aprendizagem ou fatores contextuais que impactam o desempenho dos estudantes.

O comportamento do **Índice de Fluência Leitora (IFL)** reforça essa interpretação. O indicador apresentou crescimento entre as primeiras edições, atingindo seu melhor resultado em **2025-Saída (7,6)**, mas recuou posteriormente para **5,8 em 2026-Entrada**, revelando que parte das aprendizagens não se manteve de forma consistente ao longo da transição entre os anos letivos. Esse movimento pode indicar a necessidade de fortalecer estratégias de continuidade pedagógica e acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Os indicadores contextuais também trazem elementos importantes para a compreensão do cenário. Todos os estudantes avaliados pertencem ao **Nível V socioeconômico**, grupo em que aproximadamente **55,6% foram classificados como leitores iniciantes, 33,3% como pré-leitores** e apenas **11,1% como leitores fluentes**. Embora o contexto socioeconômico seja relativamente homogêneo, os resultados demonstram que ainda existem diferenças significativas no desenvolvimento da leitura entre estudantes que compartilham condições semelhantes, sugerindo que fatores pedagógicos, familiares e individuais também exercem forte influência sobre os resultados educacionais.

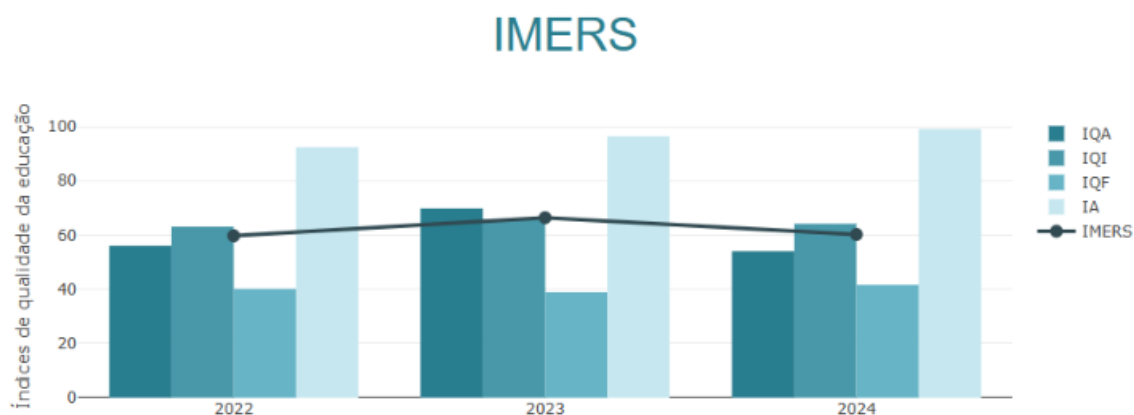
A análise por raça/cor evidencia desigualdades que merecem atenção. Entre os estudantes autodeclarados brancos, observa-se predominância dos níveis mais avançados de leitura, enquanto entre os estudantes indígenas verifica-se maior concentração em níveis iniciais de fluência. Embora o número de estudantes seja reduzido, os dados apontam para a necessidade de monitoramento das desigualdades educacionais e do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que garantam equidade e atendimento às especificidades culturais dos diferentes grupos populacionais.

De forma geral, os resultados demonstram que Engenho Velho apresenta avanços importantes na alfabetização e na fluência leitora, especialmente quando se observa o

percentual elevado de leitores iniciantes e fluentes. Contudo, a persistência de estudantes nos níveis de pré-leitura, as oscilações históricas dos indicadores e as diferenças observadas entre grupos específicos indicam que o município ainda enfrenta desafios para assegurar a alfabetização plena de todas as crianças na idade adequada. O fortalecimento das práticas de acompanhamento pedagógico, da formação dos professores alfabetizadores, da intervenção precoce junto aos estudantes com dificuldades e das ações voltadas à equidade educacional constitui elemento fundamental para consolidar os avanços observados e elevar os resultados futuros da alfabetização municipal.

c) IMERS

Gráfico 05 - Desempenho na avaliação do IMERS³ (2022 a 2024)



Fonte: <https://imersvis.dee.rs.gov.br/> (Acesso em: 04/06/2026)

A análise dos indicadores do **Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS)** evidencia que o município de Engenho Velho apresenta condições estruturais relativamente favoráveis para a oferta educacional, mas ainda enfrenta desafios significativos relacionados aos resultados de aprendizagem, aspecto diretamente vinculado ao Problema 03 – crianças não alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. O

Observa-se que o **Índice de Acesso (IA)** manteve-se em patamares muito elevados durante todo o período analisado, situando-se próximo ou superior a 90 pontos e alcançando aproximadamente 100 pontos em 2024. Esse resultado demonstra que o município tem conseguido garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, indicando que a dificuldade de alfabetização não está associada, prioritariamente, à falta de matrícula ou cobertura educacional. Pelo contrário, os dados sugerem que o desafio está mais relacionado à qualidade das aprendizagens desenvolvidas ao longo do percurso escolar.

O **Índice de Qualificação da Infraestrutura (IQI)** também apresenta resultados positivos, mantendo-se em níveis próximos de 60 a 70 pontos ao longo da série histórica. Isso indica que as escolas dispõem de condições físicas relativamente adequadas para o

³ No contexto do **IMERS**, normalmente:

IQA avalia resultados educacionais e aprendizagem;

IQI avalia infraestrutura e condições de oferta;

IQF avalia qualificação e condições dos profissionais;

IA avalia acesso, atendimento e cobertura educacional;

IMERS sintetiza o desempenho geral do município.

desenvolvimento das atividades pedagógicas. Embora sempre existam possibilidades de aprimoramento, os dados sugerem que as limitações de infraestrutura não constituem o principal fator explicativo para os baixos resultados de alfabetização identificados em outros indicadores do diagnóstico municipal.

Por outro lado, o **Índice de Qualidade da Aprendizagem (IQA)** apresenta comportamento mais instável. Em 2022 e 2024 observa-se desempenho inferior ao registrado em 2023, permanecendo em patamares próximos de 50 a 55 pontos. Considerando que esse indicador está diretamente relacionado aos resultados educacionais dos estudantes, o cenário revela que os avanços estruturais e de acesso ainda não se converteram integralmente em melhorias consistentes nas aprendizagens. Essa situação reforça a necessidade de fortalecer ações pedagógicas voltadas à alfabetização, ao acompanhamento das aprendizagens e à recomposição de defasagens acumuladas.

O **Índice de Qualificação dos Profissionais (IQF)** apresenta os menores resultados entre os componentes analisados, permanecendo próximo dos 40 pontos durante os três anos avaliados. Esse dado merece atenção especial, pois a literatura educacional demonstra que a formação inicial e continuada dos professores constitui um dos fatores com maior impacto sobre o desempenho dos estudantes. Resultados mais baixos nesse indicador podem sinalizar a necessidade de ampliar investimentos em formação continuada, práticas pedagógicas baseadas em evidências, acompanhamento docente e estratégias específicas para alfabetização e letramento nos anos iniciais.

O indicador geral do **IMERS** apresenta evolução moderada entre 2022 e 2023, seguida de leve retração em 2024. O índice situa-se em torno de 60 a 65 pontos ao longo do período, demonstrando que o município possui uma base educacional relativamente estruturada, mas ainda distante dos níveis mais elevados de qualidade educacional. A estabilidade do indicador geral sugere que os avanços obtidos em determinadas dimensões não têm sido suficientes para produzir melhorias mais expressivas nos resultados de aprendizagem, especialmente na alfabetização.

De forma integrada, os dados permitem concluir que o município de Engenho Velho apresenta um cenário em que o acesso escolar e as condições de oferta estão relativamente consolidados, porém persistem desafios relacionados à qualidade da aprendizagem e à qualificação dos profissionais da educação. Para enfrentar o Problema 03, torna-se fundamental priorizar ações voltadas ao fortalecimento das práticas de alfabetização, à formação continuada dos professores alfabetizadores, ao monitoramento sistemático dos níveis de aprendizagem e à implementação de intervenções pedagógicas precoces para estudantes com dificuldades. A combinação entre boas condições de acesso e infraestrutura e estratégias mais efetivas de ensino poderá contribuir para elevar os índices de alfabetização e reduzir as desigualdades educacionais identificadas no município.

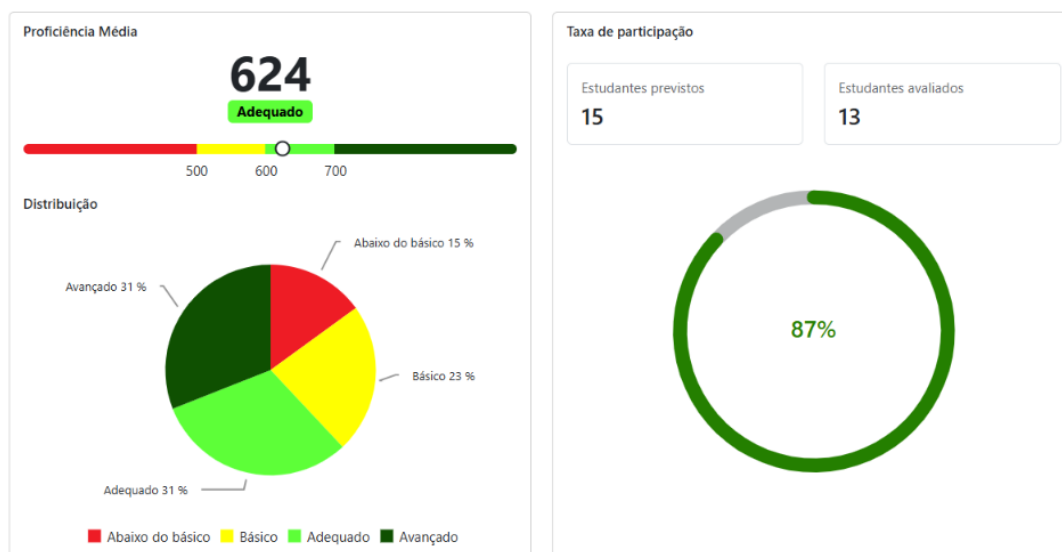
d) SAERS

Gráfico 06 - Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)

Ano: SAERS 2025 | Data resultado: 03/06/2026 - Final | Série: 2º EF | Componente curricular: Língua Portuguesa | Rede: Rede pública
 39ª CRE - CARAZINHO | Engenho Velho

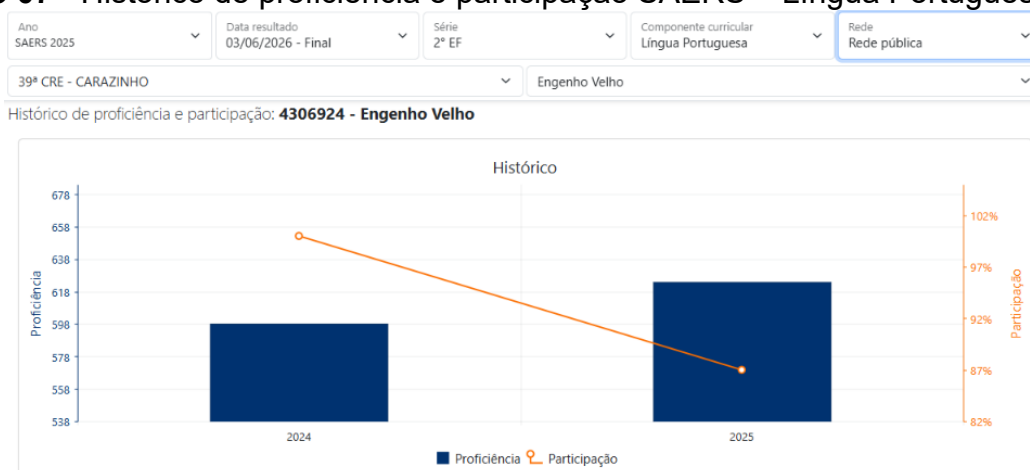
Proficiência e participação

Proficiência e participação: 4306924 - Engenho Velho



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa (2025)

Ano: SAERS 2025 | Data resultado: 03/06/2026 - Final | Série: 2º EF | Componente curricular: Língua Portuguesa | Rede: Rede pública
 39ª CRE - CARAZINHO | Engenho Velho

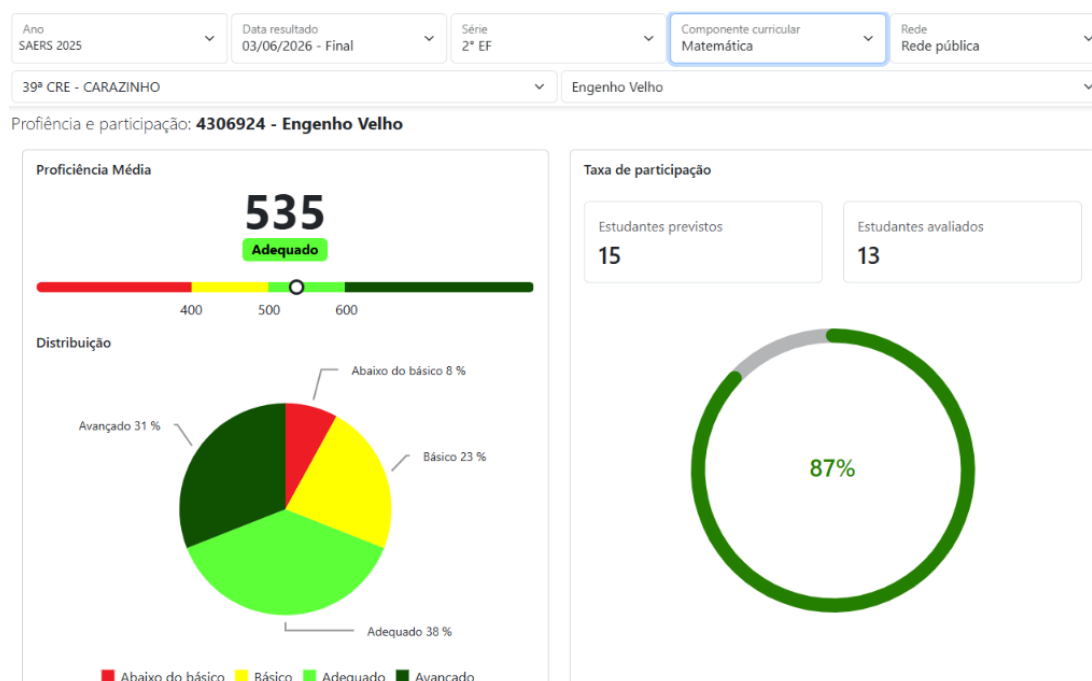
Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEIEF CLEITON COSTA	15	13	87.0 %	624	15.0 %	23.0 %	31.0 %	31.0 %	Turmas

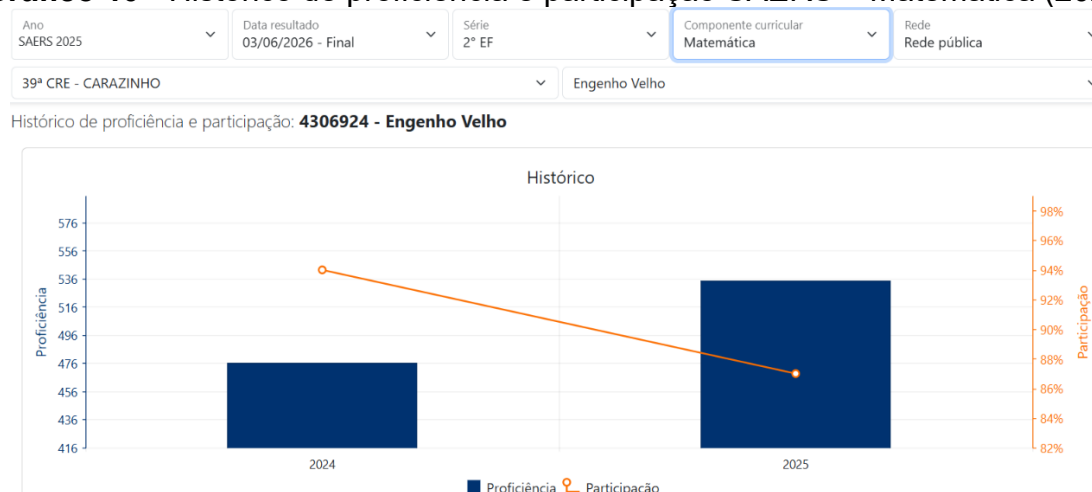
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 09 - Proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Gráfico 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Matemática (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 2º EF Componente curricular Matemática Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Engenho Velho

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEIEF CLEITON COSTA	15	13	87.0 %	535	8.0 %	23.0 %	38.0 %	31.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 04/06/2026)

Os resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) permitem aprofundar a compreensão do Problema 03, oferecendo evidências sobre o desempenho dos estudantes nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. De modo geral, os dados revelam que o município de Engenho Velho

apresenta resultados satisfatórios nas avaliações de aprendizagem, embora ainda existam estudantes que não atingiram os níveis esperados de proficiência, o que ajuda a explicar a persistência de desafios relacionados à alfabetização e ao desenvolvimento das competências básicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Na avaliação de Língua Portuguesa, o município alcançou proficiência média de 624 pontos, classificada pelo sistema como nível Adequado, demonstrando que a maioria dos estudantes desenvolveu competências de leitura e compreensão textual compatíveis com a etapa escolar avaliada. A taxa de participação foi de 87%, com 13 estudantes avaliados entre os 15 previstos, índice considerado satisfatório para fins de representatividade dos resultados.

A distribuição dos estudantes por padrões de desempenho evidencia que aproximadamente 70% encontram-se nos níveis Adequado ou Avançado, sendo 30% no nível Adequado e 30% no nível Avançado. Entretanto, ainda há estudantes distribuídos nos níveis inferiores, com cerca de 15% abaixo do básico e 23% no nível básico, demonstrando que uma parcela dos alunos ainda apresenta dificuldades de leitura, interpretação e compreensão de textos. Embora os resultados gerais sejam positivos, a existência desses grupos evidencia a necessidade de estratégias específicas de recuperação e acompanhamento pedagógico para evitar que as dificuldades se consolidem ao longo da trajetória escolar.

A análise histórica demonstra evolução da proficiência entre as edições avaliadas, indicando que o município vem fortalecendo gradualmente os processos de ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa. Contudo, observa-se redução na participação dos estudantes ao longo do período, aspecto que merece acompanhamento para garantir que os resultados continuem refletindo adequadamente a realidade educacional local.

Em Matemática, os resultados também são positivos. O município atingiu proficiência média de 535 pontos, igualmente classificada como Adequada, com participação de 87% dos estudantes previstos. Esse desempenho demonstra que a maioria dos alunos desenvolveu conhecimentos matemáticos essenciais para a etapa de escolarização analisada.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho mostra um cenário semelhante ao observado em Língua Portuguesa. Aproximadamente 69% dos estudantes encontram-se nos níveis Adequado ou Avançado, enquanto cerca de 31% permanecem nos níveis Básico ou Abaixo do Básico. Embora a maior parte dos estudantes apresente desempenho satisfatório, a presença de um contingente significativo com dificuldades matemáticas pode comprometer a progressão das aprendizagens futuras, especialmente considerando que a alfabetização matemática constitui base para o desenvolvimento de competências mais complexas nos anos posteriores.

O histórico da avaliação indica crescimento da proficiência em Matemática entre as edições analisadas, sugerindo avanços no trabalho pedagógico desenvolvido pela rede municipal. Ainda assim, a redução da participação observada ao longo do período reforça a necessidade de acompanhamento contínuo para assegurar a representatividade dos resultados e identificar precocemente estudantes em risco de defasagem.

Análise Integrada dos Resultados:

Quando os resultados do SAERS são analisados em conjunto com os indicadores de alfabetização apresentados anteriormente (ICA e Fluência Leitora), observa-se um cenário aparentemente contraditório, mas bastante revelador. Enquanto o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) aponta que apenas 46% das crianças do 2º ano foram consideradas alfabetizadas, os resultados do SAERS demonstram que os estudantes avaliados em etapas posteriores apresentam desempenho predominantemente adequado em Língua Portuguesa e Matemática.

Esse cenário sugere que o município tem conseguido promover avanços significativos nas aprendizagens ao longo da escolarização, por meio de processos de recuperação, acompanhamento pedagógico e consolidação das competências nos anos subsequentes. Entretanto, também indica que parte dos estudantes não está alcançando a alfabetização plena no tempo esperado, necessitando de intervenções posteriores para superar as dificuldades iniciais.

Portanto, o principal desafio para Engenho Velho não parece estar na ausência de aprendizagem ao longo do Ensino Fundamental, mas sim na garantia de que essa aprendizagem ocorra já nos primeiros anos escolares, conforme previsto pelas políticas nacionais e estaduais de alfabetização. O fortalecimento das ações de alfabetização na idade certa, da formação continuada dos professores alfabetizadores, do monitoramento individual das aprendizagens e das estratégias de intervenção precoce poderá contribuir para elevar os indicadores iniciais sem comprometer os avanços já observados nos anos posteriores.

Fontes Consultadas:

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).
- Plataforma de Monitoramento do Programa Alfabetiza Tchê (Power BI).
- Política Nacional de Alfabetização e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
- Portal SAERS/VUNESP – Painel de Resultados.
- Programa Estadual Alfabetiza Tchê – Avaliação de Fluência Leitora (2025).
- QEdu – Indicador Criança Alfabetizada (ICA) 2025 para o município de Engenho Velho/RS.
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).
- Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul – Plataforma IMERS.
- Sistema de Avaliação do IMERS – Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (2022–2024).
- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) – Resultados 2025.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise integrada dos indicadores de alfabetização, fluência leitora, IMERS e SAERS permite identificar que o principal desafio de Engenho Velho não está relacionado ao acesso à escola ou à infraestrutura educacional, mas sim à capacidade de garantir que todas as crianças consolidem as habilidades de leitura, escrita e alfabetização matemática até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Os dados evidenciam que apenas 46% das

crianças atingiram o nível esperado de alfabetização, percentual muito inferior à meta de 78%, além da persistência de estudantes nos níveis de pré-leitura e da instabilidade dos indicadores de aprendizagem ao longo dos anos.

1. Fragilidades no processo de alfabetização nos anos iniciais: os resultados do Indicador Criança Alfabetizada demonstram que mais da metade dos estudantes conclui o ciclo de alfabetização sem desenvolver plenamente as competências básicas de leitura e escrita. Esse cenário sugere a necessidade de aprimoramento das metodologias de alfabetização, do planejamento pedagógico e das práticas de ensino utilizadas nos anos iniciais.

2. Ausência de monitoramento contínuo e intervenção pedagógica precoce: as oscilações verificadas nos resultados da Fluência Leitora e do Índice de Fluência Leitora (IFL) indicam que os avanços obtidos não estão sendo consolidados de forma consistente. Isso sugere fragilidades na identificação precoce das dificuldades de aprendizagem e na implementação de intervenções imediatas para os estudantes que apresentam defasagens.

3. Necessidade de fortalecimento da formação continuada dos professores alfabetizadores: o IMERS aponta que o Índice de Qualificação dos Profissionais (IQF) é o componente com menor desempenho entre os indicadores educacionais do município, permanecendo próximo de 40 pontos. Esse resultado pode refletir a necessidade de ampliar programas de formação continuada voltados especificamente para alfabetização, letramento, avaliação diagnóstica e recomposição das aprendizagens.

4. Persistência de estudantes nos níveis iniciais de fluência leitora: embora 77,8% dos estudantes estejam classificados como leitores iniciantes ou fluentes, aproximadamente 22,2% permanecem nos níveis de pré-leitura. Essa situação demonstra que uma parcela dos alunos apresenta dificuldades na decodificação, reconhecimento de palavras e desenvolvimento da fluência leitora, comprometendo a consolidação da alfabetização na idade adequada.

5. Insuficiência de ações sistemáticas de recomposição das aprendizagens: os resultados do SAERS revelam que uma parcela dos estudantes ainda se encontra nos níveis Básico e Abaixo do Básico tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Isso indica que as ações de recuperação e recomposição das aprendizagens podem não estar alcançando todos os estudantes que necessitam de apoio pedagógico intensivo.

6. Desigualdades educacionais associadas à vulnerabilidade social e à diversidade cultural: os dados apontam diferenças de desempenho entre grupos de estudantes, especialmente entre alunos indígenas e não indígenas, além das desigualdades já identificadas entre estudantes em situação de vulnerabilidade social e aqueles com deficiência. Tais fatores podem limitar as oportunidades de aprendizagem e exigir estratégias pedagógicas diferenciadas e inclusivas.

7. Limitações na oferta de apoio pedagógico especializado: o próprio diagnóstico destaca que municípios de pequeno porte podem enfrentar dificuldades relacionadas à disponibilidade de equipes técnicas especializadas, profissionais de apoio e acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, retardando intervenções necessárias durante o processo de alfabetização.

8. Fragilidade na continuidade pedagógica entre os anos escolares: a queda observada no Índice de Fluência Leitora após períodos de crescimento sugere dificuldades na manutenção das aprendizagens entre um ano letivo e outro. Isso pode indicar a

necessidade de fortalecer mecanismos de transição, acompanhamento individual e articulação curricular entre as etapas da alfabetização.

9. Aprendizagens consolidadas tardiamente: a análise integrada dos indicadores revela que muitos estudantes conseguem atingir níveis adequados de desempenho nos anos posteriores, conforme demonstrado pelos resultados do SAERS, mas não no momento esperado pelas políticas de alfabetização. Isso sugere que a rede tem capacidade de promover aprendizagem, porém com atraso na consolidação das competências fundamentais de leitura, escrita e matemática.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01- Fragilidades nas práticas pedagógicas de alfabetização.**
- **Causa 02- Formação continuada insuficiente dos professores alfabetizadores.**
- **Causa 03- Monitoramento limitado das aprendizagens e intervenção tardia.**
- **Causa 04- Persistência de estudantes nos níveis iniciais de fluência leitora.**
- **Causa 05- Recomposição insuficiente das aprendizagens.**
- **Causa 06- Desigualdades educacionais associadas à vulnerabilidade social, deficiência e diversidade cultural.**
- **Causa 07- Limitações no apoio pedagógico especializado.**
- **Causa 08- Baixa consolidação das aprendizagens durante o ciclo de alfabetização.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 03 do PME

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

ALFABETIZAÇÃO – ENGENHO VELHO

P03 – PROBLEMA



Crianças do 2º ano do Ensino Fundamental não estão alfabetizadas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes de escolarização e a trajetória regular, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social, como populações negras, pessoas surdas, com deficiência.



D01: APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA
(Fluência Leitora e Compreensão Leitora)

C01 Consolidação insuficiente das habilidades de leitura com compreensão e autonomia.

C02 Número reduzido de estudantes que alcançam o nível de Leitor Fluente, apesar dos avanços na fluência leitora.

C03 Defasagens de aprendizagem acumuladas desde os anos iniciais da escolarização.



D02: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

C04 Necessidade de fortalecer ações de recomposição das aprendizagens e acompanhamento individualizado.

C05 Uso ainda insuficiente de avaliações diagnósticas para intervenções pedagógicas imediatas.

C06 Oscilações nos resultados de proficiência entre os anos, indicando fragilidades na consolidação das estratégias de alfabetização.

C07 Presença de estudantes nos níveis Básico e Abaixo do Básico em Língua Portuguesa e Matemática.



D03: EQUIDADE E GARANTIA DA ALFABETIZAÇÃO

C08 Desigualdades de aprendizagem entre diferentes grupos de estudantes, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis.

C09 Necessidade de maior articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental para assegurar continuidade no desenvolvimento das habilidades precursoras da alfabetização.

C10 Distanciamento significativo entre o percentual de crianças consideradas alfabetizadas (46%) e a meta nacional estabelecida para a alfabetização na idade certa (78%).



PROBLEMA



DESCRITOR



CAUSA

Fonte: autoria própria.

5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 04: GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, NÚMERO QUE SE TORNA MAIOR ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

DESCRITORES⁴ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 – Redução progressiva das matrículas ao longo da Educação Básica (Avalia a capacidade do sistema educacional de manter os estudantes matriculados ao longo das diferentes etapas da Educação Básica, identificando possíveis sinais de evasão, abandono escolar, migração para outros municípios ou redução da permanência escolar).**
- ➔ **Descritor 02 – Redução significativa de estudantes entre os anos iniciais, anos finais e Ensino Médio (Avalia a continuidade das trajetórias escolares e a capacidade dos estudantes de avançarem regularmente entre as etapas de ensino, identificando perdas de matrícula durante as transições escolares e possíveis dificuldades de conclusão da escolaridade obrigatória).**
- ➔ **Descritor 03 – Oscilações nas taxas de fluxo e transição escolar (Avalia a regularidade da progressão dos estudantes entre os anos escolares, considerando indicadores de aprovação, reprovação, abandono e transição entre etapas, evidenciando possíveis interrupções ou atrasos na trajetória escolar).**
- ➔ **Descritor 04 – Oferta limitada e concentrada do Ensino Médio (Avalia as condições de acesso e permanência dos jovens na etapa final da Educação Básica, considerando a disponibilidade de escolas, a distribuição territorial da oferta e os possíveis impactos das dificuldades de deslocamento e acesso aos serviços educacionais).**
- ➔ **Descritor 05 – Ausência de Educação Integral consolidada e vulnerabilidades que afetam a permanência escolar (Avalia a capacidade da rede de ensino de oferecer condições ampliadas de aprendizagem, proteção social e fortalecimento dos vínculos escolares, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a permanência e conclusão dos estudos na idade adequada).**

1) Dados educacionais gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Tabela 01 - Dados Educacionais do município

⁴ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

 EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	99,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	-
Matrículas no ensino fundamental [2025]	168 matrículas
Matrículas no ensino médio [2025]	38 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2025]	23 docentes
Docentes no ensino médio [2025]	11 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2025]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2025]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/engenho-velho/panorama> (Acesso em: 11/05/2026)

Os dados apresentados para o município de Engenho Velho evidenciam um cenário que, embora apresente indicadores positivos de acesso à educação básica, requer atenção quanto à trajetória escolar e à conclusão das etapas de ensino na idade adequada. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos alcança **99,4%**, demonstrando que o município praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental, em consonância com as metas estabelecidas pela Constituição Federal, pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação.

Em relação à qualidade educacional, o município registrou **IDEB de 5,9 nos anos iniciais do Ensino Fundamental**, resultado superior à média nacional observada historicamente para essa etapa e que sinaliza bom desempenho dos estudantes em avaliações externas e taxas de aprovação satisfatórias. Entretanto, observa-se a ausência de informações referentes ao IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, o que limita uma análise mais aprofundada sobre a continuidade da aprendizagem e da permanência dos estudantes ao longo da trajetória escolar.

Os dados também revelam uma significativa redução no número de matrículas entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Enquanto o município possui **168 matrículas no Ensino Fundamental**, registra apenas **38 matrículas no Ensino Médio**, diferença que pode refletir fatores demográficos, redução natural das coortes etárias ou, ainda, possíveis dificuldades relacionadas à permanência e continuidade dos estudos após a conclusão dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa diminuição merece investigação detalhada, uma vez que pode indicar situações de evasão, abandono, migração escolar para outros municípios ou distorção idade-série.

Quanto à estrutura educacional, o município conta com **três estabelecimentos de Ensino Fundamental e apenas um estabelecimento de Ensino Médio**, além de **23 docentes atuando no Ensino Fundamental e 11 docentes no Ensino Médio**. Embora os quantitativos sejam compatíveis com o porte populacional do município, a oferta mais restrita de instituições na etapa final da educação básica pode representar um fator de

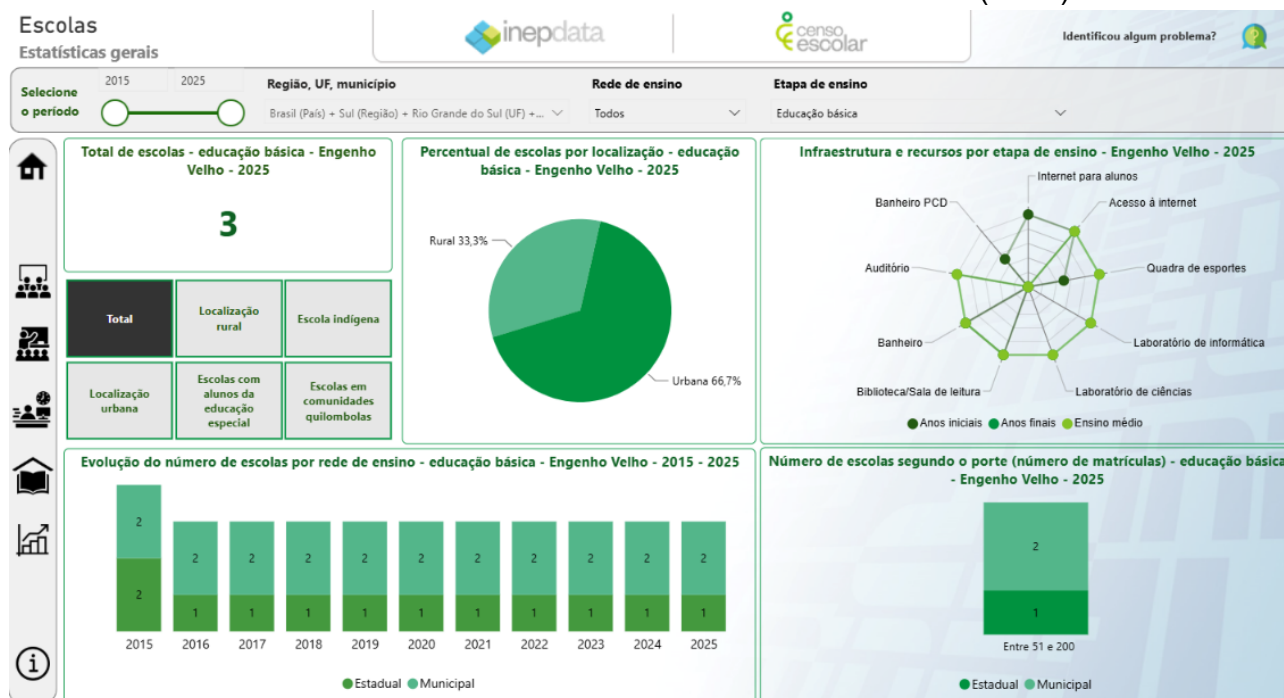
vulnerabilidade para a permanência dos estudantes, especialmente daqueles residentes em áreas rurais ou com dificuldades de deslocamento.

De forma geral, os dados indicam que Engenho Velho apresenta bons resultados no acesso escolar e desempenho dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Contudo, a expressiva redução de matrículas no Ensino Médio sugere a necessidade de aprofundar o diagnóstico sobre os fluxos escolares, identificando possíveis obstáculos relacionados à transição entre etapas, à permanência dos estudantes e à conclusão da educação básica na idade adequada, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis, que tendem a apresentar maiores índices de abandono e atraso escolar.

2) Ensino Fundamental

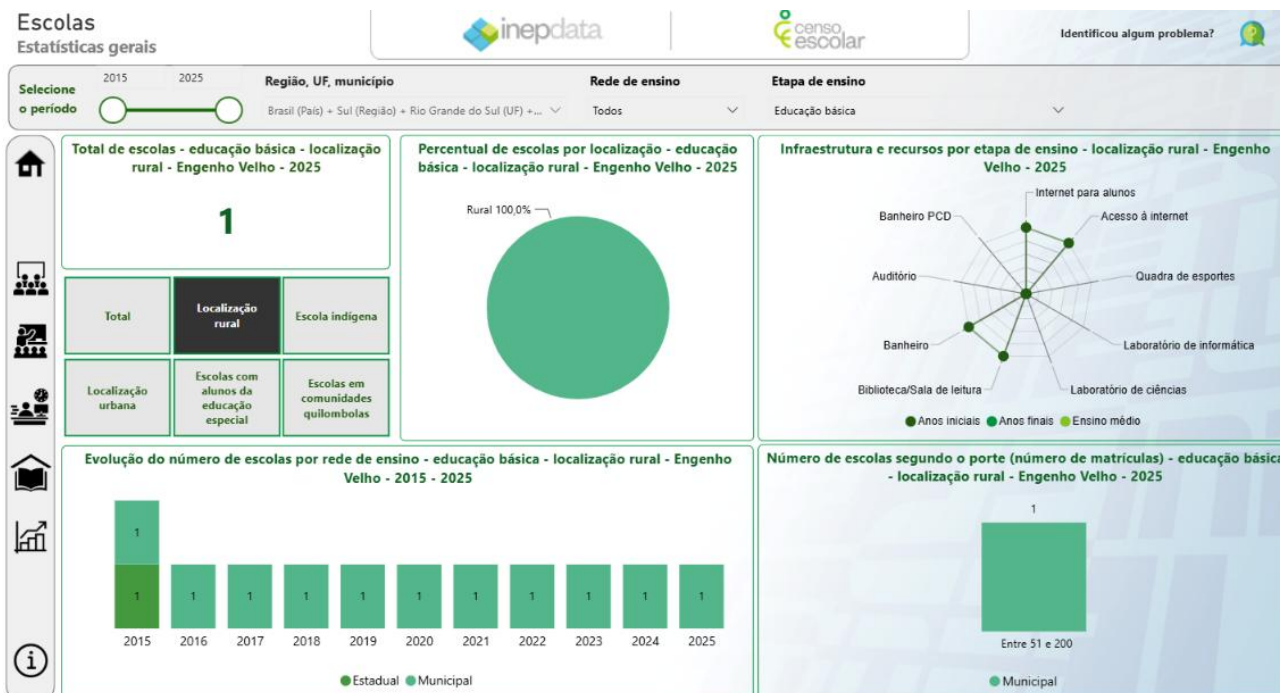
a) Quanto as escolas do Ensino Fundamental

Painel 01 – Total de escolas do ensino fundamental (2025)



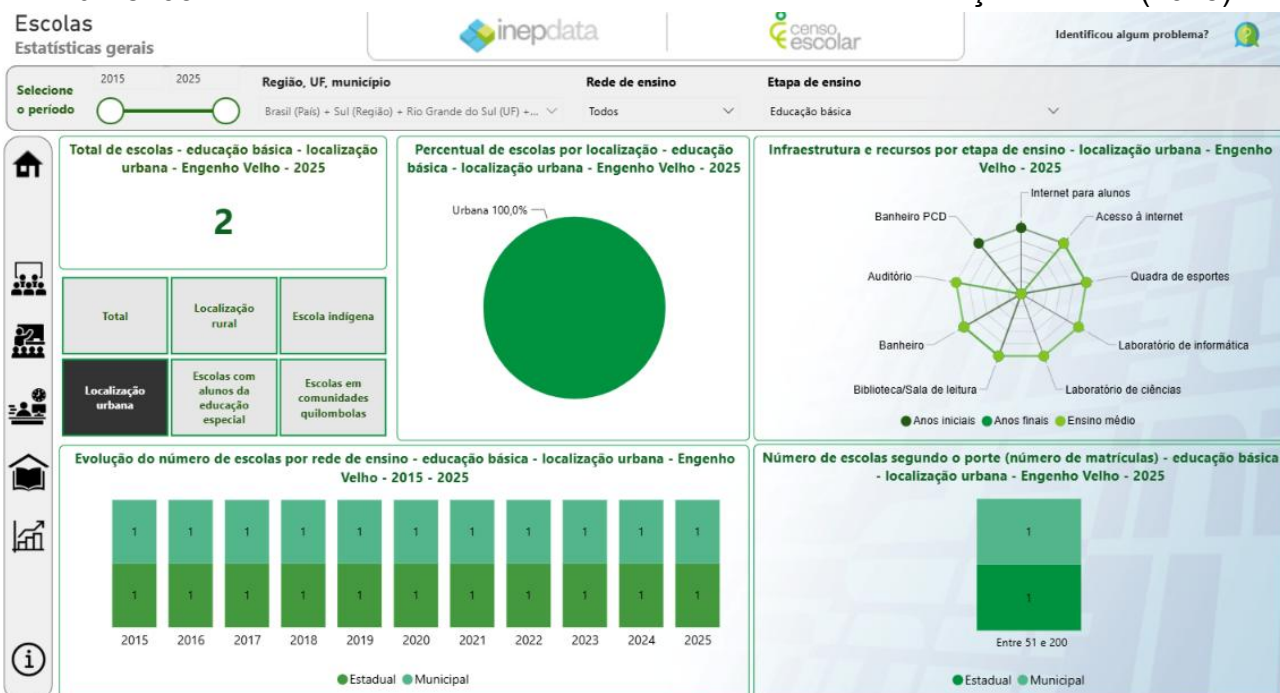
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 02 – Total de escolas do ensino fundamental com localização zona rural (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 03 - Total de escolas do ensino fundamental com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 04 – Total de escolas do ensino fundamental com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados apresentados sobre a oferta do Ensino Fundamental em Engenho Velho evidenciam uma rede escolar de pequeno porte, composta por **três escolas de Ensino Fundamental**, número que permaneceu estável ao longo do período analisado (2015–2025). Essa estabilidade demonstra manutenção da capacidade de atendimento da rede municipal e estadual, sem registro de fechamento ou ampliação de unidades escolares nos últimos anos.

A distribuição territorial das escolas revela que **uma escola (33,3%) está localizada na zona rural e duas escolas (66,7%) estão localizadas na zona urbana**, indicando uma concentração da oferta educacional nos espaços urbanos do município. Embora exista atendimento à população rural, a menor presença de escolas no campo pode representar desafios relacionados ao transporte escolar, ao tempo de deslocamento dos estudantes e à permanência escolar, especialmente para crianças e adolescentes residentes em comunidades mais distantes.

Os painéis também demonstram que a infraestrutura das escolas apresenta condições gerais de funcionamento, contemplando aspectos como acesso à internet, bibliotecas, laboratórios e espaços esportivos. Entretanto, observa-se que alguns recursos aparecem com menor intensidade nos gráficos de infraestrutura, sugerindo a necessidade de investimentos contínuos na qualificação dos ambientes escolares e dos recursos pedagógicos disponíveis aos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se à inclusão escolar. Os dados apontam que **duas das três escolas de Ensino Fundamental possuem matrículas de estudantes da Educação Especial**, representando aproximadamente **66,7% das unidades escolares da rede**. Esse indicador demonstra que o município vem ampliando o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular, em consonância com os princípios da educação inclusiva previstos na legislação educacional brasileira.

Contudo, o fato de uma das escolas não registrar matrículas de estudantes da Educação Especial pode indicar concentração do atendimento em determinadas unidades,

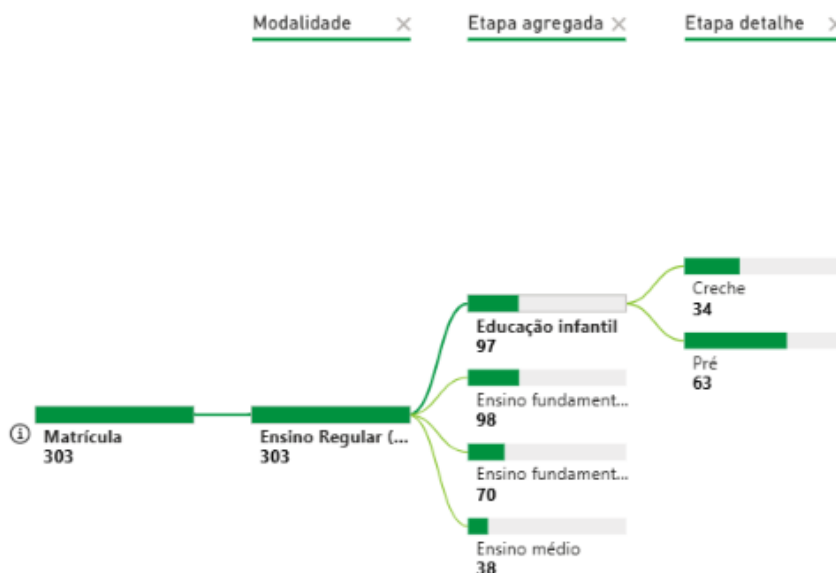
situação que merece acompanhamento para garantir equidade no acesso e na permanência desses estudantes em todas as regiões do município. Além disso, a presença de alunos da Educação Especial exige investimentos permanentes em acessibilidade física, recursos pedagógicos especializados, tecnologias assistivas e formação continuada dos profissionais da educação.

De forma geral, os dados evidenciam que Engenho Velho possui uma rede de Ensino Fundamental relativamente estruturada e estável, com oferta distribuída entre áreas urbanas e rurais e avanços na inclusão escolar. Entretanto, a concentração das escolas na zona urbana e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e das condições de atendimento aos estudantes com necessidades específicas configuram aspectos que podem influenciar a trajetória escolar, a permanência e o sucesso educacional ao longo da educação básica.

b) Matrículas do Ensino Fundamental anos iniciais e finais

Imagem 01 – Número de matrículas por etapa de ensino (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - Engenho Velho - 2025



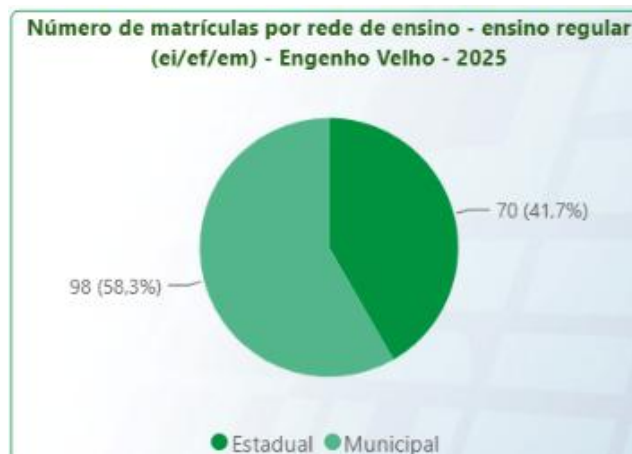
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 01 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental (2015-2025)



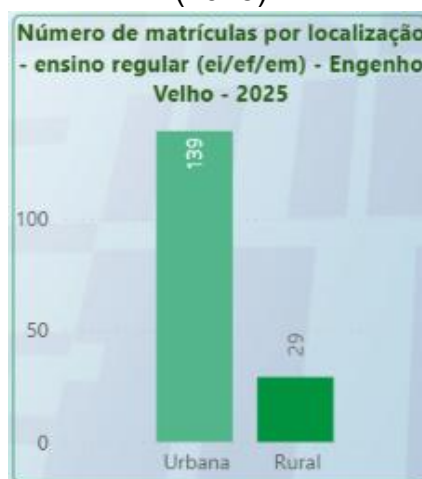
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 02 – Número de matrículas por rede de ensino do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 03 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental por localização geográfica (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados referentes às matrículas do Ensino Fundamental em Engenho Velho permitem observar importantes aspectos relacionados ao acesso, à permanência e à trajetória escolar dos estudantes. Em 2025, o município registrou **168 matrículas no Ensino Fundamental**, sendo **98 matrículas nos anos iniciais** e **70 matrículas nos anos finais**, demonstrando uma redução de aproximadamente 28,6% entre as duas etapas. Embora parte dessa diferença possa estar associada às características demográficas locais, ela também pode sinalizar desafios relacionados à permanência escolar e à progressão regular dos estudantes ao longo da trajetória educacional.

A análise histórica das matrículas evidencia uma tendência contínua de redução do número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental ao longo da última década. Em 2015, o município possuía **265 matrículas**, passando para **260 em 2016**, **225 em 2017**, **209 em 2018**, **222 em 2019**, **211 em 2020**, **192 em 2021**, **195 em 2022**, **180 em 2023**, **168 em 2024** e mantendo **168 matrículas em 2025**. Comparando os anos de 2015 e 2025, observa-se uma diminuição de aproximadamente **36,6% do total de matrículas**, o que representa uma redução significativa da demanda escolar no município.

Esse movimento pode estar relacionado a fatores demográficos, como a diminuição da taxa de natalidade, o envelhecimento populacional e os fluxos migratórios observados em municípios de pequeno porte. Entretanto, também merece atenção porque a redução das matrículas pode impactar diretamente a organização da rede de ensino, o planejamento pedagógico, a distribuição de recursos e a manutenção de escolas em funcionamento.

Quanto à distribuição das matrículas por rede de ensino, verifica-se que **98 estudantes (58,3%) estão matriculados na rede municipal**, enquanto **70 estudantes (41,7%) frequentam a rede estadual**. Os dados demonstram uma participação predominante da rede municipal na oferta do Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais, enquanto a rede estadual assume parcela significativa do atendimento educacional, sobretudo nos anos finais da etapa. Essa articulação entre as redes contribui para garantir o acesso e a continuidade dos estudos no município.

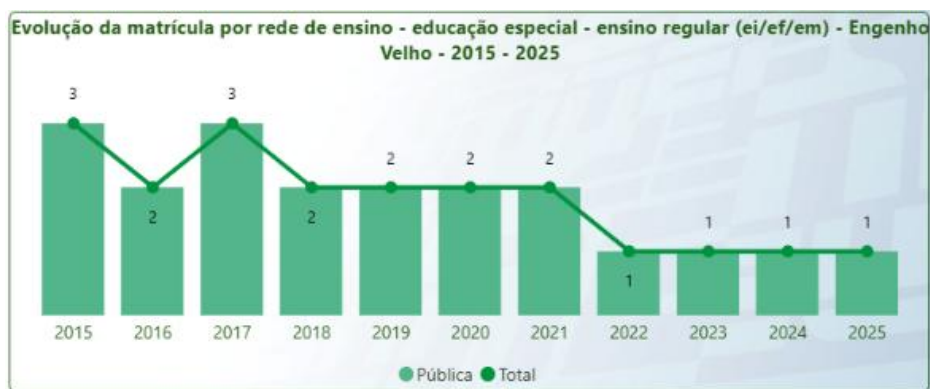
A distribuição geográfica das matrículas revela uma forte concentração dos estudantes na área urbana. Das 168 matrículas registradas, **139 (82,7%) estão localizadas em escolas urbanas**, enquanto apenas **29 matrículas (17,3%) estão em escolas da zona rural**. Esse cenário reflete a concentração populacional nas áreas urbanizadas e evidencia a importância da oferta de transporte escolar para assegurar o direito à educação dos estudantes residentes no campo.

Do ponto de vista da análise do Problema 04, os dados indicam que o município conseguiu manter a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, mas enfrenta desafios relacionados à redução progressiva das matrículas e à diminuição do número de estudantes entre os anos iniciais e finais da etapa. Esses elementos podem representar riscos para a trajetória escolar regular, exigindo o fortalecimento de estratégias de busca ativa, acompanhamento da frequência, prevenção da evasão, monitoramento da transição entre etapas e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantindo que

c) Matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental

Os dados apresentados permitem aprofundar a compreensão sobre a trajetória escolar dos estudantes do Ensino Fundamental em Engenho Velho, especialmente no que se refere à inclusão educacional, equidade, ampliação do tempo escolar e regularidade do fluxo escolar. A análise desses indicadores revela avanços importantes, mas também evidencia aspectos que exigem monitoramento contínuo para assegurar o direito à educação com qualidade e equidade.

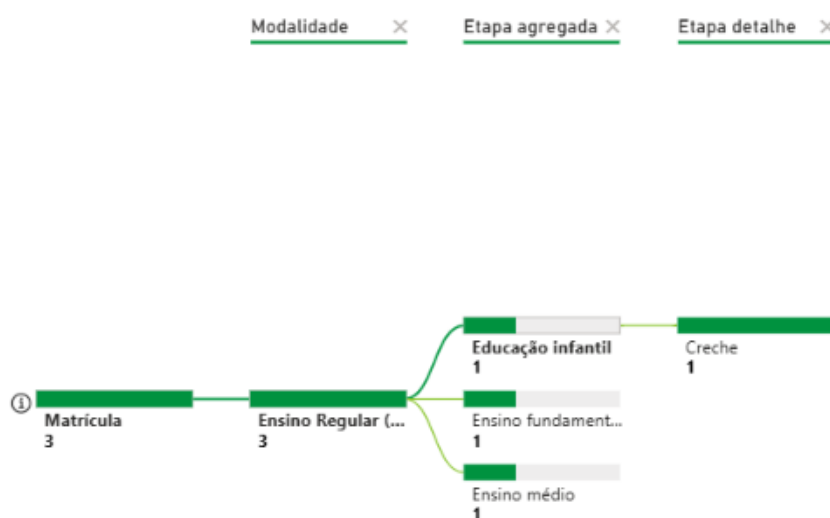
Gráfico 04 - Evolução da matrícula na Educação Especial no Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Imagem 02 – Número de matrículas por etapa de ensino da Educação Especial (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Engenho Velho - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 05 – Número de matrículas por rede de ensino da Educação Especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A evolução das matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental demonstra uma oscilação ao longo do período analisado. Entre 2015 e 2021, o município registrou entre dois e três estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados no Ensino

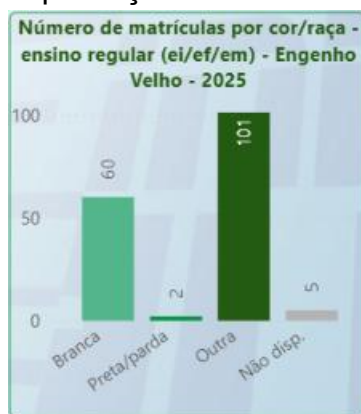
Fundamental. A partir de 2022, observa-se uma redução para apenas uma matrícula anual, situação que permanece até 2025.

Embora o número absoluto seja pequeno, a redução merece atenção, pois pode estar relacionada tanto a fatores demográficos quanto à necessidade de aperfeiçoamento dos processos de identificação, diagnóstico, busca ativa e acompanhamento dos estudantes que demandam atendimento educacional especializado. Em municípios de pequeno porte, mesmo pequenas variações quantitativas podem representar mudanças significativas na garantia do direito à inclusão escolar.

Os dados de 2025 indicam a existência de apenas uma matrícula da Educação Especial no Ensino Fundamental, vinculada à rede estadual de ensino, demonstrando que o atendimento especializado está concentrado em uma única rede de oferta. Essa configuração reforça a importância da articulação entre Estado e Município para assegurar acessibilidade, atendimento educacional especializado e permanência dos estudantes na escola regular.

d) Matrículas por cor/raça no Ensino Fundamental

Gráfico 06 - Matrícula por raça/cor do Ensino Fundamental (2025)



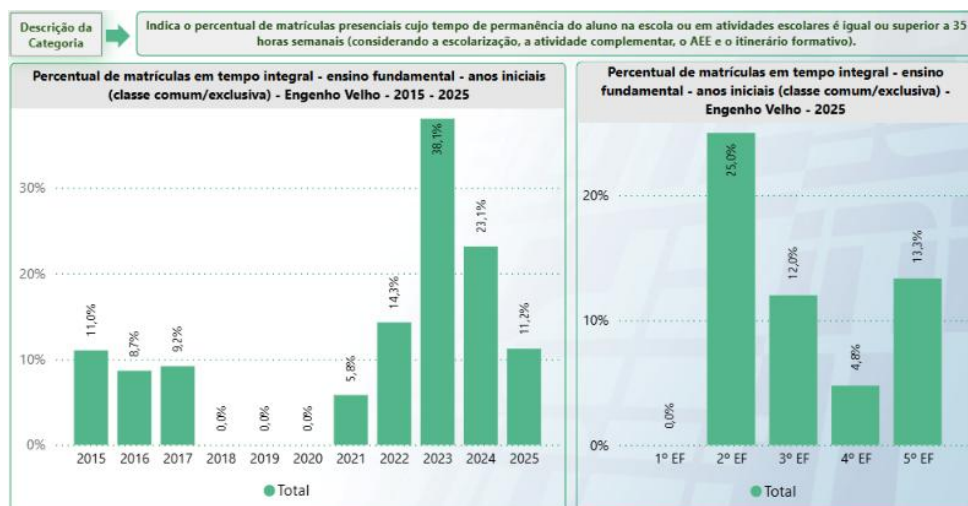
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distribuição das matrículas por raça/cor evidencia predominância de estudantes classificados como não declarados (101 matrículas), seguidos por estudantes brancos (60 matrículas), pardos (2 matrículas) e amarelos (1 matrícula). Não foram identificadas matrículas registradas para estudantes indígenas ou pretos nos dados apresentados.

O elevado número de registros sem declaração de raça/cor constitui um importante desafio para a gestão educacional, uma vez que dificulta análises mais precisas sobre equidade, desigualdades educacionais e monitoramento das políticas voltadas à promoção da igualdade racial. O aprimoramento da coleta dessas informações é fundamental para subsidiar ações que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os grupos populacionais.

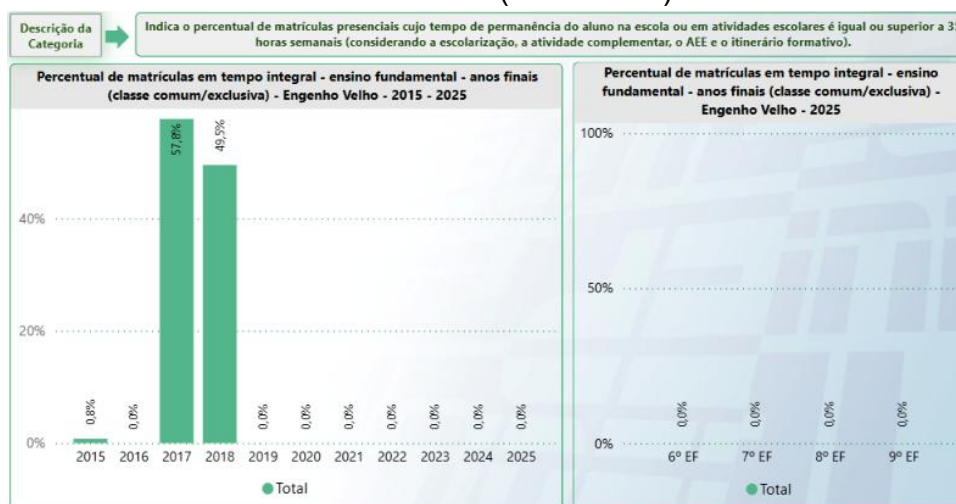
e) Matrículas em Tempo Integral no Ensino Fundamental

Gráfico 07 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 08 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

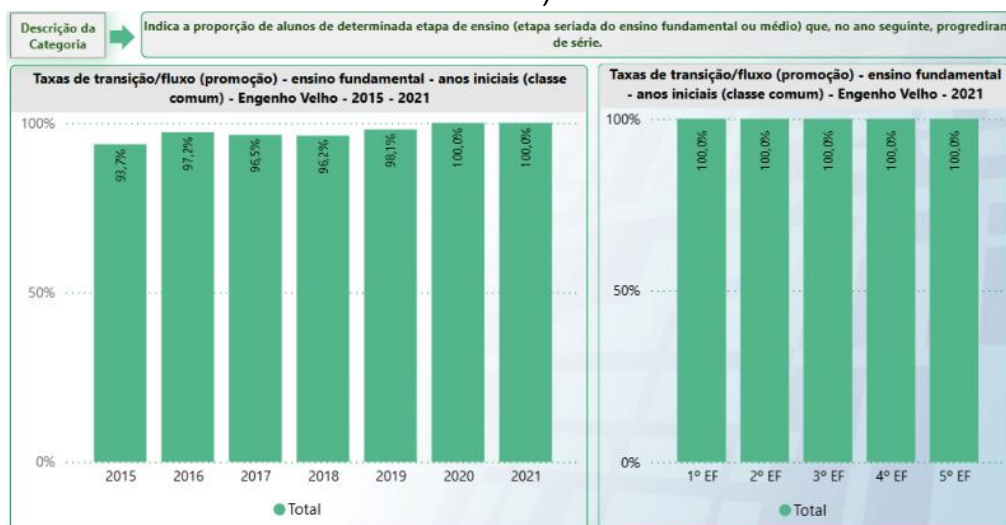
Os dados referentes à educação em tempo integral revelam oscilações importantes ao longo da série histórica. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município apresentou percentuais reduzidos entre 2015 e 2021, seguidos por uma expansão significativa em 2022 e, principalmente, em 2023, quando os percentuais atingiram seus maiores níveis. Posteriormente, observa-se redução em 2024 e 2025, embora os índices permaneçam superiores aos registrados na maior parte da série histórica.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a situação é distinta. Os dados apontam percentuais elevados apenas em 2017 e 2018, seguidos pela ausência de matrículas em tempo integral nos anos posteriores. Em 2025, não há registro de estudantes dos anos finais frequentando a modalidade em tempo integral.

Esse cenário evidencia que a ampliação da jornada escolar ainda não se consolidou de forma permanente no município, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental. Considerando as evidências nacionais sobre os impactos positivos da educação integral na aprendizagem, na permanência escolar e na redução das desigualdades educacionais, esse aspecto representa uma oportunidade importante de fortalecimento das políticas educacionais locais.

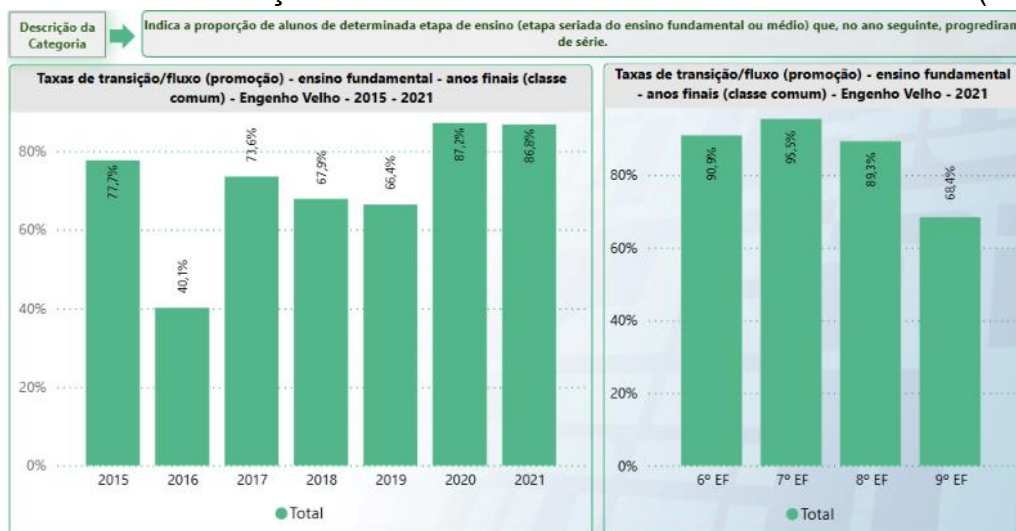
f) Taxa de transição nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental

Gráfico 09 - Taxa de transição/fluxo nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 10 – Taxa de transição/fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

As taxas de transição dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentam resultados bastante positivos ao longo da série histórica, mantendo-se próximas ou superiores a 95% em praticamente todos os anos analisados. Esses indicadores sugerem elevados níveis de aprovação e progressão escolar, evidenciando que a maioria dos estudantes consegue avançar regularmente entre as etapas de escolarização.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, embora os indicadores também sejam predominantemente elevados, observa-se maior oscilação ao longo do período. Alguns anos apresentam reduções mais significativas, seguidas de recuperação posterior, indicando a existência de desafios pontuais relacionados à permanência, aprovação e progressão dos estudantes nessa etapa da educação básica.

A diferença de comportamento entre anos iniciais e anos finais é um aspecto recorrente em muitos sistemas educacionais e costuma estar associada ao aumento da complexidade curricular, às mudanças próprias da adolescência, às condições socioeconômicas das famílias e aos riscos de abandono escolar. Por essa razão, a transição entre essas etapas deve permanecer como foco prioritário das ações de acompanhamento pedagógico e gestão educacional.

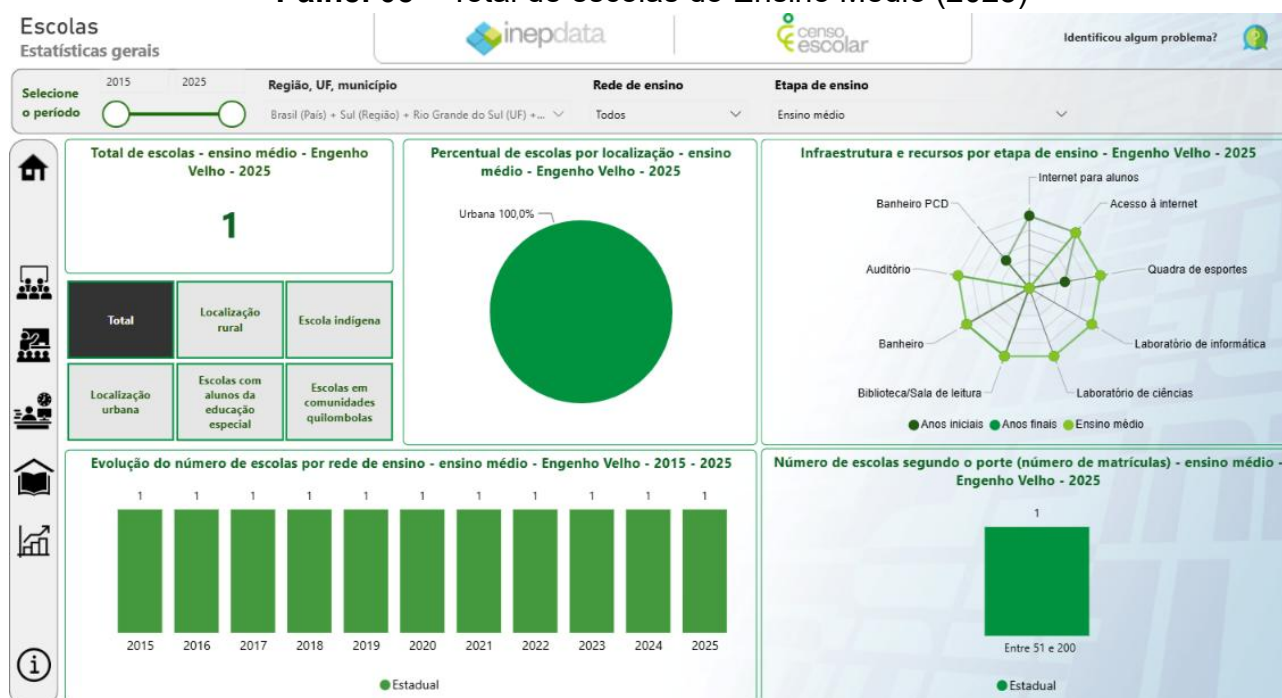
De forma geral, os dados indicam que Engenho Velho apresenta resultados positivos quanto ao fluxo escolar e à progressão dos estudantes no Ensino Fundamental. Entretanto, a redução das matrículas da Educação Especial, a elevada proporção de registros sem informação de raça/cor e a ausência de oferta consolidada de educação em tempo integral nos anos finais configuram fatores que podem impactar a equidade e a trajetória escolar dos estudantes. Assim, o fortalecimento das políticas de inclusão, da educação integral e do monitoramento dos grupos mais vulneráveis torna-se estratégico para garantir que todos os estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada e com aprendizagem de qualidade.

3) Ensino Médio

Os dados referentes ao Ensino Médio de Engenho Velho permitem analisar aspectos importantes relacionados ao acesso, permanência, inclusão e conclusão da educação básica. Embora o município mantenha a oferta dessa etapa de ensino, os indicadores revelam desafios estruturais e demográficos que podem impactar diretamente a trajetória escolar dos adolescentes e jovens, especialmente no contexto do Problema 04, que trata da irregularidade dos percursos escolares e da não conclusão da escolaridade na idade adequada.

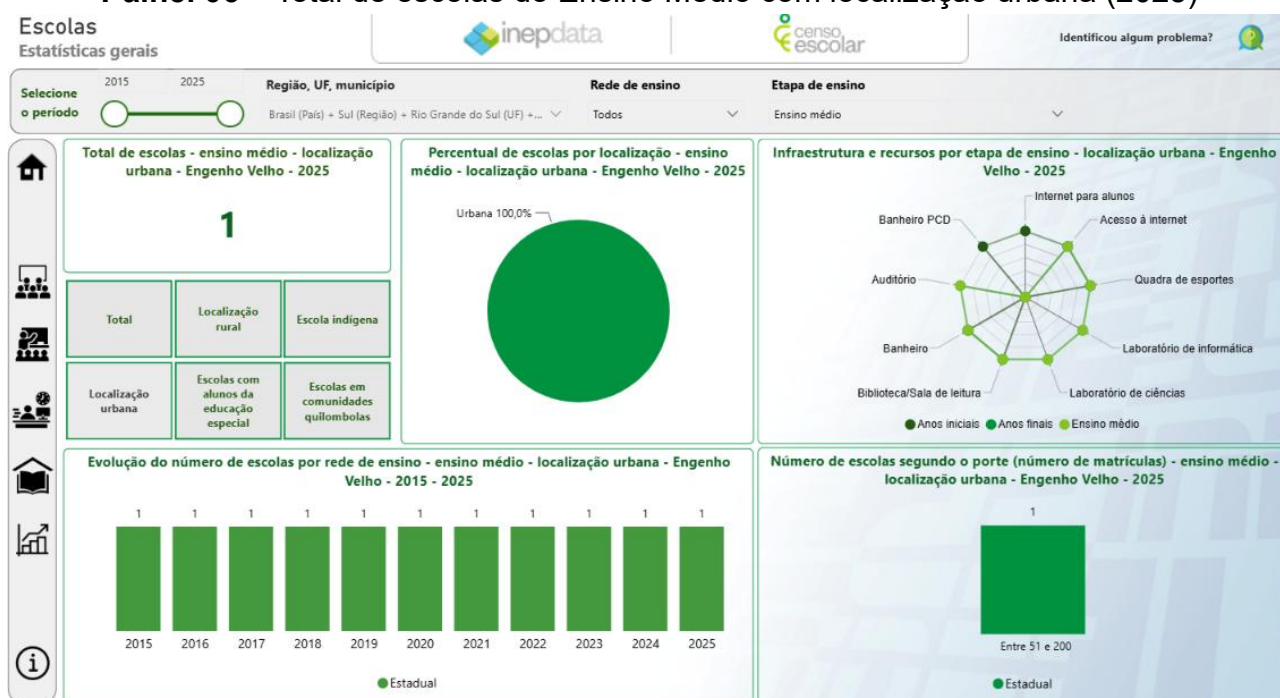
a) Quanto as escolas do Ensino Médio

Painel 05 – Total de escolas do Ensino Médio (2025)



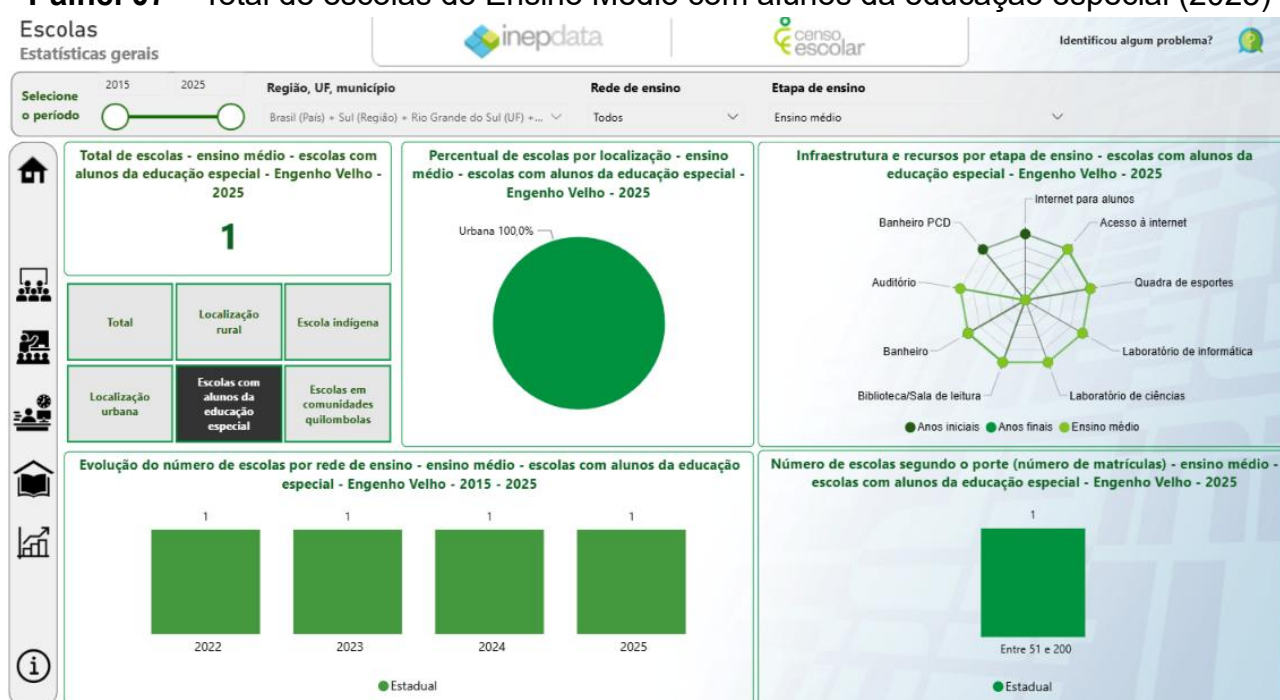
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 06 – Total de escolas do Ensino Médio com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 07 – Total de escolas do Ensino Médio com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município possui apenas uma escola de Ensino Médio, localizada integralmente na área urbana, mantendo essa estrutura de oferta estável ao longo do período analisado (2015-2025). A existência de apenas uma unidade escolar garante a oferta local da etapa, porém também representa uma vulnerabilidade do sistema educacional, uma vez que limita

as opções de atendimento aos estudantes e concentra toda a demanda em um único estabelecimento.

Observa-se ainda que esta escola atende estudantes da Educação Especial, demonstrando alinhamento às políticas de educação inclusiva e à garantia do direito à escolarização em classes comuns da rede regular. A manutenção desse atendimento ao longo dos anos evidencia esforço institucional para assegurar a inclusão educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

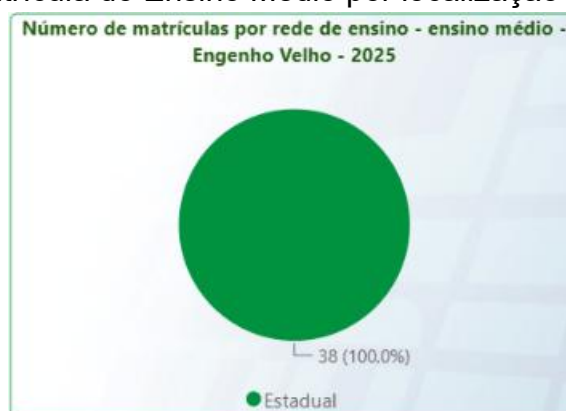
b) Matrículas no Ensino Médio

Gráfico 11 - Evolução da matrícula do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 12 – Matrícula do Ensino Médio por localização geográfica (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

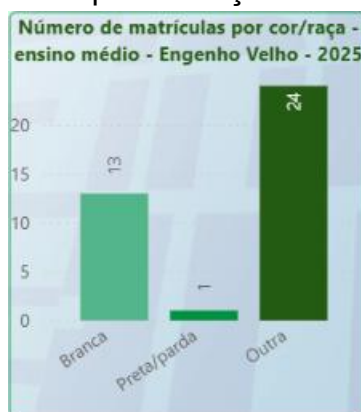
A evolução histórica das matrículas revela uma tendência de redução no número de estudantes matriculados. Em 2015, o município registrava 65 matrículas, passando para 58 em 2016, 48 em 2017, 44 em 2018, 38 em 2019, 32 em 2020, retornando para 43 em 2021 e 2022, 45 em 2023, 47 em 2024 e encerrando 2025 com 38 matrículas.

Comparando os extremos da série histórica, observa-se uma redução de aproximadamente 41,5% das matrículas do Ensino Médio entre 2015 e 2025. Esse movimento acompanha uma tendência observada em muitos municípios de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul, associada à redução populacional, à diminuição das taxas de natalidade e aos movimentos migratórios de jovens em busca de oportunidades educacionais e profissionais em centros urbanos maiores.

Em 2025, todas as matrículas do Ensino Médio estão concentradas na área urbana e vinculadas à rede estadual de ensino, evidenciando a dependência de uma única instituição para garantir o acesso à etapa final da educação básica.

c) Matrículas por cor/raça no Ensino Médio

Gráfico 13 - Matrícula por cor/raça do Ensino Médio (2025)



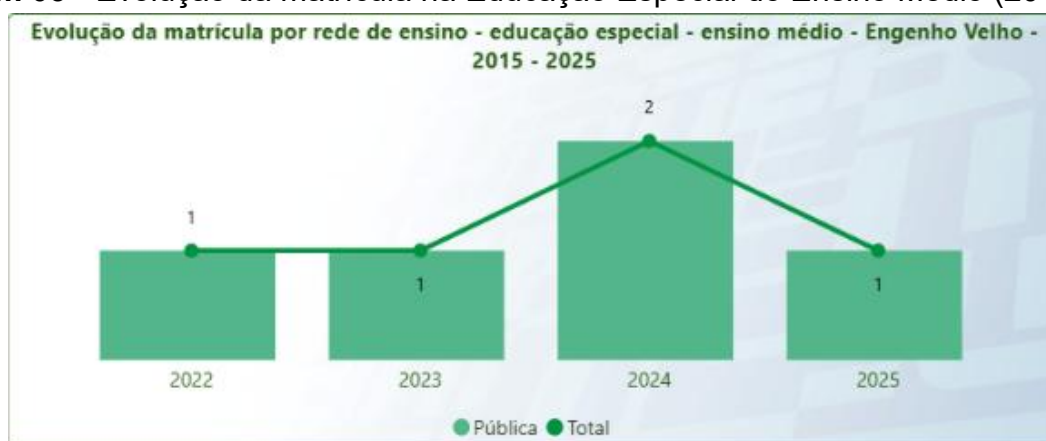
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados de cor/raça demonstram predominância de estudantes classificados como “outra/não declarada” (24 matrículas), seguidos por estudantes brancos (13 matrículas) e apenas uma matrícula registrada como preta/parda.

O elevado número de registros sem identificação racial limita a capacidade do município de monitorar possíveis desigualdades educacionais entre grupos populacionais distintos. A qualificação dessas informações é fundamental para subsidiar políticas de equidade, combate às discriminações e promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

d) Matrículas na Educação Especial no Ensino Médio

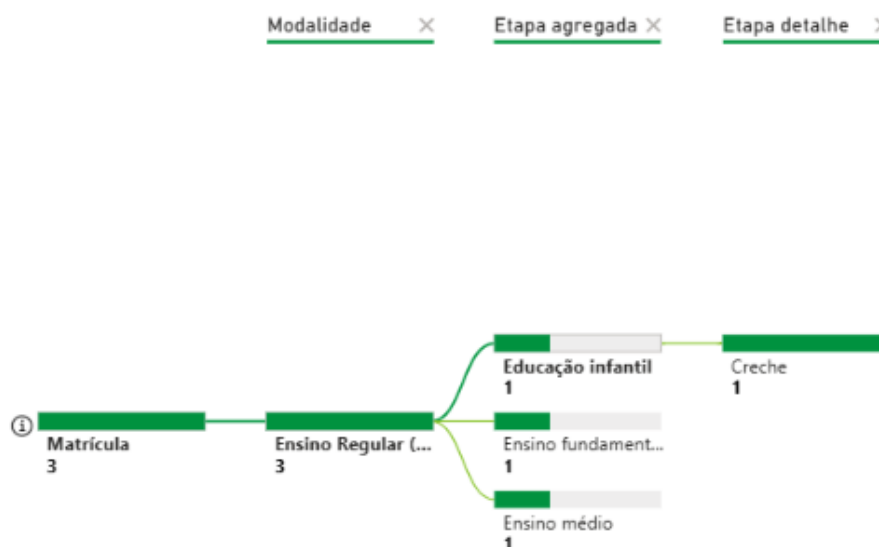
Imagem 03 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Engenho Velho - 2025



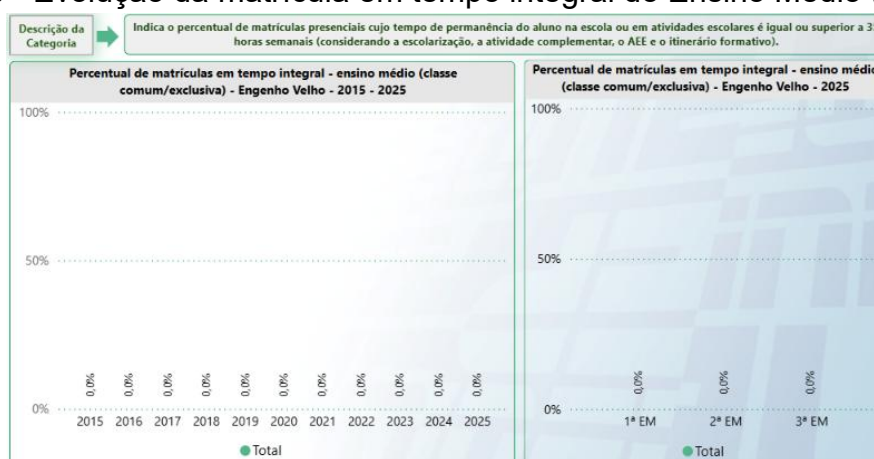
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

As matrículas da Educação Especial no Ensino Médio apresentam quantitativos reduzidos, mas relativamente estáveis. Entre 2022 e 2025 foram registradas entre uma e duas matrículas anuais, com pico de dois estudantes em 2024 e uma matrícula em 2025.

Embora os números sejam pequenos, sua presença demonstra que estudantes público-alvo da Educação Especial estão conseguindo acessar e permanecer na etapa final da educação básica. Contudo, a baixa quantidade de matrículas exige monitoramento permanente para assegurar que nenhum estudante esteja fora da escola ou encontre barreiras para prosseguir seus estudos após a conclusão do Ensino Fundamental.

e) Matrículas em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 15 - Evolução da matrícula em tempo integral do Ensino Médio (2015-2025)



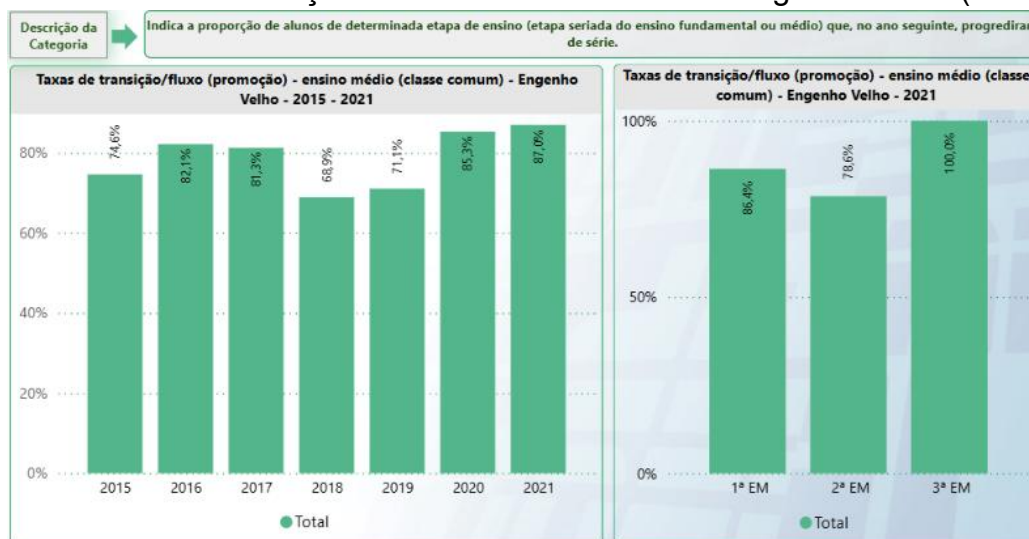
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados revelam um aspecto crítico para o desenvolvimento educacional do município: não há oferta consolidada de matrículas em tempo integral no Ensino Médio ao longo de toda a série histórica analisada. Os gráficos demonstram percentuais praticamente inexistentes durante o período de 2015 a 2025.

Essa realidade distancia o município das diretrizes do Plano Nacional de Educação e das políticas nacionais de expansão da Educação Integral, que reconhecem a ampliação da jornada escolar como estratégia para melhorar a aprendizagem, reduzir a evasão, fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e ampliar oportunidades formativas. A ausência dessa modalidade pode representar um fator limitador para a permanência e o sucesso escolar dos jovens.

f) Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio

Gráfico 16 – Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio de Engenho Velho (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

As taxas de transição do Ensino Médio apresentam resultados relativamente positivos, situando-se majoritariamente entre 70% e 90% ao longo da série histórica, com recuperação significativa nos anos mais recentes. Em 2020 e 2021 os indicadores aproximam-se dos maiores percentuais observados no período analisado.

Apesar dos bons resultados de fluxo, os percentuais ainda indicam que parte dos estudantes não conclui cada etapa na progressão esperada, seja em razão de reprovação, abandono ou interrupções temporárias da trajetória escolar. Considerando o reduzido número de matrículas do município, cada estudante que interrompe sua trajetória representa impacto significativo nos indicadores educacionais locais.

Os dados evidenciam que Engenho Velho mantém a oferta do Ensino Médio e apresenta indicadores de fluxo relativamente satisfatórios. Entretanto, persistem desafios importantes relacionados à redução contínua das matrículas, à concentração da oferta em uma única escola urbana, à ausência de educação em tempo integral e à necessidade de qualificação dos registros de cor/raça. Esses fatores podem influenciar diretamente a permanência dos estudantes e sua conclusão na idade adequada. Assim, o fortalecimento das políticas de acompanhamento da trajetória escolar, busca ativa, apoio às transições entre etapas e ampliação das oportunidades educacionais constitui estratégia fundamental para reduzir os riscos de evasão e garantir o direito à conclusão da educação básica para todos os jovens do município.

Fontes Consultadas:

- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**
- Censo Escolar da Educação Básica (2015–2025).
- Painéis Estatísticos Educacionais disponibilizados na plataforma INEPData.
- Indicadores de Fluxo Escolar.
- Indicadores de Matrículas da Educação Básica.
- **INEPData – Plataforma de Dados Educacionais**
- Painéis de matrículas, escolas, infraestrutura, educação especial, educação em tempo integral e indicadores de fluxo escolar.
- Disponível em: [INEPData / Power BI Educacional](#)
- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**
- Indicadores demográficos e educacionais de Engenho Velho/RS.
- Disponível em: [IBGE Cidades – Engenho Velho/RS](#)

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados do município de Engenho Velho evidencia que, embora os indicadores de acesso escolar sejam positivos e as taxas de fluxo apresentem resultados satisfatórios, persistem fatores estruturais, demográficos e pedagógicos que podem comprometer a permanência dos estudantes e a conclusão da Educação Básica na idade adequada. As evidências apontam que o problema não está relacionado ao acesso inicial à escola, mas principalmente à manutenção de trajetórias escolares contínuas e bem-sucedidas ao longo das diferentes etapas da educação básica.

1. Redução contínua das matrículas ao longo da Educação Básica: os dados demonstram redução significativa das matrículas tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. O Ensino Fundamental apresentou diminuição de aproximadamente 36,6% entre 2015 e 2025, enquanto o Ensino Médio registrou redução de cerca de 41,5% no mesmo período. Embora parte desse fenômeno esteja associada às mudanças demográficas, essa redução também pode indicar dificuldades de permanência escolar, migração de estudantes para outros municípios e fragilidades na transição entre etapas educacionais.

2. Fragilidades na transição entre os anos iniciais, anos finais e Ensino Médio: observa-se redução expressiva do número de estudantes entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental e, posteriormente, entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa situação sugere que a passagem entre etapas continua sendo um momento crítico da trajetória escolar, exigindo estratégias de acompanhamento individualizado, monitoramento de frequência e ações preventivas contra abandono e evasão escolar.

3. Concentração da oferta educacional na área urbana: a maior parte das matrículas e das escolas está localizada na zona urbana. Embora exista atendimento à população rural, estudantes residentes em comunidades mais distantes podem enfrentar dificuldades relacionadas ao transporte escolar, ao tempo de deslocamento e à participação nas atividades escolares, fatores que podem contribuir para infrequência e abandono escolar.

4. Oferta limitada do Ensino Médio: a existência de apenas uma escola de Ensino Médio no município concentra toda a demanda em uma única instituição. Essa condição reduz alternativas para os estudantes e aumenta a vulnerabilidade da oferta educacional,

especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades de deslocamento ou necessitam de atendimento diferenciado.

5. Ausência de consolidação da Educação Integral: os dados evidenciam que a oferta de educação em tempo integral não está consolidada, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A limitação da jornada ampliada reduz oportunidades de aprofundamento das aprendizagens, desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecimento dos vínculos escolares e proteção social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

6. Necessidade de fortalecimento das políticas de inclusão educacional: a redução das matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental e os quantitativos reduzidos no Ensino Médio indicam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de identificação, busca ativa, acompanhamento e atendimento especializado dos estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurando acesso, permanência e aprendizagem ao longo de toda a trajetória escolar.

7. Fragilidades na produção e qualificação dos dados educacionais: o elevado número de registros sem declaração de raça/cor dificulta análises mais precisas sobre desigualdades educacionais e vulnerabilidades específicas. A ausência de informações qualificadas limita a capacidade de planejamento e monitoramento de políticas voltadas à equidade e à redução das desigualdades.

8. Vulnerabilidades socioeconômicas que impactam a permanência escolar: embora não apareçam diretamente nos indicadores quantitativos, as evidências do problema apontam que estudantes em situação de vulnerabilidade social tendem a enfrentar maiores dificuldades de permanência e sucesso escolar. Questões relacionadas à renda familiar, trabalho precoce, dificuldades de transporte, acesso a serviços públicos e apoio familiar podem interferir na regularidade das trajetórias escolares e na conclusão da educação básica na idade adequada.

As análises indicam que o principal desafio de Engenho Velho não está no acesso à escola, mas na garantia da permanência, da progressão regular e da conclusão das etapas da Educação Básica. Entre as causas mais relevantes destacam-se: a redução contínua das matrículas, as fragilidades nas transições entre etapas, a concentração da oferta educacional na área urbana, a limitação da oferta do Ensino Médio, a ausência de educação integral consolidada, a necessidade de fortalecimento da inclusão educacional e os impactos das vulnerabilidades socioeconômicas sobre a trajetória escolar dos estudantes. Esses fatores, combinados, contribuem para o risco de trajetórias escolares irregulares e para a não conclusão da escolaridade na idade adequada.

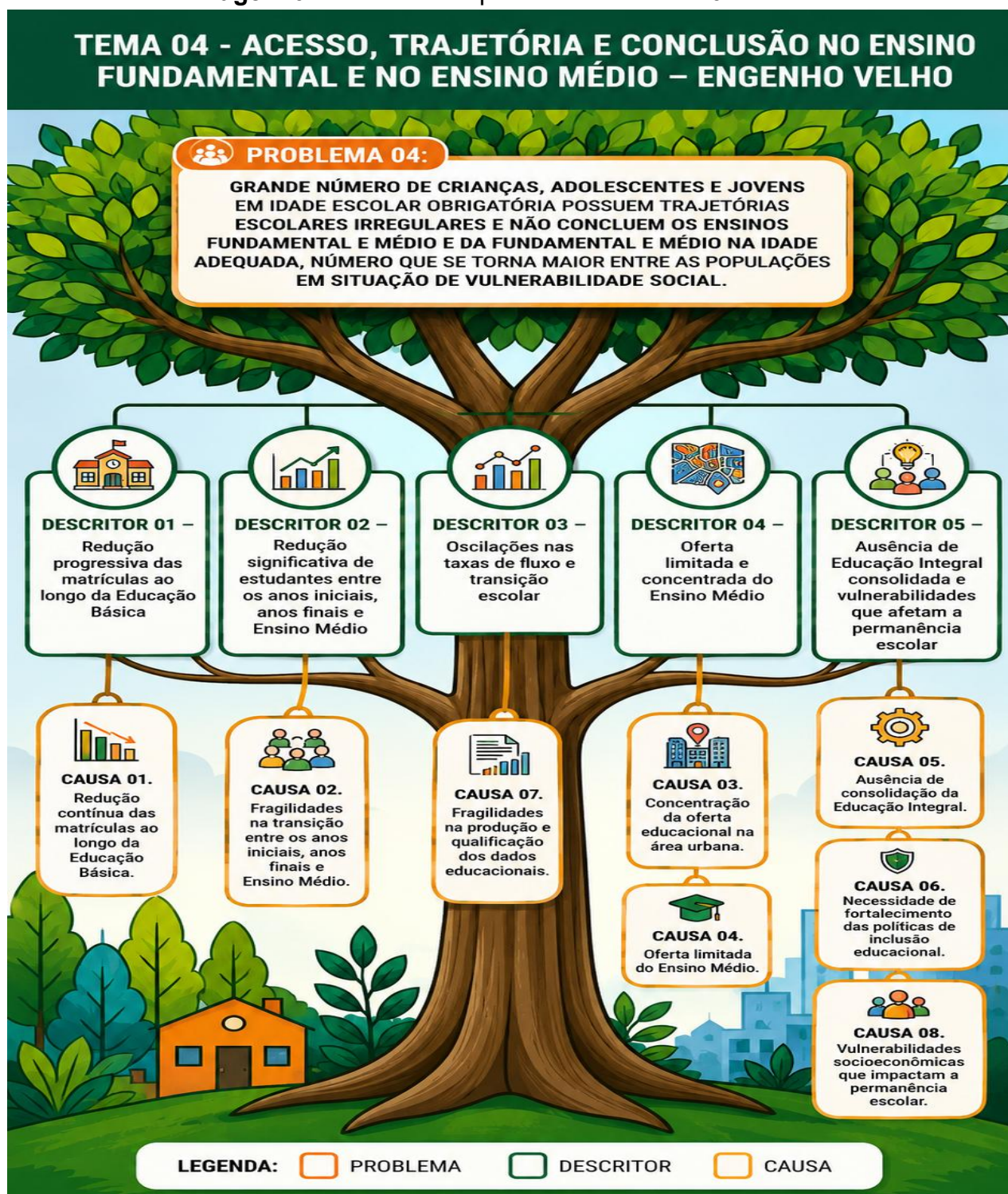
CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Redução contínua das matrículas ao longo da Educação Básica.**
- **Causa 02. Fragilidades na transição entre os anos iniciais, anos finais e Ensino Médio.**
- **Causa 03. Concentração da oferta educacional na área urbana.**
- **Causa 04. Oferta limitada do Ensino Médio.**
- **Causa 05. Ausência de consolidação da Educação Integral.**
- **Causa 06. Necessidade de fortalecimento das políticas de inclusão educacional.**

- Causa 07. Fragilidades na produção e qualificação dos dados educacionais.
- Causa 08. Vulnerabilidades socioeconômicas que impactam a permanência escolar.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 04 – Árvore dos problemas do Tema 04 do PME



Fonte: autoria própria.

6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 05: ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NÃO ALCANÇAM O NÍVEL ADEQUADO DE APRENDIZADO EM RELAÇÃO AO SEU ANO DE ESTUDO, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A presente análise descritiva tem como objetivo compreender a realidade educacional do município de Engenho Velho no que se refere aos níveis de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A partir da investigação de indicadores relacionados à infraestrutura escolar, gestão educacional, formação e condições de trabalho dos docentes, fluxo escolar, distorção idade-série, desempenho em avaliações externas e participação em exames educacionais, busca-se identificar evidências que caracterizam o problema e revelam os principais desafios enfrentados pela rede de ensino. A análise dos dados permite observar não apenas os resultados alcançados pelos estudantes, mas também os fatores estruturais, pedagógicos e organizacionais que influenciam a qualidade da aprendizagem ao longo da trajetória escolar. Nesse contexto, torna-se possível compreender como as desigualdades educacionais se manifestam no município e de que forma aspectos relacionados às condições de oferta, permanência e desenvolvimento do processo educativo contribuem para que parte dos estudantes não alcance os níveis de aprendizagem esperados para sua etapa de escolarização.

DESCRIPTORES⁵ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio incompleta e insuficiente.**
- ➔ **Descritor 02: IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental em 2023 foi de 5.9 enquanto a meta era de 6.4.**
- ➔ **Descritor 03: Em 2025, 100% dos gestores escolares não tinham formação continuada em gestão escolar.**
- ➔ **Descritor 04: Em 2025, 78,3% dos docentes dos anos iniciais tinham formação em nível superior licenciatura no Ensino Fundamental.**
- ➔ **Descritor 05: Índice de reprovação dos anos iniciais em 2025 de 1,1%.**
- ➔ **Descritor 06: Índice de distorção idade-série dos anos iniciais em 2025 de 4,1%.**
- ➔ **Descritor 07: Na avaliação do SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 5º ano, o município alcançou proficiência média de 195 pontos, com 83% de participação.**
- ➔ **Descritor 08: Na avaliação do SAERS 2025 em Matemática no 5º ano, a proficiência média foi de 222 pontos, também com 83% de participação.**
- ➔ **Descritor 09: Em 2025 79,3% dos docentes tinha formação em nível superior licenciatura no dos anos finais Ensino Fundamental.**
- ➔ **Descritor 10: Índice de reprovação dos anos iniciais em 2025 de 6,3%.**
- ➔ **Descritor 11: Índice de distorção idade-série dos anos iniciais em 2025 de 10%.**

⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- **Descritor 12:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 9º ano alcançaram proficiência média de 220 pontos em Língua Portuguesa, com 93% de participação dos estudantes previstos.
- **Descritor 13:** No SAERS 2025, em Matemática, a proficiência média dos estudantes do 9º alcançou 231 pontos, também com 93% de participação.
- **Descritor 14:** Índice de reprovação do ensino médio em 2025 de 11,4%.
- **Descritor 15:** Índice de abandono do ensino médio em 2025 de 4,5%.
- **Descritor 16:** Índice de distorção idade-série dos anos iniciais em 2025 de 15,8%.
- **Descritor 17:** A participação dos estudantes concluintes do ensino médio no Enem foi apenas de 25% em 2019.
- **Descritor 18:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 262 pontos em Língua Portuguesa, com 91% de participação.
- **Descritor 19:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 274 pontos em Matemática, com 91% de participação.

1) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a infraestrutura

a) Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Painel 01 – Infraestrutura e recursos das escolas do ensino fundamental e médio (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos das escolas por etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados tratam do **Problema 05**, relacionado ao fato de que estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio não alcançam níveis adequados de aprendizagem, com desigualdades persistentes entre grupos em situação de vulnerabilidade social. A evidência apresentada concentra-se na **infraestrutura e nos recursos escolares do município de Engenho Velho em 2025**, indicando que as condições materiais da oferta educacional podem estar interferindo diretamente na qualidade da aprendizagem.

Os dados mostram avanços importantes, como a presença de **energia elétrica, alimentação, TV, biblioteca e lixo com coleta periódica em 100% das escolas**. Esses elementos indicam que há uma base mínima de funcionamento escolar garantida. No entanto, aparecem fragilidades relevantes: **apenas 33% das escolas possuem acessibilidade, 33% contam com lixo informático, 67% possuem quadra de esportes, 67% têm água tratada pela rede pública, 67% contam com banda larga e 0% possuem esgoto por rede pública**. Esses indicadores revelam que, embora o município disponha de alguns recursos essenciais, ainda existem lacunas estruturais que limitam a qualidade da permanência escolar e podem impactar negativamente o desempenho dos estudantes.

A baixa presença de **acessibilidade** é um dado crítico, pois compromete o direito à inclusão e pode produzir barreiras físicas e pedagógicas para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Quando apenas um terço das escolas apresenta condições adequadas de acessibilidade, o município sinaliza que a equidade educacional ainda não está plenamente assegurada. Isso se relaciona diretamente ao problema analisado, pois estudantes em situação de vulnerabilidade tendem a ser mais afetados quando a escola não dispõe de condições estruturais adequadas para acolher diferentes necessidades.

Outro ponto sensível é a conectividade. Embora o painel indique **67% de escolas com banda larga**, o gráfico por etapa sugere diferenças entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio quanto à disponibilidade de internet para alunos e acesso à internet. Essa desigualdade interna é importante porque o uso pedagógico das tecnologias digitais tornou-se parte das condições contemporâneas de aprendizagem. A ausência ou limitação de internet reduz o acesso a plataformas, pesquisas, recursos digitais, atividades interativas e práticas vinculadas à cidadania digital, ampliando distâncias entre estudantes que já chegam à escola com diferentes repertórios sociais, culturais e tecnológicos.

A infraestrutura pedagógica também apresenta sinais de insuficiência. O gráfico aponta diferenças na presença de **laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca/sala de leitura, auditório, banheiro PCD e quadra de esportes**. Esses espaços não são apenas complementares: eles ampliam as possibilidades de

aprendizagem, favorecem metodologias investigativas, práticas experimentais, leitura, pesquisa, expressão corporal, cultura digital e participação estudantil. Quando esses recursos estão ausentes ou distribuídos de forma desigual entre as etapas, a escola tende a depender excessivamente de práticas tradicionais, o que pode limitar o desenvolvimento de competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A inexistência de **esgoto por rede pública em 100% das escolas** também merece atenção. Ainda que outros serviços básicos estejam presentes, essa fragilidade revela uma condição estrutural relevante, pois saneamento inadequado afeta salubridade, conforto, segurança e dignidade no ambiente escolar. A aprendizagem não depende apenas do currículo e do trabalho docente, mas também de um espaço físico adequado, saudável e acolhedor.

De modo geral, os dados indicam que o município possui uma rede escolar com alguns recursos básicos consolidados, mas ainda marcada por **desigualdades na infraestrutura, limitações de acessibilidade, fragilidades de conectividade, ausência de saneamento adequado e distribuição desigual de espaços pedagógicos qualificados**. Essas condições podem contribuir para que estudantes não alcancem níveis adequados de aprendizagem, especialmente aqueles em maior vulnerabilidade social, pois são justamente esses estudantes que mais dependem da escola pública como espaço de acesso a livros, tecnologia, laboratórios, práticas culturais, esportivas e apoio pedagógico.

Assim, a análise permite concluir que o enfrentamento do Problema 05 exige não apenas ações pedagógicas, mas também investimento planejado na melhoria da infraestrutura escolar. A qualificação da aprendizagem passa pela garantia de escolas acessíveis, conectadas, bem equipadas, com espaços diversificados de ensino e condições adequadas de permanência.

2) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a área pedagógica

a) IDEB

Painel 02 – IDEB dos anos finais ensino fundamental (2023)

Composição do Ideb

O Ideb é calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.



Fonte: Saeb/Ideb, Inep - 2023

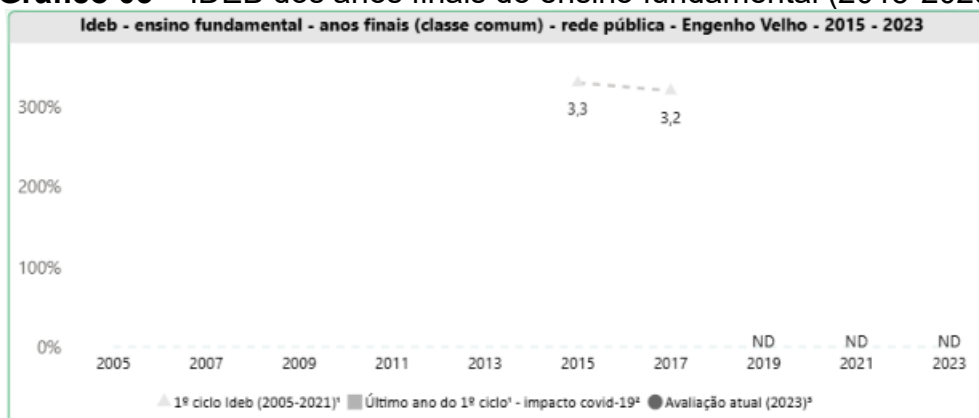
Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 02 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2023)



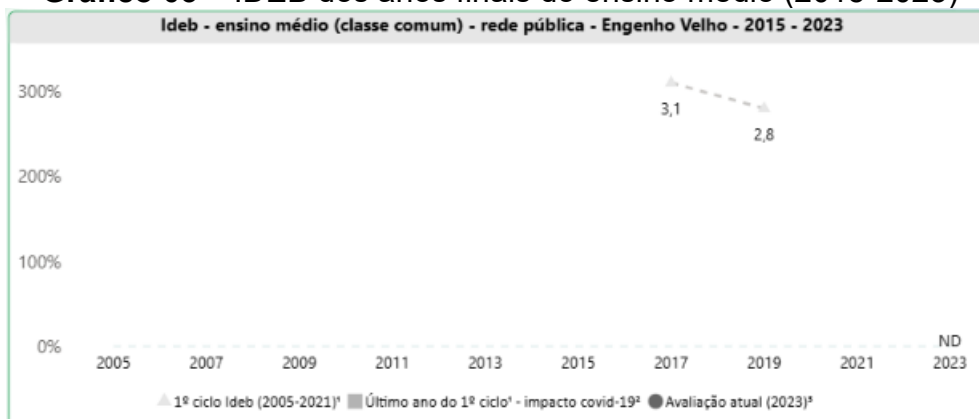
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 03 – IDEB dos anos finais do ensino fundamental (2015-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 03 – IDEB dos anos finais do ensino médio (2015-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados aprofundam o **Problema 05**, relacionado à insuficiência dos níveis de aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com foco nos **dados pedagógicos do município de Engenho Velho**. As evidências apresentadas indicam que o desafio da aprendizagem não está restrito ao desempenho dos estudantes, mas envolve também fatores de gestão escolar, continuidade dos processos avaliativos, formação dos gestores e complexidade das unidades escolares.

O dado mais relevante é o **IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2023**, que apresenta resultado **5,9**, composto por desempenho em **Matemática: 6,04**, **Português: 6,19** e **aprovação: 0,96**. Esse resultado demonstra que os anos iniciais

possuem desempenho relativamente estruturado, com bons indicadores de fluxo escolar. No entanto, a leitura precisa ser cuidadosa: a boa taxa de aprovação pode elevar o IDEB, mas não garante, isoladamente, que todos os estudantes estejam aprendendo em nível adequado. O município precisa observar se a progressão escolar vem acompanhada de aprendizagem efetiva, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.

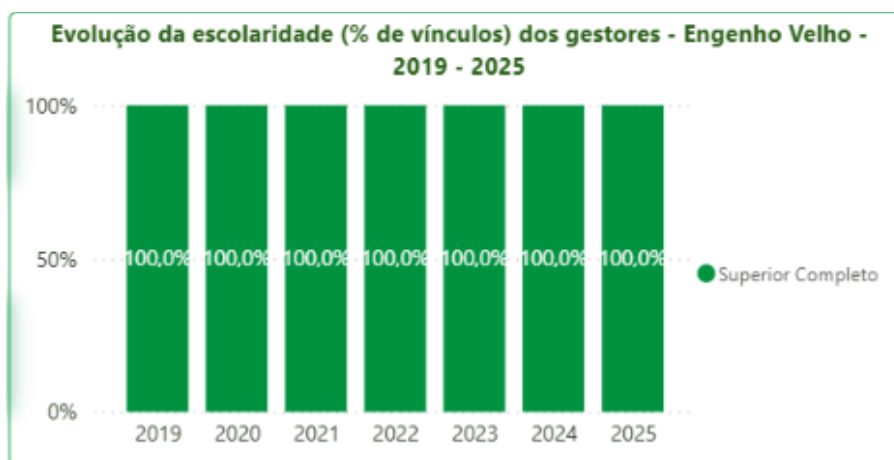
Nos gráficos históricos, observa-se que os **anos iniciais** apresentam trajetória de crescimento, saindo de **4,6 em 2017**, passando por **5,3 em 2021**, até chegar a **5,9 em 2023**. Esse avanço indica melhoria no desempenho educacional nessa etapa, possivelmente associado à consolidação das práticas pedagógicas, ao acompanhamento mais próximo dos estudantes e à menor complexidade organizacional dos anos iniciais. Ainda assim, o crescimento não elimina o problema, pois o IDEB médio pode ocultar desigualdades internas entre estudantes com diferentes condições socioeconômicas.

A situação se torna mais preocupante nos **anos finais do Ensino Fundamental**. O gráfico aponta registros anteriores de IDEB em torno de **3,3 em 2015** e **3,2 em 2017**, mas depois aparecem dados como **ND** em anos posteriores. Essa ausência de dados recentes dificulta o monitoramento da aprendizagem e enfraquece a capacidade de diagnóstico da rede. Quando não há indicador disponível, o município perde uma referência importante para identificar defasagens, planejar intervenções e avaliar se as ações pedagógicas estão produzindo efeito.

No **Ensino Médio**, o cenário também exige atenção. O gráfico apresenta IDEB de **3,1 em 2017** e **2,8 em 2019**, com ausência de dado em 2023. Além de indicar desempenho baixo nos registros disponíveis, há uma tendência de queda entre 2017 e 2019. Esse dado sugere que os desafios se acentuam nas etapas mais avançadas da escolarização, possivelmente em razão de maior complexidade curricular, descontinuidade das trajetórias escolares, menor engajamento estudantil, dificuldades de permanência e fragilidades acumuladas desde o Ensino Fundamental.

b) Dados dos gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Gráfico 04 – Evolução da escolaridade dos gestores (2019-2025)



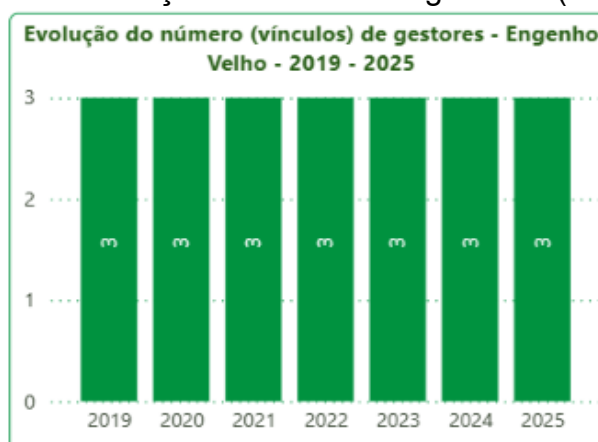
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 05 – Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 06 – Evolução do número de gestores (2019-2025)



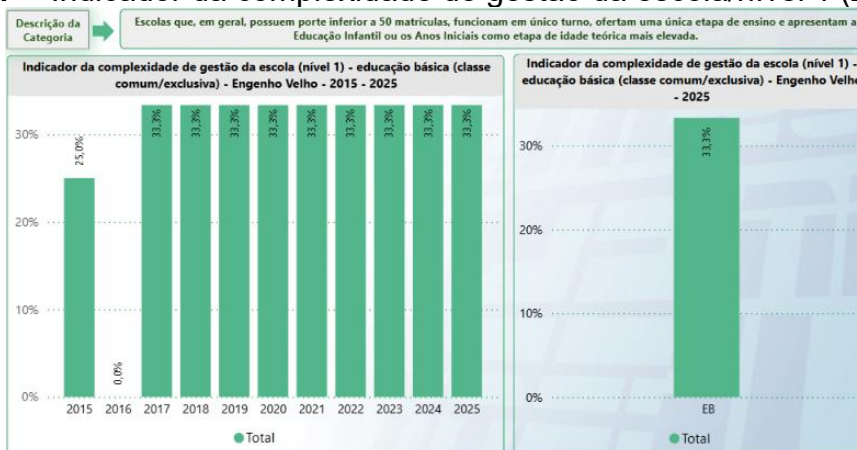
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise dos gestores revela um ponto positivo: entre **2019 e 2025, 100% dos gestores possuem ensino superior completo**. Isso indica que o município conta com uma base formal adequada para o exercício da gestão escolar. Além disso, o número de gestores permanece estável, com **3 vínculos de gestores em todos os anos analisados**, o que pode favorecer continuidade administrativa e conhecimento acumulado sobre a realidade das escolas.

Entretanto, há uma fragilidade significativa na **formação continuada em gestão escolar**. Em 2019 e 2020, apenas **33,3% dos gestores tinham formação continuada**, enquanto **66,7% não tinham**. A partir de 2021 até 2025, o gráfico indica **100% sem formação continuada em gestão escolar**. Esse é um dado crítico, pois a formação inicial superior não substitui a necessidade de atualização permanente em gestão pedagógica, avaliação, recomposição das aprendizagens, liderança escolar, uso de dados, inclusão e enfrentamento das desigualdades.

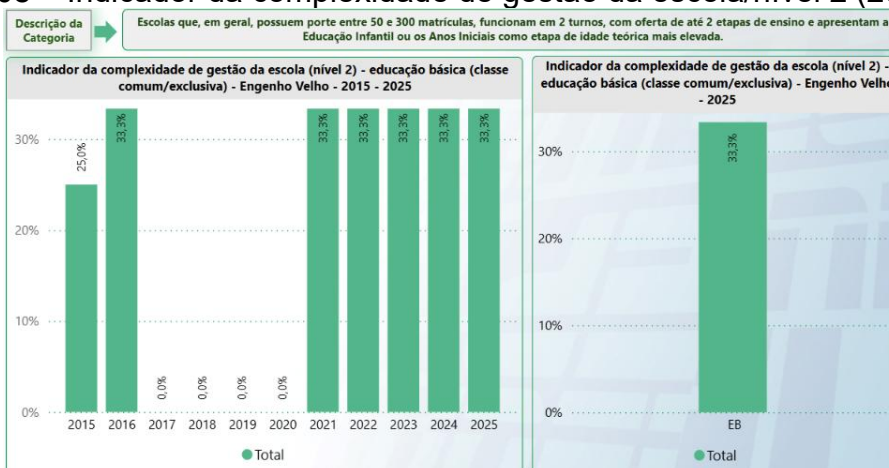
A ausência de formação continuada dos gestores pode impactar diretamente a aprendizagem. Gestores sem apoio formativo sistemático tendem a ter mais dificuldade para organizar rotinas de acompanhamento pedagógico, interpretar avaliações externas e internas, coordenar ações de recuperação, apoiar professores, monitorar frequência, identificar estudantes em risco e promover estratégias articuladas entre escola, família e rede municipal. Assim, mesmo com escolaridade adequada, a gestão pode não estar suficientemente preparada para enfrentar problemas complexos de aprendizagem.

Gráfico 07 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 1 (2015-2025)



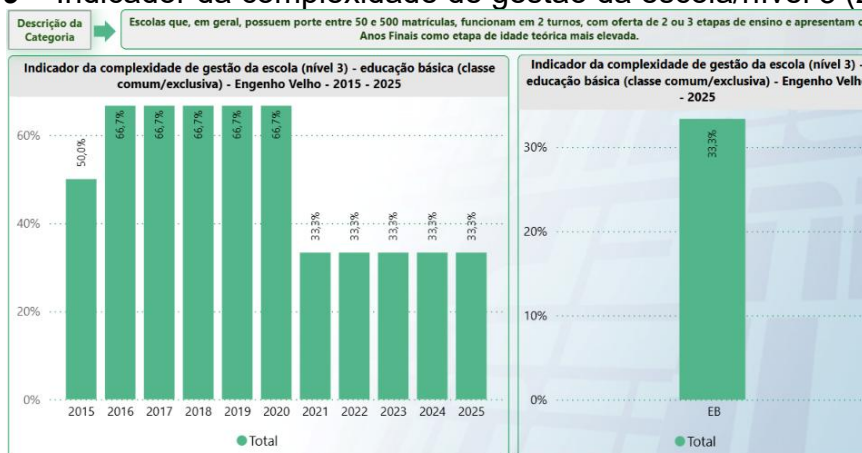
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 08 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 2 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 09 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 3 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de **complexidade de gestão escolar** mostram que as escolas de Engenho Velho se distribuem entre níveis de menor e média complexidade, especialmente níveis 1, 2 e 3. Isso sugere que o município não enfrenta, em tese, uma rede de alta complexidade estrutural. Esse dado pode ser visto como uma oportunidade: por se tratar de uma rede menor, com número estável de gestores, há maior possibilidade de

acompanhamento próximo, planejamento integrado e intervenção pedagógica mais personalizada.

Por outro lado, justamente por ser uma rede pequena, a ausência de dados em algumas etapas e a falta de formação continuada tornam-se ainda mais preocupantes. Em municípios menores, cada escola, turma e estudante tem peso significativo nos resultados gerais. Portanto, lacunas de acompanhamento, ausência de avaliações sistemáticas ou fragilidades de gestão podem produzir impactos expressivos nos indicadores municipais.

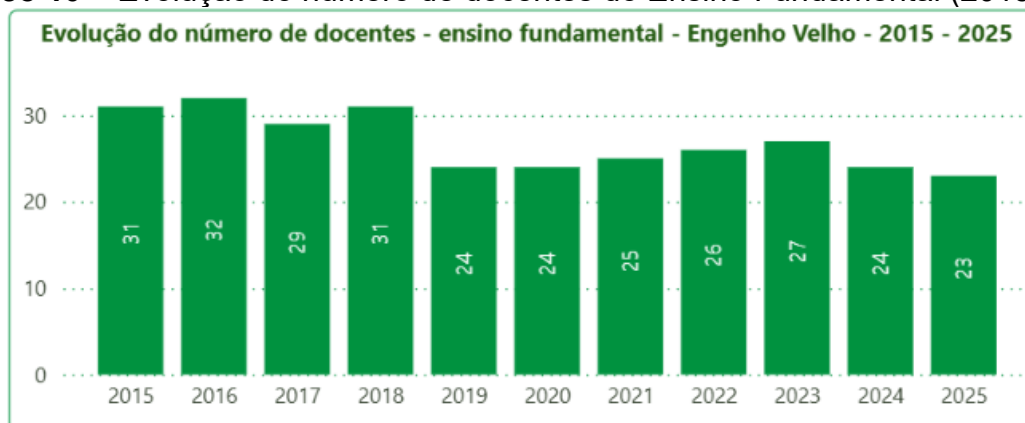
De forma geral, os dados indicam que Engenho Velho apresenta **melhores resultados nos anos iniciais**, mas enfrenta fragilidades importantes nos **anos finais e no Ensino Médio**, sobretudo pela baixa performance histórica e pela ausência de dados recentes. O município também apresenta uma contradição relevante: possui gestores com formação superior completa, mas não garante formação continuada em gestão escolar, o que pode limitar a capacidade institucional de enfrentar as defasagens de aprendizagem.

Conclui-se que o enfrentamento do Problema 05 exige ações articuladas em três frentes: fortalecimento do acompanhamento pedagógico por etapa de ensino; recomposição e monitoramento das aprendizagens, especialmente nos anos finais e no Ensino Médio; e implantação de uma política contínua de formação dos gestores escolares. Sem esses movimentos, o município corre o risco de manter bons resultados pontuais nos anos iniciais, mas continuar acumulando fragilidades nas etapas posteriores da Educação Básica.

3) Ensino Fundamental anos iniciais e finais quanto a área pedagógica

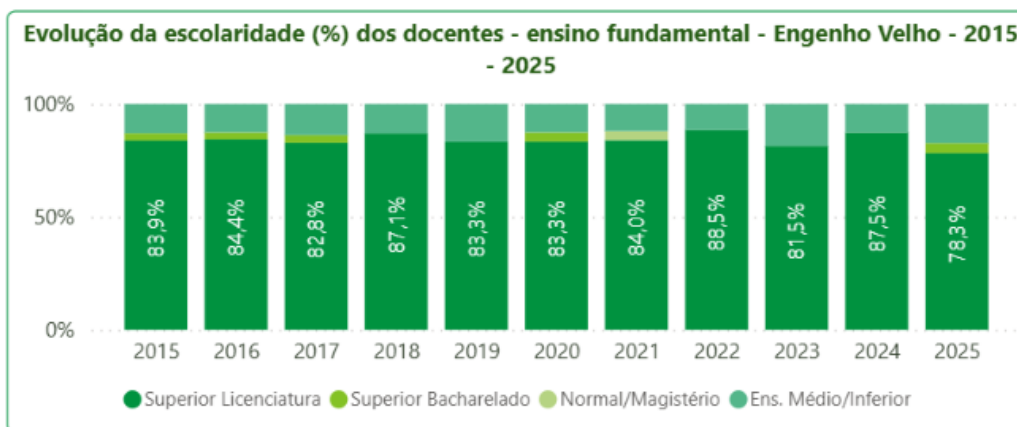
a) Dados dos docentes do Ensino Fundamental

Gráfico 10 – Evolução do número de docentes do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 11 – Evolução da escolaridade dos docentes do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados aprofundam o **Problema 05**, com foco nos **docentes do Ensino Fundamental de Engenho Velho**. Os dados mostram que o município apresenta uma redução no número de professores: eram **31 docentes em 2015**, chegaram a **32 em 2016**, oscilaram nos anos seguintes e caíram para **23 em 2025**. Essa diminuição é relevante, pois pode indicar reorganização da rede, redução de matrículas ou concentração de turmas, mas também pode gerar maior pressão sobre os profissionais, especialmente quando há necessidade de recomposição das aprendizagens.

Quanto à escolaridade dos docentes, observa-se predominância de professores com **licenciatura em nível superior**, o que é um ponto positivo para a qualidade da oferta. No entanto, há queda em 2025, quando o percentual de docentes com licenciatura aparece em **79,3%**, abaixo dos anos anteriores. Isso merece atenção, pois a formação adequada do professor é condição central para garantir ensino qualificado, planejamento consistente, domínio curricular e intervenções pedagógicas alinhadas às necessidades dos estudantes.

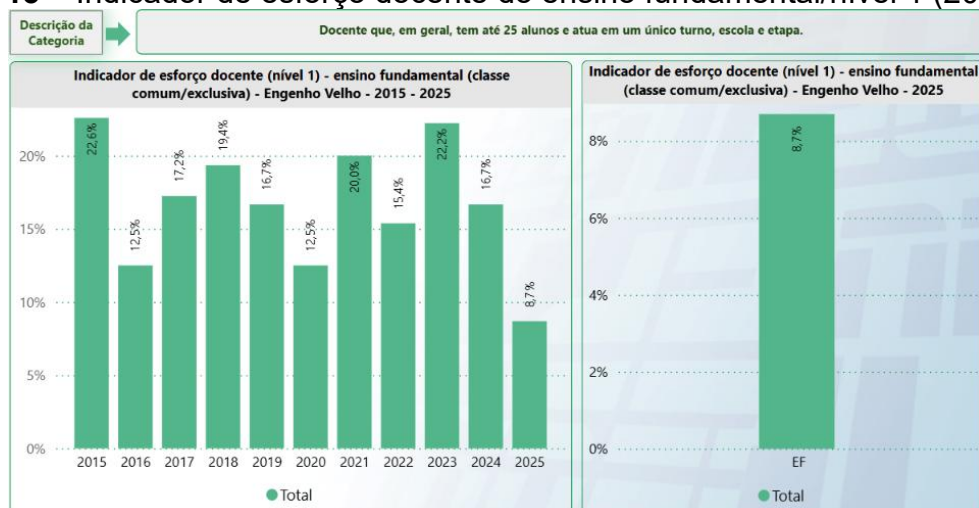
Gráfico 12 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

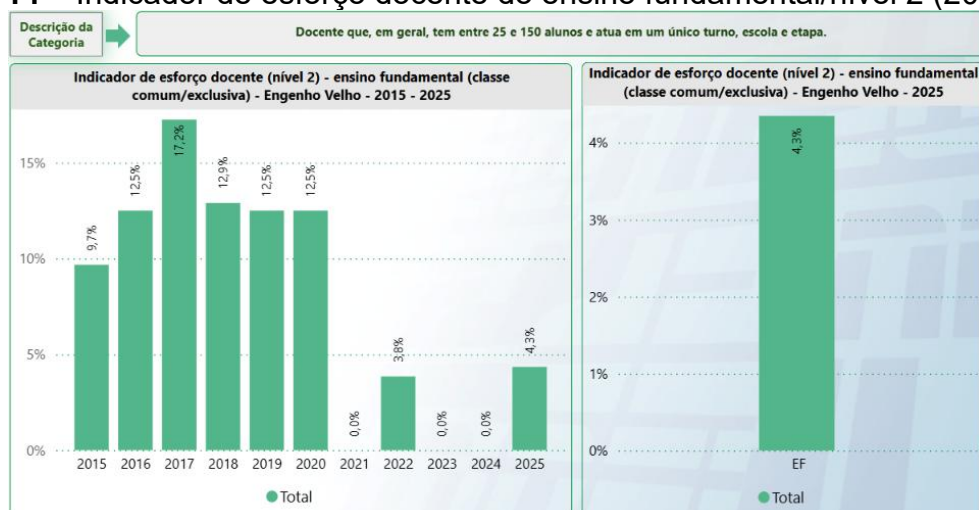
O gráfico de distribuição por rede e etapa mostra que, em 2025, os **anos iniciais do Ensino Fundamental estão 100% sob responsabilidade da rede municipal**, enquanto os **anos finais têm participação majoritária da rede estadual, com 68,8%, e participação municipal de 31,3%**. Esse dado é importante porque o problema da aprendizagem precisa ser tratado de forma intersetorial entre redes. Se os anos iniciais são integralmente municipais e os anos finais têm forte presença estadual, a transição entre etapas exige articulação pedagógica, troca de informações, acompanhamento dos estudantes e continuidade curricular.

Gráfico 13 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 1 (2015-2025)



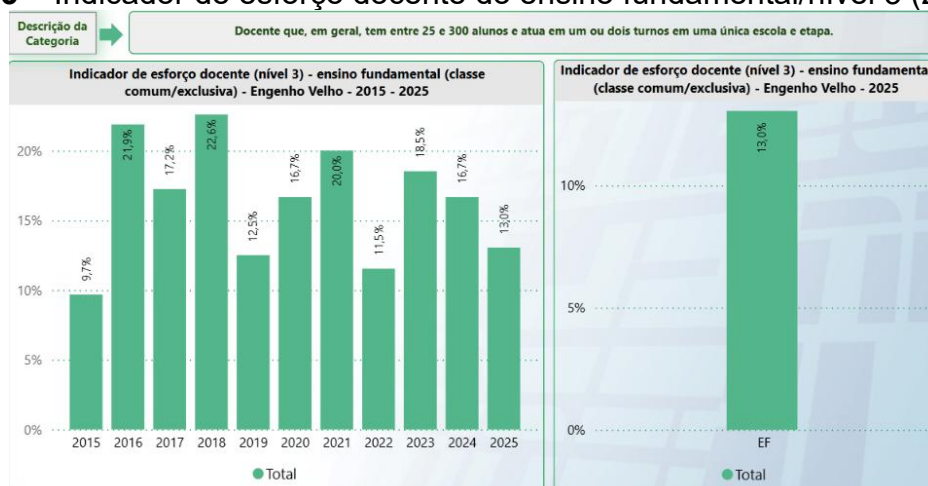
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 2 (2015-2025)



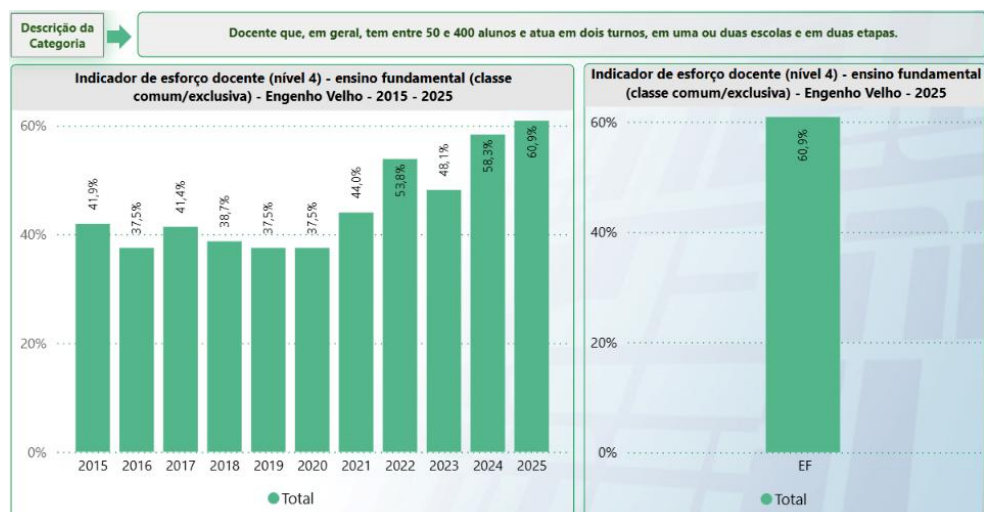
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 15 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 3 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 16 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 4 (2015-2025)



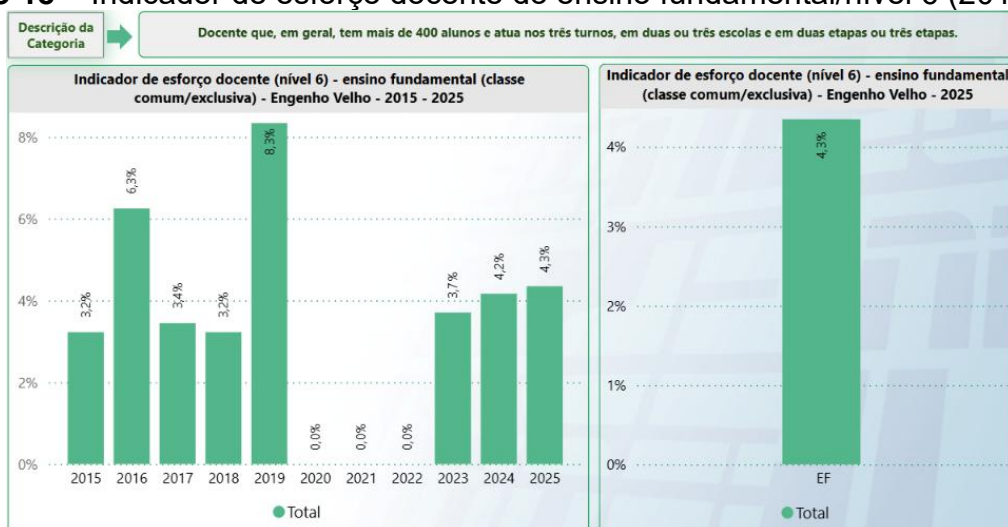
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 17 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 5 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 18 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 6 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de esforço docente revelam um ponto central da análise. Em 2025, há professores distribuídos em diferentes níveis de esforço, desde níveis mais baixos até

níveis mais altos. O **nível 1**, que representa docentes com menor carga de trabalho e atuação menos fragmentada, aparece com percentual reduzido em 2025, cerca de **8,7%**. Já o **nível 4** aparece como predominante, chegando a aproximadamente **59,6%** em 2025. Isso indica que parte expressiva dos docentes atua em condições de maior esforço, possivelmente com mais turnos, mais escolas, mais turmas ou mais etapas de ensino.

Esse dado é bastante crítico para a aprendizagem. Quanto maior o esforço docente, menor tende a ser o tempo disponível para planejamento, estudo, avaliação individualizada, atendimento a estudantes com dificuldades, diálogo com famílias e participação em processos formativos. Em uma rede que enfrenta o problema de estudantes abaixo do nível adequado de aprendizagem, o excesso de esforço docente pode limitar a capacidade de intervenção pedagógica qualificada.

Os níveis mais altos de esforço também aparecem no documento. O **nível 5** registra cerca de **8,7% em 2025**, e o **nível 6**, que corresponde à situação de maior sobrecarga docente, aparece com aproximadamente **4,3% em 2025**. Ainda que sejam percentuais menores, esses dados não devem ser ignorados. Mesmo poucos professores em condição de esforço elevado podem impactar diretamente turmas inteiras, especialmente em município pequeno, onde cada vínculo docente tem grande peso na organização da oferta escolar.

A série histórica dos indicadores de esforço demonstra oscilações importantes. Em alguns anos, como 2019, o nível 6 aparece mais elevado, indicando períodos de maior sobrecarga. Depois há redução, mas o indicador volta a aparecer entre 2023 e 2025. Isso sugere que o município ainda não consolidou uma organização estável do trabalho docente capaz de minimizar sobrecargas e garantir melhores condições de atuação pedagógica.

De forma geral, os dados indicam que Engenho Velho possui uma base docente majoritariamente qualificada, mas enfrenta sinais de atenção em três dimensões: **redução do número de professores, queda recente no percentual de docentes com licenciatura e presença significativa de esforço docente em níveis intermediários e altos**. Esses fatores podem afetar a aprendizagem porque interferem diretamente na capacidade da escola de planejar, acompanhar, intervir e garantir práticas pedagógicas consistentes.

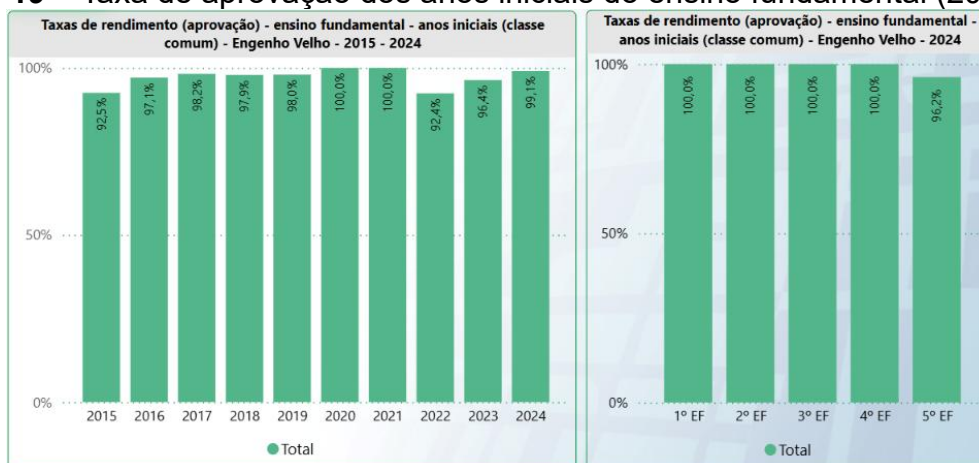
Assim, o enfrentamento do Problema 05 exige que o município observe não apenas os resultados de aprendizagem dos estudantes, mas também as condições concretas de trabalho dos professores. Melhorar a aprendizagem passa por garantir docentes com formação adequada, carga horária organizada, tempo para planejamento, formação continuada, acompanhamento pedagógico e articulação entre rede municipal e estadual, especialmente na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental.

4) Ensino Fundamental – Anos iniciais indicadores pedagógicos

Os dados analisam os **anos iniciais do Ensino Fundamental de Engenho Velho**, dentro do Problema 05, com foco em aproveitamento escolar, trajetória dos estudantes, formação docente e resultados do SAERS. Os dados indicam que, embora o município apresente bons índices de aprovação e abandono zerado, ainda existem fragilidades importantes na aprendizagem, especialmente quando se observam reprovação, distorção idade-série e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais

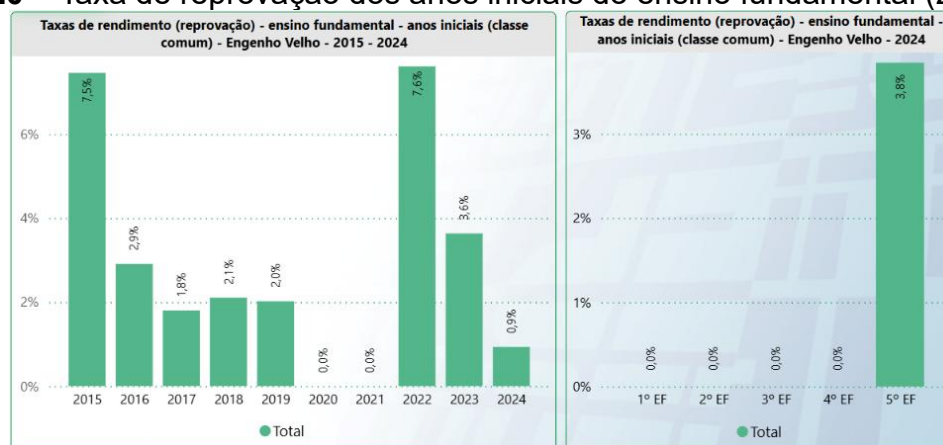
Gráfico 19 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de aprovação** dos anos iniciais apresenta desempenho elevado ao longo da série histórica, chegando a **98,9% em 2024**. Esse dado é positivo, pois indica boa permanência e fluxo escolar. No entanto, a aprovação elevada precisa ser analisada junto aos dados de aprendizagem, pois não basta o estudante avançar de ano: é necessário garantir que ele avance com domínio adequado das habilidades previstas para sua etapa.

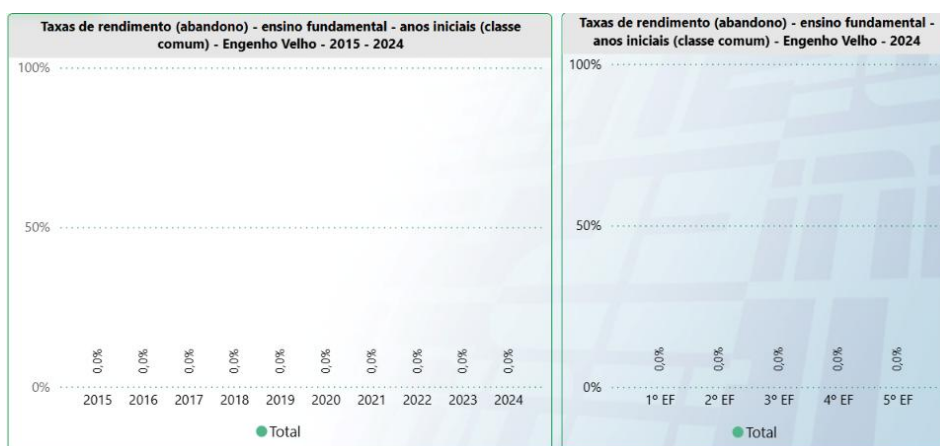
Gráfico 20 – Taxa de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de reprovação** apresenta oscilações importantes. Em 2024, aparece em torno de **1,1%**, mas em anos anteriores houve elevação significativa, especialmente em **2022**, quando chegou a aproximadamente **8,5%**. Esse pico sugere que, em determinados momentos, parte dos estudantes não conseguiu consolidar as aprendizagens mínimas esperadas. A queda posterior é positiva, mas exige atenção para verificar se houve recuperação real das aprendizagens ou apenas melhora do fluxo escolar.

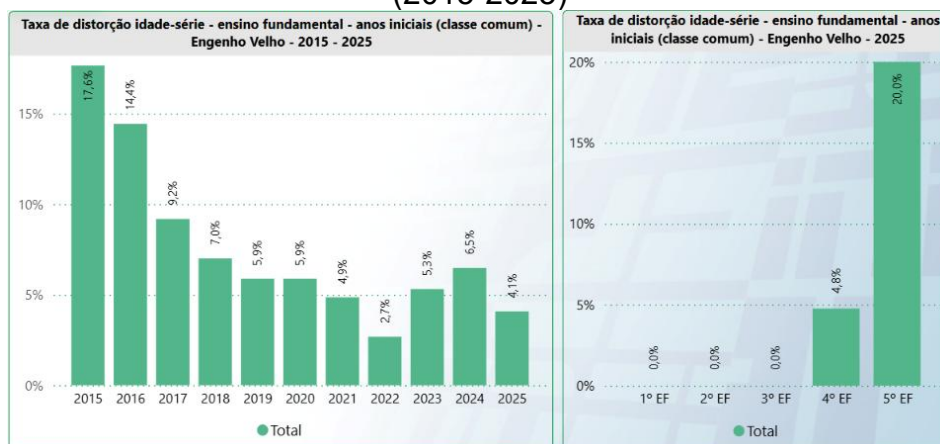
Gráfico 21 – Taxa de abandono dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de abandono** aparece zerada em toda a série analisada. Esse é um indicador muito favorável, pois demonstra que os estudantes permanecem vinculados à escola. Contudo, a permanência, sozinha, não garante aprendizagem. O desafio do município parece estar menos relacionado à evasão nos anos iniciais e mais ligado à qualidade da aprendizagem efetivamente construída ao longo da trajetória escolar.

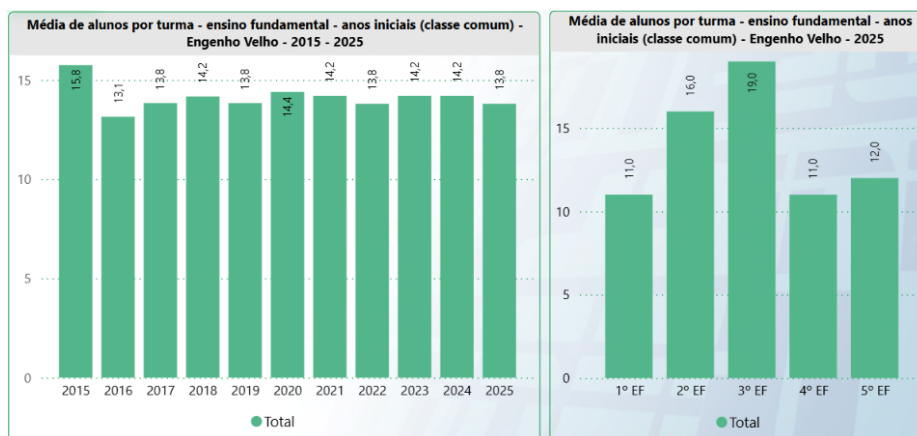
Gráfico 22 – Taxa de distorção idade-série dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série** apresenta queda expressiva entre 2015 e 2025. Em 2015, estava em torno de **17,3%**, reduzindo para aproximadamente **4,1% em 2025**. Essa redução indica melhoria importante no fluxo escolar e menor acúmulo de estudantes fora da idade adequada. Porém, o gráfico por ano escolar mostra concentração da distorção no **5º ano**, chegando a cerca de **20%**. Isso é um sinal de alerta, pois o final dos anos iniciais concentra estudantes com trajetórias escolares mais irregulares, o que pode comprometer a transição para os anos finais.

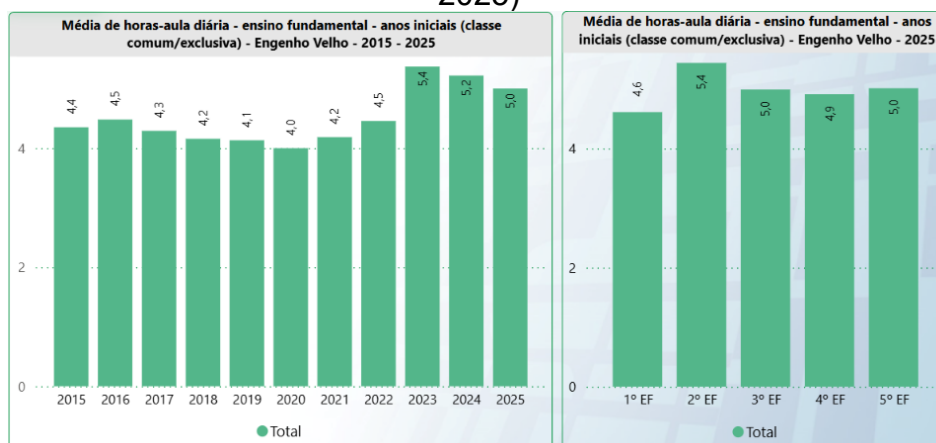
Gráfico 23 – Média de alunos por turma dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de alunos por turma** permanece baixa e relativamente estável, em torno de **13 a 14 estudantes** nos últimos anos. Esse é um potencial importante para o município, pois turmas menores permitem acompanhamento mais individualizado, identificação rápida das dificuldades e intervenções pedagógicas mais próximas. No entanto, os resultados do SAERS mostram que esse potencial ainda não está sendo plenamente convertido em aprendizagem adequada.

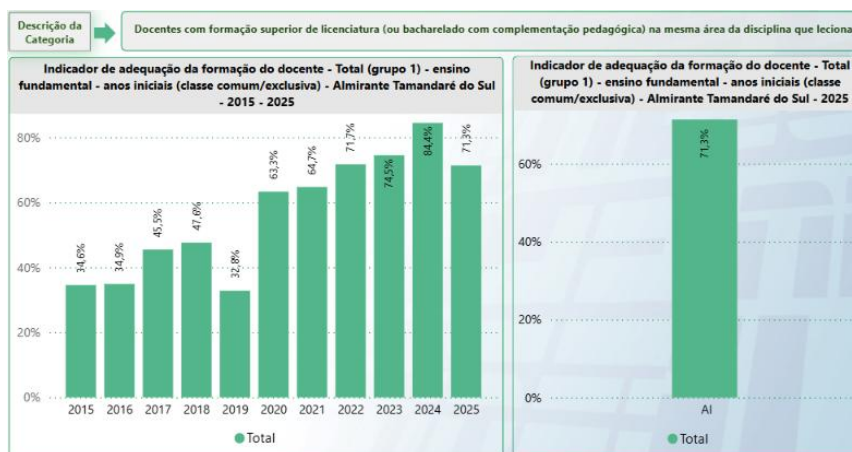
Gráfico 24 – Média de horas-aula diária dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

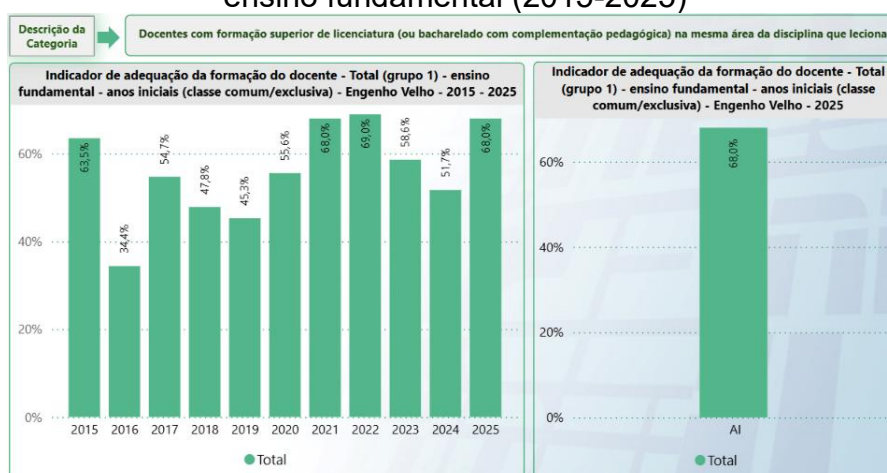
A **média de horas-aula diária** apresenta crescimento recente, chegando a aproximadamente **5 horas em 2025**. Esse aumento é positivo, pois amplia o tempo de permanência dos estudantes na escola. Ainda assim, o impacto desse tempo depende da qualidade das práticas pedagógicas, do planejamento docente, da recomposição das aprendizagens e do uso efetivo do tempo escolar.

Gráfico 25 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



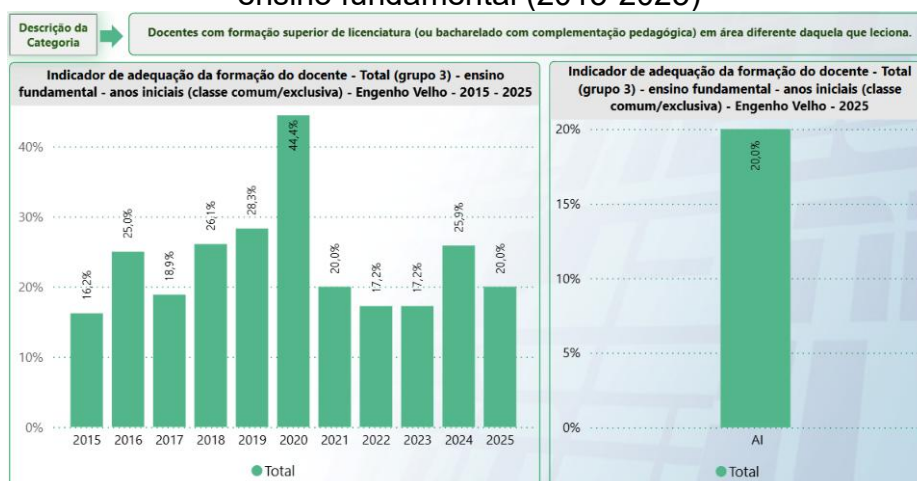
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 26 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



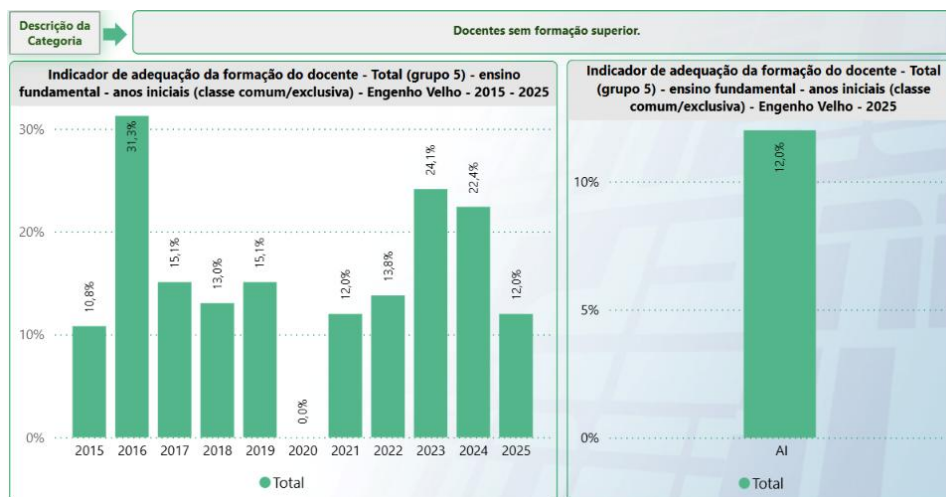
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 27 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 03 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 27 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 05 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)

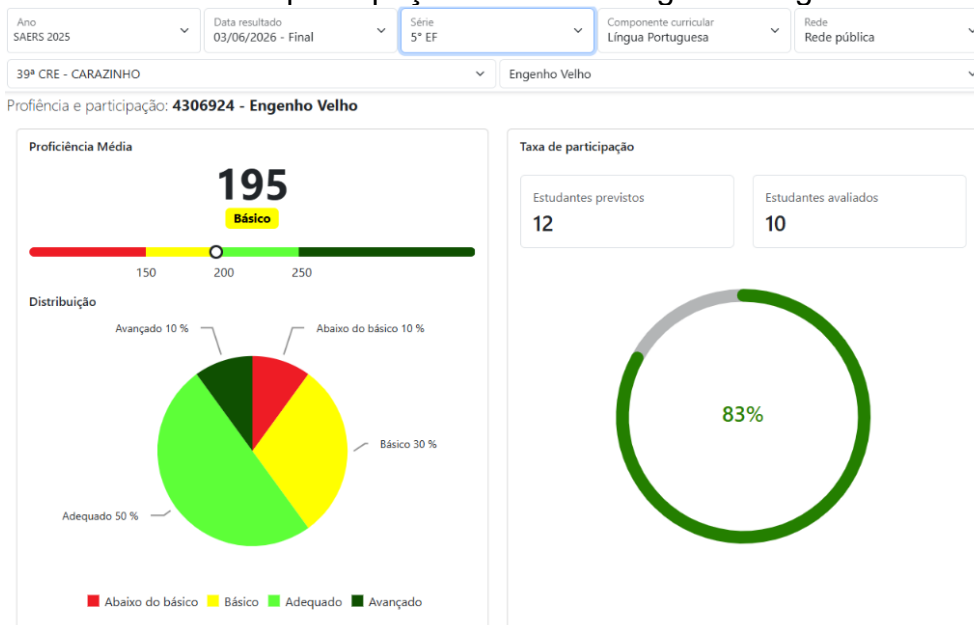


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Em relação à **adequação da formação docente**, o documento mostra avanços no grupo 01, que representa docentes com formação superior adequada à área de atuação. Em 2025, o percentual aparece próximo de **70%**, o que indica uma base relevante de professores com formação compatível. Contudo, ainda há presença de docentes em grupos menos adequados, inclusive grupo 05, que representa docentes sem formação superior. Isso pode afetar a qualidade do ensino, especialmente em áreas fundamentais como alfabetização, leitura, escrita e matemática.

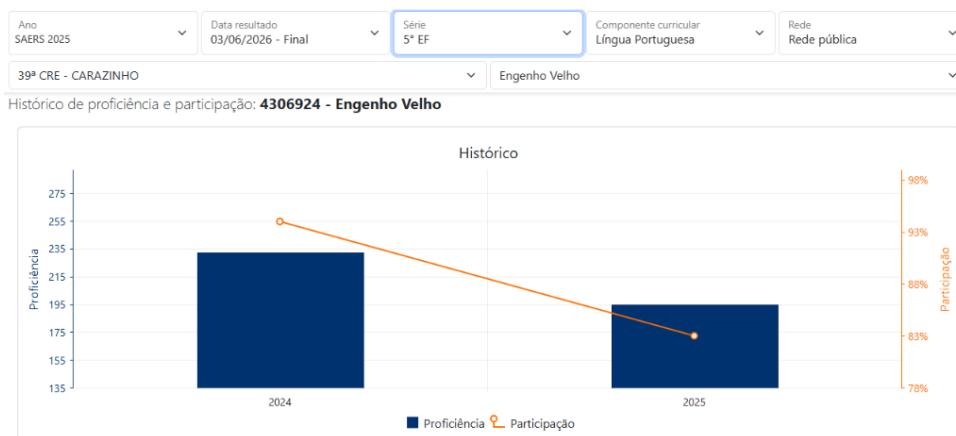
b) Avaliação SAERS

Painel 03 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 04 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 05 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/5º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 5º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

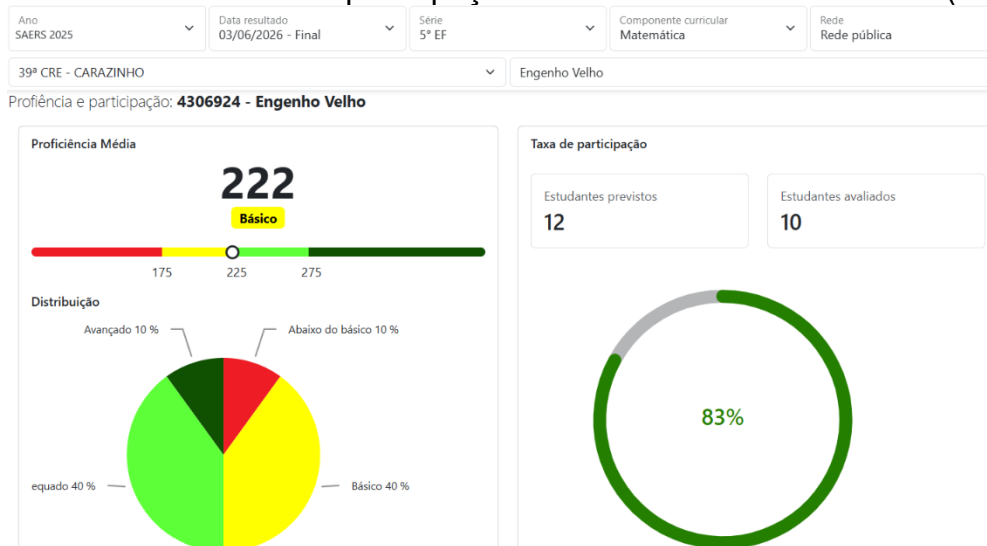
39ª CRE - CARAZINHO Engenho Velho

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEIEF CLEITON COSTA	12	10	83.0 %	195	10.0 %	30.0 %	50.0 %	10.0 %	Turmas

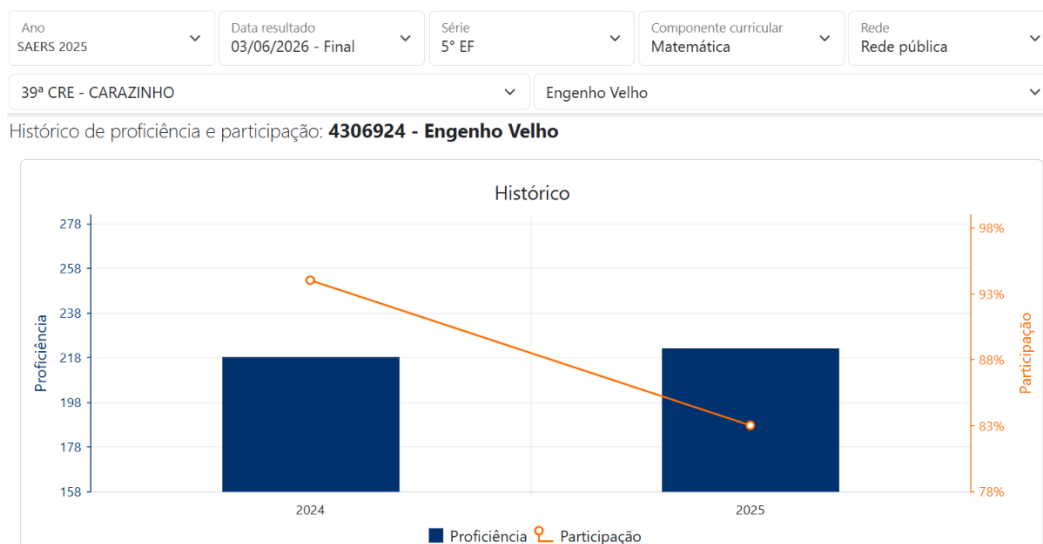
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 06 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/5º ano (2025)

Ano: SAERS 2025 | Data resultado: 03/06/2026 - Final | Série: 5º EF | Componente curricular: Matemática | Rede: Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO | Engenho Velho

Município: **4306924 - Engenho Velho**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ EMEIEF CLEITON COSTA	12	10	83.0 %	222	10.0 %	40.0 %	40.0 %	10.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados do **SAERS 2025** reforçam a existência do problema de aprendizagem. Em **Língua Portuguesa no 5º ano**, a proficiência média foi **195**, classificada no nível **básico**, com participação de **83%** dos estudantes previstos. A distribuição mostra **10% abaixo do básico**, **30% no básico**, **50% adequado** e **10% avançado**. Isso significa que 40% dos estudantes avaliados ainda não alcançaram o padrão adequado, revelando fragilidades relevantes em leitura, interpretação e domínio das habilidades linguísticas.

Em **Matemática no 5º ano**, a proficiência média foi **222**, também classificada no nível **básico**, com a mesma participação de **83%**. A distribuição aponta **10% abaixo do básico**, **40% no básico**, **40% adequado** e **10% avançado**. O dado é ainda mais preocupante que em Língua Portuguesa, pois metade dos estudantes avaliados está abaixo do nível adequado. Isso indica dificuldades na consolidação de habilidades matemáticas essenciais, como resolução de problemas, raciocínio lógico, operações e interpretação de situações matemáticas.

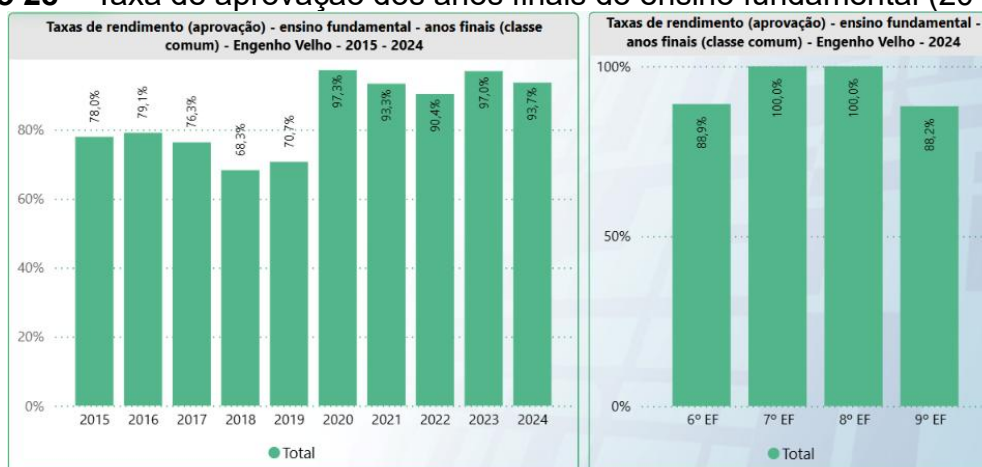
Assim, a análise permite concluir que Engenho Velho apresenta bons indicadores de permanência e fluxo nos anos iniciais, mas ainda enfrenta desafios significativos na aprendizagem. O município aprova a maioria dos estudantes, praticamente não registra abandono e reduziu a distorção idade-série, mas os resultados do SAERS mostram que uma parcela expressiva dos estudantes chega ao 5º ano sem atingir aprendizagem adequada. Portanto, o problema central não está apenas em manter o estudante na escola, mas em garantir que ele aprenda de forma consistente, especialmente nos anos finais dos anos iniciais, com atenção especial ao 5º ano e à Matemática.

5) Ensino Fundamental - Anos finais indicadores pedagógicos

Os dados a seguir analisam os **anos finais do Ensino Fundamental de Engenho Velho**, dentro do Problema 05. Os dados revelam uma etapa mais crítica que os anos iniciais, marcada por oscilações no fluxo escolar, reprovação, abandono, distorção idade-série e baixos resultados de aprendizagem no SAERS.

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental

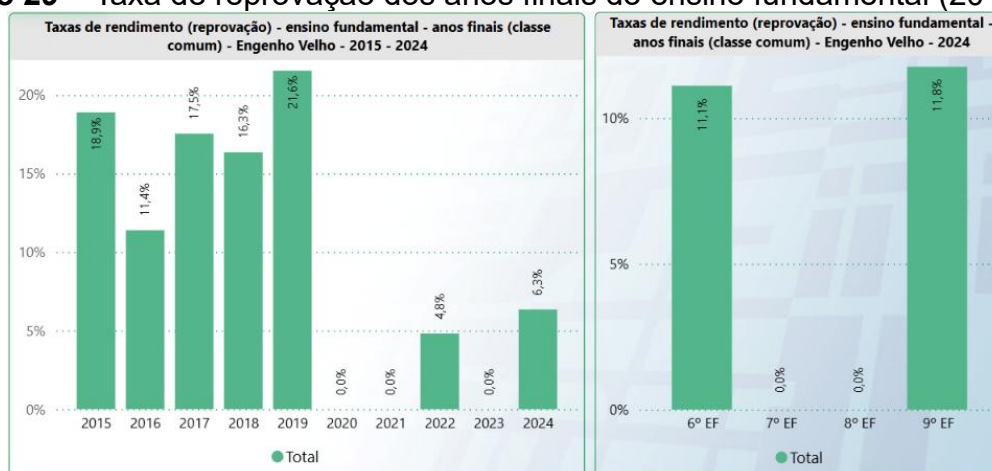
Gráfico 28 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de aprovação** nos anos finais melhorou em relação aos primeiros anos da série histórica. Em 2018, o índice ficou próximo de **68,7%**, mas passou a apresentar patamares mais elevados a partir de 2020, chegando a cerca de **93,2% em 2024**. Esse crescimento é positivo, pois indica avanço no fluxo escolar. No entanto, o dado precisa ser analisado com cautela, porque a aprovação elevada não significa, automaticamente, aprendizagem adequada.

Gráfico 29 – Taxa de reprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)

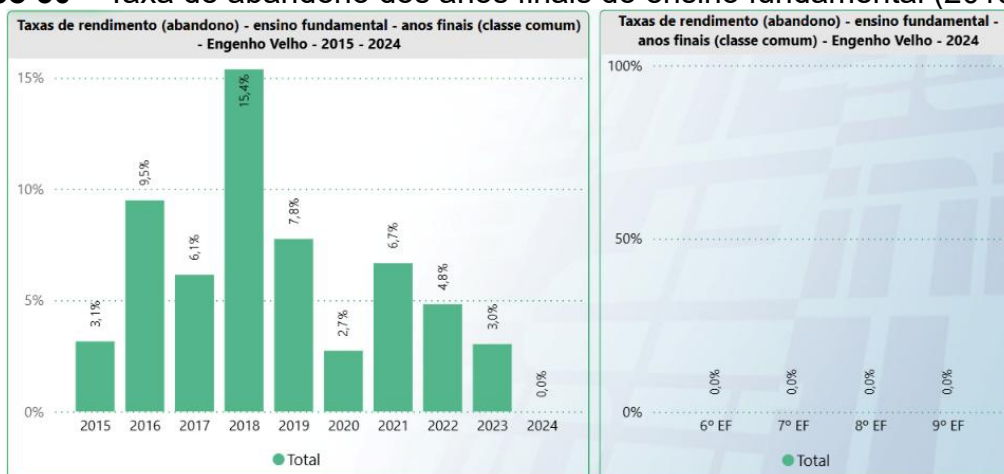


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **reprovação** confirma essa oscilação. Em 2019, chegou a aproximadamente **23,4%**, evidenciando forte retenção escolar. Depois, caiu para **0% em 2020 e 2021**, voltou

a aparecer em **2022 e 2024**, chegando a cerca de **6,3% em 2024**. Essa variação sugere instabilidade no acompanhamento das aprendizagens e pode indicar períodos de progressão sem plena consolidação dos conteúdos, seguidos por retomada de retenções.

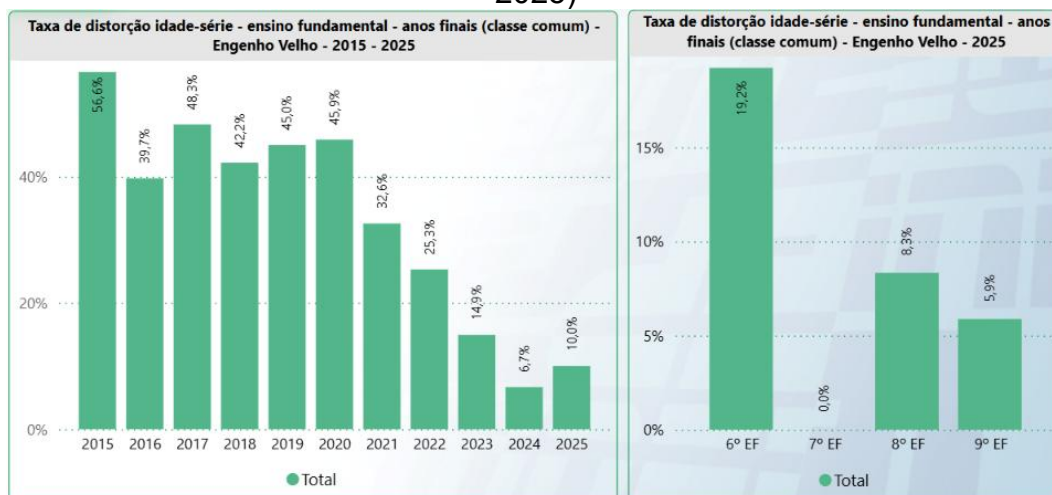
Gráfico 30 – Taxa de abandono dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de abandono** também exige atenção. Embora tenha chegado a **0% em 2024**, houve percentuais elevados em anos anteriores, especialmente em **2018**, quando alcançou cerca de **15,6%**. Esse histórico mostra que os anos finais já apresentaram fragilidades importantes de permanência escolar, etapa em que os estudantes costumam enfrentar maior complexidade curricular, mudança de organização pedagógica e maior risco de desengajamento.

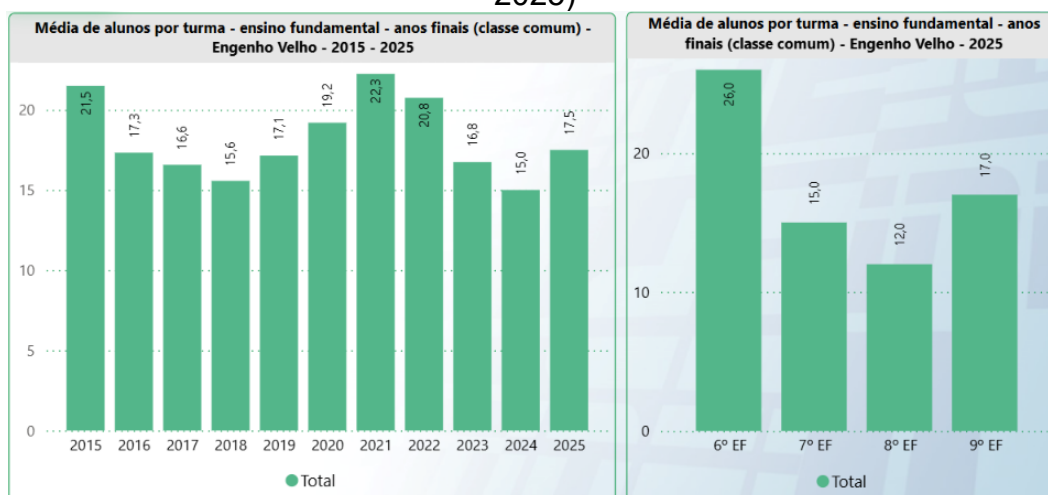
Gráfico 31 – Taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série** teve queda expressiva: saiu de patamares próximos a **50% em 2015**, caiu para cerca de **7,6% em 2024** e ficou em torno de **10,6% em 2025**. A redução é positiva, mas o indicador ainda merece atenção, sobretudo porque o gráfico por ano escolar mostra maior concentração no **6º ano**, com aproximadamente **17,6%**. Isso revela que a transição dos anos iniciais para os anos finais é um ponto sensível da trajetória escolar.

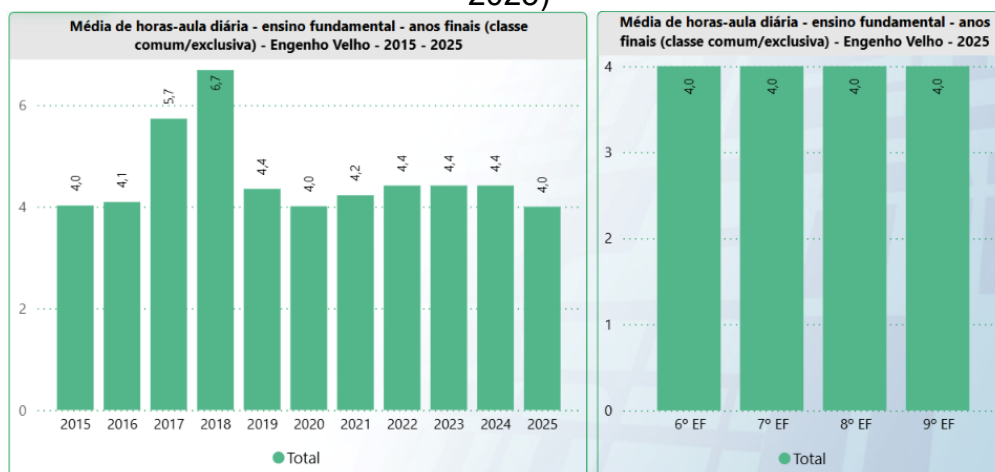
Gráfico 32 – Média de alunos por turma dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de alunos por turma** permanece relativamente baixa, variando em torno de **15 a 20 estudantes**, com cerca de **17,3 em 2025**. Esse dado representa uma oportunidade pedagógica importante, pois turmas menores favorecem intervenções individualizadas, acompanhamento de estudantes com dificuldades e reorganização de estratégias de ensino. Entretanto, os resultados do SAERS demonstram que esse potencial ainda não está sendo convertido em aprendizagem adequada.

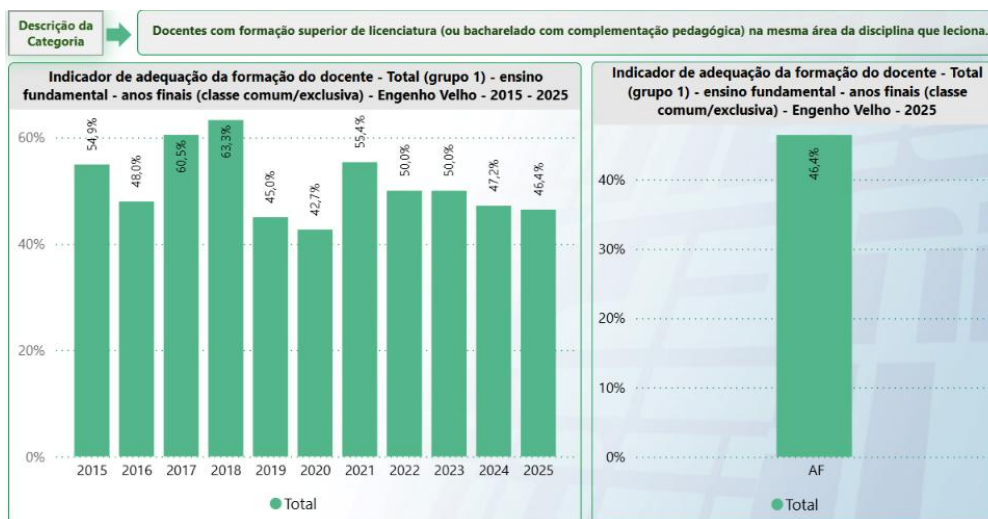
Gráfico 33 – Média de horas-aula diária dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

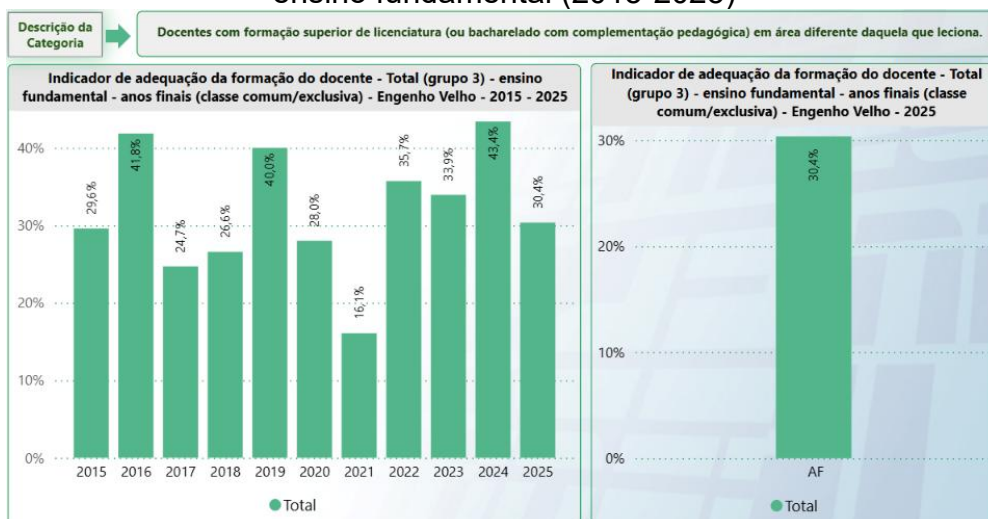
A **média de horas-aula diária** se mantém próxima de **4 horas** em 2025, com queda em relação a 2018, quando chegou a aproximadamente **5,3 horas**. Isso indica que a ampliação do tempo escolar não está consolidada nos anos finais. Para uma etapa com defasagens acumuladas, a manutenção de jornada reduzida pode limitar ações de reforço, recomposição das aprendizagens, projetos interdisciplinares e acompanhamento mais sistemático.

Gráfico 34 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



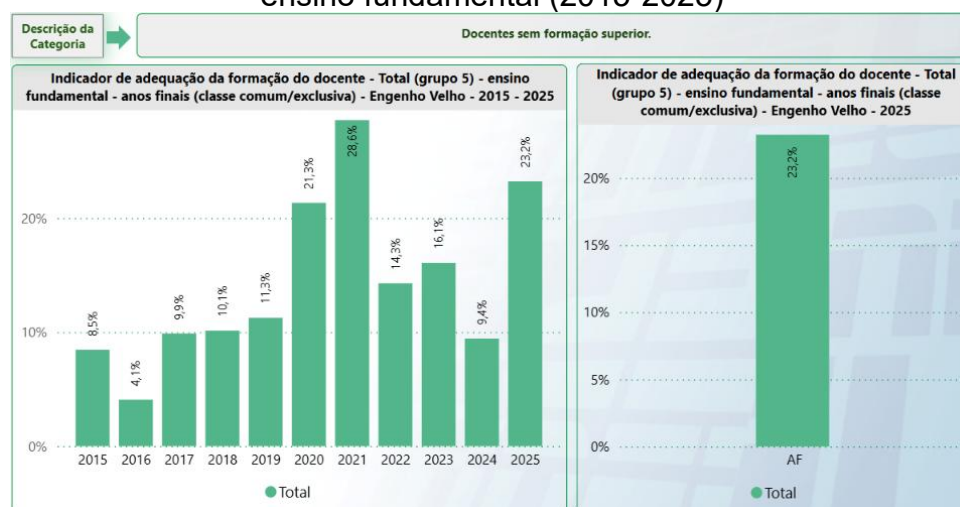
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 35 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 03 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



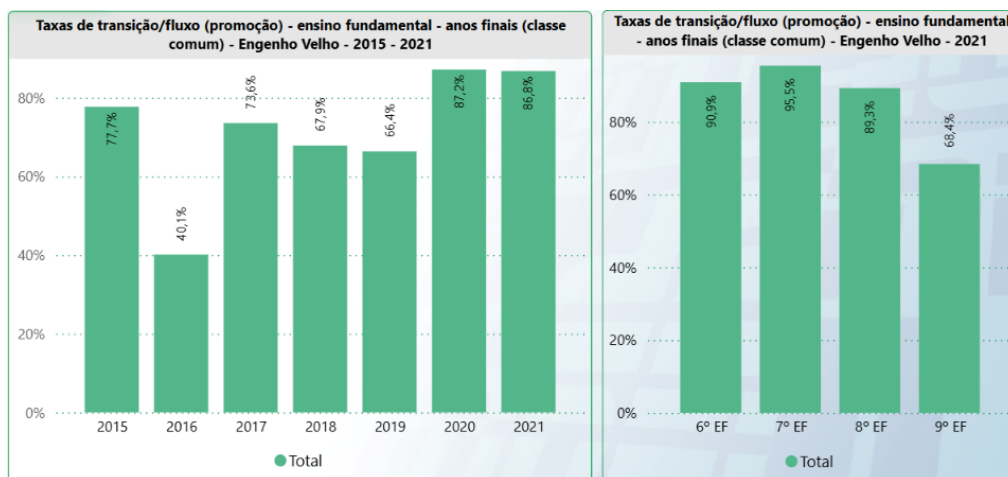
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 36 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 05 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 43 – Taxa de fluxo/transição do ensino fundamental (2015-2025)



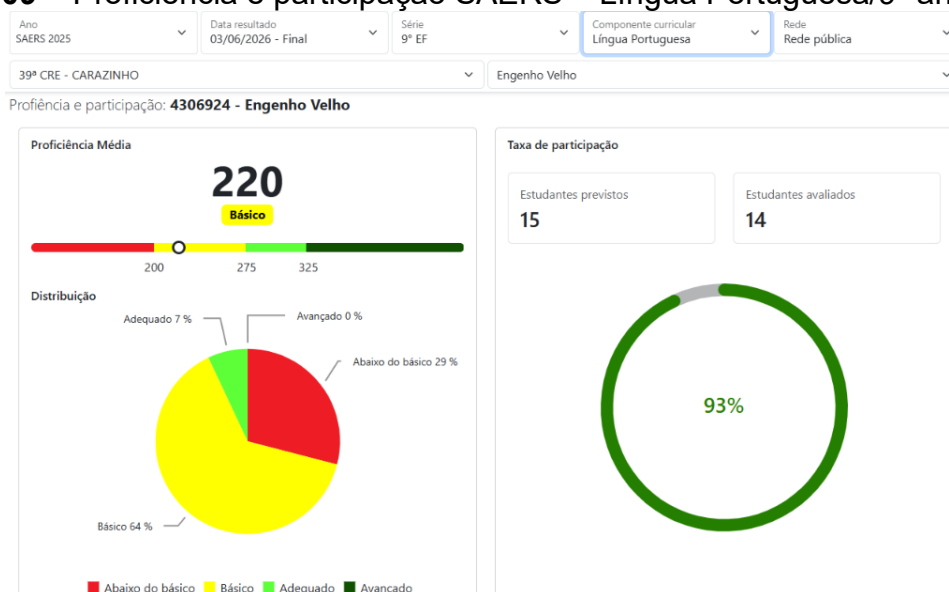
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Quanto à **formação docente**, o grupo 01, que corresponde aos professores com formação superior adequada à disciplina que lecionam, aparece com cerca de **46,1% em 2025**. Esse percentual é baixo para uma etapa que exige maior especialização por componente curricular. Além disso, há presença expressiva de docentes em grupos menos adequados, como o grupo 03, com cerca de **30,8%**, e o grupo 05, com aproximadamente **23,1%** em 2025. Isso indica fragilidade na adequação da formação docente, fator diretamente relacionado à qualidade do ensino nos anos finais.

O dado da formação docente é um dos mais críticos do arquivo. Nos anos finais, o ensino passa a ser organizado por disciplinas, exigindo domínio específico de conteúdos, metodologias e avaliação em cada área. Quando mais da metade dos docentes não está no grupo de formação plenamente adequada, há risco de fragilização do planejamento, da progressão curricular e da aprendizagem dos estudantes, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.

b) Avaliação SAERS

Painel 09 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 | Data resultado 03/06/2026 - Final | Série 9º EF | Componente curricular Língua Portuguesa | Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO | Engenho Velho

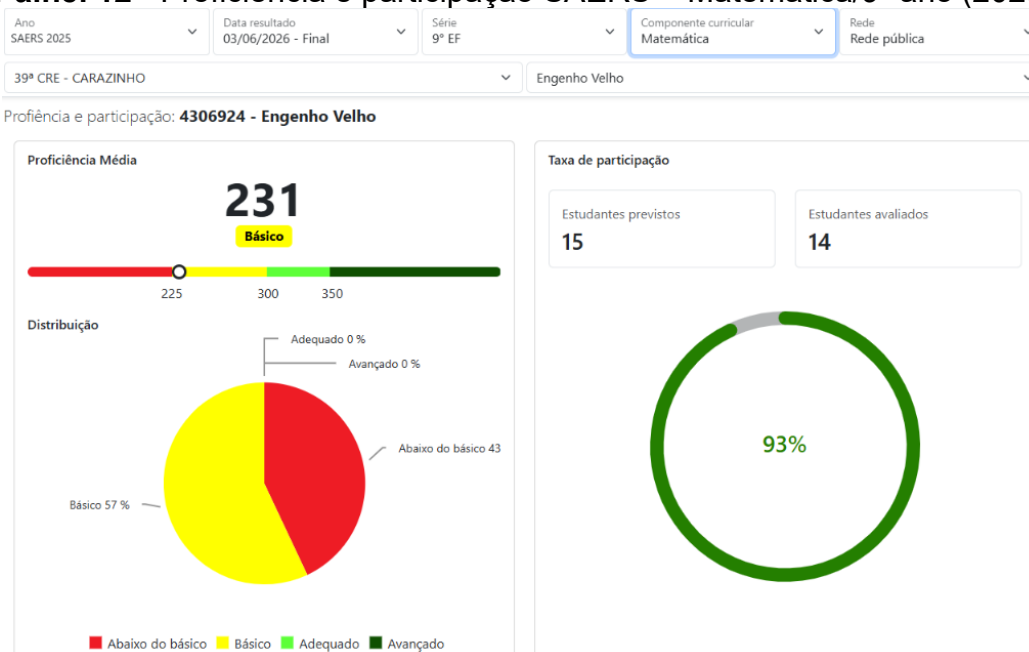
Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Floriano Peixoto	15	14	93.0 %	220	29.0 %	64.0 %	7.0 %	0.0 %	Turmas

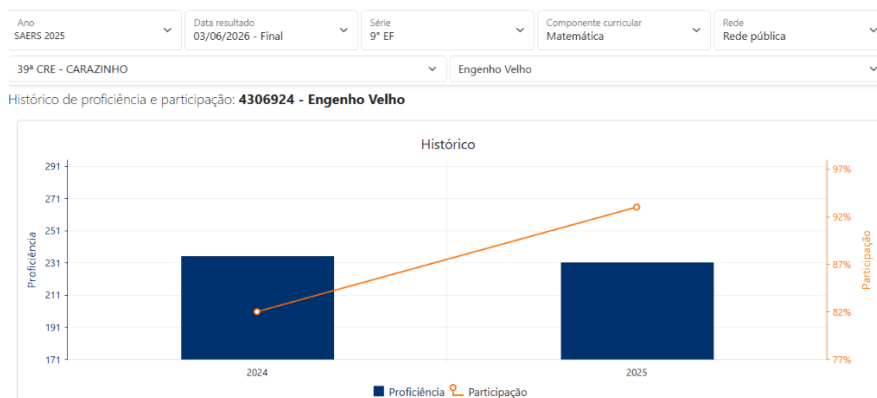
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 12 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 13 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 14 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025	Data resultado 03/06/2026 - Final	Série 9º EF	Componente curricular Matemática	Rede Rede pública
39ª CRE - CARAZINHO		Engenho Velho		

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Floriano Peixoto	15	14	93.0 %	231	43.0 %	57.0 %	0.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

A avaliação **SAERS 2025** confirma a gravidade do problema. Em **Língua Portuguesa no 9º ano**, a proficiência média foi **220**, classificada no nível **básico**, com participação de **93%** dos estudantes. A distribuição indica **29% abaixo do básico**, **50% no básico**, **7% adequado** e **0% avançado**. Ou seja, praticamente **79% dos estudantes avaliados estão abaixo do nível adequado**, o que revela dificuldades importantes de leitura, interpretação, análise textual e domínio das habilidades esperadas ao final do Ensino Fundamental.

Em **Matemática no 9º ano**, o resultado é ainda mais preocupante. A proficiência média foi **231**, também no nível **básico**, com participação de **93%**. A distribuição mostra **40% abaixo do básico**, **50% no básico**, **0% adequado** e **0% avançado**. Isso significa que **100% dos estudantes avaliados não alcançaram o nível adequado** em Matemática. Esse é o dado mais crítico do documento e indica defasagens severas em raciocínio lógico, resolução de problemas, operações, álgebra, geometria e interpretação de situações matemáticas.

Assim, os dados demonstram que os anos finais constituem um ponto de forte vulnerabilidade no percurso escolar de Engenho Velho. Embora haja melhora recente nos indicadores de aprovação, redução do abandono e queda da distorção idade-série, a aprendizagem permanece muito aquém do esperado. A etapa apresenta fragilidades estruturantes: transição difícil para o 6º ano, jornada escolar limitada, formação docente nem sempre adequada e resultados muito baixos no SAERS, especialmente em Matemática.

Conclui-se que o enfrentamento do Problema 05 nos anos finais exige prioridade imediata. É necessário fortalecer a transição entre 5º e 6º ano, qualificar a formação e a alocação dos docentes por área, ampliar estratégias de recomposição das aprendizagens, monitorar estudantes com defasagem e construir ações específicas para Língua Portuguesa e, sobretudo, Matemática.

6) Ensino Médio – Dados sobre a área pedagógica

Os dados analisam o **Ensino Médio de Engenho Velho**, dentro do Problema 05. Os dados mostram uma etapa marcada por forte instabilidade no fluxo escolar, reprovação, abandono, distorção idade-série e baixos resultados de aprendizagem, especialmente em Matemática.

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Médio

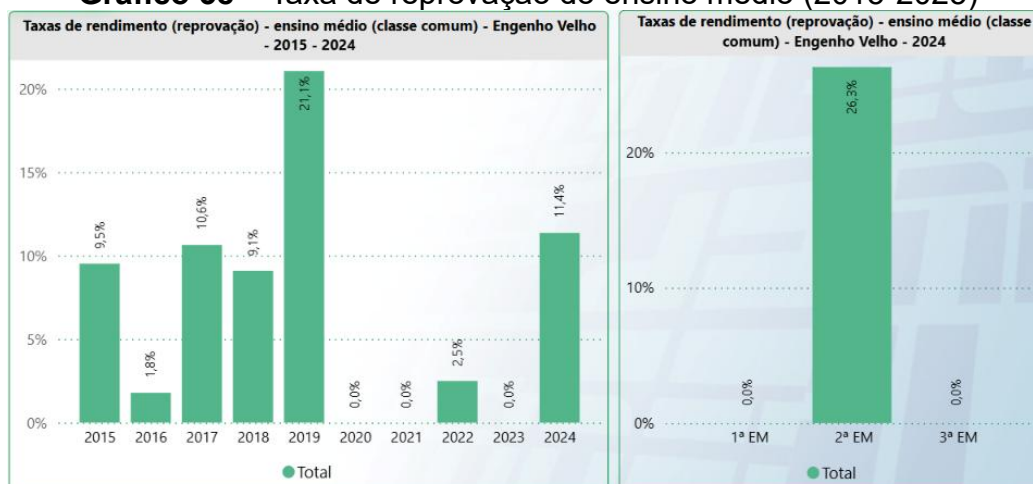
Gráfico 37 – Taxa de aprovação do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de aprovação** apresenta oscilações significativas entre 2015 e 2024. Em 2020, chegou a aproximadamente **95,6%**, mas em 2024 caiu para cerca de **84,1%**. O dado por série mostra maior fragilidade no **2º ano do Ensino Médio**, com aprovação em torno de **64,7%**, enquanto o 1º ano apresenta 100% e o 3º ano cerca de 88,9%. Isso indica que o 2º ano é um ponto crítico da trajetória escolar, concentrando maior risco de retenção e descontinuidade.

Gráfico 38 – Taxa de reprovação do ensino médio (2015-2025)

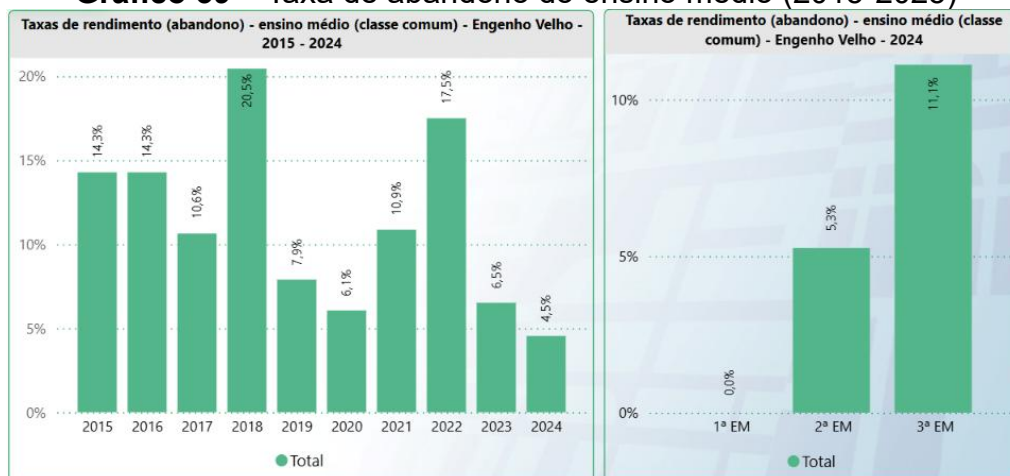


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **reprovação** reforça essa leitura: em 2024, o 2º ano concentra aproximadamente **29,4% de reprovação**, enquanto o 1º ano registra 0% e o 3º ano cerca de 0,6%. Na série histórica, houve pico de reprovação em **2019**, com mais de **20%**, queda entre 2020 e 2021 e nova elevação em

2024. Essa oscilação indica que o Ensino Médio ainda não consolidou estratégias permanentes de acompanhamento, recuperação e recomposição das aprendizagens.

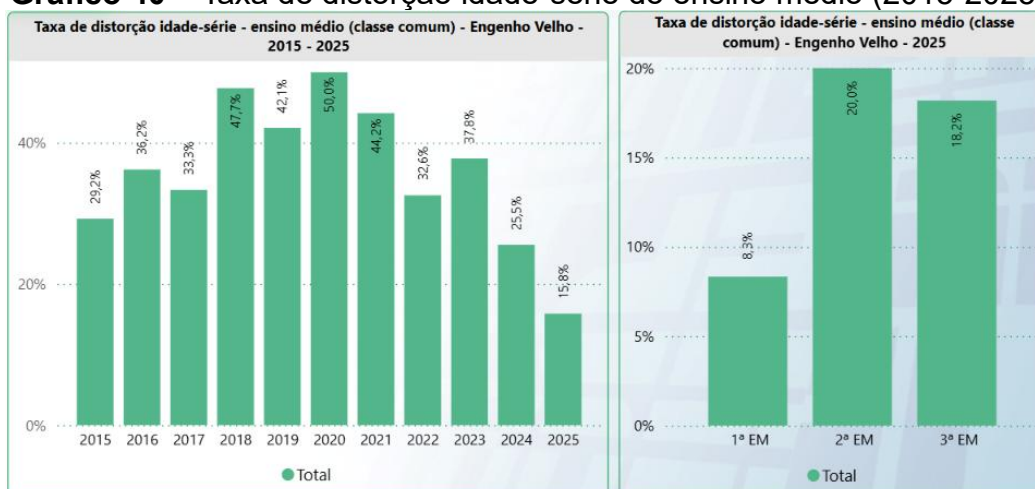
Gráfico 39 – Taxa de abandono do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **taxa de abandono** também revela vulnerabilidade. Embora tenha caído para cerca de **4,5% em 2024**, houve anos com índices muito elevados, especialmente **2018**, com aproximadamente **20,6%**, e **2022**, com cerca de **17,6%**. Em 2024, o abandono aparece mais forte no **3º ano**, com aproximadamente **11,1%**, o que é preocupante, pois ocorre justamente na etapa final da Educação Básica.

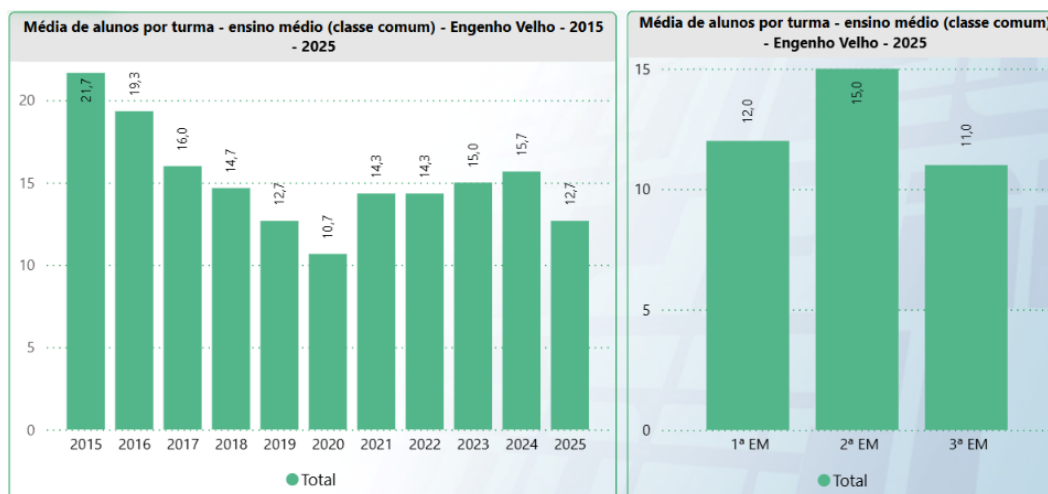
Gráfico 40 – Taxa de distorção idade-série do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **distorção idade-série** apresenta redução recente, chegando a cerca de **15,8% em 2025**, mas ainda permanece elevada. O 2º ano concentra o maior percentual, em torno de **20%**, seguido do 3º ano, com cerca de **18,7%**. Esse dado indica que parte dos estudantes chega ao Ensino Médio com trajetórias escolares irregulares e defasagens acumuladas, o que impacta diretamente a aprendizagem, o engajamento e a permanência.

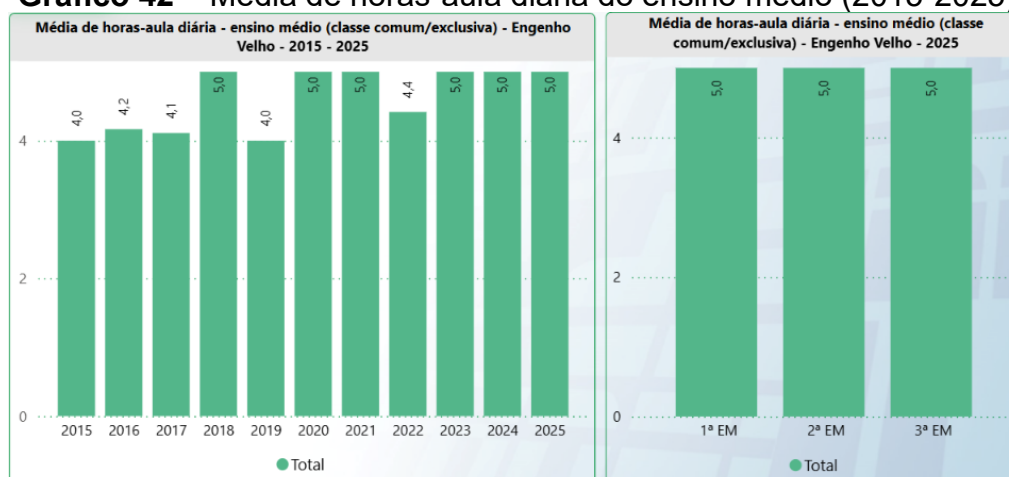
Gráfico 41 – Média de alunos por turma do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de alunos por turma** caiu ao longo da série histórica, saindo de aproximadamente **21,7 estudantes em 2015** para cerca de **12,6 em 2025**. Turmas menores poderiam favorecer acompanhamento individualizado, mas os resultados de aprendizagem demonstram que essa condição ainda não tem sido suficiente para garantir proficiência adequada. Isso sugere que o problema não está apenas no tamanho das turmas, mas na qualidade das intervenções pedagógicas, no currículo, na gestão da aprendizagem e no enfrentamento das defasagens.

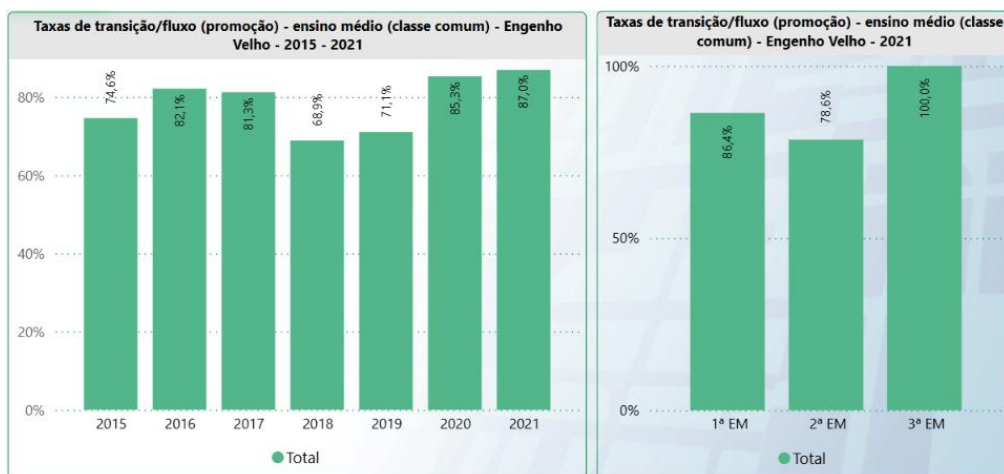
Gráfico 42 – Média de horas-aula diária do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **média de horas-aula diária** permanece em torno de **5 horas**, o que indica certa estabilidade do tempo escolar. No entanto, para uma etapa com reprovação, abandono e distorção idade-série, esse tempo precisa ser pedagogicamente qualificado, com reforço, projetos integradores, monitoramento individual, orientação de estudos e estratégias específicas para estudantes em risco.

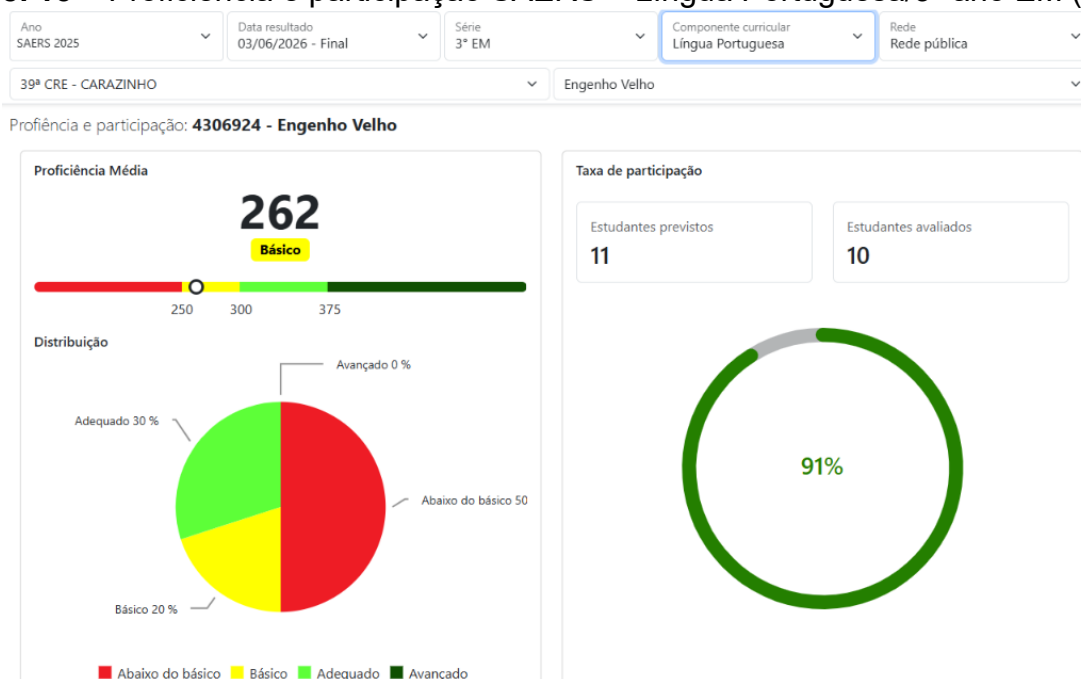
Gráfico 43 – Taxa de fluxo/transição do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

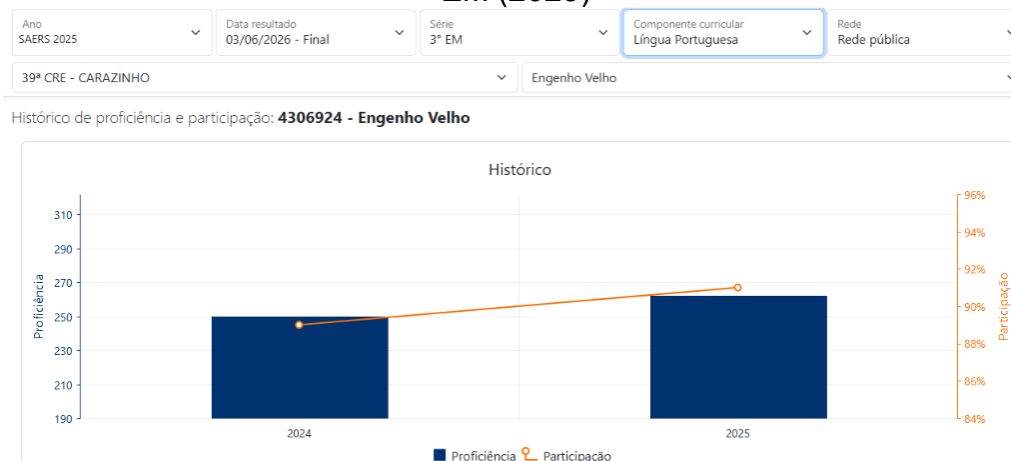
b) Avaliação SAERS

Painel 15 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 16 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 17 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Engenho Velho

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Floriano Peixoto	11	10	91.0 %	262	50.0 %	20.0 %	30.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 18 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Matemática Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Engenho Velho

Proficiência e participação: 4306924 - Engenho Velho



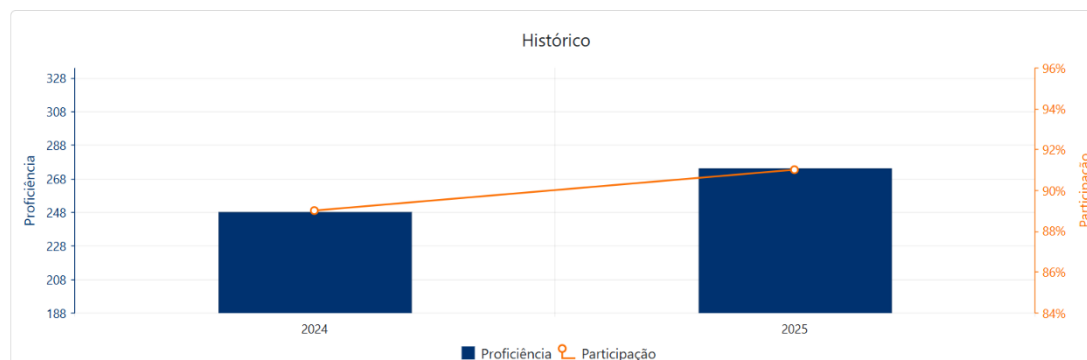
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 19 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Matemática Rede Rede pública

39ª CRE - CARAZINHO Engenho Velho

Histórico de proficiência e participação: 4306924 - Engenho Velho



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 20 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 | Data resultado 03/06/2026 - Final | Série 3º EM | Componente curricular Matemática | Rede Rede pública
 39ª CRE - CARAZINHO | Engenho Velho

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4306924 - Engenho Velho

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Floriano Peixoto	11	10	91.0 %	274	70.0 %	20.0 %	10.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Na avaliação **SAERS 2025**, os resultados confirmam a gravidade do problema. Em **Língua Portuguesa no 3º ano do Ensino Médio**, a proficiência média foi **262**, classificada no nível **básico**, com participação de **91%**. A distribuição mostra **50% abaixo do básico**, **20% no básico**, **30% adequado** e **0% avançado**. Isso significa que **70% dos estudantes avaliados não alcançaram o nível adequado**, evidenciando fragilidades em leitura, interpretação, argumentação e domínio das habilidades esperadas ao final da Educação Básica.

Em **Matemática**, o cenário é ainda mais crítico. A proficiência média foi **274**, classificada como **abaixo do básico**, também com participação de **91%**. A distribuição indica **70% abaixo do básico**, **20% no básico**, **10% adequado** e **0% avançado**. Assim, **90% dos estudantes avaliados não atingiram o nível adequado**. Esse resultado demonstra defasagens profundas em raciocínio lógico, resolução de problemas, álgebra, geometria, estatística e aplicação de conhecimentos matemáticos em situações reais.

c) ENEM

Painel 21 - ENEM

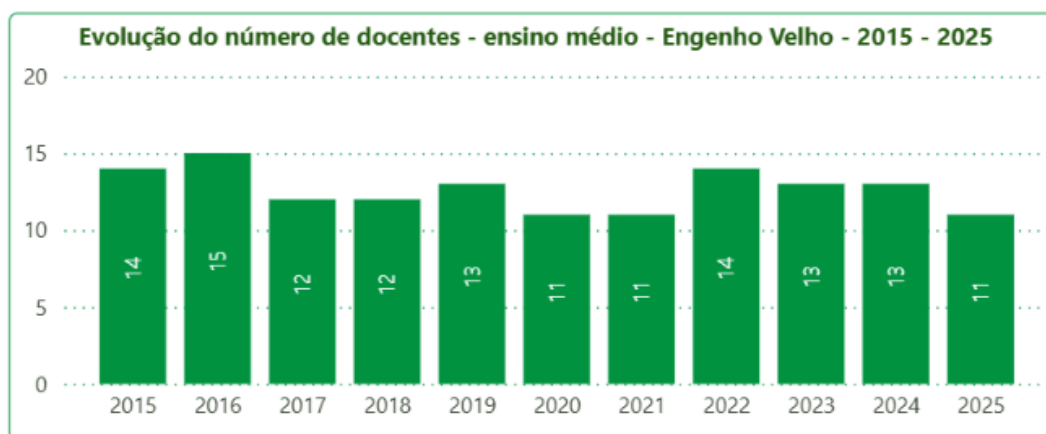


Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho> (Acesso em: 07/06/2026)

O painel do **ENEM** apresenta média geral de **548 pontos**, com participação de apenas **25% dos estudantes**. As médias foram: **548 em Ciências Humanas**, **531 em Ciências da Natureza**, **552 em Linguagens e Códigos**, **562 em Matemática** e **627 em Redação**. Embora os resultados dos participantes sejam razoáveis, a baixa participação limita a leitura do indicador, pois provavelmente representa apenas uma parte dos estudantes, possivelmente os mais engajados ou com intenção de prosseguir estudos.

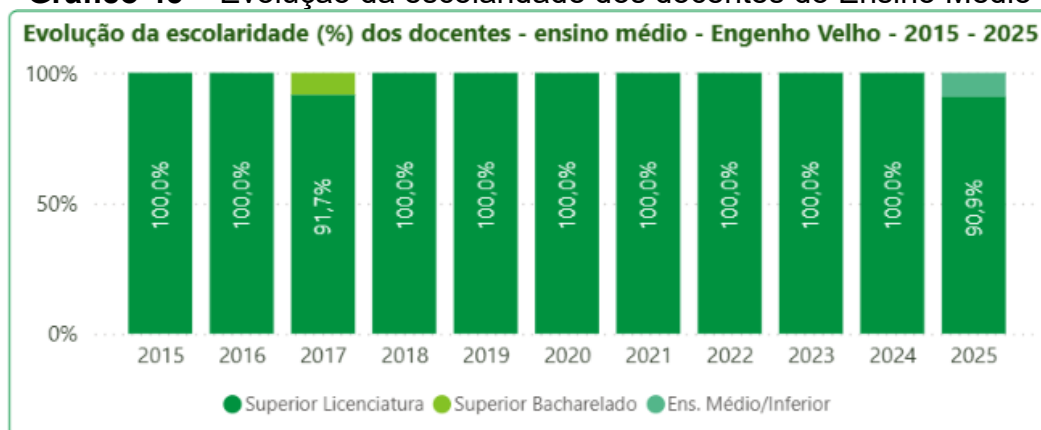
d) Dados dos docentes do Ensino Médio

Gráfico 44 - Evolução do número de docentes no Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 45 – Evolução da escolaridade dos docentes do Ensino Médio



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10056> (Acesso em: 07/06/2026)

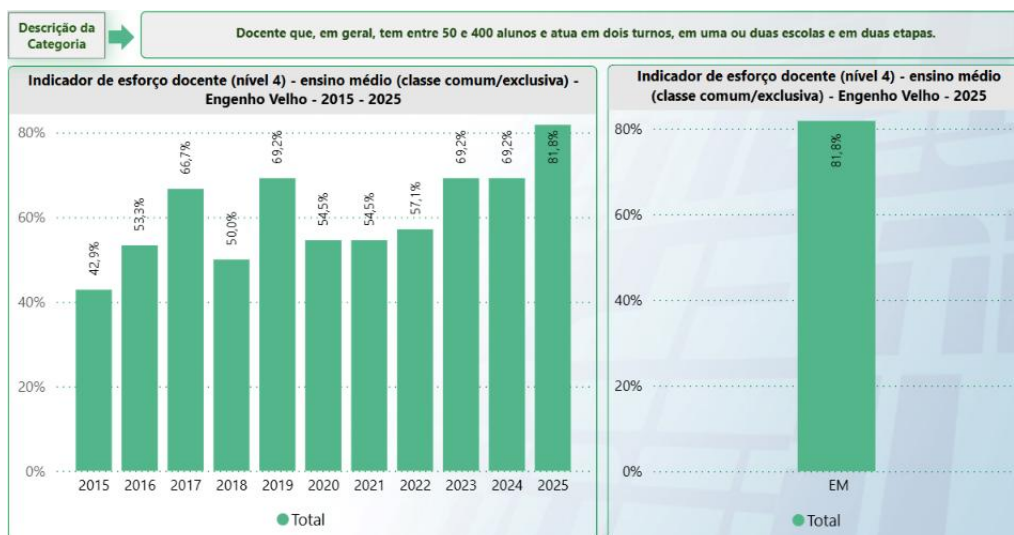
Gráfico 46 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

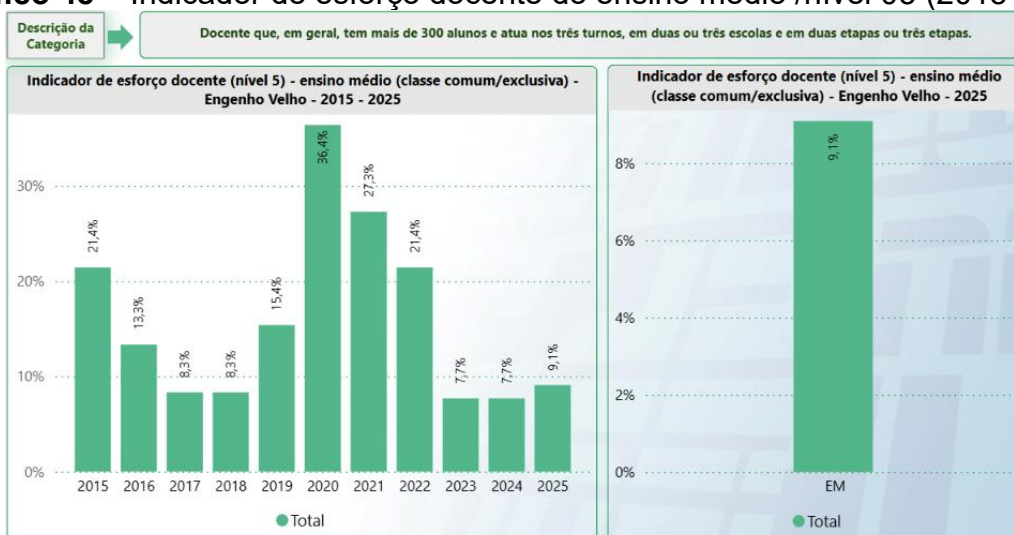
Quanto aos **docentes do Ensino Médio**, observa-se redução no número de professores, de **14 em 2015** para **11 em 2025**. A escolaridade é majoritariamente superior, mas em 2025 aparece queda para **90,9% com licenciatura**, com presença de docentes em outra condição formativa. Além disso, 100% dos docentes do Ensino Médio pertencem à rede estadual, o que exige articulação entre município e Estado para enfrentar o problema da aprendizagem de forma integrada.

Gráfico 47 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 04 (2015-2025)



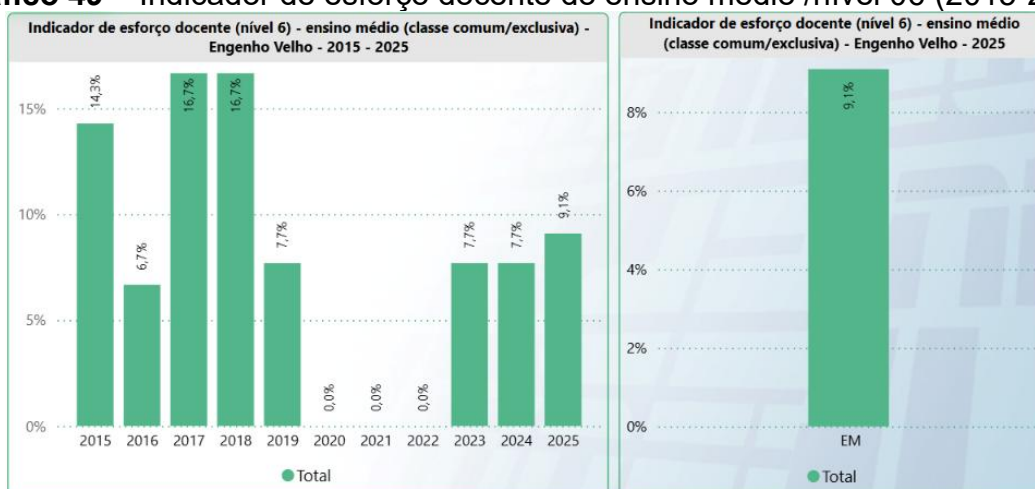
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 48 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 05 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 49 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 06 (2015-2025)

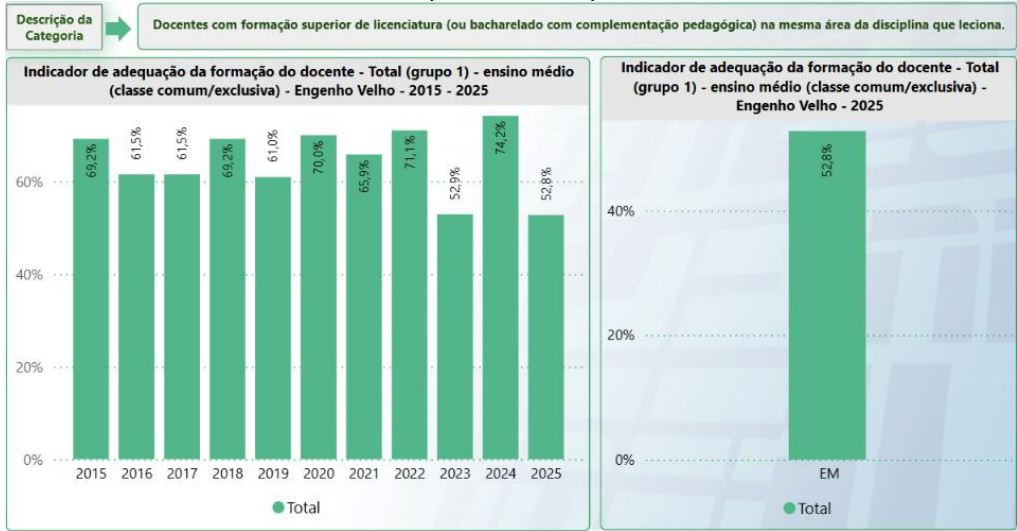


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de **esforço docente** mostram situação preocupante. Em 2025, aproximadamente **81,8% dos docentes estão no nível 4**, **9,1% no nível 5** e **9,1% no nível 6**. Isso

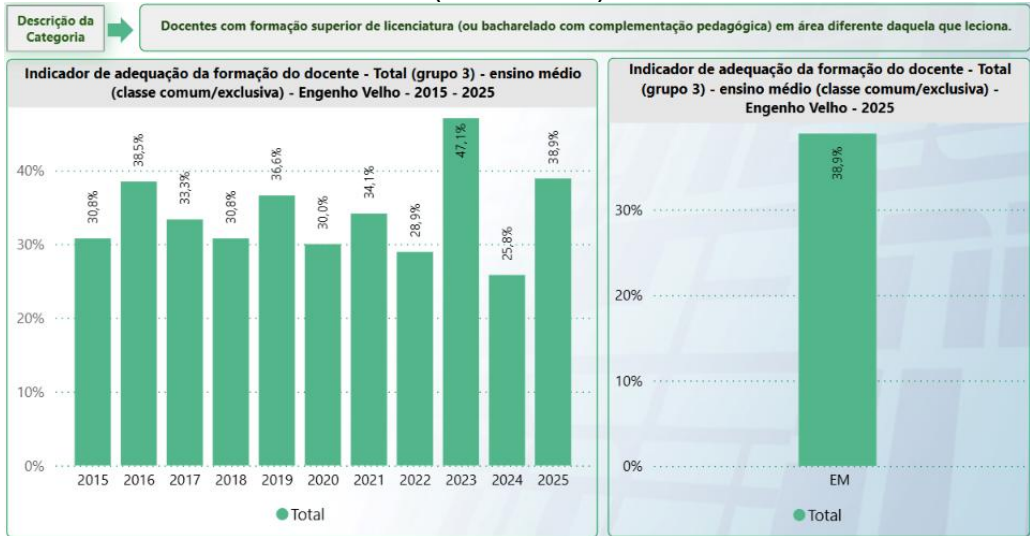
indica que quase todos os professores atuam em condições de esforço intermediário ou elevado, envolvendo maior número de turmas, turnos, escolas ou etapas. Essa sobrecarga reduz o tempo disponível para planejamento, acompanhamento individual, recuperação das aprendizagens e participação em formação continuada.

Gráfico 50 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 01 (2015-2025)



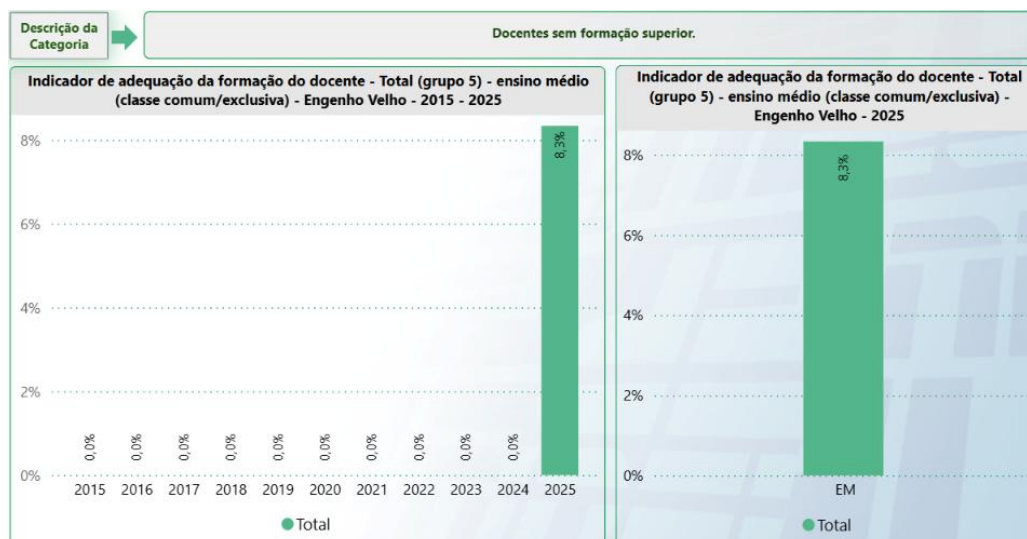
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 51 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 03 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 51 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 05 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A **adequação da formação docente** também revela fragilidade. Em 2025, apenas cerca de **54,5% dos docentes estão no grupo 01**, isto é, possuem formação superior adequada à disciplina que lecionam. Outros **36,4% estão no grupo 03** e **9,1% no grupo 05**, este último indicando docentes sem formação superior. Para o Ensino Médio, que exige maior aprofundamento por área do conhecimento, esse dado é crítico e pode comprometer diretamente a qualidade do ensino.

Conclui-se que o Ensino Médio é uma das etapas mais frágeis do município no enfrentamento do Problema 05. Embora existam turmas pequenas e jornada relativamente estável, persistem reprovação, abandono, distorção idade-série, baixa participação no ENEM, esforço docente elevado e inadequação parcial da formação docente. Os resultados do SAERS demonstram que muitos estudantes concluem a Educação Básica sem alcançar aprendizagem adequada, especialmente em Matemática.

Portanto, o município precisa tratar o Ensino Médio como prioridade estratégica, mesmo sendo uma etapa de responsabilidade estadual. É necessário fortalecer a articulação com a rede estadual, acompanhar especialmente o 2º ano, criar estratégias de permanência para o 3º ano, organizar ações de recomposição das aprendizagens, qualificar o uso dos dados do SAERS e garantir professores com formação adequada por área de atuação.

Fontes Consultadas

- QEDu
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
- Painel Power BI da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul
- SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- Censo Escolar da Educação Básica

B) ANÁLISE CAUSAL

Infraestrutura escolar insuficiente e desigual entre as etapas de ensino: os dados evidenciam limitações importantes na infraestrutura das escolas, especialmente quanto à acessibilidade, conectividade, laboratórios, espaços pedagógicos especializados e saneamento básico. A ausência ou insuficiência desses recursos reduz as oportunidades de aprendizagem, dificulta a adoção de metodologias inovadoras e amplia as desigualdades educacionais entre os estudantes.

Ausência de formação continuada para gestores escolares: embora todos os gestores possuam formação superior, o município apresenta, desde 2021, ausência total de formação continuada em gestão escolar. Essa situação pode comprometer a capacidade de liderança pedagógica, o acompanhamento dos resultados de aprendizagem, a utilização de dados educacionais para tomada de decisões e a implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens.

Fragilidades na formação e adequação da atuação docente: os dados mostram redução do percentual de docentes com licenciatura adequada à área de atuação e presença de professores enquadrados em grupos de formação menos adequados. Essa condição pode impactar diretamente a qualidade das práticas pedagógicas, especialmente em componentes curriculares estruturantes como Língua Portuguesa e Matemática.

Elevado esforço docente e sobrecarga de trabalho: a predominância de professores nos níveis mais elevados de esforço docente indica atuação em múltiplas turmas, etapas ou escolas. Essa condição reduz o tempo disponível para planejamento, avaliação, acompanhamento individual dos estudantes, formação continuada e desenvolvimento de intervenções pedagógicas mais qualificadas.

Fragilidades na transição entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental: os indicadores de distorção idade-série e desempenho sugerem que muitos estudantes chegam aos anos finais com lacunas de aprendizagem acumuladas. A ausência de mecanismos sistemáticos de transição e acompanhamento pode contribuir para o agravamento das dificuldades acadêmicas, especialmente a partir do 6º ano.

Defasagens persistentes em Língua Portuguesa e Matemática: os resultados do SAERS demonstram que parcela significativa dos estudantes permanece nos níveis "Abaixo do Básico" e "Básico", especialmente em Matemática. Isso indica dificuldades na consolidação de habilidades essenciais, como leitura, interpretação de textos, raciocínio lógico, resolução de problemas e pensamento matemático.

Processos insuficientes de recomposição e recuperação das aprendizagens: os indicadores de reprovação e os baixos níveis de proficiência sugerem que as estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens podem não estar sendo suficientemente efetivas para garantir que todos os estudantes avancem com domínio das competências previstas para cada etapa.

Histórico de baixo desempenho nos anos finais e no Ensino Médio: os dados históricos do IDEB e das avaliações externas mostram que as dificuldades de aprendizagem se intensificam nas etapas finais da Educação Básica. Isso indica que os desafios não estão concentrados apenas em um período específico, mas se acumulam ao longo da trajetória escolar.

Dificuldades de permanência e engajamento dos estudantes no Ensino Médio: os índices de abandono, reprovação e distorção idade-série observados no Ensino Médio apontam para dificuldades de permanência, motivação e vínculo com a escola. Essas situações tendem a impactar diretamente os resultados de aprendizagem e a conclusão da Educação Básica.

Baixa participação dos estudantes em avaliações e processos de continuidade acadêmica: a reduzida participação dos concluintes do Ensino Médio no ENEM sugere limitações nas expectativas de continuidade dos estudos e no projeto de vida dos estudantes, refletindo possíveis fragilidades na orientação educacional e no desenvolvimento de perspectivas acadêmicas e profissionais.

Ausência de monitoramento sistemático dos resultados educacionais: a inexistência de alguns indicadores recentes, especialmente nos anos finais e no Ensino Médio, dificulta o diagnóstico preciso das aprendizagens e reduz a capacidade da rede de planejar ações baseadas em evidências.

Impactos das vulnerabilidades socioeconômicas sobre a aprendizagem: o próprio problema evidencia que as desigualdades socioeconômicas e as situações de vulnerabilidade social influenciam o desempenho escolar. Estudantes que enfrentam dificuldades econômicas, limitações de acesso a recursos culturais e tecnológicos ou condições familiares adversas tendem a apresentar maiores desafios de aprendizagem e permanência.

CAUSAS CRÍTICAS:

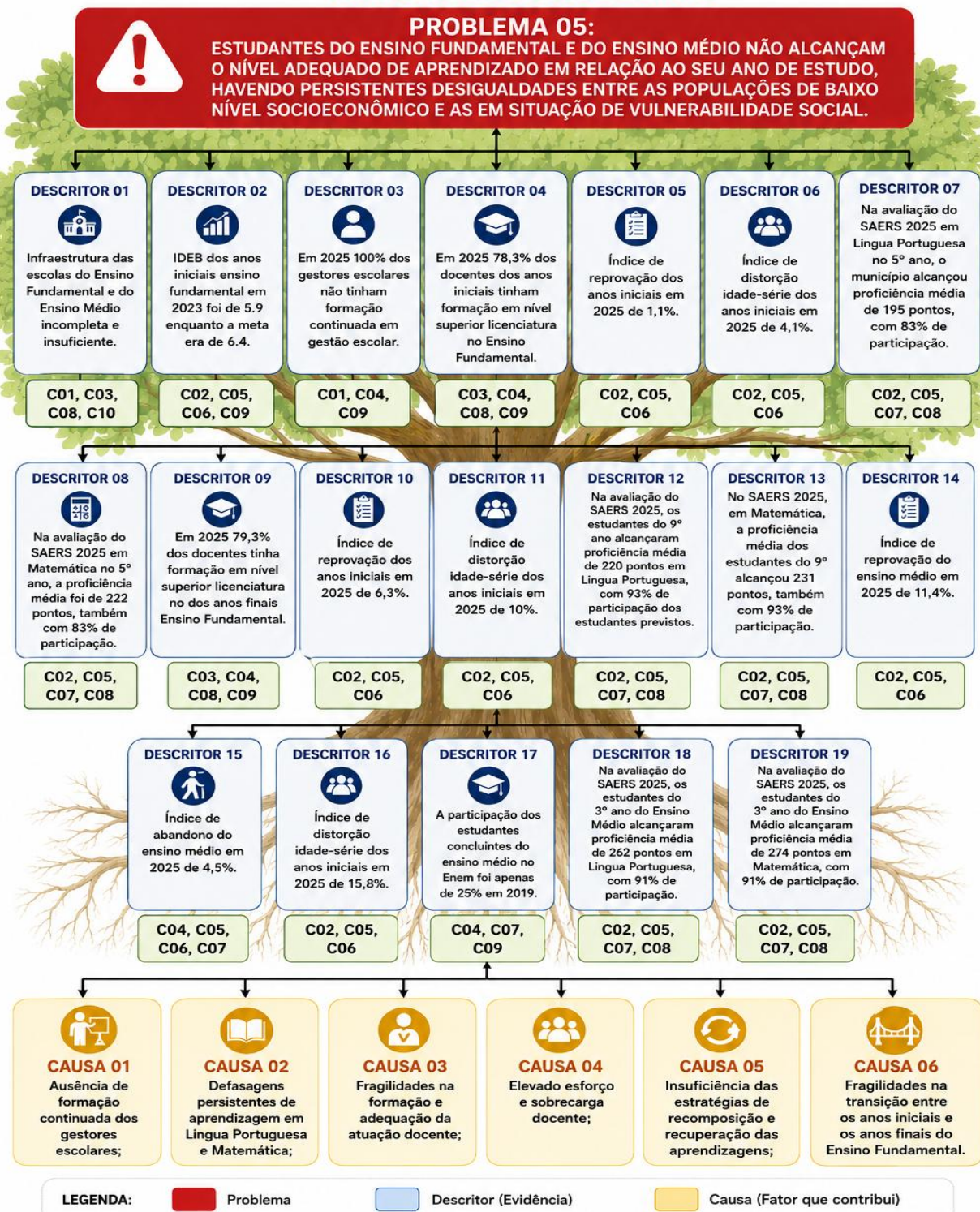
- **Causa 01 - Ausência de formação continuada dos gestores escolares;**
- **Causa 02 - Defasagens persistentes de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;**
- **Causa 03 - Fragilidades na formação e adequação da atuação docente;**
- **Causa 04 - Elevado esforço e sobrecarga docente;**
- **Causa 05 - Insuficiência das estratégias de recomposição e recuperação das aprendizagens;**
- **Causa 06 - Fragilidades na transição entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 05 do PME

TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO - ENGENHO VELHO

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Problema 06: A REDE PÚBLICA DE ENSINO, NÃO OFERECE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA ALGUMAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 06 – A rede pública de ensino não oferece experiência de Educação Integral em Tempo Integral para algumas etapas da Educação Básica – fundamenta-se na análise da evolução e da abrangência das matrículas atendidas em jornada de tempo integral nas diferentes etapas de ensino. Para tanto, são examinados indicadores referentes à creche, à pré-escola, aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, buscando identificar os avanços, as desigualdades e as discontinuidades existentes na oferta. A leitura articulada dos dados permite compreender em que medida a política de Educação Integral em Tempo Integral vem sendo ampliada e consolidada no território municipal, bem como evidenciar os desafios para assegurar a continuidade da jornada ampliada ao longo da trajetória escolar dos estudantes, com equidade entre as etapas da Educação Básica e garantia de experiências educativas voltadas ao desenvolvimento integral.

DESCRITORES⁶ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 73,5% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 74,6% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: 11,2% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 04: 0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 05: 0% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.**

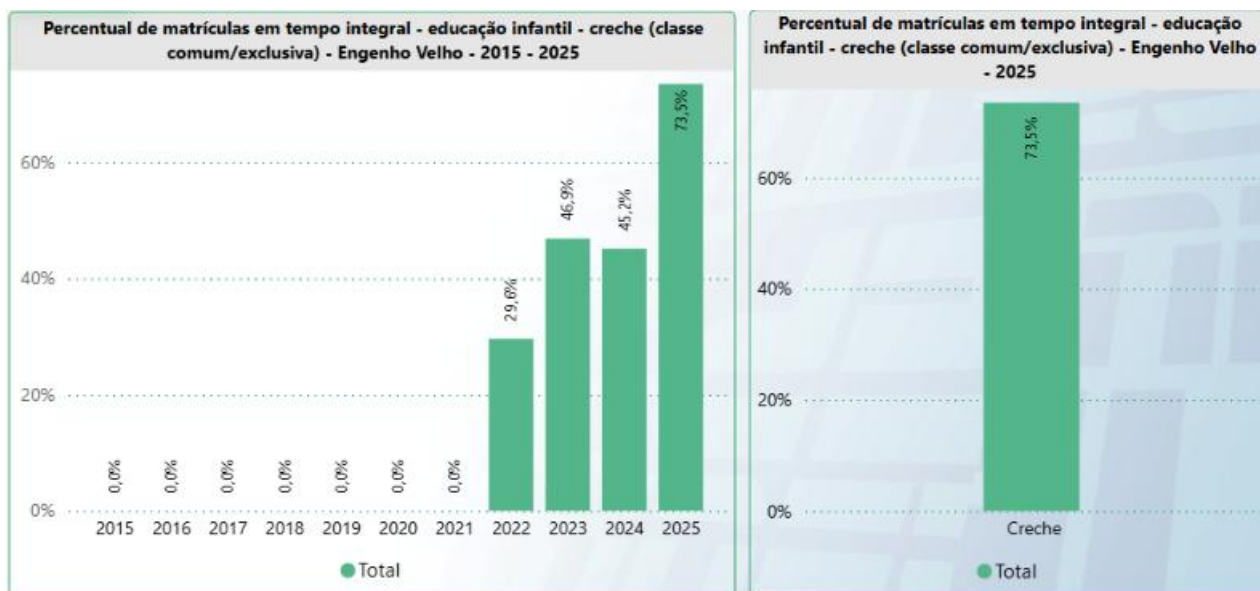
A) ANÁLISE DESCRITIVA

1) A educação integral em tempo integral na Educação Infantil

a) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa creche

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)

⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

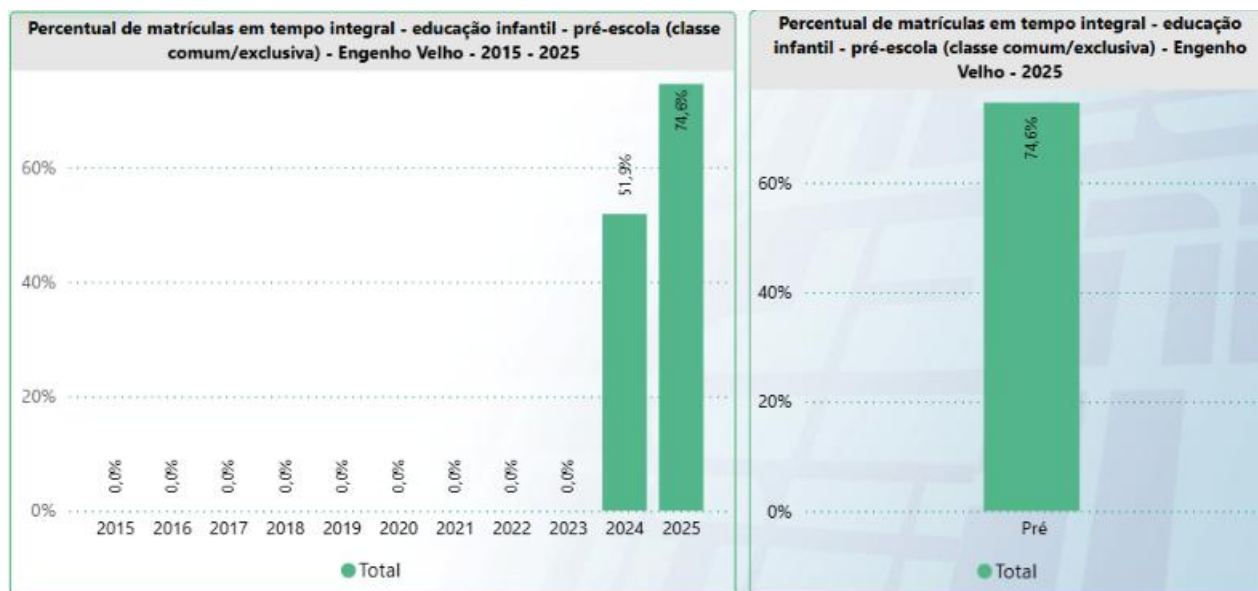
O gráfico evidencia avanço significativo na oferta de tempo integral na etapa creche. Entre 2015 e 2021, o município não registrava atendimento em tempo integral para crianças de 0 a 3 anos, mantendo índice de **0%** durante vários anos. A partir de 2022, observa-se uma mudança importante, com crescimento progressivo da cobertura: **29,6% em 2022**, **46,9% em 2023**, pequena redução para **45,2% em 2024** e forte ampliação para **73,5% em 2025**.

Esse comportamento demonstra que a rede municipal passou a priorizar a ampliação da jornada na creche nos anos mais recentes, especialmente em 2025. O dado de **73,5%** revela uma cobertura expressiva, indicando que a maior parte das crianças matriculadas nessa etapa já está sendo atendida em tempo integral. Contudo, ainda há aproximadamente **26,5% das matrículas da creche** sem essa oferta, o que mostra que a universalização do atendimento integral ainda não foi alcançada.

A análise aponta que a creche é uma das etapas mais avançadas do município em relação à Educação Integral em Tempo Integral, com expansão recente e consistente, mas ainda com necessidade de continuidade da política para garantir atendimento a todas as crianças matriculadas.

b) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa pré-escola

Gráfico 02 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Na pré-escola, o gráfico também mostra uma expansão recente e relevante. De 2015 a 2023, não havia matrículas em tempo integral nessa etapa, permanecendo o índice em **0%** por quase todo o período histórico. A mudança ocorre apenas a partir de 2024, quando o município registra **51,3%** das matrículas em tempo integral. Em 2025, o percentual sobe para **74,6%**, demonstrando crescimento expressivo em curto espaço de tempo.

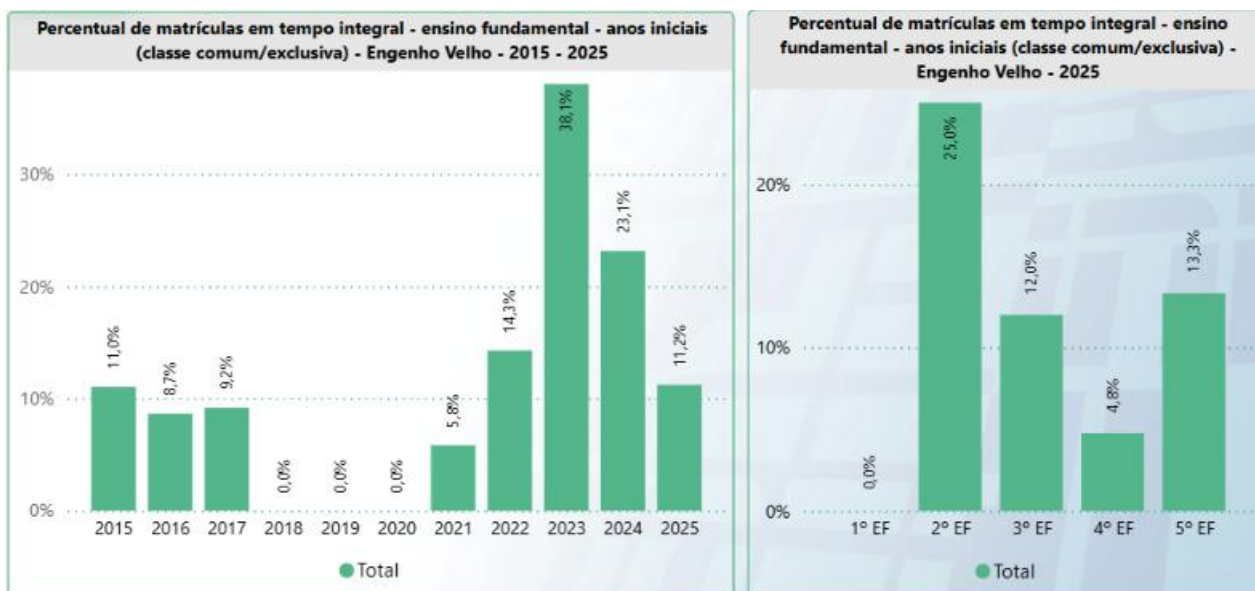
Esse resultado indica que a pré-escola passou a receber maior atenção na política de ampliação da jornada escolar. O salto de **51,3% para 74,6%** entre 2024 e 2025 revela capacidade de expansão rápida da oferta. Assim como ocorre na creche, a Educação Infantil apresenta os melhores resultados do município no tema analisado.

Apesar do avanço, o atendimento ainda não alcança a totalidade das matrículas. Cerca de **25,4% das crianças da pré-escola** ainda não contam com jornada em tempo integral. Portanto, o desafio nessa etapa é consolidar a ampliação já iniciada, evitando retrocessos e avançando para a universalização do atendimento integral na Educação Infantil.

2) A educação integral em tempo integral no Ensino Fundamental

a) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos iniciais

Gráfico 03 - Estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O gráfico dos anos iniciais apresenta comportamento mais irregular. Em 2015, havia **10,6%** das matrículas em tempo integral; em 2016, o percentual foi de **8,7%**; e em 2017, **9,3%**. Depois disso, há queda para **0% em 2018, 2019 e 2020**, indicando interrupção da oferta.

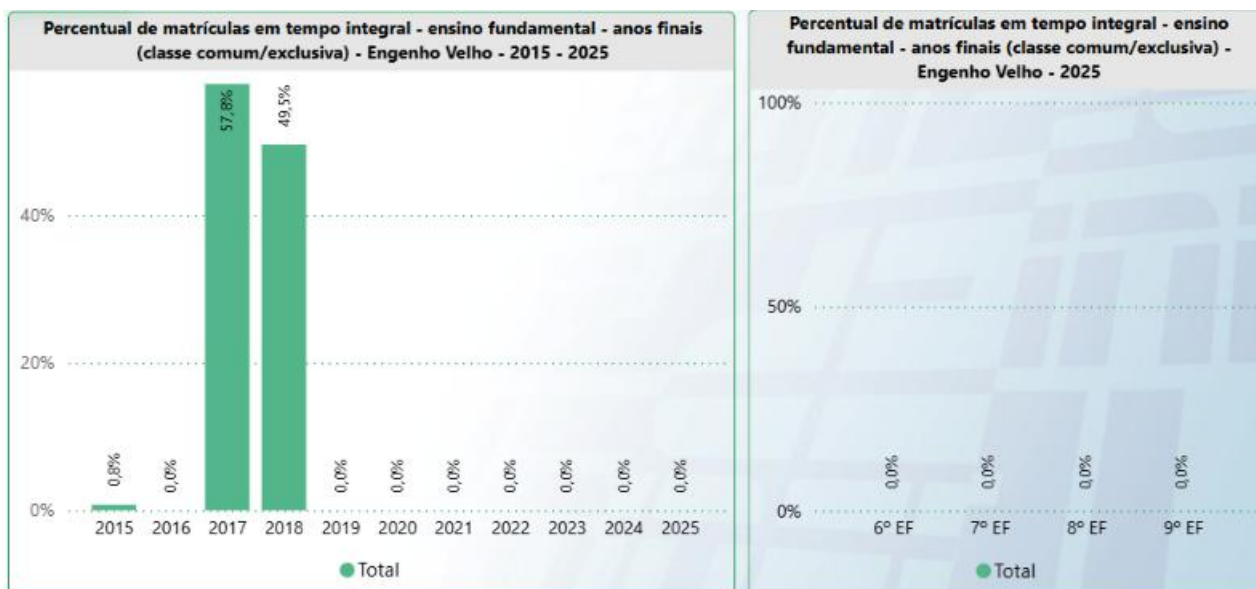
A retomada ocorre a partir de 2021, com **5,6%**, seguida de crescimento para **14,3% em 2022** e forte ampliação para **38,8% em 2023**. No entanto, em 2024 o percentual cai para **23,1%** e, em 2025, reduz-se novamente para **11,2%**.

Esse movimento revela instabilidade na política de tempo integral nos anos iniciais. Embora tenha havido um pico importante em 2023, a queda nos dois anos seguintes mostra que a oferta não se consolidou. Em 2025, apenas **11,2%** das matrículas dos anos iniciais estão em tempo integral, percentual bem inferior ao observado na Educação Infantil.

Ao analisar por ano escolar em 2025, percebe-se desigualdade interna: o **2º ano** apresenta maior percentual, com **27,4%**; o **5º ano** registra **15,3%**; o **3º ano**, **12,5%**; o **4º ano**, apenas **6,4%**; e o **1º ano**, **0%**. Isso demonstra que a oferta não está organizada de forma equitativa entre os anos escolares, deixando parte importante dos estudantes sem acesso à jornada ampliada.

b) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos finais

Gráfico 04 - Estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

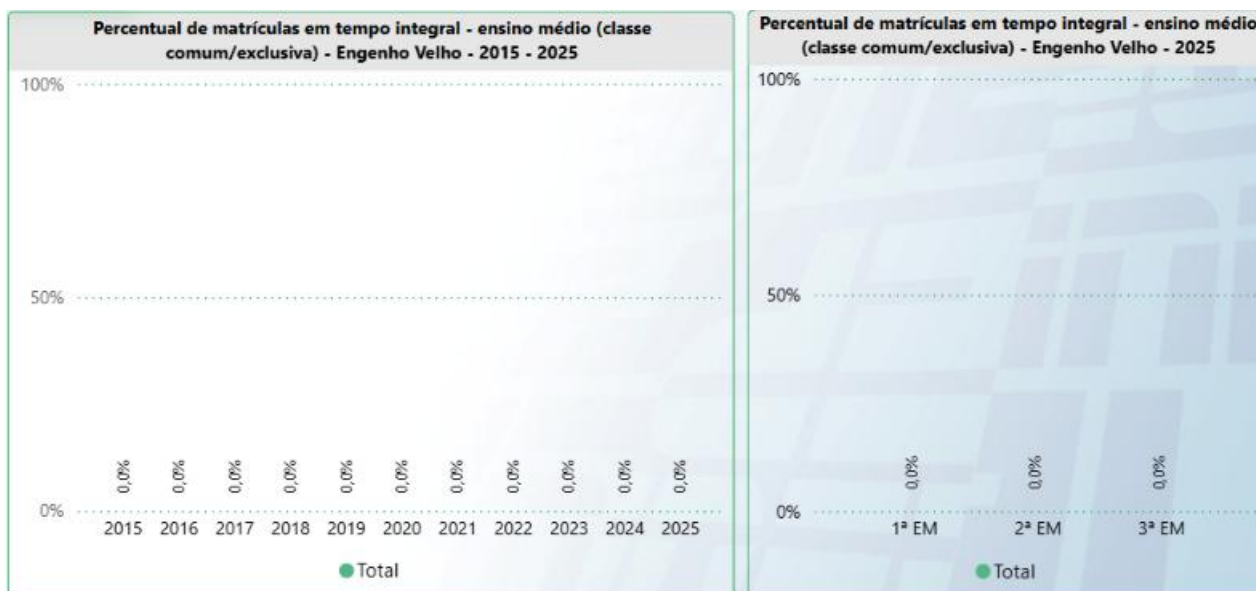
O gráfico dos anos finais evidencia um cenário de descontinuidade. Em 2015 e 2016, o percentual era de **0%**. Em 2017, houve forte expansão, alcançando **57,7%** das matrículas em tempo integral. Em 2018, o índice ainda se manteve elevado, com **48,4%**. No entanto, a partir de 2019, a oferta desaparece, permanecendo em **0% de 2019 a 2025**.

Esse dado é um dos mais críticos do diagnóstico. Ele mostra que o município já teve experiência significativa de tempo integral nos anos finais, mas não conseguiu mantê-la ao longo do tempo. A ausência total de matrículas em tempo integral em 2025 revela uma ruptura da política nessa etapa.

A análise por ano escolar em 2025 confirma que **6º, 7º, 8º e 9º anos** apresentam **0%** de atendimento em tempo integral. Isso significa que nenhum estudante dos anos finais do Ensino Fundamental conta atualmente com essa experiência, o que fragiliza a continuidade da política de Educação Integral ao longo da trajetória escolar.

3) A educação integral em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 05 - Estudantes matriculados no ensino médio com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O gráfico do Ensino Médio apresenta o cenário mais restritivo: durante todo o período de 2015 a 2025, o percentual de matrículas em tempo integral permanece em **0%**. Em 2025, a análise por série também mostra **0% no 1º ano, 0% no 2º ano e 0% no 3º ano do Ensino Médio**.

Esse resultado indica ausência completa de oferta de Educação Integral em Tempo Integral nessa etapa. O dado confirma que o município não possui experiência consolidada de jornada ampliada no Ensino Médio no período analisado. Embora o Ensino Médio geralmente esteja sob responsabilidade estadual, a inexistência da oferta impacta diretamente a continuidade da formação integral dos estudantes.

Portanto, o Ensino Médio representa uma lacuna estrutural no atendimento em tempo integral, especialmente porque impede que os estudantes tenham continuidade da jornada ampliada após a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Síntese geral da análise:

Os dados demonstram que o município de Engenho Velho apresenta avanços importantes na Educação Infantil, especialmente em 2025, com **73,5% das matrículas da creche e 74,6% da pré-escola** em tempo integral. No entanto, a política não se mantém com a mesma força nas etapas seguintes. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a oferta existe, mas é instável e reduzida, alcançando apenas **11,2% em 2025**. Nos anos finais e no Ensino Médio, o cenário é ainda mais grave, pois o atendimento em tempo integral está zerado.

Assim, o principal desafio do município não está apenas em ampliar vagas, mas em garantir continuidade da Educação Integral em Tempo Integral ao longo de toda a Educação Básica, evitando que a política fique concentrada na Educação Infantil e fragilizada ou ausente nas etapas posteriores.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

- **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC.**
- **Ministério da Educação (MEC).**
- **Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).**
- **Lei nº 14.640/2023.**

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o arquivo do Tema 06 – Educação Integral em Tempo Integral, especialmente a evolução histórica apresentada nos Gráficos 01 a 05, verifica-se que o município avançou significativamente na Educação Infantil, mas apresenta instabilidade nos anos iniciais, interrupção da oferta nos anos finais e ausência histórica de atendimento em tempo integral no Ensino Médio. O próprio diagnóstico mostra que, em 2025, o atendimento alcançou 73,5% na creche e 74,6% na pré-escola, mas caiu para 11,2% nos anos iniciais e permaneceu em 0% nos anos finais e no Ensino Médio.

Com base nessas evidências, identifico as seguintes possíveis causas do Problema 06:

Causa 01 – Descontinuidade das políticas e ações de Educação Integral em Tempo Integral ao longo dos anos: a evolução histórica demonstra interrupções e oscilações significativas na oferta, especialmente no Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, houve crescimento até 38,8% em 2023, seguido de redução para 23,1% em 2024 e 11,2% em 2025. Nos anos finais, após alcançar 57,7% em 2017 e 48,4% em 2018, o atendimento foi interrompido, permanecendo em 0% de 2019 a 2025. Esse comportamento evidencia fragilidade na continuidade e consolidação da política de tempo integral.

Causa 02 – Concentração da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil: os maiores percentuais de atendimento estão concentrados na creche e na pré-escola, enquanto as etapas posteriores apresentam baixa ou nenhuma cobertura. Essa concentração demonstra que a expansão da jornada ampliada não ocorre de maneira articulada ao longo da Educação Básica, dificultando a continuidade da experiência de formação integral na trajetória escolar dos estudantes.

Causa 03 – Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares: os dados dos anos iniciais revelam diferenças expressivas entre os anos escolares: em 2025, o 2º ano alcançou 27,4% de atendimento, enquanto o 1º ano apresentou 0%. Essa distribuição irregular indica fragilidade no planejamento da expansão da oferta, sem uma trajetória progressiva e equitativa de ampliação das matrículas em tempo integral.

Causa 04 – Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral: a redução do atendimento nos anos iniciais e a interrupção da oferta nos anos finais sugerem dificuldades para estruturar e manter a jornada ampliada de forma permanente. A Educação Integral em Tempo Integral exige reorganização dos tempos, espaços, recursos humanos, alimentação, transporte escolar e atividades pedagógicas, o que pode limitar a capacidade de expansão e continuidade da oferta.

Causa 05 – Insuficiência de infraestrutura e de espaços adequados para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral: a ampliação da jornada escolar

requer espaços diversificados para alimentação, práticas esportivas, atividades culturais, acompanhamento pedagógico, descanso e desenvolvimento de oficinas e projetos. A dificuldade de ampliar o atendimento para todas as etapas pode estar relacionada à insuficiência ou inadequação da infraestrutura escolar para permanência dos estudantes durante uma jornada ampliada.

Causa 06 – Insuficiência de profissionais e de organização dos recursos humanos para atendimento em jornada ampliada: a oferta de Educação Integral em Tempo Integral demanda profissionais em quantidade suficiente e organização adequada das equipes para desenvolver atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de acompanhamento dos estudantes durante toda a jornada. A dificuldade de manter a oferta ao longo dos anos pode estar associada à limitação de recursos humanos e à necessidade de ampliar e qualificar as equipes.

Causa 07 – Fragilidade na articulação entre as redes municipal e estadual para garantir continuidade da Educação Integral: a ausência de atendimento nos anos finais e no Ensino Médio evidencia uma ruptura na trajetória dos estudantes. Considerando a participação da rede estadual na oferta dessas etapas, a insuficiente articulação e o planejamento conjunto entre os entes responsáveis podem dificultar a construção de uma política territorial de Educação Integral que assegure continuidade ao longo da Educação Básica.

Causa 08 – Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral: a Educação Integral em Tempo Integral exige investimentos permanentes em alimentação escolar, transporte, profissionais, infraestrutura, materiais e desenvolvimento de atividades diversificadas. As oscilações observadas nos dados históricos podem indicar dificuldades para assegurar recursos financeiros contínuos capazes de sustentar e ampliar a política.

Causa 09 – Fragilidade na consolidação de uma política municipal permanente de Educação Integral: os dados demonstram avanços recentes e expressivos na Educação Infantil, mas também evidenciam que a oferta nas demais etapas apresenta descontinuidade. Isso sugere a necessidade de fortalecer uma política municipal estruturada, com metas, critérios de expansão, definição das etapas prioritárias, estratégias de financiamento, monitoramento e avaliação dos resultados.

Causa 10 – Ausência de oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio: o percentual de 0% entre 2015 e 2025 demonstra que a jornada ampliada não foi implementada nessa etapa no território municipal. Ainda que a oferta do Ensino Médio esteja vinculada à rede estadual, essa ausência constitui uma causa da descontinuidade da experiência de Educação Integral ao longo da trajetória educacional dos estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Descontinuidade das políticas e ações de Educação Integral em Tempo Integral ao longo dos anos.**
- **Causa 02 – Concentração da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil.**
- **Causa 03 – Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.**

- **Causa 04 – Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.**
- **Causa 05 – Insuficiência de infraestrutura e de espaços adequados para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral.**
- **Causa 06 – Insuficiência de profissionais e de organização dos recursos humanos para atendimento em jornada ampliada.**
- **Causa 07 – Fragilidade na articulação entre as redes municipal e estadual para garantir a continuidade da Educação Integral ao longo da Educação Básica.**
- **Causa 08 – Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 06 do PNE

TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

PROBLEMA 06

A REDE PÚBLICA DE ENSINO, NÃO OFERECE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA ALGUMAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

DESCRIPTOR 01

73,5% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 03

Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.

CAUSA 04

Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.

CAUSA 05

Insuficiência de infraestrutura e de espaços adequados para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral.

CAUSA 06

Insuficiência de profissionais e de organização dos recursos humanos para atendimento em jornada ampliada.

CAUSA 08

Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.

DESCRIPTOR 02

74,6% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 03

Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.

CAUSA 04

Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.

CAUSA 05

Insuficiência de infraestrutura e de espaços adequados para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral.

CAUSA 06

Insuficiência de profissionais e de organização dos recursos humanos para atendimento em jornada ampliada.

CAUSA 08

Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.

DESCRIPTOR 03

11,2% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 01

Descontinuidade das políticas e ações de Educação Integral em Tempo Integral ao longo dos anos.

CAUSA 02

Concentração da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil.

CAUSA 03

Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.

CAUSA 04

Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.

CAUSA 08

Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.

DESCRIPTOR 04

0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 01

Descontinuidade das políticas e ações de Educação Integral em Tempo Integral ao longo dos anos.

CAUSA 02

Concentração da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil.

CAUSA 03

Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.

CAUSA 04

Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.

CAUSA 07

Fragilidade na articulação entre as redes municipal e estadual para garantir a continuidade da Educação Integral ao longo da Educação Básica.

CAUSA 08

Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.

DESCRIPTOR 05

0% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 02

Concentração da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil.

CAUSA 03

Insuficiência de planejamento para expansão progressiva e equitativa da oferta entre as etapas e anos escolares.

CAUSA 04

Limitações na organização da rede para manutenção e ampliação da jornada escolar em tempo integral.

CAUSA 05

Insuficiência de infraestrutura e de espaços adequados para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral.

CAUSA 06

Insuficiência de profissionais e de organização dos recursos humanos para atendimento em jornada ampliada.

CAUSA 07

Fragilidade na articulação entre as redes municipal e estadual para garantir a continuidade da Educação Integral ao longo da Educação Básica.

CAUSA 08

Insuficiência de financiamento contínuo para manutenção e expansão das matrículas em tempo integral.

LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

Problema 07: LIMITAÇÃO DE ACESSO DE QUALIDADE À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET) PARA USO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 07 – Limitação de acesso de qualidade à rede mundial de computadores (internet) para uso pedagógico e desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital fundamenta-se em indicadores relacionados à infraestrutura tecnológica das escolas, à conectividade, à disponibilidade de equipamentos digitais e às condições necessárias para a integração das tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem. Foram analisados dados referentes ao acesso à internet, à cobertura de banda larga, à existência de laboratórios de informática, à disponibilidade e quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas e às diferentes formas de utilização da conectividade para fins administrativos, pedagógicos e educacionais. Em conjunto, essas evidências permitem avaliar o nível de preparação da rede de ensino para promover a Educação Digital, a implementação da BNCC Computação e o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da cidadania digital, identificando os avanços alcançados pelo município e as limitações que ainda comprometem a equidade no acesso às tecnologias e sua utilização qualificada no contexto educacional.

DESCRITORES⁷ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 100% das escolas com acesso à internet em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 67% das escolas com acesso a banda larga em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: 33,33% das escolas com laboratório de informática em 2025.**
- ➔ **Descritor 04: Equipamentos tecnológicos em número insuficiente para uso pedagógico com os estudantes.**

1) Dados quanto a conectividade e existência de equipamentos tecnológicos

Gráfico 01 – Infraestrutura quanto a internet para alunos e acesso à internet na educação básica (2025)

⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise do Gráfico 01 demonstra que o município alcançou um importante avanço ao assegurar acesso à internet em 100% das escolas da Educação Básica, eliminando um dos principais obstáculos históricos relacionados à inclusão digital das instituições de ensino. Esse resultado evidencia que a conectividade básica já se encontra universalizada na rede escolar, constituindo condição essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e de comunicação institucional. Entretanto, o indicador, por si só, não permite concluir que as escolas disponham de conectividade suficiente para atender às demandas educacionais contemporâneas, uma vez que o acesso à internet representa apenas o primeiro nível da infraestrutura tecnológica necessária para a efetiva transformação digital da educação.

Sob a perspectiva pedagógica, a simples disponibilidade da internet não assegura a integração qualificada das tecnologias ao currículo escolar. O desenvolvimento das competências previstas na BNCC Computação, da Educação Digital e da Cidadania Digital depende de conexões estáveis, velocidade compatível com o uso simultâneo por estudantes e professores, disponibilidade de equipamentos, formação docente e planejamento pedagógico capaz de incorporar as tecnologias digitais às metodologias de ensino. Assim, embora o município tenha superado a barreira do acesso inicial, persistem desafios relacionados à qualidade da conectividade e ao seu aproveitamento pedagógico.

Além disso, observa-se que a conectividade deve ser compreendida como infraestrutura estratégica para garantir equidade educacional. Em um contexto em que grande parte dos recursos didáticos, avaliações, plataformas educacionais e ambientes virtuais dependem da internet, limitações de qualidade podem ampliar desigualdades de aprendizagem entre escolas, comprometendo o desenvolvimento das competências digitais previstas para a Educação Básica.

Painel 01 – Infraestrutura quanto a energia elétrica e internet na educação infantil (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

O Painel 01 evidencia que as unidades de Educação Infantil apresentam condições estruturais satisfatórias quanto aos serviços essenciais de funcionamento. Os indicadores demonstram 100% de cobertura para internet, energia elétrica, alimentação escolar, cozinha, banheiros, biblioteca ou sala de leitura, acessibilidade e funcionamento em prédio escolar, revelando que as escolas dispõem das condições básicas necessárias ao atendimento educacional das crianças.

Embora esses resultados sejam positivos, é importante destacar que a conectividade na Educação Infantil possui finalidade distinta daquela observada nas demais etapas da Educação Básica. Nessa fase, as tecnologias digitais devem atuar como recursos complementares ao desenvolvimento infantil, priorizando experiências mediadas pelos professores, atividades lúdicas, exploração de diferentes linguagens e desenvolvimento progressivo da cultura digital. Dessa forma, a existência de internet constitui apenas uma condição inicial, sendo igualmente necessária a disponibilidade de equipamentos apropriados, recursos digitais educativos e formação dos profissionais para utilização pedagógica das tecnologias de maneira segura, ética e adequada à faixa etária.

Os dados demonstram, portanto, que o município possui uma infraestrutura física consistente na Educação Infantil, criando condições favoráveis para ampliar, futuramente, políticas voltadas à Educação Digital desde os primeiros anos da escolarização.

Painel 02 – Infraestrutura quanto a energia elétrica, laboratório de informática e banda larga nas etapas do ensino fundamental e no ensino médio (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

Os indicadores apresentados no Painel 02 revelam um cenário de avanços coexistindo com importantes limitações estruturais. Aspectos básicos como alimentação escolar, fornecimento de energia elétrica, televisão, biblioteca e coleta periódica de resíduos atingem cobertura integral, indicando boas condições gerais de funcionamento das escolas. Contudo, os indicadores diretamente relacionados à transformação digital da educação apresentam resultados significativamente inferiores.

A existência de laboratório de informática em apenas 33% das escolas demonstra que a maior parte das unidades escolares ainda não dispõe de espaços específicos para o desenvolvimento sistemático de atividades relacionadas à informática educativa, programação, pensamento computacional, robótica educacional e cultura maker. Essa limitação reduz as possibilidades de utilização coletiva das tecnologias digitais e restringe o desenvolvimento das competências previstas na BNCC Computação.

Da mesma forma, a cobertura de 67% de banda larga indica que parte das escolas ainda utiliza conexões de menor capacidade ou não dispõe de infraestrutura adequada para suportar múltiplos acessos simultâneos. Em um cenário de crescente utilização de plataformas digitais, videoconferências, recursos multimídia, inteligência artificial educacional e ambientes virtuais de aprendizagem, a ausência de banda larga representa importante fator limitador da inovação pedagógica.

Esses resultados demonstram que o principal desafio do município já não está relacionado à existência da internet, mas à qualidade da infraestrutura tecnológica disponível para sua utilização educacional.

Tabela 01 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	67%	3

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 01 sintetiza dois dos principais indicadores de conectividade da rede municipal. Enquanto 100% das escolas possuem acesso à internet, apenas 67% contam com conexão em banda larga, evidenciando que a universalização do acesso ainda não foi acompanhada pela universalização da qualidade da conectividade.

Sob a perspectiva pedagógica, essa diferença possui impacto significativo. O uso simultâneo de plataformas educacionais, objetos digitais de aprendizagem, recursos audiovisuais em alta definição e ferramentas colaborativas exige conexões estáveis e de alta velocidade. Dessa forma, escolas sem banda larga tendem a enfrentar maiores dificuldades para integrar as tecnologias digitais às práticas pedagógicas, reduzindo as possibilidades de inovação metodológica e de ampliação das experiências de aprendizagem.

Além disso, a existência de diferentes padrões de conectividade entre as escolas evidencia desigualdades de acesso às oportunidades educacionais, comprometendo o princípio da equidade previsto nas políticas públicas educacionais.

Tabela 02 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

EQUIPAMENTO	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH HA	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Não	Não	33,33%
SCANNER	Não	Não	Sim	33,33%
DVD	Sim	Sim	Não	67%
EQUIPAMENTO SOM	Sim	Sim	Não	67%
TV	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Sim	33,33%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Sim	Sim	Sim	100%
DESKTOP ALUNO	Não	Sim	Não	33,33%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Sim	Não	Sim	67%
TABLET ALUNO	Sim	Não	Sim	67%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise da Tabela 02 demonstra que a rede escolar possui equipamentos tecnológicos básicos amplamente distribuídos, como computadores, impressoras, copiadoras, televisores e equipamentos multimídia, presentes em praticamente todas as escolas. Esses recursos garantem condições mínimas para o funcionamento administrativo e para o apoio às atividades pedagógicas.

Entretanto, quando se analisam equipamentos voltados diretamente ao uso dos estudantes, observa-se maior desigualdade na distribuição. Recursos como lousas digitais,

scanners, computadores desktop para alunos, notebooks e tablets apresentam cobertura parcial, estando concentrados em apenas parte das unidades escolares.

Esse cenário evidencia que a infraestrutura tecnológica existente ainda está mais voltada ao suporte das atividades escolares do que à efetiva inclusão digital dos estudantes. A disponibilidade limitada de equipamentos reduz as oportunidades de utilização cotidiana das tecnologias digitais em sala de aula, dificultando o desenvolvimento de competências relacionadas à pesquisa, autoria digital, resolução de problemas, pensamento computacional e cidadania digital.

Além disso, a distribuição desigual entre as escolas pode ampliar diferenças nas oportunidades de aprendizagem, especialmente entre estudantes matriculados em unidades com menor disponibilidade tecnológica.

Tabela 03 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

EQUIPAMENTO	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH A	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA
	QUANTIDADE		
EQUIPAMENTO DE SOM	2	2	0
TV	1	2	0
LOUSA DIGITAL	2	2	2
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	0	0	7
DESKTOP ALUNO	1	8	5
COMPUTADOS PORTATIL ALUNO	0	15	0
TABLET ALUNO	2	0	6

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise quantitativa dos equipamentos revela diferenças significativas entre as escolas do município. Enquanto algumas instituições concentram maior número de notebooks, computadores, tablets e equipamentos multimídia, outras dispõem de quantitativos bastante reduzidos para utilização pedagógica.

Essas diferenças evidenciam que a mera existência dos equipamentos não garante igualdade de acesso. A disponibilidade reduzida de computadores e dispositivos móveis limita a realização de atividades simultâneas com turmas inteiras, obrigando ao compartilhamento dos equipamentos e reduzindo o tempo efetivo de utilização pelos estudantes.

Sob a perspectiva da equidade, essa situação merece atenção especial, uma vez que o acesso desigual às tecnologias pode repercutir diretamente na aprendizagem, no desenvolvimento das competências digitais e na preparação dos estudantes para uma sociedade cada vez mais conectada e tecnologicamente dependente.

Tabela 04 – Disponibilidade da internet nas escolas

DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH A	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	100%

INTERNET ALUNOS	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Sim	Não	Não	33,33%
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Sim	67%
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Não	Não	Não	0%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Os dados da Tabela 04 evidenciam que todas as escolas disponibilizam internet para fins administrativos, pedagógicos e de aprendizagem, demonstrando que a conectividade já integra o cotidiano institucional das unidades escolares.

Contudo, alguns indicadores revelam limitações importantes. Apenas 33,33% das escolas disponibilizam internet para uso da comunidade, restringindo o potencial das escolas como espaços públicos de inclusão digital e fortalecimento das relações entre escola e território. Além disso, nenhuma escola permite acesso à internet por dispositivos pessoais, indicando inexistência de políticas estruturadas de utilização pedagógica de equipamentos próprios dos estudantes (BYOD – Bring Your Own Device), prática amplamente difundida em diversos sistemas educacionais.

Esses resultados demonstram que a conectividade ainda está centrada no uso institucional, apresentando potencial de ampliação para fortalecer estratégias de aprendizagem híbrida, projetos colaborativos, inclusão digital da comunidade e desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania digital.

O conjunto dos dados evidencia que o município já superou a etapa de universalização do acesso básico à internet nas escolas, apresentando infraestrutura essencial consolidada. Contudo, persistem desafios significativos relacionados à qualidade da conectividade, à universalização da banda larga, à existência de laboratórios de informática, à quantidade e distribuição dos equipamentos tecnológicos e à integração pedagógica das tecnologias digitais.

Em síntese, o principal desafio não consiste mais em conectar as escolas, mas em transformar a conectividade existente em oportunidades efetivas de aprendizagem, garantindo infraestrutura tecnológica adequada, equidade no acesso aos equipamentos, formação continuada dos professores e consolidação de práticas pedagógicas alinhadas à BNCC Computação, à Educação Digital e ao desenvolvimento das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

Fontes Consultadas:

- Censo Escolar da Educação Básica 2025 – INEP/MEC
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica
- QEdu – Indicadores Educacionais do Município de Engenho Velho
- Painéis de Infraestrutura Escolar – QEdu/Censo Escolar 2025

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do **Tema 07 – Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital**, verifica-se que o município já universalizou o acesso à internet nas escolas, porém ainda apresenta limitações importantes relacionadas à qualidade da conectividade, à infraestrutura tecnológica, à disponibilidade de equipamentos e à integração das tecnologias ao processo pedagógico. Essas fragilidades impedem que todos os estudantes desenvolvam plenamente as competências digitais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e exerçam a cidadania digital de forma crítica, ética e responsável.

Com base nas evidências do diagnóstico, as **possíveis causas** que explicam o **Problema 07** são as seguintes:

Causa 01 - Insuficiência da infraestrutura de conectividade nas escolas, evidenciada pela cobertura parcial de banda larga e pelas limitações na qualidade da conexão para uso pedagógico: embora todas as escolas possuam acesso à internet, apenas **67%** contam com banda larga, indicando que parte da rede ainda não dispõe de conectividade adequada para utilização intensiva de recursos digitais, plataformas educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem.

Causa 02 - Baixa disponibilidade e distribuição desigual de equipamentos tecnológicos destinados ao uso pedagógico dos estudantes: os dados demonstram que computadores para alunos, tablets, notebooks, lousas digitais e outros recursos tecnológicos apresentam cobertura parcial e distribuição desigual entre as escolas, restringindo o acesso equitativo às tecnologias digitais e limitando as oportunidades de aprendizagem.

Causa 03 - Infraestrutura tecnológica insuficiente para o desenvolvimento sistemático da Educação Digital e da BNCC Computação: a existência de laboratório de informática em apenas **33,33%** das escolas evidencia limitações na oferta de ambientes apropriados para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao pensamento computacional, programação, robótica educacional, cultura maker e outras práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais.

Causa 04 - Fragilidade na integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas e ao desenvolvimento das competências de cidadania digital: o diagnóstico evidencia que a infraestrutura existente ainda está predominantemente voltada ao acesso e ao suporte administrativo, sendo necessário ampliar o uso pedagógico das tecnologias de forma integrada ao currículo, às metodologias de ensino e às competências previstas na BNCC Computação.

Causa 05 - Insuficiente planejamento e investimento contínuo na modernização da infraestrutura tecnológica e na promoção da inclusão digital das escolas e da comunidade: a ausência de internet para dispositivos pessoais (**0%** das escolas), a limitada disponibilização de internet para a comunidade (**33,33%**) e as diferenças na infraestrutura tecnológica entre as unidades demonstram que ainda há necessidade de ampliar investimentos e fortalecer políticas voltadas à inclusão digital e à inovação educacional.

Em síntese, o diagnóstico evidencia que o principal desafio do município não é mais garantir o acesso básico à internet, mas **assegurar conectividade de qualidade, infraestrutura tecnológica adequada, acesso equitativo aos equipamentos e integração efetiva das tecnologias digitais às práticas pedagógicas**, fortalecendo a Educação Digital e a formação dos estudantes para o exercício pleno da cidadania digital.

CAUSAS CRÍTICAS:

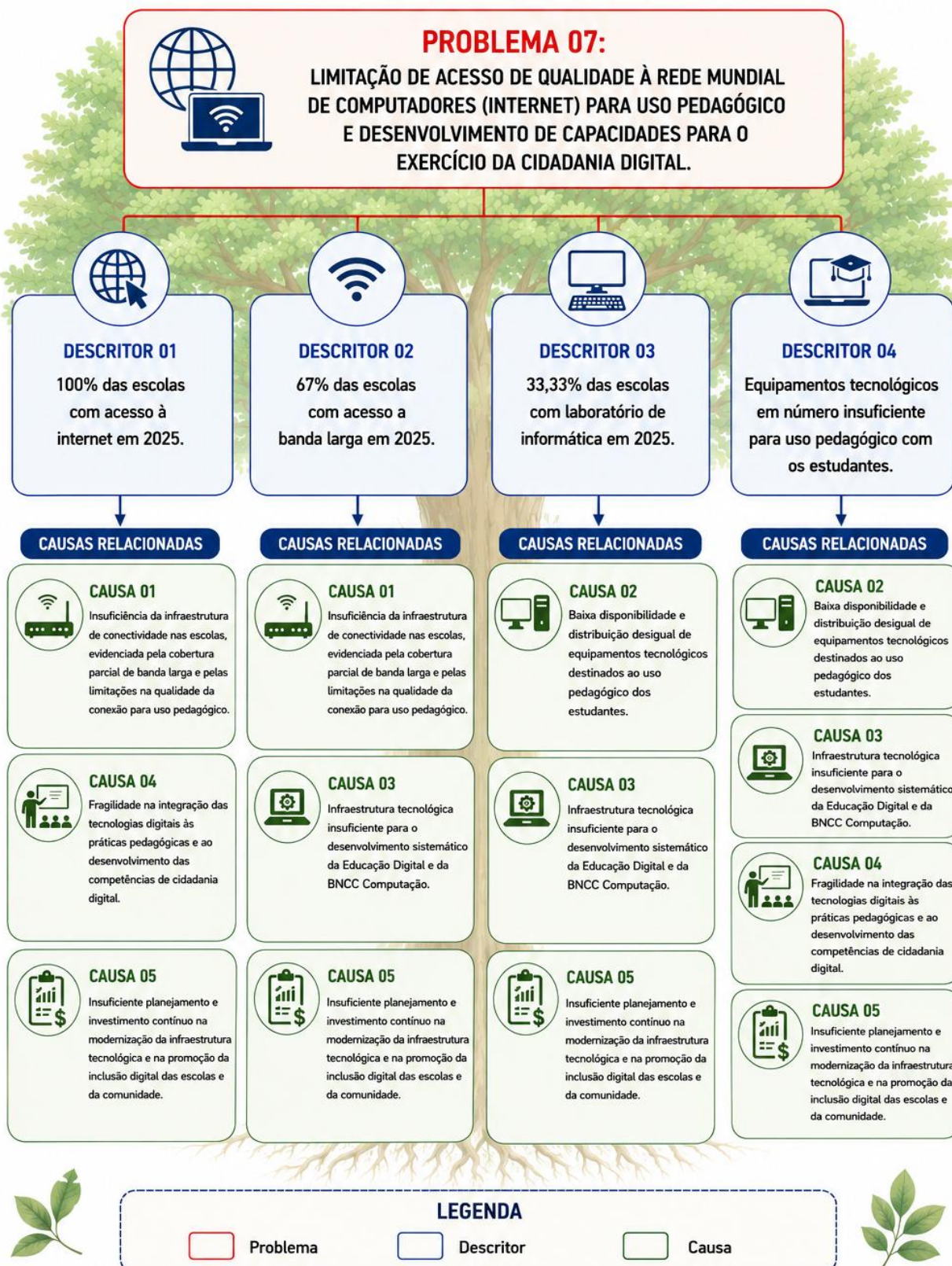
- Causa 01 - Insuficiência da infraestrutura de conectividade nas escolas, evidenciada pela cobertura parcial de banda larga e pelas limitações na qualidade da conexão para uso pedagógico.
- Causa 02 - Baixa disponibilidade e distribuição desigual de equipamentos tecnológicos destinados ao uso pedagógico dos estudantes.
- Causa 03 - Infraestrutura tecnológica insuficiente para o desenvolvimento sistemático da Educação Digital e da BNCC Computação.
- Causa 04 - Fragilidade na integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas e ao desenvolvimento das competências de cidadania digital.
- Causa 05 - Insuficiente planejamento e investimento contínuo na modernização da infraestrutura tecnológica e na promoção da inclusão digital das escolas e da comunidade.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 07 do PNE

TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

Problema 08: ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Problema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação** tem como objetivo compreender em que medida a rede municipal e estadual de ensino de Engenho Velho incorpora condições estruturais, institucionais e pedagógicas capazes de promover a educação para a sustentabilidade e o enfrentamento das mudanças climáticas. Para isso, foram analisados indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, à existência de protocolos de adaptação e resiliência frente a eventos climáticos extremos, às condições de conforto térmico dos estabelecimentos de ensino e ao desenvolvimento de projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental nas escolas. A leitura integrada desses dados permite identificar avanços importantes na infraestrutura e na preparação institucional da rede de ensino, ao mesmo tempo em que evidencia desafios para consolidar práticas pedagógicas permanentes voltadas à educação ambiental, à formação cidadã e ao desenvolvimento de competências necessárias para a construção de uma sociedade ambientalmente responsável, resiliente e comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável.

DESCRITORES⁸ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades de 58,84 pontos em 2025.
- ➔ **Descritor 02:** 100% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025.
- ➔ **Descritor 03:** 100% dos estabelecimentos de ensino tem todas as salas que utilizam climatizadas.
- ➔ **Descritor 04:** 0% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação.

1) Dados oficiais:

a) Sobre o Desenvolvimento Sustentável das Cidades

Painel 01 - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil

⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Engenho Velho (RS)



VISÃO GERAL

INDICADORES

RADAR DOS ODS

EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.



Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
● Informações indisponíveis

Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/> (Acesso em: 21/06/2026)

O município de **Engenho Velho/RS** apresenta **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades de 58,84 pontos em 2025**, resultado classificado como **nível médio**. Esse dado demonstra que o município já possui avanços em algumas dimensões do desenvolvimento sustentável, mas ainda não alcançou um patamar considerado elevado. Na perspectiva educacional, esse índice é importante porque revela que a sustentabilidade não depende apenas de ações ambientais isoladas, mas de um conjunto de políticas públicas articuladas, envolvendo educação, saúde, saneamento, infraestrutura, igualdade social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

A pontuação de 58,84 indica que o município ainda enfrenta desafios para consolidar uma cultura de sustentabilidade no território. Mesmo que existam condições básicas em algumas áreas, o resultado sugere a necessidade de fortalecer ações planejadas, permanentes e intersetoriais. No campo da educação, isso significa que as escolas precisam assumir papel estratégico na formação de estudantes capazes de compreender os problemas ambientais locais, participar de práticas sustentáveis e desenvolver atitudes responsáveis diante das mudanças climáticas.

b) Sobre protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Painel 02 - Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Situação por Indicador

Nesta seção, é possível selecionar o indicador e filtrar a etapa de ensino. Você visualizará o resultado do indicador para todas as modalidades em que há informação disponível.

Resiliência a Eventos Climáticos

Escolas com protocolo de ada...

Escolas com protocolo de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Número de escolas que possuem protocolo de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos dividido pelo total de escolas da rede



Resultado da Rede por modalidade

100,0%	Ed. Indígena	100,0%	Ed. Especial
		100,0%	ETI

Fonte dos dados: Diagnóstico das escolas/MEC

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos> (Acesso em: 21/06/2026)

O segundo painel apresenta um dado positivo: **100% das escolas possuem protocolos de adaptação e resiliência para situações de eventos climáticos extremos em 2025**. Esse resultado demonstra que a rede de ensino já dispõe de algum nível de organização institucional para responder a situações como temporais, enchentes, vendavais, ondas de calor ou outros eventos associados às mudanças climáticas.

Esse indicador é relevante porque aponta uma preocupação com a segurança da comunidade escolar e com a continuidade das atividades educacionais em contextos de risco. No entanto, a existência de protocolos não garante, por si só, que estudantes desenvolvam conhecimentos, valores e práticas ambientais. Para que o dado tenha impacto pedagógico, é necessário que esses protocolos sejam conhecidos por gestores, professores, estudantes e famílias, além de serem integrados ao currículo escolar por meio de simulações, projetos, debates, planos de prevenção e atividades educativas sobre clima, território e proteção da vida.

Assim, o município apresenta uma base importante de prevenção e resposta, mas precisa transformar essa estrutura formal em aprendizagem significativa e em cultura escolar de cuidado, prevenção e resiliência.

c) Sobre conforto térmico

Assegurar que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH HA	5	5
ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	8	8
EMEIEF CLEITON COSTA	11	11

A tabela sobre conforto térmico mostra que as três escolas apresentadas possuem **100% das salas utilizadas climatizadas**. A Escola Municipal Indígena de Ensino Fundamental Pãvãnh Ha possui 5 salas utilizadas e 5 climatizadas; a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto possui 8 salas utilizadas e 8 climatizadas; e a EMEIEF Cleiton Costa possui 11 salas utilizadas e 11 climatizadas.

Esse dado é bastante positivo, pois demonstra que os estabelecimentos de ensino contam com condições adequadas de conforto térmico, aspecto essencial diante do aumento das temperaturas e da ocorrência de eventos climáticos extremos. A climatização contribui para o bem-estar dos estudantes e profissionais da educação, favorece a permanência na escola e melhora as condições de aprendizagem.

Contudo, é importante observar que conforto térmico não deve ser analisado apenas como infraestrutura física. Ele também precisa estar articulado à sustentabilidade energética, ao uso consciente da energia elétrica, à ventilação adequada, à arborização dos espaços escolares e à reflexão sobre mudanças climáticas. Ou seja, a climatização é um avanço, mas pode se tornar ainda mais potente quando associada a práticas pedagógicas sobre consumo responsável, eficiência energética e cuidado ambiental.

2) Dados municipais:

a) Programas de sustentabilidade socioambiental na educação desenvolvidos nas escolas do território:

O dado mais preocupante do arquivo está nos dados municipais: **0% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação**. Esse indicador revela uma fragilidade central do Problema 08, pois demonstra que, apesar de haver protocolos climáticos e salas climatizadas, não há ações pedagógicas sistematizadas voltadas à educação ambiental e à sustentabilidade.

Essa ausência compromete diretamente a formação cidadã dos estudantes, pois limita as oportunidades de vivenciar práticas concretas relacionadas ao cuidado com o meio ambiente, à separação de resíduos, à compostagem, à horta escolar, ao uso racional da água e da energia, à preservação da biodiversidade, à educação climática e à participação comunitária. Sem projetos permanentes, a sustentabilidade tende a aparecer apenas de forma pontual, fragmentada ou dependente da iniciativa individual de alguns professores.

Portanto, o principal desafio identificado não está apenas na infraestrutura, mas na dimensão pedagógica e curricular. O município possui condições favoráveis para avançar, mas precisa transformar a sustentabilidade socioambiental em prática educativa planejada, contínua e integrada ao projeto político-pedagógico das escolas.

De modo geral, os dados mostram um cenário contraditório. Engenho Velho apresenta avanços importantes em infraestrutura e segurança escolar, com **100% das escolas climatizadas e 100% com protocolos para eventos climáticos extremos**.

Porém, a inexistência de projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental evidencia uma lacuna pedagógica significativa.

Assim, o município não parte de uma situação de ausência total de condições, mas de uma necessidade de qualificar o uso pedagógico dessas condições já existentes. O avanço no Problema 08 depende da criação de políticas escolares permanentes de educação ambiental, envolvendo currículo, formação docente, participação dos estudantes, ações comunitárias e práticas sustentáveis no cotidiano escolar.

Fontes Consultadas:

- [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#)
- <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/>
- <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos>

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada dos indicadores apresentados no documento, é possível identificar que o principal entrave do **Problema 08** não está na infraestrutura escolar, mas na ausência de políticas pedagógicas estruturadas de educação ambiental e sustentabilidade. Os dados demonstram que a rede possui boas condições físicas e institucionais, como escolas climatizadas e protocolos para eventos climáticos extremos, porém essas condições ainda não se traduzem em práticas educativas permanentes voltadas ao desenvolvimento da consciência ambiental dos estudantes.

Causa 01 – Ausência de políticas e programas permanentes de educação para a sustentabilidade socioambiental nas escolas: o documento evidencia que **0% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental**, indicando que a temática ainda não está institucionalizada no cotidiano escolar nem integrada às políticas educacionais do município.

Causa 02 – Fragilidade na integração da educação ambiental ao currículo e aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP): embora existam condições estruturais favoráveis, não há evidências de que a educação ambiental seja desenvolvida de forma interdisciplinar e contínua, limitando a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados à sustentabilidade.

Causa 03 – Insuficiência de formação continuada dos profissionais da educação para o desenvolvimento da educação ambiental e da educação climática: a inexistência de projetos permanentes sugere dificuldades na formação dos professores para planejar práticas pedagógicas contextualizadas, interdisciplinares e alinhadas às diretrizes da Educação Ambiental e da Educação para as Mudanças Climáticas.

Causa 04 – Utilização limitada da infraestrutura escolar como recurso pedagógico para a promoção da sustentabilidade: apesar de todas as salas utilizadas estarem climatizadas e de as escolas possuírem condições adequadas de conforto térmico, esses recursos ainda não são articulados a ações educativas voltadas ao consumo consciente de energia, eficiência energética e adaptação às mudanças climáticas.

Causa 05 – Protocolos de adaptação e resiliência utilizados predominantemente como instrumentos administrativos, com reduzida articulação

às práticas pedagógicas: o município apresenta 100% das escolas com protocolos para eventos climáticos extremos, porém o próprio documento evidencia que esses protocolos ainda precisam ser incorporados às atividades educativas, simulados e discutidos com estudantes e comunidade escolar para promover uma cultura de prevenção e resiliência.

Causa 06 – Baixa inserção de práticas sustentáveis no cotidiano das escolas: a ausência de programas evidencia que ações como coleta seletiva, compostagem, hortas escolares, arborização, recuperação de áreas verdes, uso racional da água e da energia e gestão adequada dos resíduos ainda não fazem parte de uma política institucional permanente.

Causa 07 – Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial entre educação, meio ambiente, agricultura, defesa civil e demais políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (58,84 pontos) demonstra que o município possui desafios em diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, indicando a necessidade de ações integradas entre diferentes setores da administração pública para fortalecer a educação ambiental.

Causa 08 – Ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de sustentabilidade socioambiental nas escolas: não há evidências de indicadores municipais que acompanhem a implementação de práticas ambientais, o impacto das ações educativas ou a evolução das competências socioambientais dos estudantes, dificultando o planejamento e a melhoria contínua das políticas públicas.

A análise evidencia que **Engenho Velho já dispõe de condições estruturais favoráveis**, como conforto térmico nas escolas e protocolos de adaptação aos eventos climáticos extremos. Entretanto, o principal fator que impede o avanço no Problema 08 é a **fragilidade da dimensão pedagógica da sustentabilidade**, caracterizada pela inexistência de projetos permanentes, pela insuficiente integração da educação ambiental ao currículo, pela necessidade de formação continuada dos profissionais e pela baixa articulação entre as políticas educacionais e ambientais. Dessa forma, o desafio do município consiste em transformar os avanços estruturais já alcançados em processos educativos permanentes, capazes de desenvolver nos estudantes conhecimentos, competências, valores e práticas voltadas à sustentabilidade socioambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

CAUSAS CRÍTICAS:

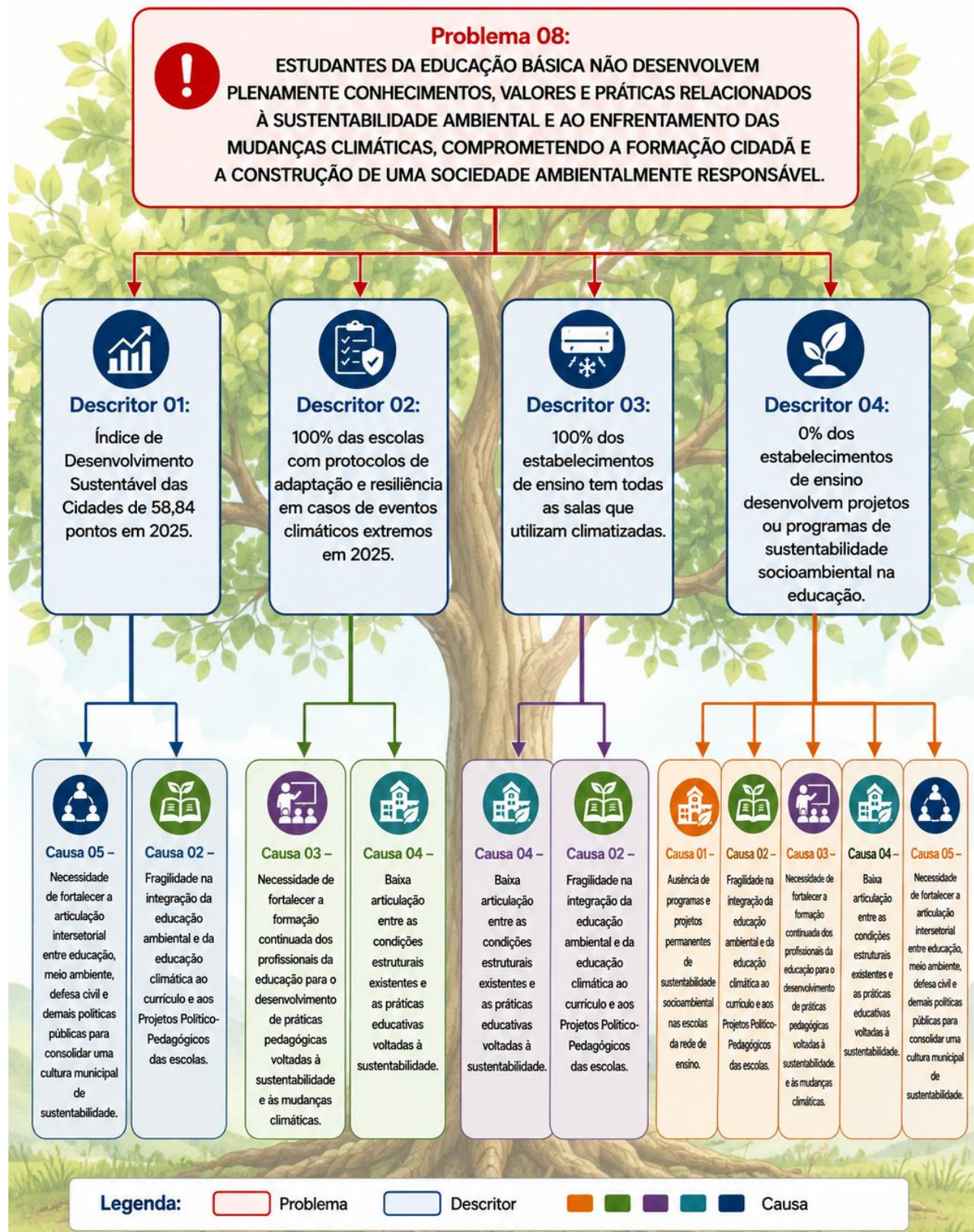
- **Causa 01 – Ausência de programas e projetos permanentes de sustentabilidade socioambiental nas escolas da rede de ensino.**
- **Causa 02 – Fragilidade na integração da educação ambiental e da educação climática ao currículo e aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.**
- **Causa 03 – Necessidade de fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas.**
- **Causa 04 – Baixa articulação entre as condições estruturais existentes e as práticas educativas voltadas à sustentabilidade.**
- **Causa 05 – Necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre educação, meio ambiente, defesa civil e demais políticas públicas para consolidar uma cultura municipal de sustentabilidade.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 08 do PNE

TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Problema 09: O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA, EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO INDÍGENA NÃO ESTÃO ASSEGURADOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 09 – O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Escolar do Campo não estão assegurados – fundamenta-se na análise das condições de oferta educacional às populações do campo e aos povos e comunidades tradicionais presentes no território municipal. Para tanto, são examinados indicadores relacionados à existência e localização das escolas, à continuidade da oferta, às condições de acessibilidade, infraestrutura física, saneamento, serviços essenciais, conectividade e disponibilidade de equipamentos tecnológicos, considerando especialmente as especificidades da Educação Escolar Indígena. A leitura articulada dessas evidências permite identificar os avanços e as fragilidades que interferem nas condições de acesso, permanência e qualidade da educação ofertada, bem como avaliar a capacidade da rede de ensino de assegurar uma educação equitativa, inclusiva e contextualizada, que respeite as características culturais, linguísticas, territoriais e comunitárias dos estudantes e das comunidades atendidas.

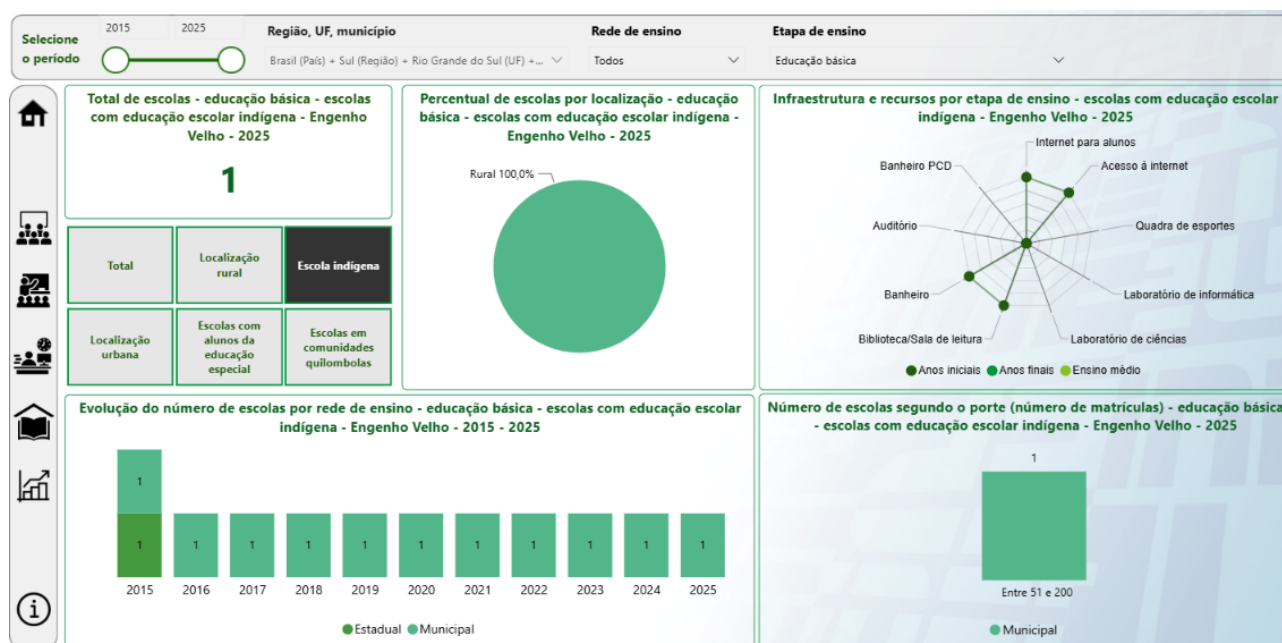
DESCRIPTORIO⁹ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01: O município possui apenas 1 escola com oferta de Educação Escolar Indígena em 2025, pertencente à rede municipal e localizada em área rural.**
- **Descritor 02: A escola indígena não apresenta acessibilidade integral e não possui sanitário com acessibilidade em 2025.**
- **Descritor 03: A escola indígena não possui laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala de professores e sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado em 2025.**
- **Descritor 04: A escola indígena não possui abastecimento de água tratada pela rede pública nem rede pública de esgotamento sanitário, utilizando água de poço artesiano e fossa em 2025.**
- **Descritor 05: A escola indígena possui acesso à internet, porém não dispõe de banda larga e conta com apenas 4 computadores destinados ao uso dos estudantes em 2025.**

1) Escolas Indígenas e localizadas no campo

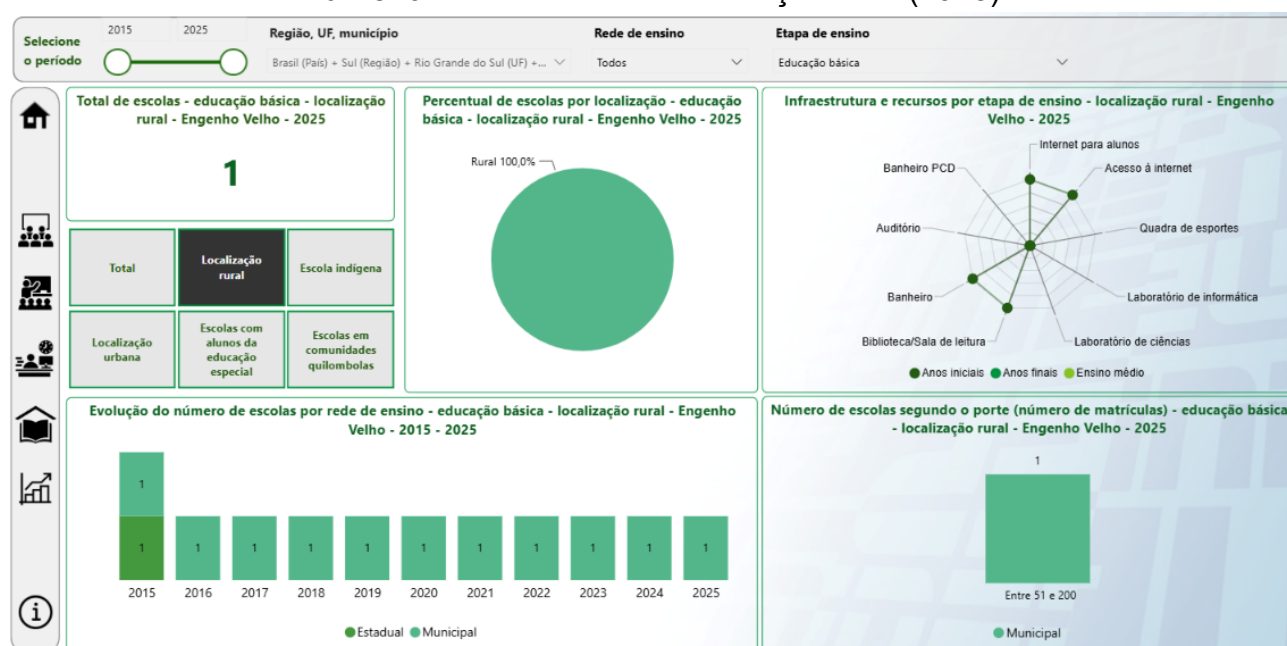
Painel 01 – Escolas com educação escolar indígena (2025)

⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Painel 02 – Escolas com localização rural (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

A análise do Painel 01 E 02 evidencia que, em 2025, o município de Engenho Velho contava com **uma escola de Educação Básica com oferta de Educação Escolar Indígena**, pertencente à **rede municipal de ensino** e localizada integralmente em **área rural**. O indicador de 100% de localização rural demonstra que a oferta educacional indígena no território está diretamente vinculada ao contexto do campo e às especificidades territoriais da comunidade atendida.

A evolução histórica apresentada no painel demonstra que, em **2015, havia duas escolas com Educação Escolar Indígena**, uma vinculada à **rede estadual** e outra à **rede municipal**. A partir de 2016, o município passou a registrar apenas uma unidade

escolar nessa modalidade, situação que se manteve de forma contínua até 2025. Esse comportamento evidencia a **redução do número de estabelecimentos com oferta de Educação Escolar Indígena no período analisado e a permanência da oferta exclusivamente na rede municipal nos anos mais recentes.**

Quanto ao porte, a escola indígena existente em 2025 encontra-se na faixa de **51 a 200 matrículas**, demonstrando tratar-se de uma unidade com número significativo de estudantes e importante papel na garantia do direito à educação da população indígena do território. Esse aspecto reforça a necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento, infraestrutura, recursos pedagógicos e políticas educacionais que considerem as especificidades culturais, linguísticas, territoriais e comunitárias da Educação Escolar Indígena.

Em relação à infraestrutura, o painel evidencia a existência de **acesso à internet e internet para os alunos**, além de banheiro e biblioteca ou sala de leitura. Entretanto, observa-se a ausência ou limitação de outros espaços e recursos educacionais, especialmente **laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes, auditório e banheiro adaptado para pessoas com deficiência**. Essas fragilidades podem restringir a diversificação das experiências pedagógicas e as condições de oferta educacional aos estudantes indígenas.

Em síntese, os dados demonstram que Engenho Velho mantém a oferta de Educação Escolar Indígena em uma escola municipal localizada no campo, garantindo a continuidade do atendimento ao longo da última década. Contudo, a redução do número de escolas ofertantes em relação a 2015 e as limitações identificadas na infraestrutura indicam a necessidade de fortalecer as condições de oferta, assegurando equidade, qualidade e respeito às especificidades da Educação Escolar Indígena e do território rural.

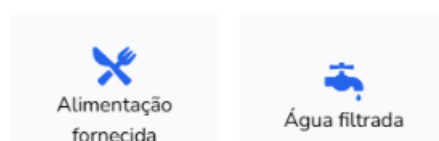
a) EMIEIEF PÃVÃNH HÁ - Atende as etapas: Ensino Infantil e Ensino Fundamental em tempo parcial

Painel 03 – Infraestrutura: acessibilidade e alimentação (2025)

Acessibilidade



Alimentação



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43047416-escola-municipal-indigena-de-ensino-fundamental-pavanh-ha/>
(Acesso em: 13/07/2026)

A análise do Painel 03 evidencia **limitações nas condições de acessibilidade da EMIEIEF PÃVÃNH HÁ em 2025**. Embora o indicador registre a existência de **dependências com acessibilidade**, a unidade não é classificada como escola plenamente acessível e **não dispõe de sanitário com acessibilidade**. Esse cenário demonstra que as adequações existentes são parciais e ainda não garantem condições integrais de acesso, circulação, autonomia e permanência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os espaços escolares.

No que se refere à alimentação, os dados indicam que a escola **fornece alimentação escolar e dispõe de água filtrada**, aspectos essenciais para o atendimento dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Esses indicadores revelam condições positivas relacionadas à alimentação e ao acesso à água adequada durante a permanência dos estudantes na unidade escolar.

Em síntese, a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ apresenta condições básicas favoráveis quanto à alimentação escolar e ao fornecimento de água filtrada; contudo, persistem fragilidades relacionadas à acessibilidade integral da infraestrutura, especialmente pela ausência de sanitário acessível e pela inadequação plena da unidade às condições de acessibilidade. Tais limitações demandam atenção do poder público para assegurar condições equitativas, inclusivas e adequadas de acesso e permanência no ambiente escolar.

Painel 04 – Infraestrutura: dependências (2025)

Dependências



Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43047416-escola-municipal-indigena-de-ensino-fundamental-pavanh-ha/>
(Acesso em: 13/07/2026)

A análise do Painel 04 evidencia que a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ dispõe de algumas dependências básicas para o seu funcionamento, contando com sanitário no interior da escola, biblioteca, cozinha e sala de direção. Esses espaços constituem estruturas importantes para o atendimento dos estudantes e para a organização das atividades administrativas e educacionais da unidade.

Entretanto, os dados revelam limitações significativas na diversidade e adequação dos espaços pedagógicos. A escola não possui laboratório de informática, laboratório de

ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala de professores e sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado. Considerando que a unidade atende estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a ausência desses ambientes pode restringir a realização de atividades científicas, tecnológicas, esportivas, culturais e de atendimento às necessidades educacionais específicas.

Destaca-se, especialmente, a inexistência de laboratórios de informática e de ciências, que limita a diversificação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de experiências relacionadas à investigação científica, à cultura digital e à BNCC Computação. Da mesma forma, a ausência de quadra de esportes reduz as possibilidades de desenvolvimento de práticas corporais e esportivas em espaço especificamente estruturado para essa finalidade.

Em síntese, embora a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ disponha de dependências essenciais ao funcionamento escolar, sua infraestrutura apresenta baixa diversificação de espaços pedagógicos especializados. As limitações identificadas podem comprometer a ampliação das oportunidades de aprendizagem e evidenciam a necessidade de investimentos na qualificação da infraestrutura da escola, considerando, inclusive, as especificidades da Educação Escolar Indígena e o direito dos estudantes a condições equitativas de oferta educacional.

Painel 05 – Infraestrutura: serviços (2025)

Serviços

 sem Água tratada (rede pública)	 Água de poço artesiano	 sem Água de Cacimba	 sem Água de fonte de Rio
 sem Água inexistente	 Energia Elétrica (rede pública)	 sem Energia Elétrica (Gerador)	 sem Energia Elétrica (Outros)
 sem Sem energia elétrica	 sem Esgoto (rede pública)	 Esgoto (Fossa)	 sem Esgoto inexistente
 Lixo com coleta periódica	 sem Lixo (Queima)	 sem Lixo (Joga em outra área)	 sem Lixo Reciclagem
 Lixo (Enterra)	 Lixo (Outros)		

Fonte: <https://gedu.org.br/escola/43047416-escola-municipal-indigena-de-ensino-fundamental-pavanh-ha/>
(Acesso em: 13/07/2026)

A análise do Painel 05 demonstra que a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ dispõe de energia elétrica proveniente da rede pública e serviço de coleta periódica de resíduos, condições essenciais para o funcionamento cotidiano da unidade escolar. Em relação ao abastecimento de água, a escola utiliza água de poço artesiano, não contando com fornecimento de água tratada pela rede pública. Embora o painel anterior indique a disponibilização de água filtrada para consumo, a origem do abastecimento reforça a importância do acompanhamento permanente da qualidade da água e das condições de potabilidade.

Quanto ao esgotamento sanitário, observa-se que a unidade utiliza fossa, não estando conectada à rede pública de esgoto. Essa condição pode estar relacionada à localização rural da escola e às características da infraestrutura de saneamento disponível no território. Ainda assim, exige manutenção, acompanhamento e manejo adequados do sistema para garantir condições sanitárias seguras à comunidade escolar.

No gerenciamento dos resíduos sólidos, o painel registra coleta periódica de lixo, aspecto positivo para as condições de higiene e salubridade da unidade. Contudo, também indica práticas de enterramento e outras formas de destinação dos resíduos, além da inexistência de reciclagem. Esses dados evidenciam fragilidades na gestão ambiental dos resíduos e apontam para a necessidade de fortalecer práticas de separação, destinação ambientalmente adequada e educação socioambiental.

Em síntese, a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ possui serviços essenciais de energia elétrica e coleta periódica de resíduos, porém apresenta especificidades e limitações relacionadas ao abastecimento de água por poço artesiano, ao esgotamento sanitário por fossa e à destinação dos resíduos sólidos. Considerando sua localização rural e sua condição de escola indígena, torna-se necessário assegurar o acompanhamento permanente das condições de saneamento e fortalecer ações de sustentabilidade e gestão ambiental adequadas às características do território e da comunidade escolar.

Painel 06 – Infraestrutura: tecnologia e equipamentos (2025)

Tecnologia

 Internet	 sem Banda Larga
Computadores para Alunos	4
Computadores para Administração	1

Equipamentos

 Aparelho DVD	 Impressora	 sem Parabólica	 Copiadora
 TV			

Fonte: <https://qedu.org.br/escola/43047416-escola-municipal-indigena-de-ensino-fundamental-pavanh-ha/>
(Acesso em: 13/07/2026)

A análise do Painel 06 evidencia que a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ possui acesso à internet, porém não dispõe de conexão em banda larga. Essa condição representa uma importante limitação para o uso pedagógico das tecnologias digitais, considerando que conexões de maior capacidade são necessárias para o acesso simultâneo a plataformas educacionais, conteúdos audiovisuais, recursos digitais e ambientes virtuais de aprendizagem.

Quanto à disponibilidade de computadores, a escola conta com quatro computadores destinados aos alunos e um computador para uso administrativo. Embora a existência de equipamentos para os estudantes seja um aspecto positivo, o quantitativo reduzido pode limitar a realização de atividades pedagógicas simultâneas e coletivas, especialmente diante do porte da escola e do atendimento à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. A necessidade de compartilhamento dos equipamentos pode reduzir o tempo e a frequência de acesso individual dos estudantes às tecnologias.

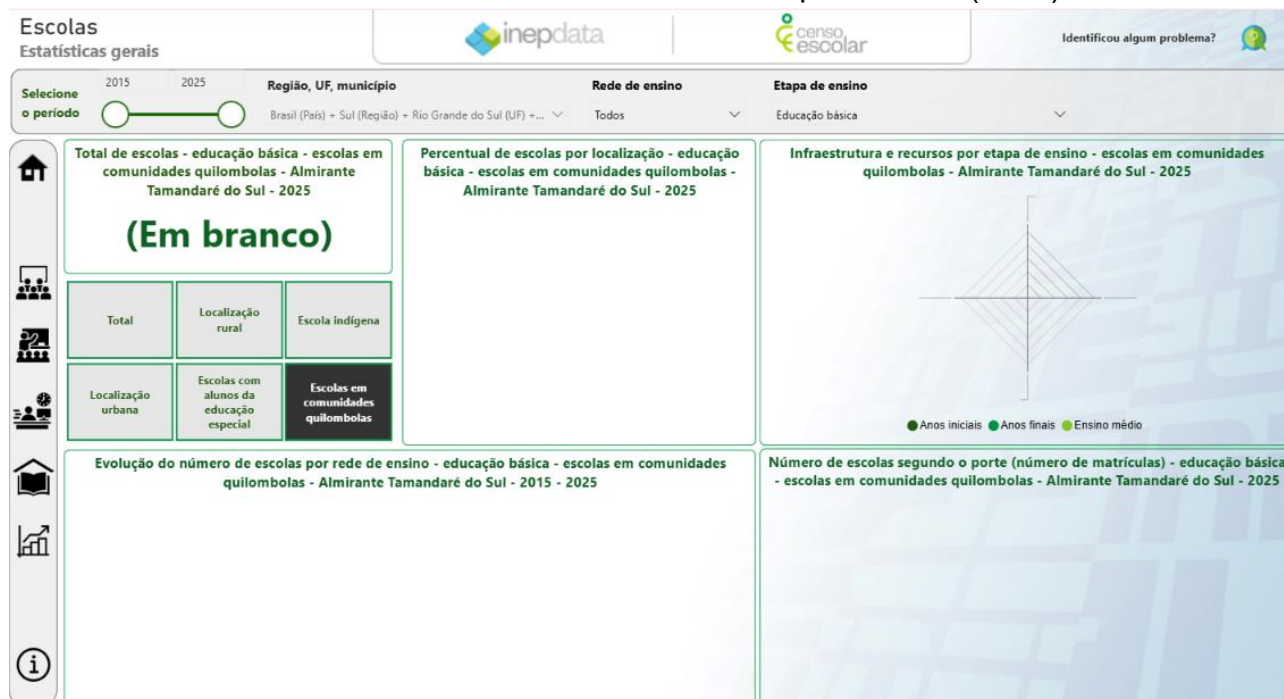
Em relação aos demais equipamentos, a unidade dispõe de aparelho de DVD, impressora, copiadora e televisão, recursos que contribuem para o funcionamento administrativo e podem apoiar as práticas pedagógicas. Entretanto, observa-se que a infraestrutura tecnológica permanece pouco diversificada e, associada à ausência de laboratório de informática identificada no Painel 04, restringe as possibilidades de desenvolvimento sistemático de atividades de Educação Digital, pensamento computacional e implementação da BNCC Computação.

Em síntese, a EMIEIEF PÃVÃNH HÁ possui infraestrutura tecnológica básica, com acesso à internet e alguns equipamentos de apoio, porém a ausência de banda larga e o reduzido número de computadores destinados aos estudantes evidenciam fragilidades nas condições de conectividade e inclusão digital. Essas limitações podem comprometer o acesso equitativo às tecnologias e o desenvolvimento de práticas pedagógicas digitais,

indicando a necessidade de investimentos na melhoria da conectividade e na ampliação e modernização dos equipamentos tecnológicos da escola.

2) Escolas em comunidades quilombolas

Painel 11 – Escolas em comunidades quilombolas (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

A análise do Painel 11 evidencia que, em 2025, não há registro de escolas da Educação Básica localizadas em comunidades quilombolas no território municipal analisado. O campo referente ao total de escolas apresenta-se sem informação registrada, e os demais indicadores de localização, infraestrutura, evolução histórica e porte escolar não apresentam dados, indicando a inexistência de unidades escolares classificadas no Censo Escolar como situadas em comunidades quilombolas.

A ausência de escolas localizadas em comunidades quilombolas não permite, isoladamente, concluir pela inexistência de população ou de estudantes quilombolas no território. O indicador retrata especificamente a localização e a caracterização das unidades escolares. Assim, estudantes pertencentes a comunidades quilombolas, caso existentes, podem estar matriculados em escolas situadas fora dessas comunidades.

Em síntese, os dados de 2025 não identificam escolas localizadas em comunidades quilombolas no município. Dessa forma, torna-se importante articular a análise do Censo Escolar com informações territoriais e populacionais do município, a fim de verificar a existência de comunidades quilombolas e de estudantes pertencentes a esses grupos, assegurando, quando necessário, políticas educacionais voltadas à equidade, à valorização da identidade, da história e da cultura quilombola.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) – Censo Escolar da Educação Básica 2025: dados referentes à

existência, localização, dependência administrativa e caracterização das escolas com oferta de Educação Escolar Indígena e das escolas localizadas em área rural.

- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC: utilizado para análise do número de escolas indígenas e rurais, evolução histórica do número de estabelecimentos, localização das unidades, porte das escolas e indicadores de infraestrutura e recursos educacionais.
- Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025 – INEP/MEC: base oficial para identificação e detalhamento das condições de oferta educacional, infraestrutura escolar, dependências, serviços e recursos disponíveis nas unidades de ensino.
- QEdu – Dados da EMIEIEF PÃVÃNH HÁ: utilizado para levantamento dos indicadores específicos de acessibilidade, alimentação escolar, abastecimento de água, saneamento, destinação de resíduos, dependências escolares, conectividade, computadores e equipamentos tecnológicos da unidade.
- Painéis de Infraestrutura Escolar – QEdu/Censo Escolar 2025: utilizados para análise das condições de acessibilidade, existência de sanitário acessível, espaços pedagógicos, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes, saneamento e infraestrutura tecnológica.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 09, considero que as causas devem explicar as fragilidades concretas identificadas na única escola indígena e rural do município, especialmente quanto à acessibilidade, infraestrutura pedagógica, saneamento e tecnologia. O diagnóstico mostra que a oferta foi reduzida de duas escolas indígenas, em 2015, para uma unidade a partir de 2016, e evidencia limitações nas condições atuais de oferta.

Causa 01 – Insuficiência de investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo: a concentração da oferta em uma única unidade e as diferentes limitações estruturais identificadas indicam necessidade de maior continuidade nos investimentos destinados à qualificação das condições de oferta da Educação Escolar Indígena e do Campo.

Causa 02 – Inadequação parcial da infraestrutura escolar às condições de acessibilidade: a escola possui dependências com acessibilidade, porém não é considerada plenamente acessível e não dispõe de sanitário acessível. Essas limitações podem comprometer a autonomia, circulação e permanência de estudantes e demais integrantes da comunidade escolar com deficiência ou mobilidade reduzida.

Causa 03 – Insuficiência e baixa diversificação de espaços pedagógicos especializados: a ausência de laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala de professores e espaço destinado ao Atendimento Educacional Especializado limita a diversificação das experiências educativas e o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes.

Causa 04 – Limitações na infraestrutura de saneamento básico da escola localizada no campo: a utilização de água de poço artesiano e de fossa, associada à inexistência de abastecimento de água tratada e de esgotamento sanitário pela rede pública, evidencia

limitações decorrentes das condições de infraestrutura e saneamento disponíveis no território rural.

Causa 05 – Fragilidades na gestão e na destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos: embora exista coleta periódica, o diagnóstico registra práticas de enterramento e outras formas de destinação dos resíduos, além da inexistência de reciclagem. Esse cenário demonstra a necessidade de fortalecer a gestão ambiental e as práticas de sustentabilidade na unidade escolar.

Causa 06 – Insuficiência da infraestrutura de conectividade para uso pedagógico: a escola possui acesso à internet, mas não conta com banda larga. Essa condição limita o acesso simultâneo a plataformas educacionais, conteúdos digitais, recursos audiovisuais e ambientes virtuais de aprendizagem.

Causa 07 – Quantidade insuficiente e baixa diversificação de equipamentos tecnológicos destinados aos estudantes: a existência de apenas quatro computadores para uso dos alunos, considerando uma escola situada na faixa de 51 a 200 matrículas, restringe o acesso simultâneo às tecnologias e exige o compartilhamento dos equipamentos. A infraestrutura tecnológica disponível também apresenta baixa diversificação.

Causa 08 – Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo: as diferentes limitações identificadas indicam a necessidade de fortalecer o planejamento articulado das políticas de infraestrutura, acessibilidade, saneamento, conectividade e recursos pedagógicos, considerando as especificidades culturais, linguísticas, territoriais e comunitárias da Educação Escolar Indígena.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Insuficiência de investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.**
- **Causa 02 – Inadequação parcial da infraestrutura escolar às condições de acessibilidade.**
- **Causa 03 – Insuficiência e baixa diversificação de espaços pedagógicos especializados.**
- **Causa 04 – Limitações na infraestrutura de saneamento básico da escola localizada no campo.**
- **Causa 05 – Fragilidades na gestão e na destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.**
- **Causa 06 – Insuficiência da infraestrutura de conectividade para uso pedagógico.**
- **Causa 07 – Quantidade insuficiente e baixa diversificação de equipamentos tecnológicos destinados aos estudantes.**
- **Causa 08 – Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 09 do PNE

TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

PROBLEMA 09:

O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA, EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO NÃO ESTÃO ASSEGURADOS.

DESCRIPTOR 01:

O município possui apenas 1 escola com oferta de Educação Escolar Indígena em 2025, pertencente à rede municipal e localizada em área rural.

DESCRIPTOR 02:

A escola indígena não apresenta acessibilidade integral e não possui sanitário com acessibilidade em 2025.

DESCRIPTOR 03:

A escola indígena não possui laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala de professores e sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado em 2025.

DESCRIPTOR 04:

A escola indígena não possui abastecimento de água tratada pela rede pública nem rede pública de esgotamento sanitário, utilizando água de poço artesiano e fossa em 2025.

DESCRIPTOR 05:

A escola indígena possui acesso à internet, porém não dispõe de banda larga e conta com apenas 4 computadores destinados ao uso dos estudantes em 2025.

CAUSA 01:

Insuficiência de Investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.

CAUSA 01:

Insuficiência de Investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.

CAUSA 01:

Insuficiência de Investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.

CAUSA 01:

Insuficiência de Investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.

CAUSA 01:

Insuficiência de Investimentos contínuos na ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da escola indígena e do campo.

CAUSA 08:

Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.

CAUSA 02:

Inadequação parcial da infraestrutura escolar às condições de acessibilidade.

CAUSA 03:

Insuficiência e baixa diversificação de espaços pedagógicos especializados.

CAUSA 04:

Limitações na infraestrutura de saneamento básico da escola localizada no campo.

CAUSA 06:

Insuficiência da infraestrutura de conectividade para uso pedagógico.

CAUSA 08:

Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.

CAUSA 08:

Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.

CAUSA 08:

Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.

CAUSA 07:

Quantidade insuficiente e baixa diversificação de equipamentos tecnológicos destinados aos estudantes.

CAUSA 08:

Fragilidade no planejamento integrado de políticas específicas para a Educação Escolar Indígena e do Campo.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Problema 10: O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS SÃO INSUFICIENTES E DESIGUAIS EM TODOS OS NÍVEIS, AS ETAPAS E AS MODALIDADES DE ENSINO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 10 – O acesso, a permanência, a oferta de Atendimento Educacional Especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) e dos estudantes público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino – fundamenta-se na análise das condições de inclusão e atendimento educacional asseguradas a esses estudantes na rede pública de ensino. Para tanto, são examinados indicadores relacionados às matrículas da Educação Especial em classes comuns, à presença de estudantes nas diferentes etapas da Educação Básica, à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à existência de escolas e turmas exclusivas e aos registros referentes à Educação Bilíngue de Surdos. A leitura articulada dessas evidências permite identificar os avanços na inclusão dos estudantes nas classes comuns, bem como as fragilidades relacionadas à oferta de serviços, recursos pedagógicos, acessibilidade e apoios especializados necessários para assegurar participação, permanência, aprendizagem, autonomia e equidade no processo educacional.

DESCRIPTORIOS¹⁰ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01:** 100% das matrículas de estudantes da Educação Especial estavam inseridas em classes comuns da rede pública em todas as etapas da Educação Básica analisadas em 2025.
- **Descritor 02:** Nenhuma escola da rede pública ofertava Atendimento Educacional Especializado (AEE) em 2025, apesar da existência de estudantes da Educação Especial matriculados em todas as etapas analisadas.
- **Descritor 03:** A rede pública possuía 7 matrículas de estudantes da Educação Especial em 2025, distribuídas entre creche, pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- **Descritor 04:** Não havia escolas com turmas exclusivas nem escolas exclusivas de Educação Especial em nenhuma das etapas da Educação Básica analisadas em 2025.
- **Descritor 05:** O Censo Escolar 2025 não apresentava registro de matrículas, escolas com turmas ou número de turmas de Educação Bilíngue de Surdos na rede pública municipal.

1) Quanto a matrículas na Educação Especial

Painel 01 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Educação Especial

¹⁰ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Educação Especial

	Dependência Administrativa				
	Pública				
	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Número total de Matrículas em Educação Especial	1	1	1	2	2
Matrículas de Educação Especial em Classes Comuns (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Escolas com, pelo menos, um estudante de Educação Especial	1	1	1	1	1
Escolas que ofertam Atendimento Educacional Especializado	0	0	0	0	0

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

A análise do Painel 01 evidencia que, em 2025, a rede pública de Engenho Velho possuía **sete matrículas de estudantes da Educação Especial**, distribuídas entre as diferentes etapas da Educação Básica: **uma matrícula na creche, uma na pré-escola, uma nos anos iniciais do Ensino Fundamental, duas nos anos finais do Ensino Fundamental e duas no Ensino Médio**.

Os dados demonstram um aspecto positivo relacionado à inclusão escolar, uma vez que **100% das matrículas da Educação Especial estavam inseridas em classes comuns em todas as etapas analisadas**. Esse resultado indica que os estudantes públicos da Educação Especial frequentavam turmas regulares, em consonância com a perspectiva da educação inclusiva. O Censo Escolar considera e acompanha a inclusão desses estudantes em classes comuns da educação básica.

Entretanto, o painel evidencia uma **fragilidade significativa na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. Apesar de haver, em cada etapa analisada, pelo menos uma escola com estudante da Educação Especial matriculado, **nenhuma escola registrava oferta de AEE em 2025**. O AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras à participação e ao acesso ao currículo, complementando ou suplementando a escolarização dos estudantes.

Em síntese, Engenho Velho assegura a inclusão dos estudantes da Educação Especial em classes comuns da rede pública, alcançando 100% de inclusão nas etapas analisadas. Contudo, a inexistência de escolas com oferta de Atendimento Educacional Especializado evidencia uma importante lacuna nas condições de apoio à inclusão escolar. O cenário aponta para a necessidade de fortalecer a organização do AEE e os recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários para assegurar participação, aprendizagem, autonomia e permanência dos estudantes público da Educação Especial.

Painel 02 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Bilíngue de surdos

	Total
Número total de Matrículas de Bílingue de Surdos	--
Escolas com, pelo menos, uma Turma Bílingue de Surdos	--
Número de turmas Bílingue de Surdos	--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

A análise do Painel 02 evidencia que, em 2025, não há registro de matrículas na Educação Bílingue de Surdos na rede pública de Engenho Velho. Da mesma forma, o painel não apresenta registro de escolas com, pelo menos, uma turma bílingue de surdos, nem de turmas organizadas especificamente para essa modalidade.

Os dados indicados por "--" devem ser interpretados como ausência de informação ou registro no indicador apresentado, não sendo tecnicamente adequado afirmar, apenas com base no painel, que o município possui estudantes surdos sem atendimento. Assim, a inexistência de oferta de Educação Bílingue de Surdos pode estar relacionada à ausência de demanda identificada e registrada no Censo Escolar em 2025.

Em síntese, os dados do Censo Escolar 2025 não registram matrículas, escolas ou turmas de Educação Bílingue de Surdos na rede pública de Engenho Velho. O cenário reforça a importância do acompanhamento contínuo da demanda educacional, de modo que, havendo estudantes surdos, sejam asseguradas condições de acesso, comunicação e aprendizagem compatíveis com suas especificidades linguísticas e educacionais.

Painel 03 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Escolas e turmas exclusivas

Escolas e Turmas Exclusivas

Dependência Administrativa

☒ Etapa
 ☐ Modalidade

Pública

1

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Escolas com, pelo menos, uma turma exclusiva de Educação Especial	0	0	0	0	0
Número de escolas exclusivas de Educação Especial	0	0	0	0	0
Número de escolas exclusivas de Bílingue de Surdos	--	--	--	--	--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

A análise do Painel 03 evidencia que, em 2025, a rede pública de Engenho Velho não possuía escolas com turmas exclusivas de Educação Especial em nenhuma das etapas analisadas, abrangendo creche, pré-escola, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Da mesma forma, o município registrava zero escolas exclusivas de Educação Especial em todas essas etapas.

Os dados estão articulados aos resultados apresentados no Painel 01, no qual 100% das matrículas de estudantes da Educação Especial encontram-se em classes comuns.

Nesse sentido, a inexistência de escolas e turmas exclusivas demonstra que a escolarização desses estudantes ocorre no ensino regular, indicando uma organização educacional orientada pela perspectiva inclusiva.

Em relação à Educação Bilíngue de Surdos, o painel apresenta o indicador "--" para todas as etapas de ensino. Esse registro indica ausência de informação ou de registro para escolas exclusivas de Educação Bilíngue de Surdos, não sendo possível concluir, exclusivamente a partir desses dados, pela existência de demanda não atendida.

Em síntese, os dados demonstram que Engenho Velho não mantém escolas ou turmas exclusivas de Educação Especial, concentrando o atendimento dos estudantes público da Educação Especial nas classes comuns. Contudo, considerando que nenhuma escola oferta Atendimento Educacional Especializado, conforme evidenciado no Painel 01, o principal desafio não está na ausência de turmas exclusivas, mas na necessidade de fortalecer os serviços, recursos pedagógicos, acessibilidade e apoios especializados necessários à efetivação da inclusão, participação e aprendizagem dos estudantes no ensino regular.

Fontes Consultadas:

Análise elaborada com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2025/INEP, disponibilizados no Painel de Contexto do Novo PAR/MEC, referentes aos indicadores de diversidade e inclusão, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação Bilíngue de Surdos e escolas e turmas exclusivas. Acesso em: 20/06/2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 10, verifica-se que Engenho Velho apresenta um avanço importante: 100% dos estudantes da Educação Especial estão matriculados em classes comuns. Contudo, o diagnóstico evidencia que nenhuma escola oferta Atendimento Educacional Especializado (AEE), embora existam sete matrículas da Educação Especial distribuídas pelas diferentes etapas da Educação Básica. O próprio documento identifica como desafio o fortalecimento dos serviços, recursos pedagógicos, acessibilidade e apoios especializados.

Com base nas evidências do arquivo, identifiquei as seguintes possíveis causas do Problema 10:

Causa 01 – Ausência de organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública: apesar da presença de estudantes da Educação Especial em todas as etapas analisadas, nenhuma escola oferta AEE. Essa é a causa mais diretamente evidenciada pelo diagnóstico e representa uma lacuna na estrutura de apoio à inclusão escolar.

Causa 02 – Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes: a inclusão em classes comuns não garante, isoladamente, o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. A ausência de AEE indica fragilidade na disponibilização de apoios destinados à eliminação das barreiras de participação e acesso ao currículo.

Causa 03 – Insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade voltados às necessidades específicas dos estudantes: o documento aponta a necessidade de fortalecer

recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de favorecer a participação, a aprendizagem, a autonomia e a permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Causa 04 – Fragilidade no planejamento e na estruturação de uma política de AEE articulada ao ensino regular: o fato de 100% dos estudantes estarem em classes comuns, enquanto nenhuma escola oferta AEE, demonstra uma possível fragilidade na articulação entre a inclusão na classe regular e a oferta de atendimento educacional complementar ou suplementar.

Causa 05 – Insuficiência de profissionais especializados para organização e desenvolvimento do AEE: a inexistência da oferta de AEE pode estar relacionada à ausência ou insuficiência de profissionais com formação específica para desenvolver o atendimento especializado. Esta causa é possível, mas deve ser validada pela Comissão Gestora Municipal, pois o documento não apresenta dados quantitativos sobre profissionais especializados.

Causa 06 – Insuficiência de espaços e estruturas adequadas para a oferta do Atendimento Educacional Especializado: a organização do AEE demanda condições estruturais e recursos adequados. A inexistência do atendimento pode estar relacionada à ausência de espaços organizados para essa finalidade. Essa causa também necessita de validação municipal, pois o arquivo não apresenta levantamento completo das salas de recursos multifuncionais.

Causa 07 – Fragilidade na identificação, acompanhamento e monitoramento das necessidades educacionais específicas dos estudantes: a distribuição de estudantes da Educação Especial por todas as etapas exige acompanhamento sistemático das barreiras, necessidades de apoio e condições de aprendizagem, de modo a planejar respostas educacionais individualizadas e articuladas entre professores, gestão e serviços especializados.

Causa 08 – Ausência de demanda identificada e registrada para a Educação Bilíngue de Surdos: o Censo Escolar 2025 não registra matrículas, escolas ou turmas de Educação Bilíngue de Surdos. O próprio documento destaca que não é possível concluir pela existência de demanda não atendida, indicando a necessidade de acompanhamento contínuo para identificação de eventual demanda.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Ausência de organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública.**
- **Causa 02 – Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes.**
- **Causa 03 – Insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade voltados às necessidades específicas dos estudantes.**
- **Causa 04 – Fragilidade no planejamento e na estruturação de uma política de AEE articulada ao ensino regular.**
- **Causa 05 – Insuficiência de espaços e estruturas adequadas para a oferta do AEE.**
- **Causa 06 – Fragilidade na identificação, acompanhamento e monitoramento das necessidades educacionais específicas dos estudantes.**

- **Causa 07 – Ausência de demanda identificada e registrada para a Educação Bilíngue de Surdos.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 10 do PME

TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

PROBLEMA 10:

O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS SÃO INSUFICIENTES E DESIGUAIS EM TODOS OS NÍVEIS, AS ETAPAS E AS MODALIDADES DE ENSINO.

DESCRIPTOR 01:

100% das matrículas de estudantes da Educação Especial estavam inseridas em classes comuns da rede pública em todas as etapas da Educação Básica analisadas em 2025.

CAUSA 01:

Ausência de organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública.

CAUSA 02:

Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes.

CAUSA 03:

Insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade voltados às necessidades específicas dos estudantes.

CAUSA 04:

Fragilidade no planejamento e na estruturação de uma política de AEE articulada ao ensino regular.

DESCRIPTOR 02:

Nenhuma escola da rede pública ofertava Atendimento Educacional Especializado (AEE) em 2025, apesar da existência de estudantes da Educação Especial matriculados em todas as etapas analisadas.

CAUSA 01:

Ausência de organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública.

CAUSA 02:

Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes.

CAUSA 03:

Insuficiência de profissionais especializados para organização e desenvolvimento do AEE.

CAUSA 04:

Insuficiência de espaços e estruturas adequadas para a oferta do AEE.

DESCRIPTOR 03:

A rede pública possuía 7 matrículas de estudantes da Educação Especial em 2025, distribuídas entre creche, pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

CAUSA 01:

Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes.

CAUSA 02:

Insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade voltados às necessidades específicas dos estudantes.

CAUSA 03:

Fragilidade na identificação, acompanhamento e monitoramento das necessidades educacionais específicas dos estudantes.

DESCRIPTOR 04:

Não havia escolas com turmas exclusivas nem escolas exclusivas de Educação Especial em nenhuma das etapas da Educação Básica analisadas em 2025.

CAUSA 01:

Insuficiência de serviços e apoios especializados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes.

CAUSA 02:

Fragilidade no planejamento e na estruturação de uma política de AEE articulada ao ensino regular.

CAUSA 03:

Insuficiência de espaços e estruturas adequadas para a oferta do AEE.

DESCRIPTOR 05:

O Censo Escolar 2025 não apresentava registro de matrículas, escolas com turmas ou número de turmas de Educação Bilíngue de Surdos na rede pública municipal.

CAUSA 01:

Fragilidade na identificação, acompanhamento e monitoramento das necessidades educacionais específicas dos estudantes.

CAUSA 02:

Ausência de demanda identificada e registrada para a Educação Bilíngue de Surdos.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Problema 11: GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 11 – Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio – fundamenta-se na análise das condições de escolarização da população jovem, adulta e idosa do município e das oportunidades educacionais destinadas à elevação de sua escolaridade. Para tanto, são examinados indicadores relacionados ao nível de instrução da população com 18 anos ou mais, à taxa de analfabetismo e à existência de oferta e matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A leitura articulada dessas evidências permite identificar as desigualdades e lacunas existentes entre a demanda potencial por alfabetização e continuidade dos estudos e a oferta educacional disponível no território, evidenciando os desafios para assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica às pessoas que não tiveram garantido esse direito na idade adequada.

DESCRIPTORIOS¹¹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 0% das escolas com atendimento a EJA em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 0 matrículas na EJA em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: 504 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1.296 pessoas no total em 2022.**
- ➔ **Descritor 04: 154 pessoas com ensino médio incompleto em 2022.**
- ➔ **Descritor 05: Taxa de analfabetismo de 8,16% em 2022.**

1) Dados gerais municipais relacionados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																																			
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)																																			
Município - Engenho Velho (RS)																																			
Cor ou raça - Total																																			
Ano - 2022																																			
Sexo	Nível de instrução x Grupo de idade																																		
	Sem instrução e fundamental incompleto															Fundamental completo e médio incompleto																			
	Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais	Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos
Total	504	16	6	9	488	305	18	21	32	38	40	53	41	63	183	44	48	36	55	153	37	10	27	116	110	13	14	17	9	15	8	22	12	6	-
Homens	232	9	5	4	222	148	9	9	13	18	23	29	14	33	74	22	20	16	16	85	15	4	11	70	68	10	10	11	3	10	5	11	8	2	-
Mulheres	272	6	1	5	266	157	9	12	19	20	17	23	27	30	109	22	28	20	39	68	22	6	16	47	42	3	4	7	6	4	3	11	4	5	-
Fonte: IBGE - Censo Demográfico																																			

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados da Tabela 10061 do Censo Demográfico 2022 evidencia que 504 pessoas de 18 anos ou mais de idade foram contabilizadas no recorte apresentado

¹¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

para o município de Engenho Velho. Desse total, 232 eram homens (46,0%) e 272 mulheres (54,0%), demonstrando predominância feminina entre a população analisada.

Quanto aos grupos de idade, observa-se maior concentração da população adulta nas faixas etárias intermediárias e mais avançadas, com quantitativos expressivos entre 40 e 64 anos. Também se destaca a presença significativa de pessoas com 65 anos ou mais, evidenciando a participação da população idosa no conjunto analisado. Entre os grupos mais jovens, de 18 a 24 anos, os quantitativos são comparativamente menores.

Na análise por sexo, as mulheres apresentam maior participação no total da população analisada. Essa predominância também é observada em diferentes grupos etários, especialmente entre as idades mais avançadas, aspecto que deve ser considerado no planejamento de políticas educacionais destinadas à população jovem, adulta e idosa.

Em relação à cor ou raça, o painel apresentado está selecionado na categoria “Total”. Portanto, os dados visualizados não permitem identificar diferenças entre grupos de cor ou raça. Para uma análise específica das desigualdades raciais, torna-se necessário consultar separadamente as categorias disponibilizadas pelo IBGE.

Em síntese, os dados evidenciam uma população de 18 anos ou mais marcada pela predominância feminina e pela expressiva presença de adultos e idosos. Esse perfil reforça a importância de considerar idade e sexo no planejamento das políticas educacionais, especialmente nas ações de Educação de Jovens e Adultos, busca ativa e elevação da escolaridade. A dimensão de cor ou raça necessita de desagregação específica dos dados para permitir a identificação de possíveis desigualdades educacionais entre os diferentes grupos populacionais.

Painel 01 – Indicadores socioeconômicos/taxa de analfabetismo

Indicadores Socioeconômicos			
	Engenho Velho	Rio Grande do Sul	Brasil
PIB Bruto	R\$ 73.213,19	R\$ 581.283.677,31	R\$ 9.012.142.000,00
PIB per capita	R\$ 78.554,93	R\$ 57.487,88	R\$ 33.871,00
IDH	0,72	0,77	0,76
Taxa de Analfabetismo ¹	8,16%	3,21%	7,52%

Fontes: Produto Interno Bruto dos Municípios 2021/IBGE; Taxa de analfabetismo - Censo Demográfico 2022/IBGE; IDH - Atlas de Desenvolvimento Humano 2010/PNUD

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise do Painel 01 evidencia que Engenho Velho apresentava taxa de analfabetismo de 8,16%, percentual superior ao registrado no Rio Grande do Sul, de 3,21%, e também acima da média brasileira, de 7,52%. O indicador demonstra uma fragilidade educacional relevante no município, especialmente quando comparado ao contexto estadual.

Embora Engenho Velho apresente PIB per capita de R\$ 78.554,93, valor superior ao do Rio Grande do Sul (R\$ 57.487,88) e do Brasil (R\$ 33.871,00), essa condição econômica não se reflete, na mesma proporção, na redução do analfabetismo. Os dados sugerem que a disponibilidade de riqueza econômica no território, isoladamente, não garante a superação das desigualdades de acesso, permanência e conclusão da escolarização.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o município registra 0,72, resultado inferior ao indicador estadual, de 0,77, e ao nacional, de 0,76. A associação entre menor IDH e elevada taxa de analfabetismo evidencia desafios relacionados ao desenvolvimento humano e à escolarização da população, demandando atenção específica às pessoas que não tiveram assegurado o direito à alfabetização na idade adequada.

Em síntese, Engenho Velho apresenta uma taxa de analfabetismo preocupante, superior às médias estadual e nacional, apesar do elevado PIB per capita. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer estratégias de identificação e busca ativa da população não alfabetizada, ampliar as oportunidades de acesso à Educação de Jovens e Adultos e desenvolver políticas intersetoriais que favoreçam o ingresso, a permanência e a conclusão da escolarização.

Painel 02 – Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

Distribuição das matrículas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

Dependência Administrativa
Pública

	Urbana	Campo	Indígena	Quilombola	Total
Matrículas em EJA EF	0	0	0	0	0
Matrículas em EJA EM	0	0	0	0	0
Matrículas de EJA integradas ao EPT	0	0	0	0	0
Matrículas de EJA no Sistema Prisional	0	0	0	0	0

Fonte: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise do Painel 02 evidencia que, em 2025, a rede pública de Engenho Velho não registrava matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O número de matrículas era zero tanto na EJA do Ensino Fundamental quanto na EJA do Ensino Médio, abrangendo as categorias urbana, campo, indígena e quilombola.

Da mesma forma, o município apresentava 0 matrícula de EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nenhuma matrícula de EJA no sistema prisional. Os dados demonstram, portanto, a ausência de oferta ou de matrículas registradas na modalidade EJA no território municipal em 2025.

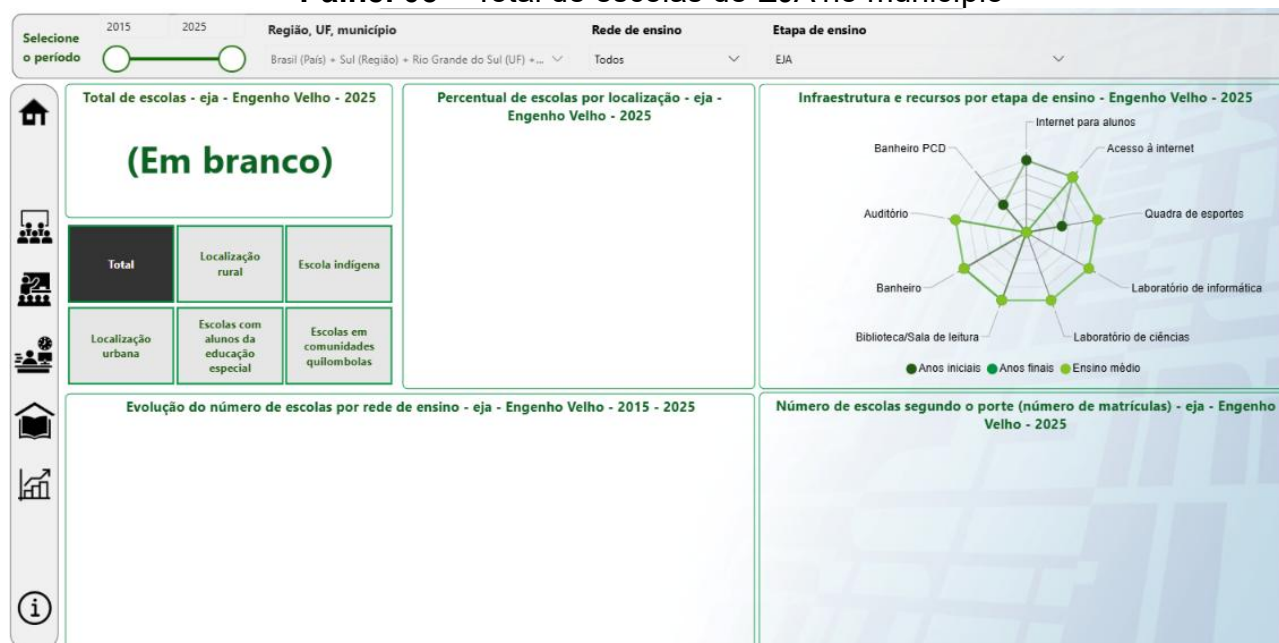
Esse cenário torna-se especialmente relevante quando relacionado à taxa de analfabetismo de 8,16% registrada no município, superior às taxas do Rio Grande do Sul (3,21%) e do Brasil (7,52%). A coexistência de uma taxa significativa de analfabetismo e de zero matrícula na EJA evidencia uma possível distância entre a demanda educacional existente e o acesso da população jovem, adulta e idosa às oportunidades de alfabetização e continuidade da escolarização.

Em síntese, os dados evidenciam uma importante fragilidade na garantia do direito à educação da população jovem, adulta e idosa de Engenho Velho. A inexistência de matrículas na EJA, associada à elevada taxa de analfabetismo, reforça a necessidade de identificar a demanda real por meio de diagnóstico e busca ativa, compreender as barreiras

que dificultam o ingresso e a permanência e estruturar estratégias de oferta da EJA adequadas às características sociais, territoriais e às condições de vida e trabalho da população.

2) Quanto as escolas de EJA

Painel 05 – Total de escolas de EJA no município



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise do Painel 05 evidencia que, em 2025, Engenho Velho não possuía escolas com oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) registradas no Censo Escolar. O indicador referente ao total de escolas aparece “em branco”, e os gráficos de localização, evolução do número de escolas e porte das unidades não apresentam registros para a modalidade.

A ausência de escolas com oferta de EJA está diretamente relacionada aos dados apresentados anteriormente, que demonstram zero matrícula na EJA do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em 2025. Assim, os indicadores revelam que não havia oferta educacional ativa da modalidade no território municipal naquele ano.

Esse cenário assume maior relevância quando confrontado com a taxa de analfabetismo de 8,16% do município, superior às taxas do Rio Grande do Sul (3,21%) e do Brasil (7,52%). A inexistência de escolas ofertantes e de matrículas em EJA evidencia uma possível desarticulação entre as necessidades educacionais da população jovem, adulta e idosa e a organização da oferta pública destinada à elevação da escolaridade.

Em síntese, os dados demonstram a ausência de oferta escolar de EJA em Engenho Velho em 2025. Considerando os indicadores de analfabetismo e a existência de população adulta com trajetórias de escolarização incompletas, torna-se necessário fortalecer o diagnóstico da demanda, a busca ativa e o planejamento de estratégias de oferta flexíveis e territorialmente adequadas, capazes de assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica pela população jovem, adulta e idosa.

Fontes Consultadas:

- IBGE – Censo Demográfico 2022 (SIDRA – Tabela 10061);
- Novo PAR/MEC – Painel de Indicadores Socioeconômicos;
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica;
- INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 11 – Educação de Jovens e Adultos, verifica-se um cenário crítico: em 2025, Engenho Velho apresentava 0% de escolas com atendimento à EJA e zero matrículas, enquanto os dados de 2022 registravam 504 pessoas com 18 anos ou mais sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, 154 com Ensino Médio incompleto e taxa de analfabetismo de 8,16%. O próprio diagnóstico identifica uma possível distância entre a demanda educacional e a oferta existente.

Com base nessas evidências, identifico as seguintes possíveis causas do Problema 11:

Causa 01 – Ausência de oferta ativa da Educação de Jovens e Adultos no município: a inexistência de escolas com atendimento à EJA e de matrículas na modalidade constitui a causa mais diretamente evidenciada no diagnóstico, limitando as oportunidades de retorno à escolarização para jovens, adultos e idosos.

Causa 02 – Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA: embora exista um contingente expressivo de pessoas com baixa escolaridade e uma taxa de analfabetismo de 8,16%, não há matrículas na modalidade. Essa diferença indica possível insuficiência de mecanismos sistemáticos para identificar quem são, onde estão e quais são as necessidades educacionais dessas pessoas.

Causa 03 – Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população não alfabetizada e com escolarização incompleta: o próprio documento destaca a necessidade de fortalecer estratégias de identificação e busca ativa. A ausência dessas ações pode dificultar a aproximação da população potencialmente demandante com a rede de ensino.

Causa 04 – Fragilidade no planejamento de estratégias flexíveis e territorialmente adequadas de oferta da EJA: as características da população adulta e idosa exigem formas de oferta adequadas às condições sociais, territoriais e de vida e trabalho. A inexistência de oferta pode estar relacionada à dificuldade de estruturar horários, organização pedagógica e estratégias compatíveis com esse público.

Causa 05 – Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta: o diagnóstico reconhece a necessidade de compreender as barreiras que dificultam o ingresso e a permanência. Jornadas de trabalho, responsabilidades familiares, deslocamento e outras condições sociais podem interferir no retorno e na continuidade dos estudos, embora essas barreiras específicas precisem ser confirmadas por levantamento municipal.

Causa 06 – Insuficiente articulação intersetorial para enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade: a elevada taxa de analfabetismo demanda ações articuladas entre educação, assistência social, saúde e demais políticas públicas para localizar, mobilizar e acompanhar a população que não concluiu a Educação Básica.

Causa 07 – Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA: a coexistência de elevado contingente de pessoas com

escolarização incompleta e zero matrícula na EJA evidencia uma possível desconexão entre as necessidades educacionais da população e a organização da oferta pública no território.

Causa 08 – Insuficiência de estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo ao retorno à escolarização: a ausência de matrículas também pode estar associada à necessidade de ampliar ações de divulgação e mobilização que demonstrem à população as possibilidades e a importância da retomada dos estudos.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Ausência de oferta ativa da Educação de Jovens e Adultos no município.**
- **Causa 02 – Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA.**
- **Causa 03 – Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população não alfabetizada e com escolarização incompleta.**
- **Causa 04 – Fragilidade no planejamento de estratégias flexíveis e territorialmente adequadas de oferta da EJA.**
- **Causa 05 – Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta.**
- **Causa 06 – Insuficiente articulação intersetorial para enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade.**
- **Causa 07 – Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA.**
- **Causa 08 – Insuficiência de estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo ao retorno à escolarização.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 11 do PME

TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROBLEMA 11:

GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

DESCRIPTOR 01:

0% das escolas com atendimento a EJA em 2025.

CAUSA 01:

Ausência de oferta ativa da Educação de Jovens e Adultos no município.

CAUSA 02:

Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA.

CAUSA 04:

Fragilidade no planejamento de estratégias flexíveis e territorialmente adequadas de oferta da EJA.

CAUSA 07:

Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA.

DESCRIPTOR 02:

0 de matrículas na EJA em 2025.

CAUSA 01:

Ausência de oferta ativa da Educação de Jovens e Adultos no município.

CAUSA 03:

Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população não alfabetizada e com escolarização incompleta.

CAUSA 05:

Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta.

CAUSA 08:

Insuficiência de estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo ao retorno à escolarização.

DESCRIPTOR 03:

504 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1.296 pessoas no total em 2022.

CAUSA 02:

Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA.

CAUSA 03:

Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população não alfabetizada e com escolarização incompleta.

CAUSA 05:

Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta.

CAUSA 06:

Insuficiente articulação intersetorial para enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade.

CAUSA 07:

Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA.

DESCRIPTOR 04:

154 pessoas com ensino médio incompleto em 2022.

CAUSA 02:

Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA.

CAUSA 03:

Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população com escolarização incompleta.

CAUSA 04:

Fragilidade no planejamento de estratégias flexíveis e territorialmente adequadas de oferta da EJA.

CAUSA 05:

Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta.

CAUSA 07:

Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA.

CAUSA 08:

Insuficiência de estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo ao retorno à escolarização.

DESCRIPTOR 05:

Taxa de analfabetismo de 8,16% em 2022.

CAUSA 02:

Fragilidade na identificação e no diagnóstico da demanda potencial pela EJA.

CAUSA 03:

Insuficiência de ações permanentes de busca ativa da população não alfabetizada.

CAUSA 05:

Barreiras relacionadas às condições de vida e trabalho da população jovem e adulta.

CAUSA 06:

Insuficiente articulação intersetorial para enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade.

CAUSA 07:

Desarticulação entre a demanda educacional existente e a organização da oferta pública de EJA.

CAUSA 08:

Insuficiência de estratégias de mobilização, sensibilização e incentivo ao retorno à escolarização.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 12: ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), ESPECIALMENTE ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NEGRAS, DO CAMPO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 12 – Acesso e permanência desiguais e insuficientes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social, negras, do campo e de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento – fundamenta-se na análise das condições de oferta e das oportunidades de acesso à formação técnica e profissional disponíveis à população do município. Para tanto, são examinados indicadores relacionados à existência de escolas com oferta de Educação Profissional e Tecnológica, às matrículas do Ensino Médio articuladas à formação técnica e às iniciativas municipais de apoio ao deslocamento de estudantes para instituições localizadas em outros municípios. A leitura articulada dessas evidências permite identificar as limitações da oferta local e as barreiras territoriais de acesso à EPT, bem como analisar os esforços desenvolvidos pelo município para favorecer a permanência e a continuidade dos estudos, evidenciando os desafios para ampliar, de forma equitativa, as oportunidades de formação profissional e tecnológica.

DESCRITORES¹² DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.**
- ➔ **Descritor 02: 0 matrículas do ensino médio articulado ao itinerário – curso técnico em 2025 no município.**
- ➔ **Descritor 03: 05 estudantes estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar a educação profissional e tecnológica.**

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica

¹² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise do Painel 02 evidencia que, em 2025, Engenho Velho não possuía escolas com oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) registradas no Censo Escolar. O indicador referente ao total de escolas aparece “em branco”, e os gráficos relacionados à localização, evolução do número de escolas por rede de ensino e porte das unidades não apresentam dados para a Educação Profissional.

A inexistência de escolas ofertantes no território municipal demonstra uma limitação no acesso local à Educação Profissional e Tecnológica. Nesse cenário, os estudantes interessados em formação técnica e profissional podem depender de oportunidades ofertadas em outros municípios, instituições regionais ou diferentes formas de oferta educacional, aspecto que pode representar barreiras relacionadas ao deslocamento e à continuidade dos estudos.

Embora o painel apresente um gráfico de infraestrutura e recursos por etapa de ensino, não é tecnicamente adequado atribuir esses indicadores a escolas de Educação Profissional do município, uma vez que o próprio painel não registra estabelecimentos ofertantes de EPT em 2025.

Em síntese, os dados evidenciam a ausência de escolas com oferta de Educação Profissional e Tecnológica em Engenho Velho em 2025. Esse cenário aponta para a necessidade de analisar a demanda local por formação profissional, fortalecer a articulação com instituições e redes ofertantes e planejar estratégias que ampliem as oportunidades de acesso à EPT, considerando as características territoriais, sociais e econômicas do município.

2) Outras iniciativas de apoio a educação profissional e tecnológica

Com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, fortalecer a permanência dos estudantes em seus cursos e promover a qualificação da mão de obra local, o município disponibiliza transporte aos munícipes matriculados em instituições de educação profissional e tecnológica localizadas em municípios da região, como Sertão e Frederico Westphalen para cursar outros cursos não oferecidos no município. Essa política

pública representa um importante investimento no desenvolvimento humano, social e econômico do município, ao reduzir os custos de deslocamento, minimizar barreiras de acesso à formação técnica e profissional e criar condições mais favoráveis para a continuidade dos estudos, a conclusão dos cursos e a inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

- **Número de estudantes transportados: 05**
- **Ano: 2026**
- **Municípios de destino: Sertão e Frederico Westphalen.**

Fontes Consultadas:

- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2025.** Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Dados sobre infraestrutura escolar, número de escolas, matrículas, docentes e Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica.** Indicadores da Educação Profissional e Tecnológica por rede, etapa de ensino, infraestrutura e matrículas. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, municípios de destino e demais informações do programa de apoio ao transporte estudantil, 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 12, verifica-se que o principal desafio de Engenho Velho está na ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em 2025, o município não possuía escolas com EPT nem matrículas do Ensino Médio articuladas a curso técnico. Ao mesmo tempo, cinco estudantes dependiam de transporte para Sertão e Frederico Westphalen, em 2026, para acessar cursos não ofertados no município.

Com base nas evidências do diagnóstico, identifiquei as seguintes possíveis causas do Problema 12:

Causa 01 – Ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica: a inexistência de escolas com oferta de EPT no território limita diretamente as oportunidades de acesso à formação técnica e profissional.

Causa 02 – Ausência de articulação do Ensino Médio com itinerários de formação técnica e profissional: o registro de zero matrícula do Ensino Médio articulada a curso técnico evidencia fragilidade na integração entre a formação escolar e a Educação Profissional e Tecnológica.

Causa 03 – Insuficiência de planejamento para implantação ou expansão da oferta de EPT no território municipal: o diagnóstico aponta a necessidade de analisar a demanda local e planejar estratégias de ampliação das oportunidades de formação profissional, considerando as características sociais, econômicas e territoriais do município.

Causa 04 – Fragilidade na articulação com instituições e redes regionais ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica: embora estudantes frequentem cursos em outros

municípios, os dados indicam a necessidade de fortalecer parcerias e articulações institucionais capazes de ampliar e diversificar as oportunidades de acesso à EPT.

Causa 05 – Dependência de oferta educacional localizada em outros municípios: a inexistência de cursos locais faz com que estudantes dependam das oportunidades disponíveis em Sertão, Frederico Westphalen e outros municípios da região.

Causa 06 – Barreiras territoriais e de deslocamento para acesso e permanência na EPT: a necessidade de transporte intermunicipal evidencia a distância territorial entre os estudantes e as instituições ofertantes. Embora o município disponibilize transporte, o deslocamento permanece como uma condição necessária para acessar a formação profissional.

Causa 07 – Insuficiência de diagnóstico sistemático da demanda local por cursos técnicos e profissionais: o documento evidencia a necessidade de identificar as demandas de formação profissional da população e sua relação com as características econômicas e produtivas do território.

Causa 08 – Baixa diversificação das oportunidades de formação técnica e profissional acessíveis aos estudantes do município: a dependência de cursos ofertados em instituições externas pode limitar a diversidade de áreas de formação disponíveis e a adequação das oportunidades aos interesses dos estudantes e às demandas locais.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica.**
- **Causa 02 – Ausência de articulação do Ensino Médio com itinerários de formação técnica e profissional.**
- **Causa 03 – Insuficiência de planejamento para implantação ou expansão da oferta de EPT no território municipal.**
- **Causa 04 – Fragilidade na articulação com instituições e redes regionais ofertantes de EPT.**
- **Causa 05 – Dependência de oferta educacional localizada em outros municípios.**
- **Causa 06 – Barreiras territoriais e de deslocamento para acesso e permanência na EPT.**
- **Causa 07 – Insuficiência de diagnóstico sistemático da demanda local por cursos técnicos e profissionais.**
- **Causa 08 – Baixa diversificação das oportunidades de formação técnica e profissional acessíveis aos estudantes do município.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 12 do PME

TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROBLEMA 12:

ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), ESPECIALMENTE ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NEGRAS, DO CAMPO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.

DESCRIPTOR 01:

0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.

DESCRIPTOR 02:

0 matrículas do ensino médio articulado ao itinerário – curso técnico em 2025 no município.

DESCRIPTOR 03:

05 estudantes estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar a educação profissional e tecnológica.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de Educação Profissional e Tecnológica.

CAUSA 03:

Insuficiência de planejamento para implantação ou expansão da oferta de EPT no território municipal.

CAUSA 02:

Ausência de articulação do Ensino Médio com itinerários de formação técnica e profissional.

CAUSA 05:

Dependência de oferta educacional localizada em outros municípios.

CAUSA 04:

Fragilidade na articulação com instituições e redes regionais ofertantes de EPT.

CAUSA 03:

Insuficiência de planejamento para implantação ou expansão da oferta de EPT no território municipal.

CAUSA 06:

Barreiras territoriais e de deslocamento para acesso e permanência na EPT.

CAUSA 07:

Insuficiência de diagnóstico sistemático da demanda local por cursos técnicos e profissionais.

CAUSA 08:

Baixa diversificação das oportunidades de formação técnica e profissional acessíveis aos estudantes do município.

CAUSA 08:

Baixa diversificação das oportunidades de formação técnica e profissional acessíveis aos estudantes do município.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 13: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ENFRENTA DESAFIOS QUANTO À QUALIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTAS E QUANTO À APRENDIZAGEM DOS SABERES ADEQUADOS AO MUNDO DO TRABALHO EM RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no município tem como objetivo identificar as condições de oferta dessa modalidade de ensino e sua capacidade de atender às demandas de formação técnica e profissional da população. Para isso, são considerados indicadores relacionados à existência de instituições ofertantes, número de matrículas e demais informações provenientes das bases oficiais do Ministério da Educação e do Censo Escolar. A compreensão desses dados permite avaliar o grau de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no território, evidenciar lacunas na oferta e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, ao fortalecimento da qualidade da formação e à articulação entre educação, desenvolvimento local e as demandas do mundo do trabalho.

DESCRIPTORIORES¹³ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01: 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025.**
- **Descritor 02: 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025.**

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

Etapas e modalidades de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	10	54
Pré-escola	2	6	33
Anos iniciais	3	29	126
Anos finais	2	23	84
Ensino médio regular	1	8	57
EJA	0	0	0
Educação especial	4	-	22
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	57	354

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)
¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

¹³ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados demonstra que o município não possui oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pois 0% das escolas de ensino médio oferecem essa modalidade e não há matrículas registradas em 2025. Esse cenário evidencia uma limitação significativa para a formação técnica da população e para o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do mundo do trabalho.

A inexistência da EPT compromete a qualificação profissional dos estudantes, reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e limita o desenvolvimento econômico local. Assim, o principal desafio do município consiste em ampliar a oferta dessa modalidade por meio de parcerias com instituições formadoras e da implementação de políticas públicas que garantam acesso a uma educação profissional de qualidade.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Dados de infraestrutura escolar, matrículas, taxas de aprovação, abandono, distorção idade-série, escolaridade docente e educação profissional e tecnológica. Acesso em: 23 jun. 2026.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022 – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 10061. Dados demográficos utilizados para contextualização do diagnóstico.
- Ministério da Educação (MEC). Painel de Indicadores do Novo PAR – indicadores educacionais utilizados para subsidiar a análise da oferta da Educação Profissional e Tecnológica.
- Ministério da Educação (MEC). Painel "Aqui Tem MEC" – indicadores educacionais oficiais utilizados como apoio à caracterização do contexto educacional.

15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema 14: BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, COM ÊNFASE NAS ELEVADAS DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, DE SEXO, LINGUÍSTICAS, SITUAÇÕES DE DEFICIÊNCIA E SUAS INTERSECCIONALIDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 14 – Baixo percentual da população com graduação completa, com ênfase nas elevadas desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, de sexo, linguísticas, situações de deficiência e suas interseccionalidades no acesso, na permanência e na conclusão da graduação – fundamenta-se na análise do nível de instrução da população de 18 anos ou mais e das condições existentes no território para o acesso e a continuidade dos estudos na Educação Superior. Para tanto, são examinados indicadores relacionados ao percentual da população com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, à conclusão da graduação, às desigualdades por sexo e cor ou raça, à existência de Instituições de Ensino Superior no município e às iniciativas municipais de apoio ao deslocamento e à permanência dos estudantes universitários. A leitura articulada dessas evidências permite identificar as barreiras territoriais e as desigualdades presentes nas trajetórias de acesso e conclusão da graduação, bem como os esforços desenvolvidos pelo município para ampliar as oportunidades de formação superior e reduzir as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

DESCRITORES¹⁴ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 22,18% da população com ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.**
- ➔ **Descritor 02: 9,10% da população com ensino superior completo em 2022.**
- ➔ **Descritor 03: 20 universitários estão sendo transportadas a outras cidades do Estado para frequentar o ensino superior em 2026.**

1) Dados gerais municipais sobre a população com graduação

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

¹⁴ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Engenho Velho (RS)				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Sexo	Nível de instrução			
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Total	504	153	212	87
Homens	232	85	114	25
Mulheres	272	68	98	63
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise da Tabela 01 evidencia expressiva concentração da população de 18 anos ou mais nos níveis mais baixos de escolaridade em Engenho Velho. Em 2022, 504 pessoas não possuíam instrução ou tinham o Ensino Fundamental incompleto, constituindo o maior grupo entre os níveis de instrução apresentados. Esse resultado demonstra a existência de um contingente significativo da população adulta que não concluiu a etapa fundamental da Educação Básica.

Além disso, 153 pessoas possuíam Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, enquanto 212 apresentavam Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto. Apenas 87 pessoas possuíam Ensino Superior completo, evidenciando uma redução expressiva do contingente populacional à medida que se avança para os níveis mais elevados de escolarização. Os dados demonstram, portanto, desafios tanto relacionados à conclusão da Educação Básica quanto à ampliação do acesso e da conclusão da Educação Superior.

A análise por sexo revela diferenças importantes. Entre os homens, 232 estavam no grupo sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, 85 possuíam Fundamental completo e Médio incompleto, 114 tinham Ensino Médio completo e Superior incompleto e apenas 25 apresentavam Ensino Superior completo. Entre as mulheres, os quantitativos eram, respectivamente, 272, 68, 98 e 63 pessoas. Destaca-se que as mulheres representam a maior parcela da população com graduação completa, correspondendo a aproximadamente 72% das pessoas com Ensino Superior completo, enquanto os homens representam cerca de 28%.

Os resultados evidenciam uma desigualdade de escolarização entre homens e mulheres nos níveis mais elevados de ensino, com maior presença feminina entre as pessoas com graduação concluída. Por outro lado, o elevado número de mulheres e homens sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto demonstra que a baixa escolaridade permanece como um desafio relevante para ambos os sexos.

Em síntese, os dados do Censo Demográfico 2022 demonstram que Engenho Velho possui um expressivo contingente de pessoas adultas com baixa escolaridade e um reduzido número de pessoas com Ensino Superior completo. O cenário reforça a necessidade de políticas voltadas à elevação da escolaridade da população, à retomada e conclusão da Educação Básica e à ampliação das condições de acesso, permanência e

conclusão da graduação. A diferença observada entre homens e mulheres no Ensino Superior também indica a necessidade de considerar as desigualdades por sexo no planejamento das políticas educacionais municipais.

Tabela 02 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução – ensino médio completo e superior incompleto

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																			
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)																			
Município - Engenho Velho (RS)																			
Ano - 2022																			
Nível de instrução - Médio completo e superior incompleto																			
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																	
		18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Branca	29	2	27	131	126	28	24	23	16	10	16	6	2	4	2	2	-	-
	Preta	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1	-	1	3	3	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	24	6	18	23	23	9	3	1	2	5	3	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Branca	17	2	15	72	68	20	13	9	7	8	7	2	1	4	2	2	-	-
	Preta	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1	-	1	3	3	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	7	2	5	12	12	5	1	-	1	3	2	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Branca	12	-	12	58	58	8	11	14	9	2	9	4	1	-	-	-	-	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	17	4	13	11	11	4	2	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise da Tabela 02 evidencia que, em 2022, 212 pessoas com 18 anos ou mais de idade em Engenho Velho possuíam Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto. Esse contingente representa uma população que concluiu a Educação Básica, mas ainda não alcançou a conclusão da graduação, constituindo um público relevante para as políticas de ampliação do acesso, permanência e conclusão da Educação Superior.

Quanto à cor ou raça, observa-se predominância da população branca, com 160 pessoas, seguida pela população indígena, com 47 pessoas. A população parda contabilizava 4 pessoas e a população preta, 1 pessoa, não havendo registro na categoria amarela. Destaca-se, especialmente, a expressiva participação da população indígena, que representa aproximadamente 22,2% das pessoas com Ensino Médio completo e Superior incompleto, indicando a necessidade de considerar as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas dessa população nas políticas de acesso ao Ensino Superior.

Em relação à idade, os dados demonstram presença significativa de jovens entre 18 e 24 anos, especialmente entre as populações branca e indígena. Contudo, também há expressivo contingente de pessoas com 25 anos ou mais nessa condição de escolaridade, evidenciando que a demanda potencial pelo Ensino Superior não se restringe aos jovens que concluíram recentemente o Ensino Médio, alcançando também a população adulta.

Na análise por sexo, 114 homens e 98 mulheres possuíam Ensino Médio completo e Superior incompleto. Entre os homens, destaca-se a presença de 72 pessoas brancas e 12 indígenas com 25 anos ou mais. Entre as mulheres, registram-se 58 mulheres brancas e 11 indígenas com 25 anos ou mais. Os dados demonstram que homens e mulheres

apresentam demanda potencial para continuidade da trajetória educacional em nível superior.

Em síntese, Engenho Velho possui um contingente expressivo de 212 pessoas que concluíram o Ensino Médio, mas não possuem Ensino Superior completo. A predominância da população branca e a significativa participação da população indígena, associadas à presença de jovens e adultos nessa condição, reforçam a necessidade de ampliar estratégias de acesso e permanência na graduação. Políticas de transporte universitário, apoio estudantil, parcerias com instituições de Ensino Superior, ampliação de polos de Educação a Distância e ações específicas de inclusão da população indígena podem contribuir para elevar o percentual de pessoas com graduação completa no município.

Tabela 03 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução superior completo

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça																			
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)																			
Município - Engenho Velho (RS)																			
Ano - 2022																			
Nível de instrução - Superior completo																			
Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																	
		18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Branca	2	-	2	82	70	8	14	14	13	10	3	4	3	12	9	-	3	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	-	-	-	2	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	2	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Branca	-	-	-	23	20	1	2	9	4	1	1	2	-	3	3	-	-	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	2	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Branca	2	-	2	59	50	7	13	6	9	9	2	2	3	9	6	-	3	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	-	-	-	2	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise da Tabela 03 evidencia que, em 2022, o contingente de pessoas com Ensino Superior completo em Engenho Velho era reduzido quando comparado aos demais níveis de instrução. Os dados apresentados indicam forte concentração da população graduada entre as pessoas de cor ou raça branca, enquanto a presença de pessoas pardas e indígenas com formação superior concluída era bastante limitada.

Na análise por cor ou raça, a população branca concentrava a ampla maioria das pessoas com Ensino Superior completo. O painel registra 84 pessoas brancas nessa condição, considerando os grupos sintéticos de idade apresentados. Entre a população parda, aparecem 2 pessoas com 25 anos ou mais, e entre a população indígena também são registradas 2 pessoas com 25 anos ou mais. Não há registros apresentados para as populações preta e amarela. Esse cenário evidencia desigualdades raciais no alcance da graduação, especialmente quando comparado à presença significativa da população indígena entre as pessoas com Ensino Médio completo e Superior incompleto, conforme demonstrado na Tabela 02.

A análise por sexo demonstra uma diferença expressiva entre homens e mulheres. Os dados indicam 25 homens com Ensino Superior completo, enquanto 63 mulheres se encontravam nessa condição. Assim, as mulheres representam aproximadamente 72% da população com graduação concluída, evidenciando maior participação feminina nos níveis mais elevados de escolarização.

Quanto aos grupos de idade, observa-se maior concentração de pessoas com Ensino Superior completo na população com 25 anos ou mais, especialmente entre 25 e 49 anos. Também há presença de pessoas graduadas em faixas etárias mais avançadas, inclusive com 65 anos ou mais. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o número de pessoas com graduação concluída é reduzido, situação que pode estar relacionada ao próprio tempo necessário para ingresso e conclusão de cursos superiores.

A comparação com a Tabela 02 revela um aspecto relevante: enquanto há um expressivo contingente de 212 pessoas com Ensino Médio completo e Superior incompleto, o número de pessoas que alcançaram a conclusão da graduação é significativamente menor. Além disso, a população indígena apresentava 47 pessoas com Ensino Médio completo e Superior incompleto, mas apenas 2 pessoas com Ensino Superior completo no recorte apresentado. Essa diferença evidencia possíveis barreiras de acesso, permanência e conclusão da Educação Superior, demandando atenção às desigualdades étnico-raciais e territoriais.

Em síntese, os dados demonstram que a conclusão da Educação Superior ainda alcança uma parcela limitada da população de Engenho Velho, com predominância de pessoas brancas e mulheres entre os graduados. A reduzida presença da população indígena com Ensino Superior completo merece especial atenção no planejamento educacional, reforçando a necessidade de políticas de equidade, apoio à permanência estudantil, transporte universitário e articulação com instituições de Ensino Superior para ampliar as condições de acesso e conclusão da graduação.

2) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☒ Instituição de Ensino Superior
☐ Curso de Graduação
☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Engenho Velho

Categoria Administrativa:

☒ Pública Municipal
☒ Pública Federal
☒ Pública Estadual
☒ Privada sem fins lucrativos
☒ Privada com fins lucrativos
☒ Especial

Organização Acadêmica:

☒ Faculdade
☒ Centro Universitário
☒ Institutos Federais
☒ Universidade
☒ Escola de Governo

Tipo de Credenciamento:

☒ Presencial
☒ EAD
☒ Semipresencial
☒ Escola Governo - EaD
☒ Escola Governo - Presencial
☒ Presencial - Lato-sensu

Índice:

Selecione...

☐ 1
☐ 2
☐ 3
☐ 4
☐ 5
☐ SC

Situação:

Ativa

Pesquisar

Resultado da Consulta Por: INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Histórico de índices

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Município/UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa	IGC	CI	CI-EaD
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise do Painel 01 evidencia que, na consulta realizada ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), não foram identificadas Instituições de Ensino Superior (IES) ativas localizadas no município de Engenho Velho. A pesquisa contemplou diferentes categorias administrativas, organizações acadêmicas e tipos de credenciamento, apresentando como resultado “Nenhum registro encontrado”.

A ausência de instituições de Ensino Superior no território municipal demonstra uma limitação da oferta local de cursos de graduação, fazendo com que os estudantes interessados em ingressar ou permanecer na Educação Superior dependam, em grande medida, de instituições localizadas em outros municípios ou de oportunidades educacionais ofertadas na modalidade a distância.

Esse cenário está relacionado à política municipal de apoio aos universitários, considerando que, em 2026, 20 estudantes foram beneficiados com auxílio para o transporte universitário, com deslocamentos principalmente para Frederico Westphalen, Carazinho, Sarandi, Chapecó e Uruguaiana. Embora o auxílio contribua para reduzir as barreiras territoriais e financeiras de acesso, a necessidade de deslocamento evidencia a dependência da oferta de Educação Superior existente fora do município.

Em síntese, a inexistência de Instituições de Ensino Superior registradas no e-MEC em Engenho Velho evidencia a ausência de oferta presencial institucionalizada de graduação no território municipal. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer a articulação com instituições de Ensino Superior, ampliar oportunidades por meio de polos de Educação a Distância e manter políticas de apoio à permanência e ao deslocamento dos estudantes, contribuindo para ampliar o acesso e a conclusão da graduação.

3) Outras iniciativas de apoio a realização do ensino superior

O município desenvolve uma importante política pública de apoio ao acesso e à permanência na Educação Superior, por meio da concessão de auxílio destinado ao transporte universitário. O recurso é repassado mensalmente à Associação Universitária, responsável pela administração e distribuição do auxílio aos estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior localizadas em municípios da região. Em 2026, 20 estudantes universitários foram beneficiados, realizando deslocamentos, principalmente, para Frederico Westphalen, Carazinho, Sarandi, Chapecó e Uruguaiana.

A iniciativa representa um investimento estratégico na formação da população, uma vez que contribui para a redução dos custos de deslocamento, amplia as possibilidades de acesso à Educação Superior e minimiza uma das principais barreiras enfrentadas pelos estudantes residentes em municípios de pequeno porte. Ao favorecer as condições de deslocamento para a frequência regular às atividades acadêmicas, o auxílio concedido por intermédio da Associação Universitária contribui para a permanência dos estudantes nos cursos e para a ampliação das possibilidades de conclusão da graduação.

Por outro lado, o número de estudantes beneficiados e a necessidade de deslocamento para diferentes municípios evidenciam que o acesso à Educação Superior ainda depende, em grande medida, da oferta de cursos existente fora do território municipal. Essa realidade demonstra a limitada disponibilidade local de oportunidades de formação em nível superior e reforça a importância do fortalecimento de políticas interinstitucionais, por meio de parcerias com instituições de ensino, ampliação de polos de Educação a Distância, programas de bolsas e outras estratégias destinadas à redução das desigualdades de acesso à graduação.

Assim, embora o auxílio ao transporte universitário constitua uma ação relevante para a garantia do direito à educação e para a redução das barreiras territoriais de acesso à Educação Superior, sua efetividade pode ser ampliada mediante a articulação com políticas permanentes de orientação acadêmica, apoio à permanência estudantil e expansão das oportunidades de formação superior. Tais ações podem contribuir para elevar o percentual da população com graduação completa e fortalecer o desenvolvimento social, econômico e humano do município.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico 2022. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 10061 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte universitário, ao

número de estudantes atendidos e aos municípios de destino no exercício de 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do Tema 14, verifica-se que Engenho Velho apresenta baixo percentual da população com Ensino Superior completo (9,10%), enquanto 22,18% possuem Ensino Médio completo e Superior incompleto. O diagnóstico também evidencia desigualdades por sexo e cor ou raça, ausência de Instituição de Ensino Superior no município e dependência de deslocamento para acesso à graduação.

Com base nas evidências do arquivo, identifiquei as seguintes possíveis causas do Problema 14:

Causa 01 – Ausência de Instituições de Ensino Superior e de oferta local de cursos de graduação: a consulta ao e-MEC não identificou IES ativas em Engenho Velho. A ausência de oferta local faz com que a população dependa de instituições situadas em outros municípios ou de cursos ofertados a distância.

Causa 02 – Dependência da oferta de Educação Superior existente em outros municípios: a necessidade de deslocamento para Frederico Westphalen, Carazinho, Sarandi, Chapecó e Uruguaiana evidencia que o acesso à graduação está condicionado às oportunidades disponíveis fora do território municipal.

Causa 03 – Barreiras territoriais e financeiras relacionadas ao deslocamento para acesso à graduação: embora o município disponibilize auxílio ao transporte universitário, a necessidade de deslocamentos intermunicipais pode representar uma barreira ao ingresso e à permanência na Educação Superior. O documento registra 20 universitários beneficiados em 2026.

Causa 04 – Insuficiência de políticas diversificadas de apoio à permanência e conclusão da graduação: o auxílio ao transporte constitui uma ação positiva, porém o diagnóstico aponta a necessidade de articulação com outras estratégias permanentes de orientação acadêmica, apoio estudantil, bolsas e ações de permanência.

Causa 05 – Insuficiência de articulação interinstitucional para ampliação das oportunidades de Educação Superior: a ausência de oferta local reforça a necessidade de fortalecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, ampliar polos de Educação a Distância e desenvolver outras formas de aproximação da graduação com o território municipal.

Causa 06 – Desigualdades étnico-raciais no acesso, permanência e conclusão da graduação: o documento evidencia uma diferença significativa entre a população indígena com Ensino Médio completo e Superior incompleto e aquela com graduação concluída: 47 pessoas indígenas estavam no primeiro grupo, enquanto apenas 2 possuíam Ensino Superior completo no recorte analisado. Esse cenário indica possíveis barreiras de continuidade da trajetória educacional.

Causa 07 – Desigualdades entre homens e mulheres na conclusão do Ensino Superior: entre as pessoas com graduação concluída, o documento registra 25 homens e 63 mulheres, com aproximadamente 72% dos graduados sendo mulheres. A diferença evidencia menor participação masculina na conclusão da Educação Superior.

Causa 08 – Fragilidade na ampliação das oportunidades de acesso à graduação para a população com Ensino Médio completo: o contingente de 212 pessoas com Ensino

Médio completo e Superior incompleto demonstra a existência de uma população potencialmente relacionada à demanda por continuidade dos estudos em nível superior. A distância entre esse contingente e o reduzido percentual de pessoas graduadas evidencia desafios de acesso e conclusão.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Ausência de oferta local de cursos de graduação e de Instituições de Ensino Superior no município.**
- **Causa 02 – Dependência da oferta de Educação Superior existente em outros municípios.**
- **Causa 03 – Barreiras territoriais e financeiras relacionadas ao deslocamento para acesso à graduação.**
- **Causa 04 – Insuficiência de políticas diversificadas de apoio à permanência e conclusão da graduação.**
- **Causa 05 – Insuficiência de articulação interinstitucional para ampliação das oportunidades de Educação Superior.**
- **Causa 06 – Persistência de desigualdades étnico-raciais no acesso, permanência e conclusão da graduação.**
- **Causa 07 – Desigualdades entre homens e mulheres na conclusão do Ensino Superior.**
- **Causa 08 – Fragilidade na ampliação das oportunidades de acesso à graduação para a população com Ensino Médio completo.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 14 do PNE

TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

PROBLEMA 14:

BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, COM ÊNFASE NAS ELEVADAS DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, DE SEXO, LINGUÍSTICAS, SITUAÇÕES DE DEFICIÊNCIA E SUAS INTERSECIONALIDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

DESCRIPTOR 01:

22,18% da população com ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de cursos de graduação e de Instituições de Ensino Superior no município.

CAUSA 03:

Barreiras territoriais e financeiras relacionadas ao deslocamento para acesso à graduação.

CAUSA 05:

Insuficiência de articulação interinstitucional para ampliação das oportunidades de Educação Superior.

CAUSA 06:

Persistência de desigualdades étnico-raciais no acesso, permanência e conclusão da graduação.

CAUSA 08:

Fragilidade na ampliação das oportunidades de acesso à graduação para a população com Ensino Médio completo.

DESCRIPTOR 02:

9,10% da população com ensino superior completo em 2022.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de cursos de graduação e de Instituições de Ensino Superior no município.

CAUSA 02:

Dependência da oferta de Educação Superior existente em outros municípios.

CAUSA 04:

Insuficiência de políticas diversificadas de apoio à permanência e conclusão da graduação.

CAUSA 05:

Insuficiência de articulação interinstitucional para ampliação das oportunidades de Educação Superior.

CAUSA 06:

Persistência de desigualdades étnico-raciais no acesso, permanência e conclusão da graduação.

CAUSA 07:

Desigualdades entre homens e mulheres na conclusão do Ensino Superior.

DESCRIPTOR 03:

20 universitários estão sendo transportadas a outras cidades do Estado para frequentar o ensino superior em 2026.

CAUSA 01:

Ausência de oferta local de cursos de graduação e de Instituições de Ensino Superior no município.

CAUSA 02:

Dependência da oferta de Educação Superior existente em outros municípios.

CAUSA 03:

Barreiras territoriais e financeiras relacionadas ao deslocamento para acesso à graduação.

CAUSA 05:

Insuficiência de articulação interinstitucional para ampliação das oportunidades de Educação Superior.

LEGENDA:

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

Problema 15: BAIXA QUALIDADE DE PARTE DOS CURSOS E DE INSTITUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) NA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 15 tem como objetivo identificar as condições de oferta da educação superior no município de Engenho Velho, considerando a existência de Instituições de Educação Superior (IES) e os elementos que permitem avaliar a qualidade da graduação. A partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), busca-se compreender em que medida o município oferece oportunidades de acesso ao ensino superior em seu território e quais os reflexos dessa realidade para a formação acadêmica da população. Ainda que o município não possua instituições de ensino superior instaladas, a análise também considera as estratégias adotadas pelo poder público para garantir o acesso dos estudantes às universidades da região, contribuindo para a democratização do ensino superior e para a qualificação profissional da população.

DESCRIPTORIORES¹⁵ DO PROBLEMA:

→ **Descritor 01: 0% de instituições de ensino superior no município.**

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

A imagem mostra a interface de uma consulta avançada no sistema e-MEC. No topo, há abas para "Consulta Avançada", "Consulta Textual" e "IES Extintas", com a primeira selecionada. Abaixo, há uma seção "Buscar por:" com três opções de radio button: "Instituição de Ensino Superior" (selecionada), "Curso de Graduação" e "Curso de Especialização". Seguem campos para "Nome, Sigla ou Código da Instituição:", "UF:" (com dropdown para "Rio Grande do Sul") e "Município:" (com dropdown para "Engenho Velho"). A seção "Categoria Administrativa:" possui checkboxes para "Pública Municipal", "Pública Federal" (selecionada), "Pública Estadual", "Privada sem fins lucrativos", "Privada com fins lucrativos" e "Especial". A "Organização Acadêmica:" tem checkboxes para "Faculdade", "Centro Universitário", "Institutos Federais", "Universidade" e "Escola de Governo". O "Tipo de Credenciamento:" inclui checkboxes para "Presencial", "EAD", "Semipresencial", "Escola Governo - EAD", "Escola Governo - Presencial" e "Presencial - Lato-sensu". Há um campo "Índice:" com dropdown "Selecione..." e checkboxes para valores 1, 2, 3, 4, 5 e SC. O campo "Situação:" tem dropdown "Ativa". Um botão "Pesquisar" está no canto inferior direito. Na base, uma barra verde indica "Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR" e oferece links para "Histórico de índices" e "Exportar Excel". Abaixo, uma tabela com cabeçalho contendo colunas: "Instituição - IES", "Sigla", "Município/UF", "Organização Acadêmica", "Categoria Administrativa", "IGC", "CI", "CI-EAD". O corpo da tabela está vazio, com o texto "Nenhum registro encontrado!" no centro.

¹⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

A análise dos dados evidencia que o município de **Engenho Velho** não possui Instituições de Educação Superior (IES) instaladas em seu território, conforme consulta realizada na base oficial do sistema e-MEC. Assim, o descritor demonstra que **0% das instituições de ensino superior estão localizadas no município**, impossibilitando a avaliação direta da qualidade da graduação por meio de indicadores como Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC), infraestrutura, desempenho acadêmico e qualificação do corpo docente.

A inexistência de instituições de ensino superior no município, entretanto, não significa ausência de acesso à graduação. Para garantir esse direito, os estudantes buscam formação em universidades localizadas em municípios da região, realizando deslocamentos diários. Nesse contexto, destaca-se a atuação do **Poder Público Municipal**, que desenvolve uma importante política de apoio à educação superior ao **oferecer transporte escolar gratuito aos universitários**, possibilitando o deslocamento até as instituições de ensino. Essa iniciativa contribui significativamente para reduzir barreiras de acesso, minimizar os custos assumidos pelas famílias e ampliar as oportunidades de permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Apesar desse importante incentivo, a ausência de uma IES no município ainda representa desafios para o desenvolvimento local. A inexistência de cursos superiores limita a realização de atividades de pesquisa, inovação, extensão universitária e formação continuada, reduzindo as possibilidades de produção de conhecimento voltado às necessidades do território. Também restringe a atração de investimentos, a qualificação da mão de obra local e a formação de profissionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do município.

Embora muitos estudantes tenham acesso à educação superior por meio de instituições presenciais em municípios vizinhos e de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), a garantia desse direito depende da manutenção de políticas públicas de apoio à permanência estudantil. Nesse sentido, além do transporte universitário já disponibilizado pelo município, tornam-se relevantes ações voltadas ao fortalecimento da conectividade digital, ao acesso a programas de bolsas e ao estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior para ampliar as oportunidades de formação da população.

Conclui-se, portanto, que o problema relacionado à qualidade da graduação, no contexto de Engenho Velho, está diretamente associado à **ausência de oferta local de educação superior**, o que inviabiliza a avaliação da qualidade institucional no próprio município.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Problema 16: BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, COM DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, LINGÜÍSTICAS E DE SEXO NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A pós-graduação **stricto sensu**, composta pelos cursos de mestrado e doutorado, constitui um dos principais instrumentos para a formação de recursos humanos altamente qualificados, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e socioeconômico dos territórios. Nesse contexto, busca-se ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da pós-graduação, promovendo a formação de mestres e doutores em todas as regiões do país. Entretanto, persistem desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo que limitam o acesso da população a esse nível de ensino, especialmente em municípios de pequeno porte, onde a inexistência de programas de pós-graduação e a dependência de centros universitários regionais representam importantes barreiras. Assim, a análise descritiva deste tema busca identificar evidências que caracterizam a realidade de **Engenho Velho**, considerando a oferta de programas de pós-graduação, a qualificação dos profissionais da educação e as condições que influenciam o acesso à formação acadêmica avançada, subsidiando a definição de estratégias para o enfrentamento do problema identificado no Plano Municipal de Educação.

DESCRITORES¹⁶ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: Crescimento do número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado na Região Sul, sem que essa expansão se traduza em ampliação proporcional das oportunidades para municípios de pequeno porte.**
- ➔ **Descritor 02: Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação stricto sensu no município de Engenho Velho.**
- ➔ **Descritor 03: 60,6% dos professores da Educação Básica possuem pós-graduação lato sensu ou stricto sensu (2024), indicando que aproximadamente quatro em cada dez docentes ainda não possuem formação em nível de pós-graduação.**

Tabela 01 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso

¹⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 7150 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso							
Variável - Estudantes do superior, especialização, mestrado ou doutorado (Mil pessoas)							
Grande Região - Sul							
Modalidade do curso - Total							
Curso frequentado - Especialização, Mestrado e Doutorado							
Ano							
2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
200	247	263	263	292	303	333	382
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre							

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado> (Acesso em: 30/06/2026)

A Tabela 01 demonstra que a Região Sul apresentou crescimento consistente no número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado ao longo da série histórica analisada. Entre 2016 e 2025, o quantitativo passou de **200 mil para 362 mil estudantes**, representando um crescimento aproximado de **81%** no período. Esse comportamento evidencia a ampliação da demanda e da capacidade regional de formação em nível de pós-graduação, refletindo a expansão do sistema de educação superior e das oportunidades de qualificação acadêmica.

Entretanto, esse crescimento deve ser analisado com cautela quando se observa a realidade de Engenho Velho. A expansão regional não significa que os benefícios estejam distribuídos de forma homogênea entre os municípios. Ao contrário, os dados sugerem que o crescimento da pós-graduação permanece concentrado em polos universitários de maior porte, onde estão localizadas as universidades e os programas de mestrado e doutorado. Dessa forma, embora a Região Sul apresente evolução quantitativa expressiva, esse avanço não se traduz automaticamente em ampliação das oportunidades para municípios pequenos, que continuam dependentes da infraestrutura acadêmica existente em centros urbanos regionais.

Sob a perspectiva da Meta 14 do Plano Nacional de Educação, a tabela demonstra que o crescimento do sistema regional de pós-graduação representa uma oportunidade para ampliar a qualificação da população. Contudo, a inexistência de mecanismos locais capazes de aproximar o município dessa expansão limita o impacto positivo desses avanços sobre a realidade municipal.

Painel 01- Instituições de nível superior que ofertam cursos de pós-graduação stricto sensu no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior

☐ Curso de Graduação

☒ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

Área:

Selecione Área Geral

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Engenho Velho

Modalidade:

☒ A Distância

☒ Presencial

Situação:

Todos

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Denominação	Área	Modalidade	Carga Horária	UF de Oferta	Vagas
Nenhum registro encontrado!							

Painel 02 - Professores da educação básica com pós graduação lato sensu ou stricto sensu

Professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2013-2024

Ano	2013			2014			2015			2016				
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad.
Sul	36	21	58,3%	38	22	57,9%	39	23	59,0%	41	28	68,3%	39	2
Rio Grande do Sul	36	21	58,3%	38	22	57,9%	39	23	59,0%	41	28	68,3%	39	
Engenho Velho	36	21	58,3%	38	22	57,9%	39	23	59,0%	41	28	68,3%	39	
Total	36	21	58,3%	38	22	57,9%	39	23	59,0%	41	28	68,3%	39	

Ano	2017			2018			2019			2020				
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad.
Sul	39	24	61,5%	40	26	65,0%	36	23	63,9%	33	21	63,6%	31	2
Rio Grande do Sul	39	24	61,5%	40	26	65,0%	36	23	63,9%	33	21	63,6%	31	
Engenho Velho	39	24	61,5%	40	26	65,0%	36	23	63,9%	33	21	63,6%	31	
Total	39	24	61,5%	40	26	65,0%	36	23	63,9%	33	21	63,6%	31	

Ano	2020			2021			2022			2023			2024		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	1	63,6%	31	20	64,5%	35	22	62,9%	37	22	59,5%	33	20	60,6%	
Rio Grande do Sul	1	63,6%	31	20	64,5%	35	22	62,9%	37	22	59,5%	33	20	60,6%	
Engenho Velho	1	63,6%	31	20	64,5%	35	22	62,9%	37	22	59,5%	33	20	60,6%	
Total	1	63,6%	31	20	64,5%	35	22	62,9%	37	22	59,5%	33	20	60,6%	

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2024).

Fonte: reorganizado a partir do [Painel de Monitoramento do PNE](#) (Acesso em: 30/07/2026)

Os dados apresentados referem-se ao **percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu no município de Engenho Velho/RS**, considerando a série histórica de **2013 a 2024**, elaborada com base no Censo Escolar/Inep. Observa-se que, para esse período, os dados do município coincidem com os apresentados para o Rio Grande do Sul, indicando que o quantitativo de docentes da rede municipal é integralmente representado na tabela.

Análise da evolução (2013–2024):

Entre **2013 e 2016**, verifica-se uma trajetória de crescimento gradual na qualificação dos docentes. Em 2013, dos **36 professores**, **21 possuíam pós-graduação**, correspondendo a **58,3%** do total. Esse percentual manteve-se praticamente estável em 2014 (**57,9%**) e apresentou leve aumento em 2015 (**59,0%**). Em **2016** ocorreu o maior avanço do primeiro período da série, alcançando **68,3%**, com **28 dos 41 docentes** possuindo formação em nível de pós-graduação.

Nos anos seguintes, entre **2017 e 2020**, observa-se a manutenção de elevados índices de qualificação docente. O percentual foi de **61,5%** em 2017, atingiu seu **maior valor da série histórica em 2018 (65,0%)**, manteve-se elevado em 2019 (**63,9%**) e praticamente estável em 2020 (**63,6%**). Esse comportamento demonstra que, durante esse período, aproximadamente **dois terços do corpo docente** possuíam formação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Entre **2021 e 2024**, verifica-se uma pequena oscilação negativa. Em 2021 o indicador permaneceu elevado (**64,5%**), reduzindo para **62,9%** em 2022, chegando ao menor percentual da segunda metade da série em **2023 (59,5%)**, com recuperação discreta em **2024 (60,6%)**. Apesar dessa redução, o município encerra a série histórica com um percentual superior ao observado no início do período analisado.

Evolução dos quantitativos:

Além dos percentuais, observa-se que o número total de docentes variou ao longo da série:

Ano	Total de docentes	Com pós-graduação	Percentual
-----	-------------------	-------------------	------------

2013	36	21	58,3%
2014	38	22	57,9%
2015	39	23	59,0%
2016	41	28	68,3%
2017	39	24	61,5%
2018	40	26	65,0%
2019	36	23	63,9%
2020	33	21	63,6%
2021	31	20	64,5%
2022	35	22	62,9%
2023	37	22	59,5%
2024	33	20	60,6%

Observa-se que parte das oscilações do indicador decorre não apenas da variação no número de professores pós-graduados, mas também das alterações no quantitativo total de docentes ao longo dos anos.

Os dados evidenciam que **Engenho Velho apresenta um corpo docente relativamente qualificado**, mantendo durante toda a série histórica **mais de 58% dos professores com formação em pós-graduação**, percentual que chegou a superar 68% em 2016. Embora tenha ocorrido uma redução nos últimos anos, o município continua apresentando uma proporção significativa de profissionais com formação continuada.

Entretanto, os resultados também indicam que **cerca de quatro em cada dez docentes ainda não possuem pós-graduação**, evidenciando espaço para políticas públicas voltadas ao incentivo da formação continuada. Nesse contexto, recomenda-se fortalecer ações como:

- ampliação de programas de incentivo financeiro para cursos de especialização, mestrado e doutorado;
- estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior para oferta de cursos em formato presencial e a distância;
- valorização da progressão funcional vinculada à formação acadêmica;
- implementação de políticas municipais permanentes de formação continuada, alinhadas às necessidades da rede de ensino.

Dessa forma, o município poderá ampliar a qualificação de seus profissionais, fortalecendo a qualidade do ensino e contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- [Painel de Monitoramento do PNE](#)
- <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado>

B) ANÁLISE CAUSAL

As causas críticas que melhor explicam o Problema 16 são:

- Causa 01 - Inexistência de oferta local de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado): a principal evidência do diagnóstico demonstra que o município não possui instituições de ensino superior ofertando programas de mestrado ou doutorado, obrigando a população a buscar formação em outros municípios.
- Causa 02 - Dependência de centros universitários regionais para acesso à pós-graduação stricto sensu: a ausência de programas no território faz com que estudantes e profissionais dependam integralmente de instituições localizadas em outros municípios, reduzindo as possibilidades de ingresso e permanência na pós-graduação.
- Causa 03 - Custos financeiros e dificuldades de deslocamento para frequentar cursos ofertados fora do município: o documento destaca que transporte, hospedagem, manutenção dos estudos e disponibilidade de tempo representam barreiras importantes para quem deseja cursar mestrado ou doutorado.
- Causa 04 - Baixa inserção do município em ambientes de pesquisa, inovação, extensão e produção científica: a inexistência de programas stricto sensu limita a participação da comunidade em redes de pesquisa, projetos de inovação, produção científica e desenvolvimento tecnológico.
- Causa 05 - Fragilidade na formação de capital humano altamente qualificado para atender às necessidades do desenvolvimento local: o documento evidencia que a ausência de programas de pós-graduação restringe a formação de mestres e doutores que poderiam contribuir para a gestão pública, educação, pesquisa e inovação no município.
- Causa 06 - Ausência de mecanismos municipais que aproximem a população das oportunidades regionais de pós-graduação: embora a Região Sul tenha ampliado significativamente o número de estudantes da pós-graduação, o documento afirma que esse crescimento não beneficia automaticamente municípios pequenos, em razão da inexistência de mecanismos locais capazes de aproximar o município dessa expansão.
- Causa 07 - Necessidade de ampliar políticas permanentes de incentivo à formação acadêmica dos profissionais da educação: apesar de mais de 60% dos docentes possuírem pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, cerca de quatro em cada dez professores ainda não possuem pós-graduação. O próprio documento recomenda fortalecer incentivos financeiros, parcerias com instituições de ensino superior, valorização da progressão funcional e políticas permanentes de formação continuada, indicando que esses mecanismos ainda são insuficientes.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 16 do PME

TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU



PROBLEMA 16:

BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, COM DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, LINGÜÍSTICAS E DE SEXO NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.



DESCRIPTOR 01

Crescimento do número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado na Região Sul, sem que essa expansão se traduza em ampliação proporcional das oportunidades para municípios de pequeno porte.



DESCRIPTOR 02

Inexistência de instituições de ensino superior que ofertem cursos de pós-graduação stricto sensu no município de Engenho Velho.



DESCRIPTOR 03

60,6% dos professores da Educação Básica possuem pós-graduação lato sensu ou stricto sensu (2024), indicando que aproximadamente quatro em cada dez docentes ainda não possuem formação em nível de pós-graduação.



CAUSA 02

Dependência de centros universitários regionais para acesso à pós-graduação stricto sensu.



CAUSA 04

Baixa inserção do município em ambientes de pesquisa, inovação, extensão e produção científica.



CAUSA 06

Ausência de mecanismos municipais que aproximem a população das oportunidades regionais de pós-graduação.



CAUSA 01

Inexistência de oferta local de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).



CAUSA 02

Dependência de centros universitários regionais para acesso à pós-graduação stricto sensu.



CAUSA 03

Custos financeiros e dificuldades de deslocamento para frequentar cursos ofertados fora do município.



CAUSA 05

Fragilidade na formação de capital humano altamente qualificado para atender às necessidades do desenvolvimento local.



CAUSA 03

Custos financeiros e dificuldades de deslocamento para frequentar cursos ofertados fora do município.



CAUSA 06

Ausência de mecanismos municipais que aproximem a população das oportunidades regionais de pós-graduação.



CAUSA 07

Necessidade de ampliar políticas permanentes de incentivo à formação acadêmica dos profissionais da educação.

LEGENDA



Problema



Descritor



Causa

RELAÇÃO ENTRE DESCRITORES E CAUSAS

D01	→	C02	C04	C06	
D02	→	C01	C02	C03	C05
D03	→	C03	C06	C07	

Cada causa contribui diretamente para a existência dos descritores apresentados, que, em conjunto, resultam no problema da baixa formação stricto sensu (mestres e doutores) na população do município, com desigualdades no acesso, permanência e conclusão.

Fonte: autoria própria.

18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema 17: DESPROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A valorização dos profissionais da educação básica constitui um dos pilares para a garantia da qualidade da educação e para o fortalecimento das políticas públicas educacionais. Nesse contexto, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Lei nº 11.738/2008 estabelecem diretrizes voltadas à profissionalização do magistério, assegurando direitos relacionados à carreira, ao piso salarial, à jornada de trabalho, à formação continuada e às condições adequadas para o exercício da docência. Entretanto, a efetivação dessas garantias ainda apresenta desafios nos sistemas de ensino, repercutindo na atratividade da carreira, na permanência dos profissionais e na qualidade da educação ofertada. Nesse sentido, a análise descritiva deste tema busca identificar as evidências que caracterizam a realidade do município de **Engenho Velho**, considerando aspectos relacionados à valorização profissional, remuneração, jornada de trabalho, plano de carreira e demais condições de exercício da profissão docente, subsidiando a compreensão do problema da **desprofissionalização do magistério da educação básica** e a definição de estratégias para seu enfrentamento no âmbito do Plano Municipal de Educação.

DESCRITORES¹⁷ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 - Vencimento inicial dos professores municipais inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional entre 2022 e 2025.**
- ➔ **Descritor 02 - Hora-atividade dos professores corresponde a 30% da jornada, percentual inferior ao mínimo de um terço (33,3%) previsto na Lei nº 11.738/2008.**
- ➔ **Descritor 03- Plano de Carreira do Magistério contempla mecanismos de valorização profissional, porém apresenta lacunas relacionadas aos incentivos à formação e ao desenvolvimento da carreira.**
- ➔ **Descritor 04 - O Rio Grande do Sul apresenta uma das menores remunerações iniciais entre as redes estaduais brasileiras, indicando reduzida valorização salarial na entrada da carreira.**

a) Dados sobre salário inicial dos profissionais da educação municipal

Segundo a Lei:

[LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.](#)

¹⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 5.130,63 (cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, assim como os profissionais contratados por tempo determinado, considerada, em todos os casos, a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no *caput* deste artigo.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.
(Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Salário básico dos professores municipais:

Tabela 01 – Salário básico dos professores municipais 2015 a 2025.

Ano	Salário base (20h)	Piso Nacional (20h)
2015	1.142,16	R\$ 959,39
2016	1.262,54	R\$ 1.067,82
2017	1.353,30	R\$ 1.149,40
2018	1.393,89	R\$ 1.227,67
2019	1.463,58	R\$ 1.278,87
2020	1.526,66	R\$ 1.443,12
2021	1.526,66	R\$ 1.443,12
2022	1.694,58	R\$ 1.922,67
2023	1.766,25	R\$ 2.210,27
2024	1.872,23	R\$ 2.290,28

2025	1.958,72	R\$ 2.433,88
------	----------	--------------

Fonte: Tabela elaborada a partir de [dados fornecidos pelo Departamento Pessoal](#) (Acesso em: 30/07/2026)

A valorização dos profissionais do magistério constitui um dos pilares da qualidade da educação pública e encontra respaldo na **Lei Federal nº 11.738/2008**, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Conforme o art. 2º da referida lei, o piso salarial corresponde ao **vencimento inicial mínimo** da carreira dos profissionais do magistério público da educação básica, sendo vedado aos entes federativos fixarem vencimentos inferiores ao valor nacionalmente estabelecido para a jornada de até 40 horas semanais, devendo as demais jornadas observar proporcionalidade. A legislação também estende essa garantia aos profissionais que exercem funções de suporte pedagógico, além dos docentes, abrangendo igualmente determinadas aposentadorias e pensões.

Os dados da **Tabela 01** evidenciam a evolução do salário básico dos professores municipais em comparação com o Piso Salarial Nacional proporcional à jornada de **20 horas semanais**, no período de **2015 a 2025**.

Entre **2015 e 2021**, o município manteve o vencimento inicial **acima do piso nacional**, demonstrando cumprimento da legislação. Em 2015, por exemplo, o salário básico municipal era de **R\$ 1.142,16**, enquanto o piso proporcional correspondia a **R\$ 959,39**, diferença positiva de aproximadamente **19,1%**. Essa situação permaneceu nos anos seguintes, com o município mantendo remuneração superior ao mínimo nacional.

Entretanto, a partir de **2022**, observa-se uma inversão desse cenário. Enquanto o Piso Nacional sofreu reajustes mais expressivos, alcançando **R\$ 1.922,67** para a jornada de 20 horas, o vencimento inicial municipal foi fixado em **R\$ 1.694,58**, permanecendo **R\$ 228,09 abaixo do piso nacional**. Essa diferença ampliou-se nos anos seguintes:

- **2023:** salário municipal de **R\$ 1.766,25**, frente ao piso de **R\$ 2.210,27**, diferença de **R\$ 444,02**;
- **2024:** salário municipal de **R\$ 1.872,23**, enquanto o piso correspondia a **R\$ 2.290,28**, diferença de **R\$ 418,05**;
- **2025:** salário municipal de **R\$ 1.958,72**, frente ao piso de **R\$ 2.433,88**, diferença de **R\$ 475,16**.

Embora o município tenha promovido reajustes anuais no vencimento básico dos professores ao longo de toda a série histórica, os percentuais aplicados entre 2022 e 2025 não acompanharam a evolução do Piso Salarial Profissional Nacional, resultando em vencimento inicial inferior ao mínimo estabelecido pela Lei nº 11.738/2008.

Sob a perspectiva da valorização dos profissionais da educação, esse cenário representa um desafio para a política municipal de carreira, uma vez que o cumprimento do piso salarial constitui uma garantia legal e um importante mecanismo de atração, permanência e valorização dos profissionais do magistério. Além disso, a manutenção de vencimentos abaixo do piso pode comprometer a competitividade da carreira docente, dificultando a retenção de profissionais qualificados e impactando a qualidade da educação ofertada.

Dessa forma, os dados evidenciam que, **até 2021**, o município cumpria integralmente a legislação referente ao piso nacional do magistério. Contudo, **entre 2022 e 2025**, verifica-se a necessidade de revisão da política remuneratória municipal, visando adequar o vencimento inicial ao Piso Salarial Profissional Nacional e assegurar o pleno atendimento

às disposições da Lei Federal nº 11.738/2008, fortalecendo a valorização dos profissionais da educação e contribuindo para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.

b) Dados sobre a hora atividades dos profissionais da educação municipal (reserva de tempo extraclasse para planejamento)

Segundo a Lei nacional:

[LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.](#)

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação [...]

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

(Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Segundo a Lei municipal:

Art. 34 O regime normal de trabalho dos professores será definido de acordo com a área de atuação para a Educação Básica, em relação a qual seu provimento ficará atrelado.

§1º Para os professores da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, sendo que 20% (vinte por cento) deste período fica reservado para horas de atividades.

Art.35 As horas de atividades são reservadas para preparação de aulas, planejamento, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade, formação continuada e colaboração com a Administração da escola e outras atividades a serem realizadas na forma definida pelo respectivo Projeto Político Pedagógico.

A **Lei Federal nº 11.738/2008**, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, estabelece, em seu **art. 2º, §4º**, que, na composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério público da educação básica, **o tempo destinado às atividades de interação com os estudantes não poderá ultrapassar dois terços (2/3) da carga horária total**, assegurando **no mínimo um terço (1/3)** da jornada para atividades extraclasse, como planejamento, estudos, avaliação, formação continuada, reuniões pedagógicas e demais atividades inerentes ao exercício da docência.

No âmbito municipal, a legislação local prevê, em seu **art. 34, §1º**, que os professores com jornada de **20 horas semanais** possuem **20% da carga horária destinada às horas de atividade**, enquanto o **art. 35** estabelece que esse período deve ser utilizado para planejamento, preparação das aulas, avaliação da aprendizagem, reuniões escolares, contato com a comunidade, formação continuada e outras atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico.

Entretanto, conforme os dados apresentados, **na prática os professores com jornada de 20 horas semanais recebem 6 horas destinadas à hora-atividade**, enquanto os docentes com jornada de **40 horas semanais recebem 12 horas**. Isso significa que:

- **20 horas semanais:** 6 horas de hora-atividade (**30% da jornada**) e 14 horas com interação direta com os estudantes (**70% da jornada**);
- **40 horas semanais:** 12 horas de hora-atividade (**30% da jornada**) e 28 horas de interação direta com os estudantes (**70% da jornada**).

Comparando esses dados com a legislação federal, observa-se que a Lei nº 11.738/2008 determina que a hora-atividade corresponda a, **no mínimo, um terço da jornada**, o que representa aproximadamente **33,3%** da carga horária. Assim, o tempo mínimo previsto seria:

- **20 horas semanais:** **6 horas e 40 minutos** de hora-atividade e **13 horas e 20 minutos** de interação com os estudantes;
- **40 horas semanais:** **13 horas e 20 minutos** de hora-atividade e **26 horas e 40 minutos** de interação com os estudantes.

Dessa forma, verifica-se que a organização da jornada atualmente praticada pelo município **não atende integralmente ao percentual mínimo estabelecido pela legislação federal**, uma vez que são asseguradas **6 horas**, quando o mínimo legal corresponderia a **6 horas e 40 minutos** para a jornada de 20 horas, e **12 horas**, quando deveriam ser asseguradas **13 horas e 20 minutos** para a jornada de 40 horas.

Embora o município assegure um período significativo destinado às atividades extraclasse, equivalente a **30% da jornada**, permanece uma diferença de aproximadamente **3,3 pontos percentuais** em relação ao mínimo de **um terço da carga horária** previsto na Lei nº 11.738/2008. Essa diferença reduz o tempo disponível para planejamento pedagógico, elaboração de materiais, avaliação das aprendizagens, formação continuada e desenvolvimento de atividades coletivas, elementos reconhecidos como essenciais para a valorização do magistério e para a melhoria da qualidade da educação.

Nesse contexto, os dados evidenciam a necessidade de **adequação da legislação municipal e da organização da jornada de trabalho** às disposições da Lei Federal nº 11.738/2008, assegurando que, no mínimo, **um terço da carga horária seja destinado às horas de atividade**, fortalecendo as condições de trabalho dos profissionais da educação e contribuindo para o cumprimento das metas de valorização docente previstas no Plano Municipal de Educação.

c) Dados sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

O município tem Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e este assegura algumas vantagens, sendo eles:

- Avanço de nível de acordo com o nível de formação: ensino superior, especialização, mestrado.
- Avanço de classe de acordo com o tempo de trabalho.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham em Sala Multifuncional.

- Pagamento de Função Gratificada para professores habilitados que tem crianças ou estudantes com laudos médicos.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham com classes ou turmas multisseriadas.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Coordenador Pedagógico.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Diretor Escolar.
- Pagamento de difícil acesso.
- Pagamento de salário adicional a cada quinquênio.
- Vale alimentação para todos os professores.

Não é assegurado no Plano Municipal de Educação:

- Não há nenhum tipo de licença prêmio.
- Não há bolsa ou incentivo financeiro para Pós-graduação custeada pelo município.
- Não há recebimento de 14º salário.

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal constitui um importante instrumento de valorização dos profissionais da educação, ao estabelecer mecanismos de progressão funcional, incentivos remuneratórios e gratificações vinculadas ao exercício de funções específicas. Os dados apresentados evidenciam que a legislação municipal contempla diversos dispositivos voltados ao reconhecimento da formação acadêmica, da experiência profissional e das condições diferenciadas de atuação docente.

No que se refere à **valorização por formação**, o Plano de Carreira assegura o **avanço de nível** conforme a titulação acadêmica, contemplando os profissionais que concluem **ensino superior, especialização e mestrado**. Esse mecanismo representa um importante estímulo à formação continuada e está alinhado ao princípio da valorização dos profissionais da educação previsto na Constituição Federal e nas metas do Plano Nacional e do Plano Municipal de Educação. Entretanto, observa-se que **não há previsão de progressão para a titulação de doutorado**, o que limita os incentivos para a formação acadêmica em nível mais elevado.

Além da progressão por formação, o município assegura o **avanço de classe por tempo de serviço**, bem como o pagamento de **adicional por quinquênio**, reconhecendo a experiência profissional acumulada ao longo da carreira e contribuindo para a permanência dos docentes na rede municipal.

O Plano também contempla um conjunto de **gratificações específicas**, valorizando atividades que demandam maior responsabilidade ou apresentam maior complexidade pedagógica. Entre elas destacam-se as gratificações para professores que atuam em **Salas de Recursos Multifuncionais**, no atendimento de estudantes com laudos médicos, em **classes multisseriadas**, no exercício das funções de **Coordenador Pedagógico** e **Diretor Escolar**, além da gratificação por **difícil acesso**, reconhecendo as especificidades do trabalho docente em diferentes contextos educacionais.

Outro aspecto positivo é a concessão de **vale-alimentação a todos os professores**, benefício que complementa a política de valorização profissional e contribui para melhores condições de trabalho.

Por outro lado, o diagnóstico evidencia algumas **lacunas** na política municipal de valorização. O Plano de Carreira **não prevê licença-prêmio**, benefício existente em diversos sistemas de ensino como forma de reconhecimento ao tempo de serviço. Também **não há programas municipais de bolsas ou incentivos financeiros destinados à realização de cursos de pós-graduação**, especialmente em nível de mestrado e doutorado, aspecto que pode dificultar a ampliação da qualificação acadêmica dos profissionais e comprometer o alcance das metas relacionadas à formação *stricto sensu*. Além disso, o município **não concede 14º salário**, inexistindo incentivo remuneratório adicional vinculado ao desempenho ou aos resultados educacionais.

De forma geral, os dados demonstram que o município possui um **Plano de Carreira estruturado**, com mecanismos relevantes de valorização funcional, progressão na carreira e reconhecimento de funções especializadas. Entretanto, também revelam oportunidades de aperfeiçoamento, especialmente no fortalecimento das políticas de incentivo à formação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu*, na ampliação das possibilidades de desenvolvimento profissional e na incorporação de novos instrumentos de valorização docente. Essas medidas podem contribuir para tornar a carreira do magistério mais atrativa, favorecer a permanência de profissionais qualificados na rede municipal e fortalecer a qualidade da educação pública ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

d) Quanto aos professores da rede estadual de educação do RS

Os professores vinculados à Rede Estadual seguem integralmente o Plano de Carreira do Estado do Rio Grande do Sul, submetendo-se às normas, direitos e mecanismos de progressão definidos pela legislação estadual.

Esse aspecto evidencia que coexistem, no território municipal, dois regimes distintos de valorização profissional: um de competência municipal e outro estadual. Consequentemente, professores que atuam no mesmo município podem possuir remuneração, critérios de progressão, gratificações e benefícios distintos, conforme sua vinculação administrativa.

Essa diferenciação torna necessária a análise específica das duas redes quando se avalia a valorização dos profissionais da educação, evitando generalizações que possam ocultar diferenças importantes nas condições de trabalho e carreira.

e) Quanto a média mensal salarial por unidade da federação do Brasil

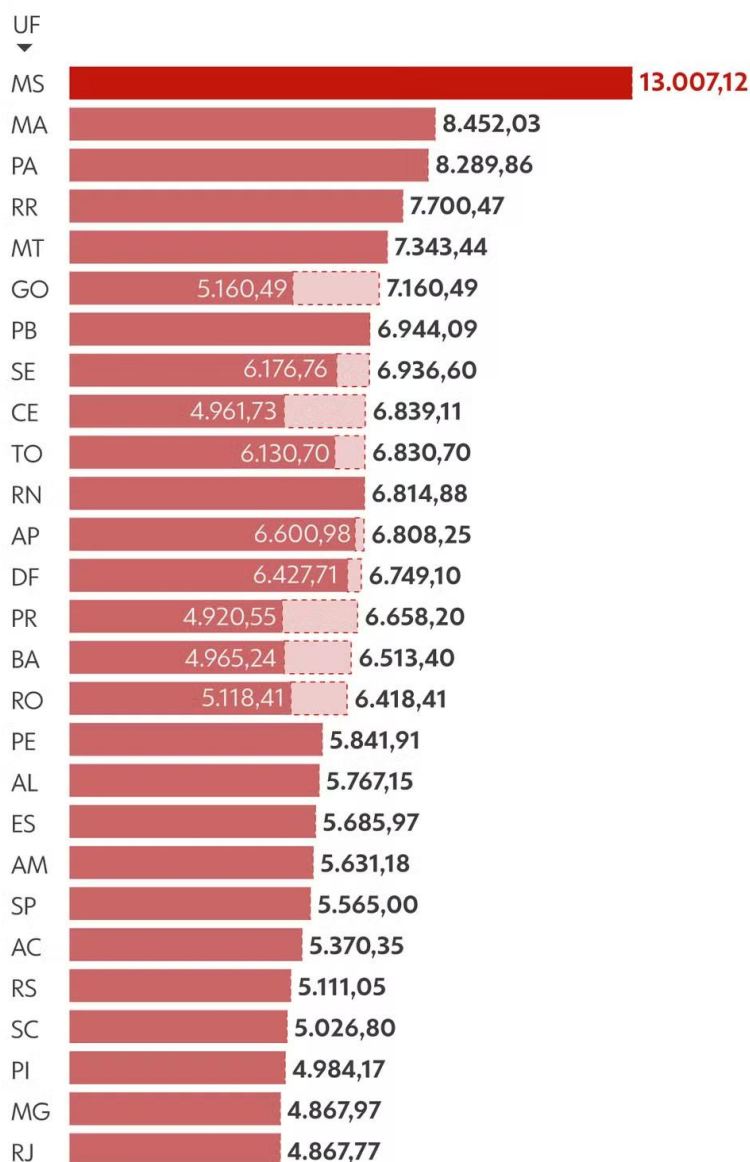
Imagem 01 – Ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras

Salário docente inicial

Valores não consideram adicionais por tempo de serviço pagos por algumas UF

Remuneração em R\$

■ Sem gratificação ■ Com gratificação



Fonte: Movimento Profissão Docente
Infográfico elaborado em: 04/03/2026

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/03/05/salario-inicial-de-professor-da-rede-estadual-valores-por-estado.ghtml> (Acesso em: 08/07/2026).

A imagem apresenta um **ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras**, elaborado pelo Movimento Profissão Docente e divulgado pelo g1 em **04/03/2026**. Os valores correspondem à **remuneração inicial da carreira docente**, indicando, em alguns estados, o salário-base e, quando aplicável, a remuneração acrescida

de gratificações. O próprio gráfico ressalta que **não estão incluídos adicionais por tempo de serviço** pagos por algumas unidades da federação.

Análise geral: o primeiro aspecto que chama atenção é a grande desigualdade salarial entre os estados brasileiros. A remuneração inicial varia de R\$ 4.867,77, no Rio de Janeiro, até R\$ 13.007,12, no Mato Grosso do Sul, uma diferença superior a R\$ 8 mil mensais. Isso significa que um professor iniciante em Mato Grosso do Sul recebe aproximadamente 2,7 vezes mais que um professor em início de carreira no Rio de Janeiro.

Essa disparidade evidencia que, embora exista um Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, os estados adotam estruturas remuneratórias bastante distintas, influenciadas por fatores como:

- capacidade financeira;
- políticas de valorização do magistério;
- estrutura dos planos de carreira;
- composição entre vencimento básico e gratificações.

Os maiores salários apresentados são:

Estado	Remuneração inicial
Mato Grosso do Sul	R\$ 13.007,12
Maranhão	R\$ 8.452,03
Pará	R\$ 8.289,86
Roraima	R\$ 7.700,47
Mato Grosso	R\$ 7.343,44

O caso do Mato Grosso do Sul é um destaque absoluto, pois seu salário inicial está muito acima do segundo colocado, indicando uma política diferenciada de valorização docente.

Estados na faixa intermediária, diversos estados apresentam remunerações entre aproximadamente R\$ 6.400 e R\$ 7.200, entre eles:

- Goiás
- Paraíba
- Sergipe
- Ceará
- Tocantins
- Rio Grande do Norte
- Amapá
- Distrito Federal
- Paraná
- Bahia
- Rondônia

Essa faixa demonstra um esforço de valorização acima do piso nacional, embora com diferenças importantes na composição da remuneração.

Estados com menores salários. Na parte inferior do ranking aparecem:

Estado	Salário inicial
Rio de Janeiro	R\$ 4.867,77
Minas Gerais	R\$ 4.867,97

Estado	Salário inicial
Piauí	R\$ 4.984,17
Santa Catarina	R\$ 5.026,80
Rio Grande do Sul	R\$ 5.111,05

Esses valores estão próximos do Piso Nacional do Magistério, indicando menor margem de valorização salarial na entrada da carreira.

Importância das gratificações

O gráfico diferencia:

- salário sem gratificação (barra contínua);
- salário com gratificação (barra tracejada).

Nos estados como:

- Goiás;
- Ceará;
- Tocantins;
- Paraná;
- Bahia;
- Rondônia;
- Distrito Federal;
- Sergipe;
- Amapá,
- parte significativa da remuneração depende de gratificações.

Isso significa que o vencimento básico pode ser consideravelmente inferior ao valor efetivamente recebido. Por exemplo:

Goiás

- vencimento básico: R\$ 5.160,49
- remuneração com gratificações: R\$ 7.160,49

Há um acréscimo de aproximadamente R\$ 2.000, 00 evidenciando forte dependência de vantagens remuneratórias.

O Rio Grande do Sul aparece com remuneração inicial de R\$ 5.111,05, ocupando uma posição entre as menores do país.

Esse dado indica que:

- o estado remunera pouco acima do piso nacional;
- está distante das políticas salariais adotadas pelos estados líderes do ranking;
- há espaço para fortalecimento da valorização docente por meio da revisão da carreira e da ampliação do vencimento básico.

A análise permite destacar cinco aspectos centrais:

- Existe elevada desigualdade federativa na remuneração inicial dos professores, contrariando o princípio de valorização equitativa do magistério previsto na Constituição e na LDB.
- O Mato Grosso do Sul constitui um caso atípico, apresentando remuneração inicial muito superior aos demais estados.
- Diversos estados dependem de gratificações para elevar a remuneração, o que pode tornar a estrutura salarial menos estável do que quando a valorização ocorre por meio do vencimento básico.

- Os estados do Sul e Sudeste não ocupam necessariamente as melhores posições do ranking. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro aparecem entre os menores salários iniciais, enquanto estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste figuram entre os maiores.

O levantamento reforça que a valorização docente não depende apenas do cumprimento do piso nacional, mas também da existência de planos de carreira estruturados, progressões atrativas e vencimentos básicos consistentes, capazes de promover a permanência e a atratividade da profissão docente.

Fontes Consultadas:

- Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao vencimento inicial dos professores municipais, jornada de trabalho, hora-atividade e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (consulta realizada em julho de 2026).
- Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Legislação municipal vigente utilizada para levantamento das regras de progressão funcional, gratificações, vantagens e benefícios assegurados aos profissionais da educação.
- Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, atualizada pela Lei nº 15.437/2026, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica e estabelece a composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério.
- Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizado para caracterização das normas aplicáveis aos profissionais da Rede Estadual de Ensino.
- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), utilizado como base estatística para os dados de rendimento médio mensal por Unidade da Federação, divulgados pelo G1 Economia.
- G1 Economia. *Quem paga mais no Brasil? Veja o salário médio no seu estado.* Publicado em 25 de junho de 2026. Dados baseados no CEMPRE/IBGE.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise de todo o documento, as causas críticas devem explicar os fatores que levam aos descritores e, consequentemente, ao problema da desprofissionalização do magistério da educação básica. O documento evidencia fatores relacionados à remuneração, à jornada de trabalho, ao plano de carreira e aos incentivos à valorização profissional. As causas mais consistentes são as seguintes:

Causa 01 - Defasagem do vencimento inicial em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério: a partir de 2022, o município passou a pagar vencimento inicial inferior ao piso nacional, comprometendo a valorização da carreira docente e reduzindo sua atratividade.

Causa 02 - Organização da jornada de trabalho em desacordo com o mínimo de um terço da carga horária destinado à hora-atividade: o município assegura 30% da jornada para atividades extraclasse, percentual inferior ao mínimo de 33,3% estabelecido pela Lei nº 11.738/2008.

Causa 03 - Limitações do Plano de Carreira nos mecanismos de valorização e desenvolvimento profissional: embora o Plano de Carreira seja estruturado, ele não prevê progressão para doutorado, licença-prêmio, bolsas ou incentivos financeiros para pós-graduação e outros mecanismos de fortalecimento da carreira docente.

Causa 04 - Insuficiência de políticas de incentivo à formação acadêmica em nível de pós-graduação stricto sensu: o documento destaca a inexistência de bolsas ou incentivos financeiros municipais para mestrado e doutorado, limitando a qualificação profissional dos docentes.

Causa 05 - Estrutura remuneratória com reduzida competitividade para atração e permanência de profissionais qualificados: o documento aponta que vencimentos abaixo do piso nacional comprometem a atratividade da carreira e dificultam a retenção de profissionais qualificados na rede municipal.

Causa 06 - Ausência de ampliação de instrumentos de reconhecimento e valorização funcional dos profissionais da educação: a inexistência de benefícios como licença-prêmio, 14º salário e outros mecanismos de reconhecimento limita as políticas municipais de valorização do magistério.

Causa 07 - Baixo nível de valorização salarial da carreira docente no contexto estadual e regional: o documento demonstra que o Rio Grande do Sul figura entre os estados com menor remuneração inicial do país, indicando um contexto regional de valorização salarial limitada, que também influencia a atratividade da profissão.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 17 do PME

TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



PROBLEMA: DESPROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



DESCRIPTOR 01

Vencimento inicial dos professores municipais inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional entre 2022 e 2025.



DESCRIPTOR 02

Hora-atividade dos professores corresponde a 30% da jornada, percentual inferior ao mínimo de um terço (33,3%) previsto na Lei nº 11.738/2008.



DESCRIPTOR 03

Plano de Carreira do Magistério contempla mecanismos de valorização profissional, porém apresenta lacunas relacionadas aos incentivos à formação e ao desenvolvimento da carreira.



DESCRIPTOR 04

O Rio Grande do Sul apresenta uma das menores remunerações iniciais entre as redes estaduais brasileiras, indicando reduzida valorização salarial na entrada da carreira.



CAUSA 01

Defasagem do vencimento inicial em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério.



CAUSA 05

Estrutura remuneratória com reduzida competitividade para atração e permanência de profissionais qualificados.



CAUSA 02

Organização da jornada de trabalho em desacordo com o mínimo de um terço da carga horária destinado à hora-atividade.



CAUSA 04

Insuficiência de políticas de incentivo à formação acadêmica em nível de pós-graduação stricto sensu.



CAUSA 03

Limitações do Plano de Carreira nos mecanismos de valorização e desenvolvimento profissional.



CAUSA 06

Ausência de ampliação de instrumentos de reconhecimento e valorização funcional dos profissionais da educação.



CAUSA 07

Baixo nível de valorização salarial da carreira docente no contexto estadual e regional.

LEGENDA



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

19. Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Problema 18: INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A participação social e a gestão democrática constituem princípios fundamentais da educação pública brasileira, previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e reafirmados pelo Plano Nacional de Educação. No âmbito municipal, esses princípios materializam-se por meio de instrumentos legais, instâncias colegiadas e mecanismos de participação da comunidade escolar e da sociedade civil na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. A presente análise descritiva examina a estrutura institucional existente no município para a promoção da gestão democrática, considerando aspectos como a legislação específica, os Conselhos Escolares, a forma de escolha dos diretores, os grêmios estudantis, as associações de pais, o Fórum Municipal de Educação, os conselhos de controle social, o Sistema Municipal de Ensino e os documentos institucionais das escolas. Embora o município apresente um conjunto consistente de mecanismos legalmente instituídos, a análise evidencia também limitações relacionadas à ampliação da participação social, à representatividade de alguns colegiados e à consolidação de práticas democráticas em determinados espaços da gestão educacional, elementos que caracterizam o problema público em análise.

DESCRITORES¹⁸ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 - O município possui Lei Municipal de Gestão Democrática (Lei nº 0870/2016), regulamentando os princípios, mecanismos e instâncias de participação da comunidade escolar na gestão das escolas.**
- ➔ **Descritor 02 - 100% das escolas municipais possuem Conselhos Escolares regularmente instituídos, com representação de direção, professores, estudantes, famílias e servidores.**
- ➔ **Descritor 03 - A escolha dos diretores das escolas municipais não ocorre por eleição direta, sendo realizada por designação com base em critérios de mérito e desempenho previstos em lei.**
- ➔ **Descritor 04 - Inexistência de Grêmios Estudantis nas escolas da rede municipal e ausência de legislação municipal específica para regulamentar sua criação e funcionamento.**
- ➔ **Descritor 05 - Todas as escolas possuem Associações/Círculos de Pais e Mestres (APM/CPM) em funcionamento, embora não exista legislação municipal específica sobre essas entidades.**
- ➔ **Descritor 06 - O município possui Fórum Municipal de Educação, instituído pela Portaria nº 091/2015, com representação dos principais segmentos da educação e da sociedade civil.**

¹⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- ➔ **Descritor 07 - O município possui Conselho Municipal de Educação (CME) legalmente instituído e reorganizado, exercendo funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento.**
- ➔ **Descritor 08 - O município possui Sistema Municipal de Ensino, organizado pela Lei nº 0575/2007, conferindo autonomia para normatizar e gerir sua rede de ensino.**
- ➔ **Descritor 09 - O município possui CACS-FUNDEB reestruturado conforme a Lei Federal nº 14.113/2020, com composição representativa e atribuições de acompanhamento e controle social dos recursos da educação.**
- ➔ **Descritor 10 - O município possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE), porém sua legislação de criação é de 1996 e necessita atualização para adequação às normas atuais do PNAE.**
- ➔ **Descritor 11 - 100% das escolas possuem Projeto Político-Pedagógico (PPP) atualizado, elaborado de forma participativa e homologado pelos órgãos competentes.**
- ➔ **Descritor 12 - 100% das escolas municipais possuem Regimento Escolar atualizado, elaborado com participação da comunidade escolar e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.**

a) Lei de Gestão Democrática

O município possui legislação específica que regulamenta a gestão democrática da educação, instituída pela **Lei Municipal nº 0870/2016, de 14 de junho de 2016**, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal. A norma estabelece os princípios, as diretrizes e os mecanismos de organização da gestão das escolas da rede municipal, fundamentando-se na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação educacional vigente. Entre seus princípios destacam-se a autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades escolares, a participação da comunidade escolar nos processos decisórios, a transparência na gestão, a valorização dos profissionais da educação e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A legislação define que a administração das escolas é exercida pelo diretor, pelo coordenador pedagógico e pelo Conselho Escolar, fortalecendo a atuação dos órgãos colegiados como instâncias consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e mobilizadoras. Também regulamenta a composição, o processo de eleição, as atribuições e o funcionamento dos Conselhos Escolares, assegurando representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar, do acompanhamento dos indicadores educacionais e da fiscalização da aplicação dos recursos financeiros.

Outro aspecto relevante da lei é a regulamentação da autonomia financeira das escolas, prevendo a descentralização de recursos, normas para elaboração de planos operacionais, execução das despesas, prestação de contas e fiscalização pelo Conselho Escolar e pela Secretaria Municipal de Educação, promovendo maior transparência e controle social sobre a gestão dos recursos públicos. Além disso, a legislação prevê ações de formação continuada para os profissionais da educação como estratégia de fortalecimento da autonomia pedagógica e da qualidade social da educação.

Em síntese, a Lei Municipal nº 0870/2016 constitui um marco normativo importante para a consolidação da gestão democrática no município, ao institucionalizar mecanismos de participação da comunidade escolar, fortalecer os Conselhos Escolares, assegurar autonomia às unidades de ensino e estabelecer procedimentos de transparência, controle e corresponsabilidade na gestão administrativa, financeira e pedagógica da rede municipal de ensino.

b) Conselhos Escolares

Todas as escolas da rede municipal possuem **Conselhos Escolares regularmente instituídos**, em conformidade com a **Lei Municipal nº 0870/2016, de 14 de junho de 2016**, que regulamenta a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal. A legislação estabelece uma composição representativa dos diferentes segmentos da comunidade escolar, assegurando a participação da direção, dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias e dos servidores no processo de gestão escolar.

Conforme dispõe o art. 14 da referida lei, os Conselhos Escolares das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental são compostos pelo diretor da escola (membro nato), um professor da Educação Infantil, um professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, um representante dos pais da Educação Infantil, um representante dos pais do Ensino Fundamental, um representante dos estudantes e um representante dos servidores municipais que atuam na escola. A legislação também prevê que cada conselheiro possua um suplente eleito pela comunidade escolar e que, em caso de impedimento legal do diretor, este seja substituído pelo coordenador pedagógico no Conselho Escolar.

Essa estrutura garante a representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, fortalecendo os princípios da gestão democrática por meio da participação coletiva nos processos de planejamento, deliberação, acompanhamento e fiscalização das ações administrativas, pedagógicas e financeiras das unidades escolares. As atribuições conferidas aos Conselhos Escolares incluem, entre outras, a participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar, a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, o acompanhamento dos indicadores educacionais e o fortalecimento da participação da comunidade na gestão da escola.

c) Escolha de Diretores das Escolas Públicas

O município **não adota o processo de eleição direta para a escolha dos diretores das escolas públicas municipais**. A designação para a função observa critérios de mérito e desempenho estabelecidos na **Lei Municipal nº 1.038/2022**, que alterou o § 1º do art. 32 da Lei Municipal nº 869/2016 (Plano de Carreira do Magistério Público Municipal). A legislação determina que o atual diretor realize um diagnóstico para identificar os professores aptos ao provimento da função, observando requisitos como: integrar o quadro permanente do magistério municipal; possuir, no mínimo, três anos de experiência docente; ter curso superior na área da Educação; estar em exercício na escola há pelo menos dois anos; não ter sofrido sanção administrativa nos últimos cinco anos; e possuir curso de gestão escolar com carga horária mínima de 40 horas, realizado nos últimos três anos e com aproveitamento.

A exposição de motivos da Lei nº 1.038/2022 informa que a alteração teve como objetivo adequar a legislação municipal às exigências da **Lei Federal nº 14.113/2020 (Novo FUNDEB)**, estabelecendo critérios técnicos de mérito e desempenho para o provimento da função de diretor escolar, sem instituir processo de consulta ou eleição pela comunidade escolar.

Dessa forma, embora o município possua legislação específica sobre gestão democrática e Conselhos Escolares atuantes, **a escolha dos diretores escolares ocorre por designação, fundamentada em critérios técnicos e de mérito previstos em lei, e não por eleição direta da comunidade escolar.** Esse modelo atende parcialmente ao princípio da gestão democrática, ao contemplar critérios de mérito e desempenho, porém não incorpora o mecanismo de consulta pública ou eleição direta dos gestores escolares.

A escolha de diretores e vice-diretores na rede estadual do Rio Grande do Sul é regulamentada pela [Lei nº 16.088/2024](#), que estabelece o modelo de Gestão Democrática do Ensino. O processo atual combina etapas de mérito técnico e consulta à comunidade escolar.

As principais diretrizes para a designação de diretores incluem:

- **Etapas Técnicas:** Para concorrer, o profissional do magistério deve passar por um processo seletivo composto por curso de gestão escolar, prova de conhecimentos específicos e elaboração de um plano de gestão.
- **Consulta Popular:** Após a habilitação nas etapas técnicas, ocorre a eleição (consulta à comunidade) que envolve a participação de professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis.
- **Mandato:** O mandato da equipe diretiva é de quatro anos.

d) Grêmios Estudantis

As escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nas escolas da rede municipal, tampouco legislação que regule sua criação e funcionamento. A inexistência desse importante espaço de representação estudantil limita as oportunidades de participação dos estudantes nos processos de gestão escolar, no exercício da cidadania, na formação para a liderança juvenil e no fortalecimento da cultura democrática no ambiente educacional.

A escola estadual possui grêmios estudantis instituídos conforme legislação estadual em vigor.

e) Associações de Pais e Mestres (APM/CPM)

As Associações ou Círculos de Pais e Mestres estão presentes em todas as escolas da rede municipal e da rede estadual, demonstrando que as famílias participam da organização escolar por meio dessas entidades. Embora não exista legislação municipal específica que regule sua constituição, essas organizações desempenham papel relevante no apoio às ações pedagógicas, administrativas e comunitárias das escolas, fortalecendo a parceria entre família e instituição de ensino e contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento escolar.

f) Fórum Municipal de Educação

O município possui **Fórum Municipal de Educação (FME)** instituído pelo Decreto 13/2026 de 01 de abril de 2026, configurando-se como espaço permanente de participação social, articulação e acompanhamento das políticas educacionais municipais. Sua composição contempla representantes dos principais segmentos envolvidos com a educação e o controle social, assegurando pluralidade e representatividade nas discussões e deliberações sobre as políticas públicas educacionais.

De acordo com a Portaria, o Fórum é composto por um representante dos gestores da educação, um representante dos trabalhadores em educação, um representante dos estudantes, um representante dos pais e mães, um representante da Câmara de Vereadores, um representante do Conselho Tutelar, um representante do Conselho Municipal de Educação e um representante do movimento sindical. Essa composição favorece o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, fortalecendo a participação democrática no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais e do Plano Municipal de Educação.

A estrutura do Fórum evidencia o compromisso do município com a institucionalização de mecanismos de participação social na educação. Entretanto, por apresentar apenas um representante de cada segmento, recomenda-se avaliar periodicamente sua composição e funcionamento, de modo a ampliar a representatividade, garantir a participação efetiva dos diversos atores da comunidade escolar e fortalecer sua atuação como instância de mobilização, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais municipais.

g) Conselho Municipal de Educação

O município possui **Conselho Municipal de Educação (CME)** instituído pela **Lei Municipal nº 101, de 26 de janeiro de 1995**, posteriormente reorganizado pela **Lei Municipal nº 685/2009, de 29 de dezembro de 2009**, consolidando-o como órgão integrante do Sistema Municipal de Ensino e responsável pelo acompanhamento, normatização, deliberação, fiscalização e assessoramento das políticas educacionais no âmbito municipal.

A reorganização promovida pela Lei nº 685/2009 fortaleceu a estrutura e as competências do Conselho, adequando sua organização às demandas da gestão educacional e ampliando sua atuação como instância de controle social e de participação democrática. O CME exerce papel estratégico na regulamentação do Sistema Municipal de Ensino, na emissão de pareceres e resoluções, na apreciação de matérias relacionadas às instituições de ensino e no acompanhamento da implementação das políticas públicas educacionais.

A existência de um Conselho Municipal de Educação legalmente instituído e em funcionamento representa um importante mecanismo de fortalecimento da gestão democrática, contribuindo para a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais, bem como para o aprimoramento da qualidade da educação ofertada pela rede municipal de ensino.

h) Sistema Municipal de Ensino

O município possui **Sistema Municipal de Ensino** instituído pela **Lei Municipal nº 0575/2007, de 19 de junho de 2007**, que organiza o Sistema Municipal de Ensino de Engenho Velho e estabelece as normas para sua estrutura, funcionamento e organização administrativa e pedagógica. A instituição do Sistema Municipal de Ensino confere ao município autonomia para organizar, normatizar, supervisionar e avaliar a educação no âmbito de sua rede, em conformidade com as diretrizes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e das demais normas educacionais vigentes.

A existência do Sistema Municipal de Ensino fortalece a capacidade institucional do município para formular e implementar suas políticas educacionais, permitindo maior integração entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e as instituições de ensino da rede municipal. Além disso, assegura a produção de normas próprias, o acompanhamento das unidades escolares e a regulamentação dos processos educacionais, respeitando as especificidades locais e os princípios da gestão democrática.

Nesse contexto, o Sistema Municipal de Ensino constitui um importante instrumento de gestão educacional, contribuindo para a autonomia administrativa, pedagógica e normativa do município, bem como para a organização das políticas públicas, o fortalecimento da gestão democrática e a melhoria da qualidade da educação ofertada à população.

i) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb)

O município possui o **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB)**, reestruturado pela **Lei Municipal nº 0990/2021, de 1º de abril de 2021**, em adequação às disposições da **Lei Federal nº 14.113/2020**, que regulamentou o novo FUNDEB. A legislação reorganizou a composição, o funcionamento e as competências do colegiado, fortalecendo os mecanismos de acompanhamento e controle social dos recursos destinados à educação básica no município.

O Conselho é composto por **14 membros titulares e respectivos suplentes**, representando diferentes segmentos da sociedade e da comunidade educacional: Poder Executivo Municipal (incluindo representante da Secretaria Municipal de Educação), professores, diretores escolares, servidores técnico-administrativos, pais de estudantes, estudantes, Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar, organizações da sociedade civil e escolas indígenas. A escolha dos representantes ocorre por processos eletivos ou indicações específicas previstas em lei, garantindo ampla representatividade e participação social no controle da política de financiamento da educação.

Entre suas principais atribuições, o CACS-FUNDEB acompanha e fiscaliza a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo; supervisiona a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual; analisa registros contábeis e prestações de contas; emite pareceres que integram as contas anuais do Poder Executivo; acompanha a execução de programas federais vinculados ao transporte escolar (PNATE) e à Educação de Jovens e Adultos (EJA); além de poder requisitar documentos,

convocar o Secretário Municipal de Educação para prestar esclarecimentos e realizar visitas técnicas às escolas para verificar a correta aplicação dos recursos públicos.

A legislação assegura ainda a autonomia de atuação do Conselho, estabelece mandato de quatro anos para seus membros, veda a remuneração pelo exercício da função e determina que o município disponibilize infraestrutura adequada ao seu funcionamento, bem como publique informações atualizadas sobre sua composição, atas, relatórios, pareceres e demais documentos produzidos, reforçando os princípios da transparência, do controle social e da participação democrática na gestão dos recursos da educação pública.

j) Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O município possui **Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)**, instituído pela **Lei Municipal nº 152/1996, de 15 de maio de 1996**, como órgão consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo nas questões relacionadas à municipalização e à operacionalização da alimentação escolar. A legislação atribui ao Conselho competências voltadas ao planejamento, coordenação e acompanhamento das ações da merenda escolar, bem como à fiscalização da aplicação dos recursos destinados ao programa, à elaboração de seu Regimento Interno e ao fortalecimento de parcerias institucionais para o aperfeiçoamento da política de alimentação escolar.

A lei estabelece que o Conselho seja composto por **sete membros**, representando o Poder Executivo (Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Agricultura), o Hospital Beneficente São Rafael, os professores municipais, os pais de alunos (por meio do Círculo de Pais e Mestres) e os trabalhadores rurais. O presidente é de livre escolha do Prefeito, devendo ser integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, enquanto os cargos de vice-presidente e secretário são eleitos entre os membros do colegiado. Os conselheiros exercem mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, e a função é considerada serviço público relevante, sem remuneração.

A legislação representou um importante avanço para a institucionalização do controle social da alimentação escolar no município. Contudo, por ter sido elaborada em **1996**, sua estrutura, composição e competências refletem a organização vigente à época e não contemplam integralmente as disposições atualmente estabelecidas pela legislação federal que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse sentido, recomenda-se a atualização do marco legal municipal, visando adequar o funcionamento do Conselho às normas nacionais vigentes, fortalecer sua representatividade e ampliar sua atuação no acompanhamento e fiscalização da execução da política de alimentação escolar.

k) Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Todas as escolas da rede municipal possuem Projeto Político-Pedagógico atualizado no ano de 2025, evidenciando o compromisso das instituições com o planejamento pedagógico e a organização das ações educativas. O processo de elaboração ocorre de forma participativa, envolvendo o Círculo de Pais e Mestres (CPM), o Conselho Escolar e a Direção Escolar, sendo posteriormente homologado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Coordenadoria Regional de Educação, no caso das escolas estaduais.

Essa dinâmica fortalece a gestão democrática ao promover a participação da comunidade escolar na definição das diretrizes pedagógicas e organizacionais das unidades de ensino.

I) Regimento Escolar

Todas as escolas municipais possuem Regimento Escolar atualizado em 2025, elaborado de forma participativa com a contribuição do CPM, Conselho Escolar e Direção Escolar. Após sua construção, o documento é submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação, assegurando conformidade com a legislação educacional vigente e padronização normativa das instituições de ensino. Esse procedimento evidencia a articulação entre as escolas, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, fortalecendo a organização do Sistema Municipal de Ensino e os princípios da gestão democrática.

Fontes Consultadas:

- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 101, de 26 de janeiro de 1995. Institui o Conselho Municipal de Educação.
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 152, de 15 de maio de 1996. Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 575, de 19 de junho de 2007. Organiza o Sistema Municipal de Ensino.
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 685, de 29 de dezembro de 2009. Reorganiza o Conselho Municipal de Educação.
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 870, de 14 de junho de 2016. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal.
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 990, de 1º de abril de 2021. Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB).
- ENGENHO VELHO (RS). Lei Municipal nº 1.038, de 13 de setembro de 2022. Altera o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, estabelecendo critérios de mérito e desempenho para o provimento da função de diretor escolar.
- ENGENHO VELHO (RS). Portaria nº 091, de 10 de abril de 2015. Institui o Fórum Municipal de Educação.
- Documentação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS: Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Regimentos Escolares e demais documentos institucionais das unidades escolares (2025).

B) ANÁLISE CAUSAL

- Causa 01 - Ausência de mecanismos de consulta pública à comunidade escolar para a escolha dos diretores das escolas municipais, limitando a participação democrática na definição das equipes gestoras.
- Causa 02 - Fragilidade dos espaços de representação estudantil, decorrente da inexistência de Grêmios Estudantis e de política municipal para sua implantação e fortalecimento.

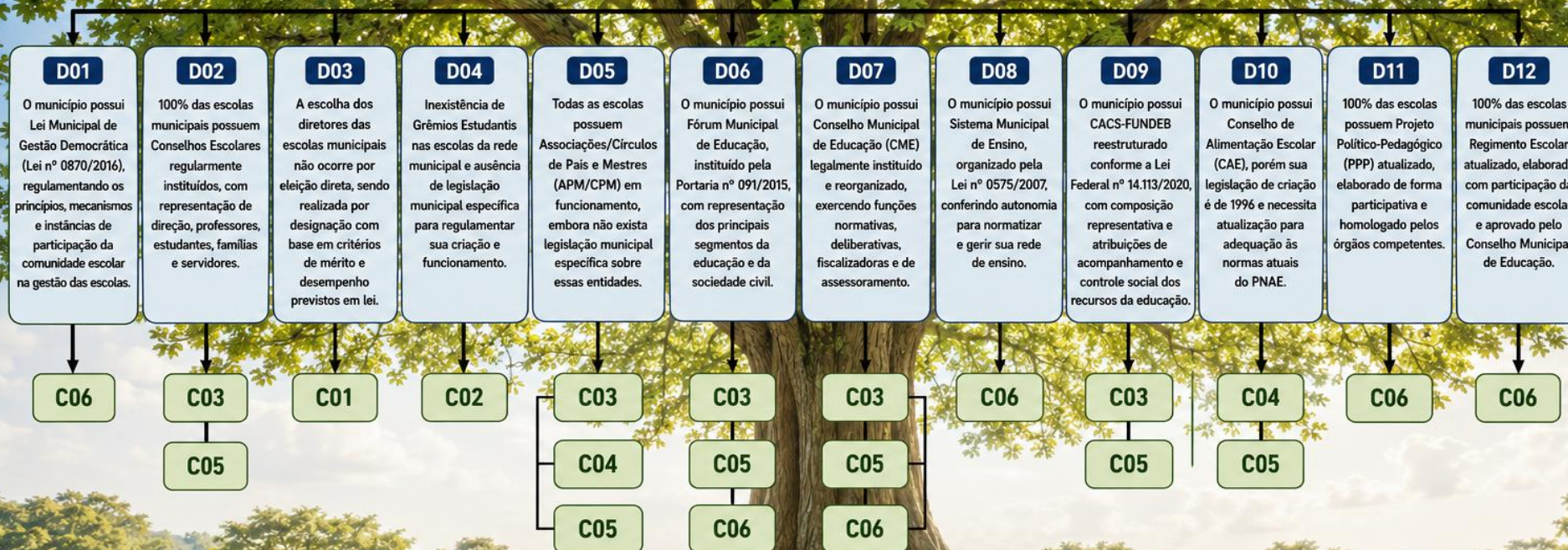
- Causa 03 - Necessidade de ampliar a representatividade, a mobilização e o protagonismo dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos colegiados e instâncias de participação social: embora existam Conselho Escolar, Fórum Municipal de Educação, CME, CACS-FUNDEB e CPM/APM, o próprio diagnóstico aponta que parte dessas instâncias pode ampliar sua representatividade e participação efetiva.
- Causa 04 - Necessidade de atualização e aperfeiçoamento dos marcos legais de alguns colegiados para adequação às normas nacionais vigentes e fortalecimento do controle social: a principal evidência refere-se ao CAE, cuja legislação é de 1996.
- Causa 05 - Necessidade de fortalecer processos permanentes de formação e qualificação dos membros dos órgãos colegiados para ampliar sua atuação no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais: essa causa não aparece explicitamente no documento, mas decorre da análise dos mecanismos existentes: há colegiados estruturados, porém o fortalecimento de sua atuação depende de formação continuada.
- Causa 06 - Necessidade de fortalecer a cultura de participação social e corresponsabilidade da comunidade escolar nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais: embora existam instrumentos participativos (PPP, Regimentos, Conselhos), o problema do tema indica que ainda há fragilidades na consolidação da participação como prática permanente.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 18 do PNE

TEMA 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

PROBLEMA 18: INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.



LEGENDA

- Problema
- Descritor
- Causa

Fonte: autoria própria.

20. TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema 19: BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da oferta da Educação Básica está diretamente relacionada às condições de infraestrutura física, tecnológica e financeira disponibilizadas às instituições de ensino. Ambientes escolares adequados, serviços essenciais universalizados, equipamentos pedagógicos, conectividade, acessibilidade e financiamento suficiente constituem elementos indispensáveis para assegurar o direito à educação com equidade, promovendo oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes. No município de Engenho Velho, embora sejam observados avanços importantes em aspectos como climatização das salas de aula, acesso à internet, regularidade dos repasses dos programas federais e adequada aplicação dos recursos do Fundeb, persistem desigualdades na infraestrutura escolar, na disponibilidade de equipamentos tecnológicos, na conectividade de qualidade e no acesso a determinados espaços pedagógicos, como laboratórios e recursos especializados. Essas diferenças evidenciam que as condições de oferta ainda não se apresentam de forma homogênea entre as escolas e etapas da Educação Básica, repercutindo na equidade do atendimento e nas oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes. Nesse contexto, a análise descritiva busca identificar as evidências que caracterizam esse cenário, subsidiando a compreensão das fragilidades e potencialidades da rede municipal e orientando a formulação de estratégias voltadas à qualificação da infraestrutura, do financiamento e das condições de ensino.

DESCRITORES¹⁹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** A infraestrutura física das escolas apresenta avanços nos serviços essenciais, porém persistem desigualdades na disponibilidade de espaços pedagógicos, acessibilidade e saneamento básico, comprometendo a equidade das condições de oferta.
- ➔ **Descritor 02:** Embora todas as escolas possuam acesso à internet, permanecem limitações na qualidade da conectividade, na disponibilidade de banda larga, de laboratórios de informática e de equipamentos tecnológicos para uso pedagógico dos estudantes.
- ➔ **Descritor 03:** A distribuição dos equipamentos tecnológicos entre as escolas é desigual, reduzindo as oportunidades de utilização das tecnologias digitais, da BNCC Computação e da Educação Digital em condições de equidade.
- ➔ **Descritor 04:** A conectividade escolar encontra-se universalizada para fins administrativos e pedagógicos, porém ainda apresenta limitações quanto

¹⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

ao acesso em banda larga, ao uso comunitário da internet e à integração das tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem.

- ➔ **Descritor 05:** Os programas federais de financiamento (PNAE, PNATE, Salário-Educação, Educação Infantil – Novas Turmas e PDDE) apresentam regularidade nos repasses e fortalecem a manutenção da rede, porém os recursos ainda são insuficientes para eliminar as desigualdades estruturais existentes entre as escolas.
- ➔ **Descritor 06:** O município apresenta boa execução financeira dos recursos do FUNDEB, com cumprimento dos limites legais e priorização da valorização dos profissionais da educação, entretanto a aplicação dos recursos evidencia reduzidos investimentos em infraestrutura e despesas de capital voltadas à qualificação dos espaços escolares.

1) Dados sobre a infraestrutura da educação básica municipal

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos por etapa de ensino



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 04/07/2026)

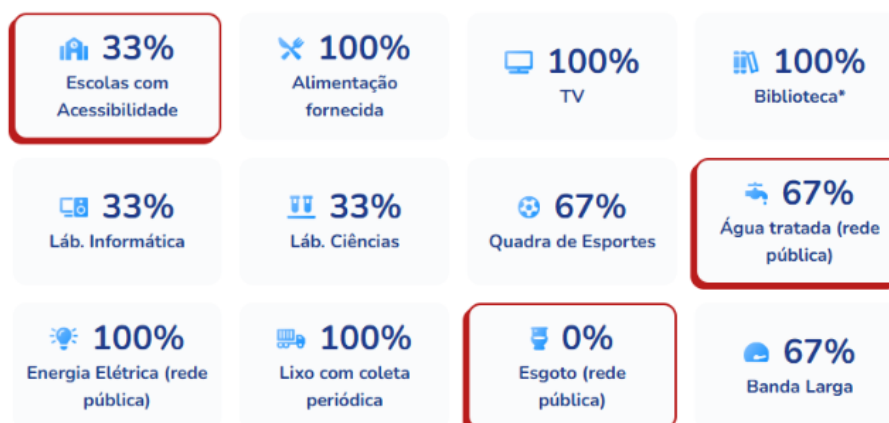
Painel 01- Infraestrutura da educação básica do território municipal

Infraestrutura

VER TUDO >

Percentual de escolas do município com cada tipo de equipamento de infraestrutura.

Todos



A equipe QEdu entende que é essencial a garantia de boas condições de funcionamento para todos e cada um dos alunos. Por isso, para os itens de acessibilidade, saneamento básico e condições elementares de infraestrutura, se marcou em vermelho todos os itens abaixo de 70%.

* A partir da definição do Inep, a biblioteca é um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário.

Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho> (Acesso em: 31/07/2026)

c) Sobre conforto térmico

Assegurar que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH HA	5	5
ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	8	8
EMEIEF CLEITON COSTA	11	11

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

A tabela sobre conforto térmico mostra que as três escolas apresentadas possuem **100% das salas utilizadas climatizadas**. A Escola Municipal Indígena de Ensino Fundamental Pãvãnh Ha possui 5 salas utilizadas e 5 climatizadas; a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto possui 8 salas utilizadas e 8 climatizadas; e a EMEIEF Cleiton Costa possui 11 salas utilizadas e 11 climatizadas.

Esse dado é bastante positivo, pois demonstra que os estabelecimentos de ensino contam com condições adequadas de conforto térmico, aspecto essencial diante do aumento das temperaturas e da ocorrência de eventos climáticos extremos. A climatização

contribui para o bem-estar dos estudantes e profissionais da educação, favorece a permanência na escola e melhora as condições de aprendizagem.

Contudo, é importante observar que conforto térmico não deve ser analisado apenas como infraestrutura física. Ele também precisa estar articulado à sustentabilidade energética, ao uso consciente da energia elétrica, à ventilação adequada, à arborização dos espaços escolares e à reflexão sobre mudanças climáticas. Ou seja, a climatização é um avanço, mas pode se tornar ainda mais potente quando associada a práticas pedagógicas sobre consumo responsável, eficiência energética e cuidado ambiental.

1) Dados quanto a conectividade e existência de equipamentos tecnológicos

Gráfico 01 – Infraestrutura quanto a internet para alunos e acesso à internet na educação básica (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise do Gráfico 01 demonstra que o município alcançou um importante avanço ao assegurar acesso à internet em 100% das escolas da Educação Básica, eliminando um dos principais obstáculos históricos relacionados à inclusão digital das instituições de ensino. Esse resultado evidencia que a conectividade básica já se encontra universalizada na rede escolar, constituindo condição essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e de comunicação institucional. Entretanto, o indicador, por si só, não permite concluir que as escolas disponham de conectividade suficiente para atender às demandas educacionais contemporâneas, uma vez que o acesso à internet representa apenas o primeiro nível da infraestrutura tecnológica necessária para a efetiva transformação digital da educação.

Sob a perspectiva pedagógica, a simples disponibilidade da internet não assegura a integração qualificada das tecnologias ao currículo escolar. O desenvolvimento das competências previstas na BNCC Computação, da Educação Digital e da Cidadania Digital depende de conexões estáveis, velocidade compatível com o uso simultâneo por estudantes e professores, disponibilidade de equipamentos, formação docente e planejamento pedagógico capaz de incorporar as tecnologias digitais às metodologias de ensino. Assim, embora o município tenha superado a barreira do acesso inicial, persistem desafios relacionados à qualidade da conectividade e ao seu aproveitamento pedagógico.

Além disso, observa-se que a conectividade deve ser compreendida como infraestrutura estratégica para garantir equidade educacional. Em um contexto em que grande parte dos recursos didáticos, avaliações, plataformas educacionais e ambientes virtuais dependem da internet, limitações de qualidade podem ampliar desigualdades de aprendizagem entre escolas, comprometendo o desenvolvimento das competências digitais previstas para a Educação Básica.

Painel 01 – Infraestrutura quanto a energia elétrica e internet na educação infantil (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

O Painel 01 evidencia que as unidades de Educação Infantil apresentam condições estruturais satisfatórias quanto aos serviços essenciais de funcionamento. Os indicadores demonstram 100% de cobertura para internet, energia elétrica, alimentação escolar, cozinha, banheiros, biblioteca ou sala de leitura, acessibilidade e funcionamento em prédio escolar, revelando que as escolas dispõem das condições básicas necessárias ao atendimento educacional das crianças.

Embora esses resultados sejam positivos, é importante destacar que a conectividade na Educação Infantil possui finalidade distinta daquela observada nas demais etapas da Educação Básica. Nessa fase, as tecnologias digitais devem atuar como recursos complementares ao desenvolvimento infantil, priorizando experiências mediadas pelos professores, atividades lúdicas, exploração de diferentes linguagens e desenvolvimento progressivo da cultura digital. Dessa forma, a existência de internet constitui apenas uma condição inicial, sendo igualmente necessária a disponibilidade de equipamentos apropriados, recursos digitais educativos e formação dos profissionais para utilização pedagógica das tecnologias de maneira segura, ética e adequada à faixa etária.

Os dados demonstram, portanto, que o município possui uma infraestrutura física consistente na Educação Infantil, criando condições favoráveis para ampliar, futuramente, políticas voltadas à Educação Digital desde os primeiros anos da escolarização.

Painel 02 – Infraestrutura quanto a energia elétrica, laboratório de informática e banda larga nas etapas do ensino fundamental e no ensino médio (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

Os indicadores apresentados no Painel 02 revelam um cenário de avanços coexistindo com importantes limitações estruturais. Aspectos básicos como alimentação escolar, fornecimento de energia elétrica, televisão, biblioteca e coleta periódica de resíduos atingem cobertura integral, indicando boas condições gerais de funcionamento das escolas. Contudo, os indicadores diretamente relacionados à transformação digital da educação apresentam resultados significativamente inferiores.

A existência de laboratório de informática em apenas 33% das escolas demonstra que a maior parte das unidades escolares ainda não dispõe de espaços específicos para o desenvolvimento sistemático de atividades relacionadas à informática educativa, programação, pensamento computacional, robótica educacional e cultura maker. Essa limitação reduz as possibilidades de utilização coletiva das tecnologias digitais e restringe o desenvolvimento das competências previstas na BNCC Computação.

Da mesma forma, a cobertura de 67% de banda larga indica que parte das escolas ainda utiliza conexões de menor capacidade ou não dispõe de infraestrutura adequada para suportar múltiplos acessos simultâneos. Em um cenário de crescente utilização de plataformas digitais, videoconferências, recursos multimídia, inteligência artificial educacional e ambientes virtuais de aprendizagem, a ausência de banda larga representa importante fator limitador da inovação pedagógica.

Esses resultados demonstram que o principal desafio do município já não está relacionado à existência da internet, mas à qualidade da infraestrutura tecnológica disponível para sua utilização educacional.

Tabela 01 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	67%	3

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://gedu.org.br/municipio/4306924-engenho-velho/censo-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 16/06/2026)

A Tabela 01 sintetiza dois dos principais indicadores de conectividade da rede municipal. Enquanto 100% das escolas possuem acesso à internet, apenas 67% contam com conexão em banda larga, evidenciando que a universalização do acesso ainda não foi acompanhada pela universalização da qualidade da conectividade.

Sob a perspectiva pedagógica, essa diferença possui impacto significativo. O uso simultâneo de plataformas educacionais, objetos digitais de aprendizagem, recursos audiovisuais em alta definição e ferramentas colaborativas exige conexões estáveis e de alta velocidade. Dessa forma, escolas sem banda larga tendem a enfrentar maiores dificuldades para integrar as tecnologias digitais às práticas pedagógicas, reduzindo as possibilidades de inovação metodológica e de ampliação das experiências de aprendizagem.

Além disso, a existência de diferentes padrões de conectividade entre as escolas evidencia desigualdades de acesso às oportunidades educacionais, comprometendo o princípio da equidade previsto nas políticas públicas educacionais.

Tabela 02 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

EQUIPAMENTO	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH HA	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA	%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA	Sim	Sim	Sim	100%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Não	Não	33,33%
SCANNER	Não	Não	Sim	33,33%
DVD	Sim	Sim	Não	67%
EQUIPAMENTO SOM	Sim	Sim	Não	67%
TV	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Sim	33,33%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Sim	Sim	Sim	100%
DESKTOP ALUNO	Não	Sim	Não	33,33%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Sim	Não	Sim	67%
TABLET ALUNO	Sim	Não	Sim	67%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise da Tabela 02 demonstra que a rede escolar possui equipamentos tecnológicos básicos amplamente distribuídos, como computadores, impressoras, copiadoras, televisores e equipamentos multimídia, presentes em praticamente todas as escolas. Esses recursos garantem condições mínimas para o funcionamento administrativo e para o apoio às atividades pedagógicas.

Entretanto, quando se analisam equipamentos voltados diretamente ao uso dos estudantes, observa-se maior desigualdade na distribuição. Recursos como lousas digitais, scanners, computadores desktop para alunos, notebooks e tablets apresentam cobertura parcial, estando concentrados em apenas parte das unidades escolares.

Esse cenário evidencia que a infraestrutura tecnológica existente ainda está mais voltada ao suporte das atividades escolares do que à efetiva inclusão digital dos estudantes. A disponibilidade limitada de equipamentos reduz as oportunidades de utilização cotidiana das tecnologias digitais em sala de aula, dificultando o desenvolvimento de competências relacionadas à pesquisa, autoria digital, resolução de problemas, pensamento computacional e cidadania digital.

Além disso, a distribuição desigual entre as escolas pode ampliar diferenças nas oportunidades de aprendizagem, especialmente entre estudantes matriculados em unidades com menor disponibilidade tecnológica.

Tabela 03 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

EQUIPAMENTO	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANHA	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA
	QUANTIDADE		
EQUIPAMENTO DE SOM	2	2	0
TV	1	2	0
LOUSA DIGITAL	2	2	2
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	0	0	7
DESKTOP ALUNO	1	8	5
COMPUTADOS PORTATIL ALUNO	0	15	0
TABLET ALUNO	2	0	6

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise quantitativa dos equipamentos revela diferenças significativas entre as escolas do município. Enquanto algumas instituições concentram maior número de notebooks, computadores, tablets e equipamentos multimídia, outras dispõem de quantitativos bastante reduzidos para utilização pedagógica.

Essas diferenças evidenciam que a mera existência dos equipamentos não garante igualdade de acesso. A disponibilidade reduzida de computadores e dispositivos móveis limita a realização de atividades simultâneas com turmas inteiras, obrigando ao compartilhamento dos equipamentos e reduzindo o tempo efetivo de utilização pelos estudantes.

Sob a perspectiva da equidade, essa situação merece atenção especial, uma vez que o acesso desigual às tecnologias pode repercutir diretamente na aprendizagem, no desenvolvimento das competências digitais e na preparação dos estudantes para uma sociedade cada vez mais conectada e tecnologicamente dependente.

Tabela 04 – Disponibilidade da internet nas escolas

DISPONIBILIDADE DE INTERNET	ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH A	ESC EST ENS MED FLORIANO PEIXOTO	EMEIEF CLEITON COSTA	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ALUNOS	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Sim	Não	Não	33,33%
ACESSO INTERNET COMPUTADOR	Sim	Não	Sim	67%
ACESSO INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Não	Não	Não	0%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Os dados da Tabela 04 evidenciam que todas as escolas disponibilizam internet para fins administrativos, pedagógicos e de aprendizagem, demonstrando que a conectividade já integra o cotidiano institucional das unidades escolares.

Contudo, alguns indicadores revelam limitações importantes. Apenas 33,33% das escolas disponibilizam internet para uso da comunidade, restringindo o potencial das escolas como espaços públicos de inclusão digital e fortalecimento das relações entre escola e território. Além disso, nenhuma escola permite acesso à internet por dispositivos pessoais, indicando inexistência de políticas estruturadas de utilização pedagógica de equipamentos próprios dos estudantes (BYOD – Bring Your Own Device), prática amplamente difundida em diversos sistemas educacionais.

Esses resultados demonstram que a conectividade ainda está centrada no uso institucional, apresentando potencial de ampliação para fortalecer estratégias de aprendizagem híbrida, projetos colaborativos, inclusão digital da comunidade e desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania digital.

O conjunto dos dados evidencia que o município já superou a etapa de universalização do acesso básico à internet nas escolas, apresentando infraestrutura essencial consolidada. Contudo, persistem desafios significativos relacionados à qualidade da conectividade, à universalização da banda larga, à existência de laboratórios de informática, à quantidade e distribuição dos equipamentos tecnológicos e à integração pedagógica das tecnologias digitais.

Em síntese, o principal desafio não consiste mais em conectar as escolas, mas em transformar a conectividade existente em oportunidades efetivas de aprendizagem, garantindo infraestrutura tecnológica adequada, equidade no acesso aos equipamentos, formação continuada dos professores e consolidação de práticas pedagógicas alinhadas à BNCC Computação, à Educação Digital e ao desenvolvimento das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

4) Financiamento municipal federal

Tabela 06 - Repasse anual da alimentação escolar municipal

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
06/FEV/2025	001258	959,00
06/FEV/2025	000954	1.369,75
06/FEV/2025	001251	1.213,75
06/FEV/2025	001256	1.139,00
28/FEV/2025	001926	1.213,75
28/FEV/2025	001919	1.369,75
07/MAR/2025	002084	959,00
10/MAR/2025	002318	1.139,00
09/ABR/2025	004722	959,00
09/ABR/2025	004642	1.369,75
09/ABR/2025	004505	1.213,75
09/ABR/2025	004513	1.139,00
07/MAI/2025	006840	1.213,75
07/MAI/2025	006672	1.139,00
07/MAI/2025	006545	1.369,75
08/MAI/2025	007091	959,00
04/JUN/2025	010760	959,00
04/JUN/2025	010997	1.369,75
04/JUN/2025	010745	1.213,75
04/JUN/2025	010889	1.139,00
03/JUL/2025	014321	1.213,75
03/JUL/2025	014263	959,00
03/JUL/2025	014353	1.139,00
03/JUL/2025	014140	1.369,75
05/AGO/2025	017721	1.213,75
05/AGO/2025	017965	1.369,75
05/AGO/2025	017652	959,00
05/AGO/2025	017446	1.139,00
15/SET/2025	021292	1.139,00
15/SET/2025	021099	1.369,75
15/SET/2025	020929	1.213,75
15/SET/2025	021180	959,00
Total:		37.452,00

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

A tabela apresenta os **repasse**s do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** efetuados ao município durante o exercício de **2025**, discriminando a data do pagamento, o número da ordem bancária (OB) e o respectivo valor transferido.

Análise dos dados

Valor total recebido em 2025: R\$ 37.452,00.

Os repasses ocorreram entre os meses de **fevereiro e setembro de 2025**.

Foram registradas **32 transferências**, distribuídas em diferentes datas ao longo do período.

Observa-se que o FNDE realizou os pagamentos em **lotes**, concentrando várias ordens bancárias na mesma data.

Distribuição dos repasses

Mês	Valor recebido
Fevereiro	R\$ 7.255,00

Mês	Valor recebido
Março	R\$ 2.098,00
Abril	R\$ 4.682,50
Maio	R\$ 4.682,50
Junho	R\$ 4.682,50
Julho	R\$ 4.682,50
Agosto	R\$ 4.682,50
Setembro	R\$ 4.687,50
Total	R\$ 37.452,00

Principais observações:

Os valores individuais pagos são praticamente padronizados, repetindo-se principalmente em quatro faixas:

- **R\$ 959,00**
- **R\$ 1.139,00**
- **R\$ 1.213,75**
- **R\$ 1.369,75**

A repetição desses valores indica que os recursos foram repassados conforme as diferentes **categorias de atendimento do PNAE** (etapas e modalidades da Educação Básica), cada uma com valor específico.

A partir de abril observa-se uma **regularidade nos repasses mensais**, com valores muito próximos (**aproximadamente R\$ 4,68 mil por mês**), evidenciando estabilidade no fluxo financeiro destinado à alimentação escolar.

O mês de **março** apresenta apenas dois repasses, totalizando **R\$ 2.098,00**, enquanto fevereiro concentra seis transferências referentes ao início do exercício financeiro.

Síntese técnica:

Os dados demonstram que o município recebeu, até setembro de 2025, **R\$ 37.452,00** provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os repasses ocorreram de forma regular, em parcelas mensais e com valores padronizados, permitindo maior previsibilidade para o planejamento da aquisição de gêneros alimentícios e para a execução da alimentação escolar nas unidades de ensino. A constância dos valores indica normalidade na transferência dos recursos federais, favorecendo a continuidade da oferta de alimentação aos estudantes atendidos pela rede pública municipal.

Tabela 07 - Repasse anual do Programa Nacional de apoio ao transporte escolar

PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
26/MAR/2025	003755	3.427,91
26/MAR/2025	003754	3.635,67
04/ABR/2025	004096	12.361,26
29/AGO/2025	020308	3.427,92
02/SET/2025	020411	3.635,66
02/SET/2025	020439	12.361,26
Total:		38.849,68

A tabela apresenta os **repasse**s do **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)** realizados ao município durante o exercício de **2025**, indicando a data do pagamento, a ordem bancária (OB) e o valor transferido.

Análise dos dados:

Valor total recebido em 2025: R\$ 38.849,68.

Foram registrados **6 repasses** ao longo do período analisado.

As transferências ocorreram entre os meses de **março e setembro de 2025**.

Os pagamentos foram realizados em **três momentos distintos**, concentrando duas ordens bancárias em cada período.

Distribuição dos repasses

Mês	Valor recebido
Março	R\$ 7.063,58
Abril	R\$ 12.361,26
Agosto	R\$ 3.427,92
Setembro	R\$ 15.996,92
Total	R\$ 38.849,68

Valores das parcelas

Observa-se a repetição de três valores principais:

- **R\$ 12.361,26** – 2 repasses;
- **R\$ 3.635,66/3.635,67** – 2 repasses (diferença de R\$ 0,01 por arredondamento);
- **R\$ 3.427,91/3.427,92** – 2 repasses (diferença de R\$ 0,01 por arredondamento).

Essa padronização demonstra que os recursos são transferidos conforme os critérios de distribuição do FNDE, considerando fatores como o número de estudantes transportados, a extensão das rotas e demais parâmetros estabelecidos pelo programa.

Principais observações:

Abril apresentou o maior repasse individual do período (**R\$ 12.361,26**), correspondendo a aproximadamente **31,8%** do total anual.

Setembro concentrou o maior volume de recursos, com dois pagamentos que totalizaram **R\$ 15.996,92**, equivalentes a cerca de **41,2%** do montante recebido em 2025.

Não foram identificados repasses nos meses de **janeiro, fevereiro, maio, junho e julho**, indicando que o FNDE realizou as transferências em parcelas concentradas, e não mensalmente.

A distribuição dos recursos ao longo do ano contribui para o custeio das despesas com o transporte escolar dos estudantes da educação básica pública residentes, principalmente, na zona rural.

Síntese técnica:

Em 2025, o município recebeu **R\$ 38.849,68** do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Os recursos foram transferidos em **seis parcelas**, distribuídas entre março e setembro, com predominância de pagamentos concentrados em abril e setembro. A regularidade dos valores e a repetição das parcelas demonstram que

os repasses seguiram os critérios técnicos estabelecidos pelo FNDE, assegurando apoio financeiro ao transporte escolar e contribuindo para o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica pública.

Tabela 08 - Repasse anual do salário educação

QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL			
Data Pgto	OB	Valor	
17/JAN/2025	000225	14.096,80	Salário-Educação:
18/FEV/2025	001645	8.791,00	Salário-Educação:
19/MAR/2025	002874	8.774,19	Salário-Educação:
15/ABR/2025	005367	8.691,06	Salário-Educação:
16/MAI/2025	008927	8.670,68	Salário-Educação:
18/JUN/2025	012328	8.935,49	Salário-Educação:
16/JUL/2025	016124	9.236,13	Salário-Educação:
18/AGO/2025	019695	8.440,69	Salário-Educação:
17/SET/2025	022948	8.386,62	Salário-Educação:
17/OUT/2025	027278	9.245,09	Salário-Educação:
17/NOV/2025	030962	8.764,16	Salário-Educação:
17/DEZ/2025	036141	8.675,81	Salário-Educação:
Total:		110.707,72	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

A tabela apresenta os **repasse da Quota Estadual/Municipal do Salário-Educação** recebidos pelo município durante o exercício de **2025**, indicando a data do pagamento, a ordem bancária (OB) e o respectivo valor creditado.

Análise dos dados

Valor total recebido em 2025: R\$ 110.707,72.

Foram realizados **12 repasses**, correspondendo a **uma transferência mensal**, de janeiro a dezembro.

Os valores apresentaram pequena variação ao longo do ano, demonstrando **regularidade e estabilidade** na arrecadação e distribuição dos recursos do Salário-Educação.

Distribuição mensal dos repasses:

Mês	Valor recebido
Janeiro	R\$ 14.096,80
Fevereiro	R\$ 8.791,00
Março	R\$ 8.774,19
Abril	R\$ 8.691,06
Maio	R\$ 8.670,68
Junho	R\$ 8.935,49
Julho	R\$ 9.236,13
Agosto	R\$ 8.440,69
Setembro	R\$ 8.386,62
Outubro	R\$ 9.245,09

Mês	Valor recebido
Novembro	R\$ 8.764,16
Dezembro	R\$ 8.675,81
Total	R\$ 110.707,72

Principais observações:

O município recebeu recursos **em todos os meses do ano**, evidenciando a regularidade dos repasses da Quota Estadual/Municipal do Salário-Educação.

Janeiro registrou o maior repasse do exercício (**R\$ 14.096,80**), representando aproximadamente **12,7%** do total anual. Esse valor superior pode estar relacionado a ajustes ou compensações realizados no início do exercício financeiro.

Entre **fevereiro e dezembro**, os repasses oscilaram entre **R\$ 8.386,62** e **R\$ 9.245,09**, mantendo uma variação reduzida, característica da distribuição baseada na arrecadação do Salário-Educação e nos critérios definidos pelo FNDE.

A média mensal dos repasses foi de aproximadamente **R\$ 9.225,64**, indicando estabilidade no fluxo de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Considerações sobre o Salário-Educação:

A Quota Estadual/Municipal do Salário-Educação constitui uma importante fonte de financiamento da educação básica pública. Os recursos podem ser aplicados em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, como aquisição de materiais didáticos, equipamentos, mobiliário escolar, transporte escolar, melhoria da infraestrutura das escolas e outras despesas educacionais previstas na legislação, contribuindo para elevar a qualidade da oferta educacional.

Síntese técnica:

Em 2025, o município recebeu **R\$ 110.707,72** da Quota Estadual/Municipal do Salário-Educação, distribuídos em **12 repasses mensais**. Os dados evidenciam um fluxo financeiro contínuo e previsível, favorecendo o planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Educação. A estabilidade dos valores, especialmente entre fevereiro e dezembro, demonstra a regularidade dos repasses e reforça a importância desse recurso como mecanismo complementar de financiamento da educação básica pública municipal.

Tabela 09 – EI Novas Turmas

EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS - EI - NOVAS TURMAS - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL TD			
Data Pgto	OB	Valor	Parcela
26/SET/2025	023855	32.651,48	115
Total:		32.651,48	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

A tabela apresenta os repasses do Programa Educação Infantil – Novas Turmas, destinados à Manutenção da Educação Infantil em Tempo Integral (TD), realizados ao município durante o exercício de 2025.

Análise dos dados:

Valor total recebido em 2025: R\$ 32.651,48.

Foi registrado apenas um repasse no período analisado.

O pagamento ocorreu em 26 de setembro de 2025, por meio da Ordem Bancária (OB) nº 023855.

O recurso corresponde à Parcela 115, no valor de R\$ 32.651,48.

Principais observações:

Diferentemente de outros programas do FNDE, que realizam repasses periódicos ao longo do ano, este programa apresentou um único crédito no exercício analisado.

O valor recebido é significativamente superior aos repasses mensais de programas como PNAE e PNATE, característica comum dos recursos destinados ao apoio à expansão e manutenção de novas matrículas na Educação Infantil.

Os recursos do programa têm como finalidade apoiar financeiramente os municípios na manutenção de novas turmas de Educação Infantil, especialmente para assegurar o atendimento de crianças em creches e pré-escolas, ampliando o acesso e contribuindo para a sustentabilidade da oferta educacional.

Considerações sobre o programa:

O Programa Educação Infantil – Novas Turmas integra as políticas de financiamento da Educação Infantil desenvolvidas pelo FNDE e busca apoiar os municípios que ampliam sua rede de atendimento. Os recursos podem ser utilizados para custear despesas de manutenção das novas turmas, até que essas matrículas sejam plenamente incorporadas ao financiamento regular do Fundeb, fortalecendo a expansão da oferta e garantindo melhores condições para o atendimento das crianças.

Síntese técnica:

Em 2025, o município recebeu R\$ 32.651,48 do Programa Educação Infantil – Novas Turmas – Manutenção da Educação Infantil, por meio de um único repasse, efetuado em 26 de setembro. O recurso representa um importante apoio financeiro para a ampliação e manutenção das novas vagas na Educação Infantil, contribuindo para a consolidação da política de universalização do acesso, especialmente na etapa da primeira infância, e assegurando melhores condições para o funcionamento das novas turmas implantadas pela rede municipal de ensino.

Tabela 10 - Repasse anual PDDE Escola Estadual Floriano Peixoto

Entidade...: 90.894.155/0001-01 - CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EE DE ENS MEDIO FLORIANO PEIXO				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
15/MAI/2025	007818	1.995,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023392	1.995,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		3.990,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
23/OUT/2025	027865	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

Tabela 11 - Repasse anual PDDE Escola Municipal Cleiton Costa

Entidade...: 10.226.423/0001-88 - CÍRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEI E EF CLEITON COSTA

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
19/MAI/2025	009244	2.295,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023377	2.295,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		4.590,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
26/NOV/2025	031740	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fn.de.gov.br/pls/simad/internet_fn.de.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

Tabela 12 - Repasse anual PDDE Escola Municipal Pávãnh Há

Entidade...: 22.908.163/0001-00 - CPM DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PAVANH HA

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
19/MAI/2025	009244	3.335,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023377	3.335,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		6.670,00		

PDDE EQUIDADE - ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ESCOLA DO CAMPO, ESCOLA ACESSÍVEL E PDE ESCOLA - ANTIG

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
25/ABR/2025	005964	23.117,00	001	ICQ - PDDE - CAMPO
10/OUT/2025	026650	2.970,00	001	Indig - PDDE EQUIDADE
Total:		26.087,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
26/NOV/2025	031740	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
11/DEZ/2025	033732	1.235,00	001	CNCA - CANTINHO DA LEITURA EDUCAÇÃO INFANTIL
Total:		3.686,00		

Fonte: https://www.fn.de.gov.br/pls/simad/internet_fn.de.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/08/2026)

As tabelas apresentam os recursos recebidos por **três unidades executoras (CPMs/APMs)** do município por meio do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** e de suas ações integradas, durante o exercício de **2025**. Os repasses contemplam tanto o **PDDE Básico** quanto programas específicos voltados à equidade, inovação, conectividade e incentivo à leitura.

Análise dos dados:

Valor total dos recursos recebidos

Unidade Executora	Valor recebido
Círculo de Pais e Mestres da EE de Ensino Médio Floriano Peixoto	R\$ 6.441,00
Círculo de Pais e Mestres da EMEI e EF Cleiton Costa	R\$ 7.041,00
CPM da Escola de Ensino Fundamental Pávãnh Há	R\$ 36.443,00
Total Geral	R\$ 49.925,00

Distribuição dos recursos por programa:

Programa	Valor
PDDE Básico	R\$ 15.250,00
PDDE Equidade	R\$ 26.087,00
PDDE Educação Conectada	R\$ 7.353,00
Cantinho da Leitura da Educação Infantil	R\$ 1.235,00

Programa	Valor
Total	R\$ 49.925,00

Análise por unidade escolar:

Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto

A unidade recebeu **R\$ 6.441,00**, distribuídos da seguinte forma:

- **PDDE Básico:** R\$ 3.990,00 (duas parcelas de R\$ 1.995,00);
- **PDDE Educação Conectada (PIEC):** R\$ 2.451,00.

Os recursos contemplam tanto a manutenção das atividades escolares quanto o fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da conectividade para apoio às práticas pedagógicas.

EMEI e EF Cleiton Costa

A unidade recebeu **R\$ 7.041,00**, sendo:

- **PDDE Básico:** R\$ 4.590,00 (duas parcelas de R\$ 2.295,00);
- **PDDE Educação Conectada:** R\$ 2.451,00.

Os investimentos reforçam a autonomia financeira da escola para pequenas despesas de manutenção e ampliam as condições para utilização das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Escola de Ensino Fundamental Pãvãnh Há

Foi a unidade que concentrou o maior volume de recursos, totalizando **R\$ 36.443,00**, distribuídos em:

- **PDDE Básico:** R\$ 6.670,00;
- **PDDE Equidade – Escola do Campo:** R\$ 23.117,00;
- **PDDE Equidade – Educação Escolar Indígena:** R\$ 2.970,00;
- **PDDE Educação Conectada:** R\$ 2.451,00;
- **Cantinho da Leitura da Educação Infantil:** R\$ 1.235,00.

O elevado montante evidencia a priorização da escola em razão de suas características específicas, especialmente por atender estudantes indígenas e por estar vinculada às políticas de fortalecimento da educação do campo e da equidade educacional.

Principais observações:

O município recebeu **R\$ 49.925,00** em recursos do PDDE e de suas ações integradas no exercício de 2025.

O **PDDE Básico** contemplou as três unidades escolares, assegurando recursos para manutenção, pequenos reparos, aquisição de materiais permanentes e de consumo e apoio às atividades pedagógicas.

O **PDDE Equidade**, no valor de **R\$ 26.087,00**, foi destinado exclusivamente à Escola de Ensino Fundamental Pãvãnh Há, fortalecendo políticas voltadas à Educação Escolar Indígena e à Educação do Campo.

O programa **Educação Conectada** beneficiou as três escolas com repasses de **R\$ 2.451,00** cada, totalizando **R\$ 7.353,00**, destinados à ampliação das condições de conectividade e ao uso pedagógico das tecnologias digitais.

A Escola Pãvãnh Há também recebeu recursos do programa **Cantinho da Leitura da Educação Infantil**, destinados à qualificação dos espaços de leitura e ao incentivo à formação de leitores desde a primeira infância.

Síntese técnica:

Os dados demonstram que, em 2025, o município foi contemplado com **R\$ 49.925,00** por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de suas ações complementares. A distribuição dos recursos evidencia uma política de financiamento que combina apoio universal às unidades escolares, por meio do PDDE Básico, com investimentos focalizados em equidade, conectividade e incentivo à leitura. Destaca-se a Escola de Ensino Fundamental Pãvãnh Há, que concentrou aproximadamente **73% do total dos recursos**, refletindo a prioridade conferida às políticas públicas destinadas à Educação Escolar Indígena, à Educação do Campo e à promoção da equidade educacional. Esses investimentos fortalecem a autonomia das escolas, qualificam a infraestrutura pedagógica e contribuem para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede pública.

Painel 05 - Relatório anual do SIOPE municipal com receitas e despesas do FUNDEB

  SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO	
 Imprimir	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO - RS QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB PERÍODO DE REFERÊNCIA - 6º Bimestre/2025	
R\$ 1,00	
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.284.199,35
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	2.183.199,82
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	100.999,53
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	10.362,50
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	90.637,03
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

<u>DESPESAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA</u>
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.958.787,56
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	1.314.454,10
2.2 - 365 - Ensino Infantil	644.333,46
2.2.1 - Creche	331.986,92
2.2.2 - Pré-Escola	312.346,54
3 - Outras Despesas	225.356,78
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	0,00
3.1.1 - Corrente	0,00
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	225.356,78
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	14.737,47
3.2.1.1 - Corrente	14.737,47
3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	210.619,31
3.2.2.1 - Corrente	210.619,31
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	2.184.144,34

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)</u>	<u>CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)</u>
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	1.958.787,56	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.169.406,87	0,00	0,00	0,00
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	14.737,47	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	2.184.144,34	0,00	0,00	0,00

<u>LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB</u>	Valor
11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	
11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	1.535.493,62
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	1.958.787,56
12- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	
12.1 - Exigido [IEI de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00
13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital	
13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00
14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício	
14.1 - Exigido (10% de 1)	228.419,94
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	100.055,01

<u>INDICADORES DO FUNDEB</u>	PERCENTUAL
15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica [(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) x 100%]	89,30
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI) [(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) X 100%]	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital [(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3) X 100%]	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício [(14.2 / 1) x 100%]	4,38

<u>CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA</u>	FUNDEB
19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	139.651,44
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.284.199,35
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.184.144,34
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	239.706,45
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	239.706,45

Fonte: Balanço do Município.

Fonte: <https://www.fnnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do> (Acesso em: 04/07/2026)

A partir do Demonstrativo das Receitas e Despesas do FUNDEB do **SIOPE – Prefeitura Municipal de Engenho Velho/RS**, referente ao **6º bimestre de 2025**, observa-se uma situação de boa execução financeira dos recursos do Fundo, com cumprimento dos principais limites legais e forte direcionamento dos recursos para a remuneração dos profissionais da educação básica. Os limites analisados seguem as regras do novo Fundeb previstas na Lei nº 14.113/2020.

1. Receitas do FUNDEB

O município recebeu, no exercício de 2025, um total de **R\$ 2.284.199,35** provenientes do FUNDEB, distribuídos da seguinte forma:

Origem da Receita	Valor (R\$)	Participação
Impostos e Transferências	2.183.199,82	95,58%
Complementação da União (VAAF)	10.362,50	0,45%
Complementação da União (VAAT)	0,00	0%
Complementação da União (VAAR)	90.637,03	3,97%
Rendimentos Financeiros	0,00	-

Análise: O financiamento da educação municipal depende predominantemente das receitas próprias do FUNDEB (impostos e transferências).

O município **não recebeu complementação VAAT**, recebendo apenas pequenas parcelas de **VAAF** e **VAAR**.

A inexistência de rendimentos financeiros indica que praticamente todos os recursos permaneceram em utilização ao longo do exercício.

2. Despesas do FUNDEB

Foram liquidados/empenhados **R\$ 2.184.144,34**, equivalentes a aproximadamente **95,6% da receita recebida**.

Remuneração dos profissionais da educação

Total:

- **R\$ 1.958.787,56**

Distribuição:

- Ensino Fundamental: **R\$ 1.314.454,10**
- Educação Infantil: **R\$ 644.333,46**
- Creche: R\$ 331.986,92
- Pré-escola: R\$ 312.346,54

Isso demonstra que a maior parte dos recursos foi destinada diretamente ao pagamento dos profissionais da educação básica.

Outras despesas

Total:

- **R\$ 225.356,78**

Praticamente todas concentradas na Educação Infantil:

- Creche: R\$ 14.737,47
- Pré-escola: R\$ 210.619,31

Não houve despesas de capital nem investimentos registrados com recursos do FUNDEB.

3. Cumprimento dos limites obrigatórios

a) Aplicação mínima de 70% na remuneração

Exigido:

- **R\$ 1.535.493,62**

Aplicado:

- **R\$ 1.958.787,56**

Percentual:

- **89,30%**

Análise: O município superou com ampla margem o mínimo constitucional de 70%.

O percentual demonstra forte priorização da valorização dos profissionais da educação, ficando **19,3 pontos percentuais acima do mínimo exigido**.

b) Aplicação da Complementação VAAT

Como o município **não recebeu VAAT**, os indicadores relativos:

- 50% para Educação Infantil
- 15% para despesas de capital
- não se aplicam.

c) Limite máximo de recursos não aplicados

A legislação permite deixar até **10%** dos recursos para utilização no exercício seguinte.

Limite permitido:

- **R\$ 228.419,94**

Valor não aplicado:

- **R\$ 100.055,01**

Percentual:

- **4,38%**

Análise: O município ficou muito abaixo do limite máximo permitido, demonstrando adequada execução orçamentária e financeira.

4. Execução financeira

Receitas recebidas:

- **R\$ 2.284.199,35**

Despesas executadas:

- **R\$ 2.184.144,34**

Saldo financeiro conciliado:

- **R\$ 239.706,45**

Disponibilidade financeira ao final do exercício:

- **R\$ 239.706,45**

Esse saldo é compatível com a diferença entre receitas e despesas, indicando consistência na conciliação bancária.

5. Distribuição dos recursos

A estrutura de gastos evidencia forte concentração na manutenção das atividades pedagógicas.

89,68% dos recursos do FUNDEB foram destinados à remuneração dos profissionais da educação.

Apenas **10,32%** financiaram outras despesas de manutenção.

Esse perfil é típico de redes municipais pequenas, nas quais a folha de pagamento representa a principal despesa da educação.

6. Aspectos positivos

Cumprimento do mínimo de 70% para remuneração dos profissionais.

Aplicação de aproximadamente 95,6% dos recursos recebidos.

Apenas 4,38% permaneceram sem aplicação, abaixo do limite legal de 10%.

Boa regularidade na execução financeira.

Saldo financeiro compatível com a conciliação bancária.

Recebimento da complementação VAAR, indicando atendimento às condicionalidades estabelecidas para essa modalidade de complementação.

7. Pontos de atenção

Apesar da boa execução financeira, alguns aspectos merecem acompanhamento:

Não foram registradas despesas de capital com recursos do FUNDEB, indicando baixa utilização do Fundo para investimentos em infraestrutura e equipamentos.

As demais despesas concentram-se quase exclusivamente na Educação Infantil, inexistindo despesas registradas para o Ensino Fundamental nessa categoria.

A elevada participação da folha de pagamento (89,3%) reduz a margem para investimentos em materiais pedagógicos, inovação tecnológica e melhoria da infraestrutura escolar.

Conclusão

Os dados do SIOPE demonstram que **Engenho Velho/RS apresentou gestão fiscal adequada dos recursos do FUNDEB em 2025**, cumprindo todos os limites legais aplicáveis. O município destinou **89,30% dos recursos à remuneração dos profissionais da educação**, percentual significativamente superior ao mínimo de 70%, e aplicou **95,6% dos recursos recebidos**, mantendo apenas **4,38%** para utilização no exercício seguinte, percentual inferior ao limite máximo de 10%. O resultado evidencia responsabilidade na execução orçamentária e prioridade à valorização dos profissionais da educação. Como desafio para os próximos exercícios, recomenda-se ampliar a utilização dos recursos em investimentos voltados à infraestrutura, equipamentos e qualificação dos ambientes escolares, de forma a equilibrar a valorização dos profissionais com a melhoria das condições de oferta da educação básica.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar da Educação Básica 2025: Novo Painel de Estatísticas e Microdados. Brasília: INEP, 2026.
- **QEdu**. Indicadores educacionais e infraestrutura escolar. Disponível em: <https://gedu.org.br>. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Liberação de Recursos. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope>. Acesso em: jul. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 - Insuficiência de investimentos contínuos na modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura física das escolas, comprometendo a universalização de espaços pedagógicos especializados, da acessibilidade e das condições adequadas de funcionamento.**
- **Causa 02 - Ausência de política permanente de expansão e atualização da infraestrutura tecnológica escolar, contemplando laboratórios, equipamentos digitais, conectividade de alta velocidade e recursos tecnológicos para uso pedagógico dos estudantes.**

- **Causa 03 - Distribuição desigual dos equipamentos e recursos educacionais entre as unidades escolares, dificultando a garantia de condições equitativas de aprendizagem para todos os estudantes da rede.**
- **Causa 04 - Dependência dos programas federais de financiamento para qualificação da infraestrutura escolar, associada à limitação de recursos próprios para investimentos estruturantes e permanentes.**
- **Causa 05 - Baixa priorização de investimentos em infraestrutura física e tecnológica com recursos do Fundeb e de outras fontes, concentrando a maior parte dos recursos na manutenção da folha de pagamento dos profissionais da educação.**
- **Causa 06 - Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional, articulando expansão física, transformação digital, acessibilidade, sustentabilidade e inovação pedagógica para atender às demandas atuais da Educação Básica.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 19 do PME



TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA



PROBLEMA 19

BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



DESCRIPTOR 01

A infraestrutura física das escolas apresenta avanços nos serviços essenciais, porém persistem desigualdades na disponibilidade de espaços pedagógicos, acessibilidade e saneamento básico, comprometendo a equidade das condições de oferta.



DESCRIPTOR 02

Embora todas as escolas possuam acesso à internet, permanecem limitações na qualidade da conectividade, na disponibilidade de banda larga, de laboratórios de informática e de equipamentos tecnológicos para uso pedagógico dos estudantes.



DESCRIPTOR 03

A distribuição dos equipamentos tecnológicos entre as escolas é desigual, reduzindo as oportunidades de utilização das tecnologias digitais, da BNCC Computação e da Educação Digital em condições de equidade.



DESCRIPTOR 04

A conectividade escolar encontra-se universalizada para fins administrativos e pedagógicos, porém ainda apresenta limitações quanto ao acesso em banda larga, ao uso comunitário da internet e à integração das tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem.



DESCRIPTOR 05

Os programas federais de financiamento (PNAE, PNATE, Salário-Educação, Educação Infantil – Novas Turmas e PDDE) apresentam regularidade nos repasses e fortalecem a manutenção da rede, porém os recursos ainda são insuficientes para eliminar as desigualdades estruturais existentes entre as escolas.



DESCRIPTOR 06

O município apresenta boa execução financeira dos recursos do FUNDEB, com cumprimento dos limites legais e priorização da valorização dos profissionais da educação, entretanto a aplicação dos recursos evidencia reduzidos investimentos em infraestrutura e despesas de capital voltadas à qualificação dos espaços escolares.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 01**
Insuficiência de investimentos contínuos na modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura física das escolas.
- ✓ **Causa 04**
Dependência dos programas federais de financiamento para qualificação da infraestrutura escolar, associada à limitação de recursos próprios.
- ✓ **Causa 06**
Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 02**
Ausência de política permanente de expansão e atualização da infraestrutura tecnológica escolar.
- ✓ **Causa 05**
Baixa priorização de investimentos em infraestrutura física e tecnológica com recursos do Fundeb e de outras fontes.
- ✓ **Causa 06**
Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 02**
Ausência de política permanente de expansão e atualização da infraestrutura tecnológica escolar.
- ✓ **Causa 03**
Distribuição desigual dos equipamentos e recursos educacionais entre as unidades escolares, dificultando a garantia de condições equitativas de aprendizagem.
- ✓ **Causa 06**
Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 02**
Ausência de política permanente de expansão e atualização da infraestrutura tecnológica escolar.
- ✓ **Causa 03**
Distribuição desigual dos equipamentos e recursos educacionais entre as unidades escolares.
- ✓ **Causa 06**
Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 01**
Insuficiência de investimentos contínuos na modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura física das escolas.
- ✓ **Causa 04**
Dependência dos programas federais de financiamento para qualificação da infraestrutura escolar, associada à limitação de recursos próprios.
- ✓ **Causa 05**
Baixa priorização de investimentos em infraestrutura física e tecnológica com recursos do Fundeb e de outras fontes.

CAUSAS RELACIONADAS

- ✓ **Causa 01**
Insuficiência de investimentos contínuos na modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura física das escolas.
- ✓ **Causa 05**
Baixa priorização de investimentos em infraestrutura física e tecnológica com recursos do Fundeb e de outras fontes.
- ✓ **Causa 06**
Fragilidades no planejamento integrado da infraestrutura educacional.

LEGENDA

- Problema
- Descritor
- Causa



As causas apresentadas abaixo de cada descritor são os fatores que contribuem para que o problema persista na educação municipal.

Fonte: autoria própria.